

Relatório e Contas 2003



Perfil do Grupo CIMPOR

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – 10º lugar no *ranking* mundial, com uma capacidade instalada, em Dezembro de 2003, de 22 milhões de toneladas/ano – cuja actividade se estende a oito países. É líder nacional nos mercados de Portugal e Moçambique e regional em Marrocos (Rabat), Egipto (Alexandria) e África do Sul (KwaZulu-Natal), ocupando ainda a 2ª, 3ª e 5ª posições nos mercados da Tunísia, Brasil e Espanha, respectivamente.

O Cimento constitui o *core business* do Grupo. Betões, Agregados e Argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios, os quais, em termos consolidados, atingiram em 2003 o valor de 1.360,9 milhões de euros.

VISÃO ESTRATÉGICA

Assumindo-se como um dos principais protagonistas, a nível mundial, do movimento de consolidação do sector, a CIMPOR pretende prosseguir no caminho do crescimento e da internacionalização, mantendo a sua independência face aos outros grandes grupos cimenteiros e conservando o seu centro de decisão em Portugal.

VALORES

- Ao nível dos Accionistas – Defesa dos seus legítimos interesses, através da valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa e da sua correcta remuneração.
- Ao nível dos Clientes – Focalização na plena satisfação das suas expectativas, dentro dos princípios éticos de integridade e de cumprimento das normas aplicáveis.
- Ao nível dos Colaboradores – Remuneração adequada ao seu trabalho, criação de condições de valorização profissional e equidade no tratamento.
- Ao nível da Organização – Busca constante da Excelência, através do estabelecimento de objectivos ambiciosos e da escolha, a todos os níveis, de lideranças com capacidade de assumpção de responsabilidades e de cumprimento dos objectivos.
- Ao nível da Qualidade – Respeito pelos normativos nacional e internacional, designadamente no tocante à Certificação de Produtos e ao bom funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ao nível do Ambiente – Integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.
- Ao nível da Inovação – Prossecução de uma política de inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços, em colaboração com o meio académico e científico.

ESTRATÉGIA

- Consolidação das posições actuais, mediante crescimento orgânico – aumentos de eficiência e capacidade em várias unidades industriais – e uma maior penetração nos mercados onde o Grupo já está presente – expansão para negócios relacionados com a fileira do cimento (vg. betão pronto e exploração de pedreiras).
- Realização de novas aquisições, com prioridade para as áreas geográficas dos mercados emergentes em que o Grupo já actua, não esquecendo o necessário equilíbrio com a presença em mercados consolidados e maduros, cujo menor potencial de crescimento é compensado por inferiores níveis de risco.
- Optimização das operações, através do aproveitamento de sinergias, da redução de custos (designadamente energéticos), do aumento da produtividade do pessoal e de investimentos em I&D.
- Desenvolvimento da actividade de *trading* entre as empresas do Grupo, de forma a equilibrar picos de procura em certos mercados com os excessos de oferta noutras áreas.

Síntese de Indicadores

DADOS CONSOLIDADOS

	Unidade	2003	2002	Var.	2001
Capacidade Instalada (Cimento) ⁽¹⁾	10 ³ ton	22.040	21.160	4,2 %	18.970
Vendas do Grupo					
Cimento	10 ³ ton	18.287	16.464	11,1 %	16.604
Betão	10 ³ m ³	6.068	5.989	1,3 %	5.974
Agregados	10 ³ ton	12.191	12.883	-5,4 %	13.885
Argamassas	10 ³ ton	438	418	4,8 %	379
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.360,9	1.317,2	3,3 %	1.385,7
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	153,0	152,2	0,5 %	149,9
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	512,5	511,4	0,2 %	504,8
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	289,0	283,8	1,8 %	269,8
Custos Financeiros (líq.)	10 ⁶ euros	35,5	23,3	52,2 %	56,3
Resultados Correntes	10 ⁶ euros	253,4	260,5	-2,7 %	213,6
Resultados Líquidos após Int. Minoritários	10 ⁶ euros	185,9	176,6	5,3 %	137,8
Activo Total	10 ⁶ euros	3.089,2	3.337,9	-7,5 %	2.929,1
Capitais Próprios	10 ⁶ euros	960,6	949,6	1,2 %	1.091,1
Interesses Minoritários	10 ⁶ euros	78,3	88,5	-11,4 %	111,5
Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾	10 ⁶ euros	1.238,5	1.148,9	7,8 %	1.057,3
Capitais Empregues ⁽³⁾	10 ⁶ euros	2.571,3	2.465,5	4,3 %	2.442,5
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	5.785	6.061	-4,6 %	5.974
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	227,8	224,2	1,6 %	207,3
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	111,4	113,0	-1,4 %	98,0
Investimento Líquido					
Goodwill	10 ⁶ euros	5,7	303,4	-98,1 %	8,4
Activo Fixo Corpóreo	10 ⁶ euros	148,2	401,2	-63,1 %	202,8
CF Operacional / Vol. Negócios (Margem EBITDA)		37,7%	38,8%		36,4%
Result. Operacionais / Vol. Negócios (Margem EBIT)		21,2%	21,5%		19,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)		19,5%	17,3%		12,4%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁴⁾		10,0%	10,1%		9,9%
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues		48,2%	46,6%		43,3%
Result. Operacionais / Custos Financeiros (líq.)		8,1	12,2		4,8
Capitalização Bolsista (31 Dez.)	10 ⁶ euros	2.755	2.150	28,1 %	2.648
Resultados por Acção ⁽⁵⁾	euros	0,27	0,25	10,1 %	0,21
Cotação (31 Dez.) / Resultados por Acção (PER)		15,0	12,9		18,5

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (no final do ano).

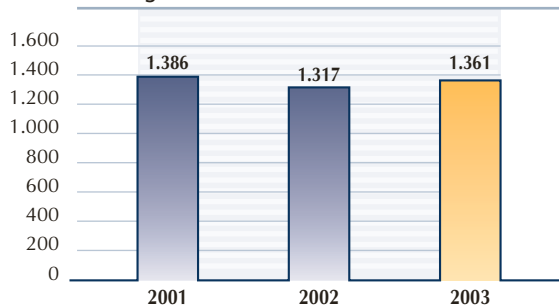
(2) Empréstimos Obtidos - (Empréstimos Concedidos + Disponibilidades).

(3) Considerando o *Goodwill* pelo respectivo valor bruto.

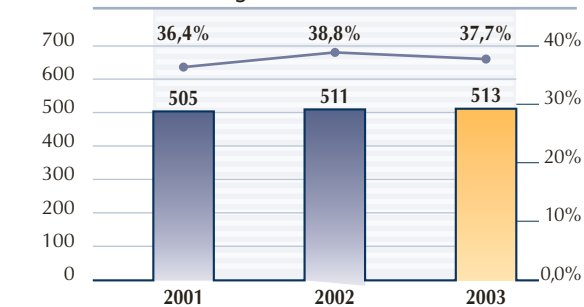
(4) Resultados Operacionais Líquidos de Impostos (corrigidos das Amortizações do *Goodwill*) / Capitais Empregues.

(5) (Resultados Correntes Líquidos de Impostos – Interesses Minoritários) / N^o médio de acções em circulação (ajustado pelo *stock split*).

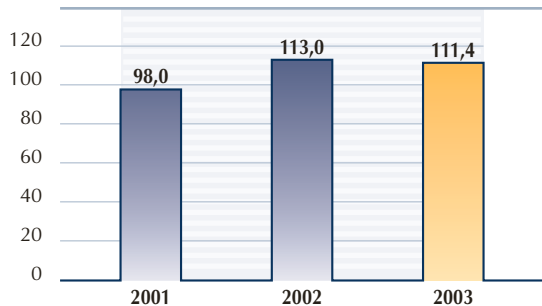
Volume de Negócios 10⁶ euros



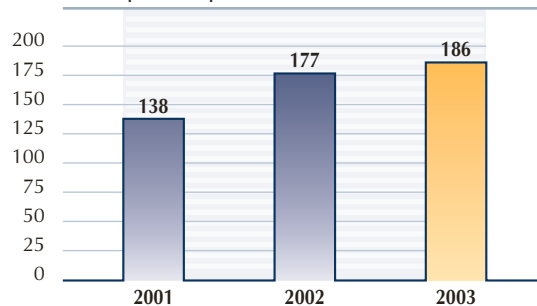
10⁶ euros *EBITDA / Margem EBITDA*



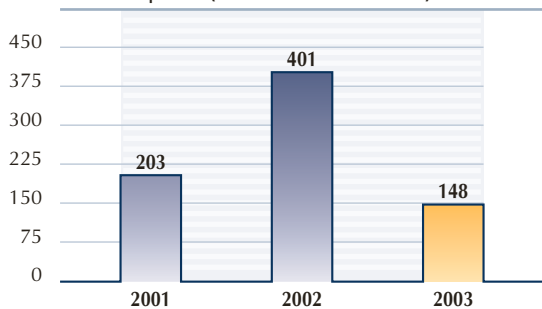
Valor Acrescentado / Colaborador 10³ euros



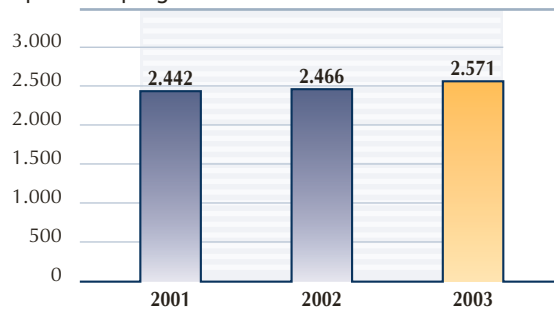
Resultados Líquidos após Int. Minoritários 10⁶ euros



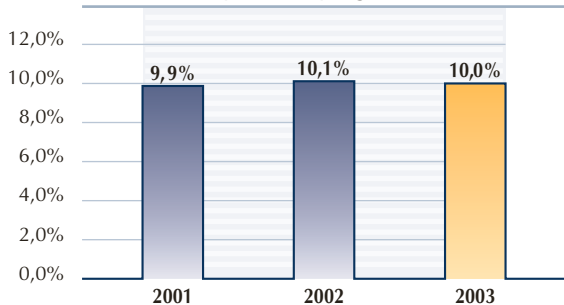
Investimento Líquido (Imobilizado Técnico) 10⁶ euros



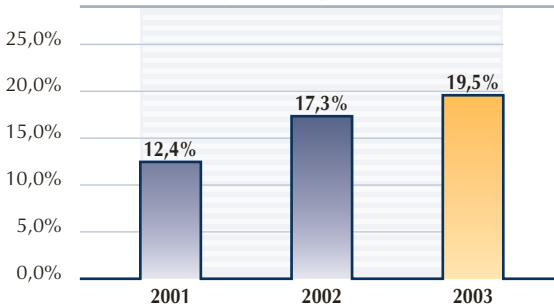
Capitais Empregues 10⁶ euros



Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE)



Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)



Acontecimentos mais relevantes em 2003

- Contratação de duas importantes operações de financiamento, visando o pagamento de parte da dívida vincenda e o alargamento do respectivo perfil de maturidades, num valor total de 645 milhões de euros.
- Subscrição, por cerca de 1 milhão de euros, de 58% do capital da sociedade de direito nigeriano "Socomi International CFTZ", cujo objecto social consiste na importação, exportação e comercialização, moagem e ensacagem de cimento.
- Constituição de uma empresa de Serviços Partilhados, denominada Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., com o capital social de 50.000 euros, integralmente detido pelo Grupo CIMPOR, destinada à prestação de serviços de gestão, consultoria e assessoria a todas as empresas do Grupo (especialmente às sediadas em Portugal), nas áreas administrativa e financeira e de recursos humanos, segurança, higiene e saúde no trabalho, aprovisionamento, sistemas de informação, organização, planeamento e controlo, gestão de espaços e manutenção de edifícios.



- Aumento, para 100%, da participação da Ecoresíduos – Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda., no capital social da Scoreco – Valorização de Resíduos, Lda..
- Aumento, para 100%, da participação da Cimpor Betão, SGPS, S.A., no capital social da Joferbetão, Lda., e posterior incorporação desta última na primeira.
- Aumento, para 100%, da participação da Jomatel – Empresa de Materiais de Construção, S.A., no capital social da Fenop – Betão Pronto, S.A., e posterior incorporação desta última na primeira.
- Incorporação da Betourém – Indústria e Comércio de Betão, Lda., na Betabeiras – Betões da Beira, S.A..
- Alienação da participação de 50% que a Cimpor Betão, SGPS, S.A., detinha no capital social da Betaneros – Sociedade de Fabrico e Comercialização de Betões, S.A..
- Dissolução da Sopab – Sociedade de Exploração de Areias e Britas, Lda..
- Aquisição, pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., de uma participação de 20% no capital social da Cecime – Cimentos, S.A., e celebração de um contrato de opção de compra dos restantes 80% do capital da mesma empresa, cuja execução se encontra pendente da necessária autorização da Autoridade da Concorrência.
- Alienação, pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., de cerca de 10,1% do capital social da Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A., e aquisição, pela mesma empresa, de diversos activos localizados no porto de Viana do Castelo.
- Constituição da Mossines – Cimento de Sines, S.A., com o capital social de 5 milhões de euros, integralmente detido pelo Grupo CIMPOR.
- Aquisição, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., de uma participação de 48% no capital social da C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A..
- Obtenção, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., das certificações de gestão ambiental e de qualidade das suas três fábricas (Souselas, Alhandra e Loulé) segundo as normas ISO 14001 e ISO 9001 (2000), respectivamente.

Acontecimentos mais relevantes em 2003



Espanha

- Aumento, de 70,1% para 86,6%, da participação detida pela Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos, S.L., na Hormigones Mariña, S.L., na sequência de uma operação de redução e aumento simultâneo do respectivo capital social.
- Constituição da sociedade Morteros de Galicia, S.L., e início do processo de construção de uma fábrica de argamassas secas e autonivelantes, no polígono industrial de Sergude, Boqueixón.
- Aquisição, pela Hormigones Hércules, S.L., de uma pedreira e sete centrais de betão na região da Andaluzia.
- Aumento, de 20,1% para 21,3%, da participação detida pela Corporación Noroeste, S.A., na Cementos Antequera, S.A., na sequência do aumento do respectivo capital social e da aquisição de um lote adicional de acções da mesma sociedade.
- Aquisição da totalidade do capital social da empresa Cementos de Andalucía, S.L..
- Constituição da Prebetong Noroeste de Canteras, S.L., com um capital social de 4,3 milhões de euros, integralmente realizado pela Hormigones Miño, S.L., mediante a transferência de parte dos seus activos (pedreiras).



Marrocos

- Abertura de uma nova pedreira de xisto e obtenção de acordo para exploração de uma nova pedreira de calcário rico.
- Modificação de um dos dois moinhos de cimento, com aumento da respectiva capacidade para 115 ton/h, entrada em exploração de uma nova ensacadeira rotativa de 120 ton/h e início da construção de um novo silo de clínquer, com uma capacidade de 30 mil toneladas.
- Transição do sistema de certificação de qualidade da fábrica da Asment de Témara para a norma ISO 9001 (2000).



Tunísia

- Aumento do capital social da Ciments de Jbel Oust, de TND 55.205.600 para TND 64.050.600.
- Início da montagem de uma nova moagem de carvão e da construção de uma instalação de pale-tização de sacos.
- Confirmação da certificação de qualidade da fábrica de Jbel Oust segundo a norma ISO 9001 (2000).
- Arranque do módulo de manutenção e início da instalação do módulo de produção do novo sistema informático (J.D. Edwards).



Egipto

- Continuação da montagem da linha de produção da Amreyah Cimpor Cement Company, com início da respectiva exploração em Fevereiro de 2004.
- Conclusão do investimento em infraestruturas de alimentação de gás natural e celebração do respectivo contrato de fornecimento, válido por 25 anos.

- Constituição da Cement Services Company, S.A.E., com o capital social de EGP 250.000, integralmente detido por empresas do Grupo, cuja actividade consistirá na realização de estudos e na prestação de serviços de natureza técnica, financeira, económica, comercial e administrativa.
- Prosseguimento do esforço de redimensionamento e optimização do quadro de efectivos, com celebração de contratos de *outsourcing* nas áreas de construção civil, limpezas, manutenção, ensacagem, distribuição, segurança, transportes e refeitório.
- Início dos trabalhos de instalação de um novo *software* de gestão (SAP).

Brasil

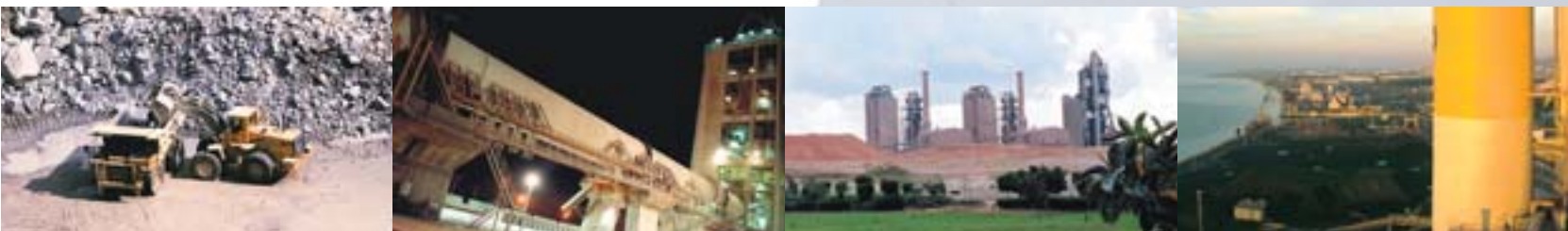
- Início da exploração da nova linha de Campo Formoso, com uma capacidade de produção de clínquer de 2.000 toneladas/dia.
- Actualização das certificações de qualidade de todas as fábricas de cimento para a norma ISO 9001 (2000).
- Confirmação da certificação de gestão ambiental da fábrica da Cimepar segundo a norma ISO 14001 e início dos trabalhos visando a obtenção das certificações OHSAS 18001 (Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional) e do Sistema de Qualidade Total.
- Apresentação, junto da Comissão de Valores Mobiliários, de um pedido de registo de Oferta Pública de Aquisição de Acções da Companhia de Cimentos do Brasil (CCB), visando a compra da parcela do respectivo capital ainda em circulação e o conseqüente cancelamento do registo da empresa como sociedade aberta.

Moçambique

- Aumento do capital social da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., de 680.000 milhões de metical para 1.000.000 milhões de metical, na sequência do qual o Grupo CIMPOR passou a deter cerca de 65,4% do capital da sociedade.
- Aquisição de uma importante área adicional de reservas de calcário.

África do Sul

- Aquisição, pela Natal Portland Cement (NPC), da participação detida pelo Grupo no capital da Cimentos de Moçambique.
- Obtenção da certificação de qualidade das três unidades fabris da NPC segundo a norma ISO 9001 (2000).



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Vogais

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo*

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura*

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins*

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc*

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte*

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Arias Mosquera**

* *Comissão Executiva*

** *Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções*

Conselho Fiscal

Presidente

Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Vogais

Dr. José Conceição Silva Gaspar

Freire, Loureiro & Associados – SROC, representado por Dr. Carlos Manuel Pereira Freire

Vogal Suplente

Dr. José Martins Rovisco

ROC Suplente

Dr. António Marques Dias

Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral**Presidente**

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles

Vice-Presidente

Dr. José António Cobra Ferreira

Secretário da Sociedade

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Comissão Executiva

Presidente

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



CINPOR

Índice

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (GRUPO CIMPOR)

Perfil do Grupo CIMPOR	Capa
Síntese de Indicadores	v/capa
Acontecimentos Mais Relevantes em 2003	1
Órgãos Sociais	4
I — Governo da Sociedade	9
0. Declaração de Cumprimento	10
1. Divulgação de Informação	11
1.1. Estrutura Organizativa	11
1.1.1. Grupo CIMPOR	11
1.1.2. CIMPOR Holding	13
1.1.3. Serviços Partilhados	14
1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração sobre Governo da Sociedade	16
1.3. Sistema de Controlo de Riscos	16
1.4. As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores	17
1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa	17
1.4.2. Estrutura Accionista	20
1.4.3. Acções Próprias	21
1.5. Política de Distribuição de Dividendos	21
1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções	22
1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo	26
1.8. Gabinete de Relações com Investidores	27
1.9. Comissão de Fixação de Remunerações	28
1.10. Remuneração do Auditor	28
2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	29
3. Regras Societárias	30
3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade	30
3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade	30
3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição	31
4. Órgão de Administração	32
4.1. Caracterização do Órgão de Administração	32
4.2. Comissão Executiva	39
4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração	40
4.4. Remunerações	41
II — Actividade do Grupo	43
1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	44
1.1. Evolução da Economia Mundial	44
1.2. Envolvente Económica dos Países onde o Grupo Opera	45
1.2.1. Portugal	45
1.2.2. Espanha	45
1.2.3. Marrocos	46
1.2.4. Tunísia	46
1.2.5. Egipto	46
1.2.6. Brasil	47
1.2.7. Moçambique	47
1.2.8. África do Sul	48
1.3. Evolução do Sector Cimenteiro	48
2. Análise dos Resultados do Grupo	50
2.1. Síntese da Actividade Global	50
2.2. Portugal	58
2.3. Espanha	63

2.4. Marrocos	68
2.5. Tunísia	70
2.6. Egipto	71
2.7. Brasil	73
2.8. Moçambique	75
2.9. África do Sul	78
3. Inovação e Desenvolvimento	79
3.1. Política de I&D	79
3.2. Gestão da Qualidade	80
4. Desenvolvimento Sustentável	81
4.1. Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI)	81
4.2. Gestão Ambiental	83
4.3. Responsabilidade Social	88
5. Recursos Humanos	92
6. Política Financeira e de Gestão de Riscos	94
6.1. Gestão da Dívida Financeira	94
6.2. Política de Gestão de Riscos	97
7. Tecnologias de Informação	99
8. Eventos Posteriores	101
9. Perspectivas para 2004	102
10. Nota Final	105
III — Documentos de Prestação das Contas Consolidadas	107
Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002	108
Demonstrações Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002	110
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003	114
Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas Conhecidas a 31 de Dezembro de 2003	153
Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais	154
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	158
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	161
Relatório de Auditoria	163
IV — Informação Complementar	165
Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese	166
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2003 (HOLDING)	
I — Holding	181
1. Síntese da Actividade	182
2. Informações Legais	182
3. Eventos Subsequentes	182
4. Perspectivas para 2004	183
5. Proposta de Aplicação de Resultados	183
II — Documentos de Prestação das Contas da Holding	185
Balanços em 31 de Dezembro de 2003 e 2002	186
Demonstrações para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002	188
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003	193
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	214
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	216
Relatório de Auditoria	218





CINPOR

Relatório e Contas Consolidados

I. Governo da Sociedade



Na sequência de importantes iniciativas internacionais, de entre as quais se destaca a aprovação da Recomendação da Comissão Europeia sobre independência dos auditores e do Plano de Acção da Comissão Europeia sobre Direito das Sociedades, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), através do seu Regulamento n.º 11/2003, veio tornar aplicável às sociedades nacionais com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado um novo conjunto de deveres de informação, alterando para o efeito o seu Regulamento n.º 7/2001.

Em complemento de tais disposições – e numa tentativa de adaptação ao contexto português da profunda reflexão que, a nível internacional, tem vindo a ser feita em matéria de *corporate governance* – a CMVM procedeu ainda à actualização das suas recomendações sobre o sistema de regras e condutas ao qual se deve subordinar o exercício da direcção e controlo das sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.

O tratamento adequado destas questões, bem como a divulgação periódica ao mercado das posições e soluções adoptadas na matéria em causa, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (abreviadamente, CIMPOR), notando-se, com especial satisfação, que algumas das posições que a CIMPOR vinha defendendo mereceram agora acolhimento expresso da CMVM (como sejam a consideração como não independentes de administradores de empresas concorrentes ou a recomendação de criação de comissões de avaliação de governo societário, em que a CIMPOR foi pioneira) e, bem assim, que algumas das anteriores recomendações relativamente às quais a CIMPOR era discordante foram agora abandonadas (como seja a de que a composição das comissões executivas, a existirem, deveria reflectir, de forma proporcional, a composição do plenário do órgão de administração).

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade e do Grupo, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pelo referido Regulamento n.º 11/2003.

0. Declaração de Cumprimento

A CIMPOR segue, na íntegra, o conjunto de recomendações sobre o governo das sociedades cotadas divulgado pela CMVM em Novembro de 2003, com a única excepção da parte final da recomendação n.º 8, o que adianta se justifica.

No que respeita à recomendação (n.º 2) de não existência de restrições ao exercício activo do direito de voto, a imposição de uma antecedência não superior a 5 dias úteis do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral ficará cumprida na data de aprovação do presente relatório, no pressuposto de que a assembleia geral anual que irá deliberar sobre o mesmo aprovará, também, a proposta de alteração estatutária que, nesse

sentido, irá ser apresentada pelo Conselho de Administração (uma vez que o actual n.º 3 do artigo 7.º do contrato de sociedade fixa prazo diverso).

Conforme se referiu, apenas a recomendação n.º 8 – inteiramente cumprida quanto à estruturação da remuneração dos membros do órgão de administração de forma a permitir o alinhamento dos respectivos interesses com os interesses da sociedade – não é integralmente seguida na sua parte final (respeitante à divulgação anual da referida remuneração em termos individuais).

A não adopção desta parte final da referida recomendação baseia-se, antes do mais, no entendimento de que os accionistas, ao optarem, nos termos do n.º 1 do artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 16.º do contrato de sociedade, por nomear uma comissão destinada, precisamente, à fixação das remunerações dos administradores, em alternativa à sua definição pela assembleia geral, o fizeram com um objectivo que, implicando, por natureza, alguma reserva, se afigura incompatível com uma eventual divulgação pública, em termos individuais, das referidas remunerações. Acresce que, tratando-se de uma matéria em que, segundo a lei portuguesa, os accionistas são soberanos, os mesmos poderão sempre – na eventualidade de considerarem insuficiente a informação disponibilizada, com a discriminação imposta pelo n.º 5 do capítulo IV do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 – decidir em sentido diverso.

Aliás, conforme foi referido expressamente pela CMVM, a larga maioria das entidades que, no processo de consulta pública, se pronunciaram sobre esta matéria manifestaram-se em sentido contrário ao daquele que veio a ser consagrado na recomendação em apreço.

1. Divulgação de Informação

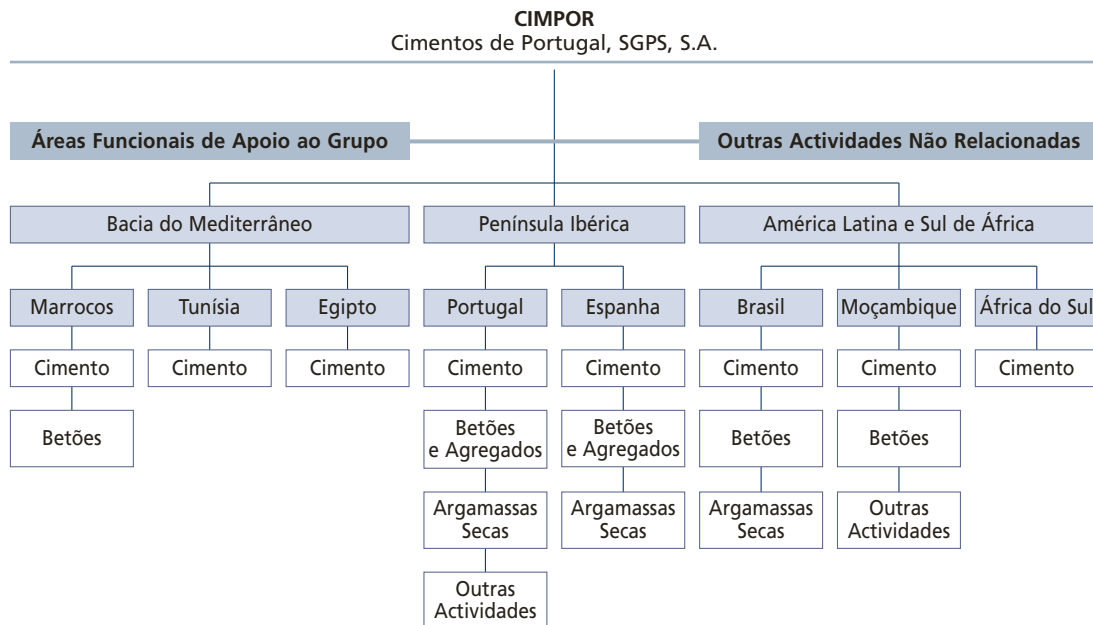
1.1. Estrutura Organizativa

1.1.1. Grupo CIMPOR

Em termos organizacionais, o Grupo CIMPOR encontra-se estruturado por Áreas de Negócio, correspondentes aos diferentes países onde desenvolve a sua actividade, os quais se compreendem dentro de três grandes regiões: (i) Península Ibérica; (ii) Bacia do Mediterrâneo; e (iii) América Latina e Sul de África. Dentro de cada Área de Negócio, as diversas actividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a actividade principal a produção e comercialização de cimento.

Enquanto *holding* do Grupo, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, designadamente no que respeita a todo o seu processo de internacionalização, bem como pela gestão global do conjunto das diferentes Áreas de Negócio, garantindo a respectiva coordenação em matéria de recursos financeiros, técnicos, humanos e outros, segundo os critérios e orientações que emanam do Plano Estratégico (a cinco anos) revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão das Áreas de Negócio é assegurado pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., no que respeita às actividades desenvolvidas em Portugal, e pela CIMPOR Inversiones, S.L., uma *subholding*, com sede em Espanha, constituída em 2002 para servir de plataforma à expansão do Grupo na área internacional.



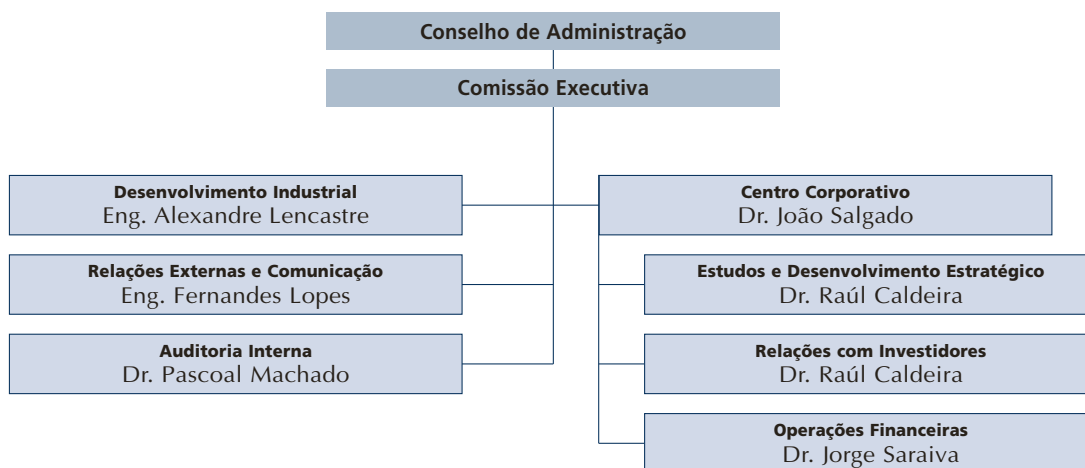
A organização societária de cada Área de Negócio corresponde ao modelo considerado, em cada caso, mais conforme às características e condições de exercício da respectiva actividade, bem como ao sistema legal vigente no País em causa, visando o melhor aproveitamento de eventuais sinergias e o benefício de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável.

Cada uma das Áreas de Negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objectivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo. Procura-se que a administração de cada uma das diferentes Áreas de Negócio seja garantida tanto por quadros de nacionalidade local como por outros quadros do Grupo, visando uma gestão multicultural.

Nas sociedades dependentes, directa ou indirectamente, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as decisões mais importantes – *vg.*, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou actuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

1.1.2. CIMPOR Holding

Para o correcto exercício das suas funções, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., dispõe de um conjunto de estruturas funcionais, de apoio à gestão do Grupo e de cada uma das suas Áreas de Negócio, identificados no diagrama junto.



O *Centro Corporativo*, criado em 2002, tem por funções essenciais: (i) através da *Direcção de Estudos e Desenvolvimento Estratégico*, contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento do Grupo, assegurar os processos tendentes à aquisição de empresas e proceder à análise e avaliação de investimentos; (ii) por intermédio do *Gabinete de Relações com Investidores*, assegurar a comunicação regular com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os accionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo; e (iii), no âmbito da *Área de Operações Financeiras*, garantir o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente.

O *Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial* tem por finalidade a prestação de assistência técnica e tecnológica às diferentes unidades produtivas do Grupo, visando a optimização, no respeito pelo meio ambiente, do respectivo desempenho. Em particular no domínio do cimento, compete-lhe também, em colaboração com os órgãos directamente envolvidos, a elaboração dos planos anuais e plurianuais de investimento, assim como o apoio à sua realização.

A *Direcção de Relações Externas e Comunicação* garante a execução das políticas de comunicação e imagem do Grupo.

Quanto ao *Gabinete de Auditoria Interna*, é responsável, em todo o Grupo, pela realização e coordenação da actividade de auditoria das áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho.

Em 2003, faziam ainda parte da estrutura organizativa da *holding*: o Gabinete de Assuntos Jurídicos e as chamadas Direcções Centrais de Consolidação e de Planeamento e Sistemas de Informação. Estas últimas foram, no início de 2004, integradas numa empresa recém-constituída (vd. ponto seguinte), enquanto o primeiro foi entretanto extinto, com contratação externa dos respectivos serviços.

1.1.3. Serviços Partilhados

A uniformização e estandardização de processos e práticas que permitam assegurar um incremento da cultura de Grupo e uma melhoria da qualidade, fluxo e fiabilidade da informação de suporte à decisão constituem, desde há muito, um importante pilar da política global do Grupo CIMPOR.

Ao longo dos últimos anos, diversas iniciativas foram tomadas nesse sentido:

- A instalação de um *software* de gestão (SAP) assente numa plataforma comum às principais empresas do Grupo;
- A execução de um modelo de *governance* baseado na partilha de decisões e processos corporativos;
- A centralização, total ou parcial, entre outros, dos processos de gestão da tesouraria, gestão da dívida financeira, consolidação contabilística, gestão e manutenção de imóveis, planeamento e controlo, gestão de seguros, auditoria interna e investigação e desenvolvimento.

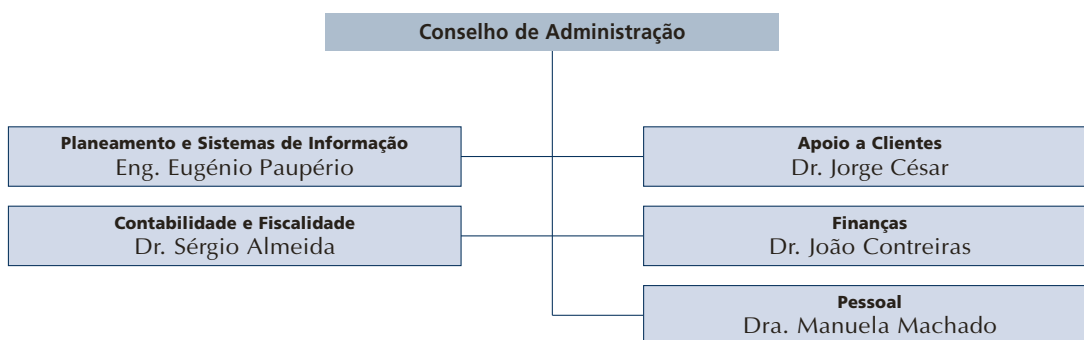
Em 2003, o Conselho de Administração, apoiado nas conclusões de um trabalho desenvolvido por consultores externos, decidiu, para além de prosseguir com esta política de integração de competências e de centralização de funções de suporte, avançar no sentido do enquadramento do exercício de algumas destas funções num modelo de negócio do tipo "Serviços Partilhados". Os objectivos visados são, essencialmente, os seguintes:

- Alinhar tais funções com as necessidades específicas e reais das áreas operacionais, atribuindo-lhes uma lógica de *front office* e, por conseguinte, de orientação para o cliente (as empresas do Grupo);
- Melhorar a qualidade dos *outputs* resultantes das actividades em causa, aumentando, simultaneamente, o controlo sobre as mesmas;
- Uniformizar e otimizar processos com base numa utilização mais rentável das aplicações informáticas de suporte, a adopção de *best practices* e a eliminação de tarefas redundantes;
- Aumentar o grau de eficiência de tais actividades, mediante a redução dos custos que lhes são inerentes.

Assim, já no final do ano, foi constituída a CIMPOR – *Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.*, com um objecto social que compreende a prestação de serviços de gestão, consultoria e assessoria nas áreas administrativa e financeira e de recursos humanos, segu-

rança, higiene e saúde no trabalho, aprovisionamento, sistemas de informação, organização, planeamento e controlo, gestão de espaços e manutenção de edifícios.

No início de 2004, foi transferido para a nova empresa um conjunto de funções/processos que, tendo sido considerados elegíveis para efeitos de integração no Centro de Serviços Partilhados, se encontravam dispersos pela *holding* do Grupo, pela sub-*holding* CIMPOR Portugal e pelas próprias empresas operacionais. O diagrama junto ilustra a organização inicial da empresa.



A *Direcção de Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação* assegura a coordenação e execução de todo o processo de elaboração e controlo dos planos e orçamentos das diferentes Áreas de Negócios e das empresas sediadas em Portugal, bem como a gestão e desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação utilizados pelo Grupo.

À *Direcção de Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade*, compete: (i) promover e executar todo o processo de consolidação financeira; (ii) definir os princípios e políticas contabilísticos do Grupo, além de coordenar e apoiar a respectiva implementação; (iii) preparar e executar a contabilidade das diferentes empresas sediadas em Portugal; e (iv) assegurar o planeamento fiscal do Grupo, bem como o correcto cumprimento das obrigações fiscais das referidas empresas.

A *Direcção de Pessoal* é responsável pela execução, em Portugal, da política do Grupo em matéria de Recursos Humanos, visando o melhor aproveitamento das competências disponíveis, bem como o desenvolvimento dos referidos recursos de forma a maximizar o empenhamento dos colaboradores e a contribuir para a sua realização pessoal e profissional. Cabe-lhe também, no quadro dos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas do Grupo sediadas em Portugal, assegurar a gestão da função pessoal nas referidas empresas.

A *Direcção Financeira*, igualmente ao abrigo daqueles contratos, garante às empresas em causa a execução dos respectivos processos de contas a receber, contas a pagar e tesouraria, ao mesmo tempo que acompanha e controla a sua gestão financeira.

Quanto à *Direcção de Apoio a Clientes*, tem por missão assegurar a ligação entre estes diferentes órgãos do Centro de Serviços Partilhados e as empresas por ele servidas – pro-

movendo a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e o aumento dos níveis de satisfação das empresas-clientes – bem como prestar o apoio necessário aos respectivos órgãos sociais.

1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração sobre Governo da Sociedade

No início de 2002, e na sequência das melhores práticas internacionais de *corporate governance*, foi constituída no seio do Conselho de Administração uma Comissão Consultiva sobre Governo da Sociedade, destinada a estudar, preparar e aconselhar aquele órgão no que concerne às normas e procedimentos internos a adoptar pelo mesmo em matéria de desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo no que toca ao funcionamento e relacionamento internos do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

Esta Comissão é composta por um mínimo de três administradores (maioritariamente não executivos e independentes), sendo a sua composição, actualmente, a seguinte:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura.

Todos estes administradores, dos quais apenas o terceiro exerce funções executivas, são independentes, designadamente à luz do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2003.

A Comissão reúne sempre que se justifique e, em princípio, pelo menos uma vez em cada semestre, sendo-lhe proporcionada, a expensas da sociedade, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

1.3. Sistema de Controlo de Riscos

A gestão de riscos, no Grupo CIMPOR, começa por ser assegurada ao nível das principais empresas operacionais, com a identificação, medida e análise dos diferentes riscos a que as mesmas estão sujeitas – com particular destaque para os riscos de natureza operacional e de mercado (*business-volume risk*) – procurando estimar-se a probabilidade de ocorrência dos diversos factores que os determinam e o seu impacto potencial nos negócios da empresa ou actividade em causa.

Ao nível da *holding*, o objectivo essencial é obter uma visão integrada dos riscos em que o Grupo incorre em cada uma das suas diferentes actividades ou Áreas de Negócio e assegurar a consistência do perfil de risco daí resultante com a estratégia global do Grupo e, em particular, aquilo que considera ser, dada a sua estrutura de capital, um nível de riscos aceitável. Ou seja, conforme política definida pelo Conselho de Administração: um nível

tal que, em termos de *rating* de longo prazo da CIMPOR, não ponha em causa a sua actual classificação de *investment grade*.

O relatório de gestão detalha, em capítulo próprio, as políticas seguidas em matéria de gestão de riscos de natureza financeira e patrimonial, assegurada, no âmbito da *holding*, pelo Centro Corporativo (vd. ponto II.6.2.). Quanto aos riscos de carácter mais genérico, de natureza económica e não susceptíveis de cobertura específica, a política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação geográfica dos seus investimentos de expansão, de forma a equilibrar a presença da CIMPOR em mercados maduros e emergentes e a possibilitar a existência de negócios em diferentes estádios de crescimento e com níveis de preços distintos. Nesse sentido, não apenas os alvos para possíveis aquisições são definidos tendo em atenção a necessidade de uma carteira equilibrada, e geograficamente diversificada, de negócios, como, individualmente, as avaliações dos activos a adquirir são realizadas incorporando prémios de risco adequados à situação de cada país, tal como definidos por agências de *rating* internacionais.

1.4. As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores

1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa

Após três anos de perdas sucessivas, o índice PSI20 da Euronext Lisboa registou, em 2003, um crescimento de 15,8%, superando mesmo a valorização do índice Euronext 100 e assinalando o início do que se acredita venha a ser um período de forte recuperação da generalidade dos mercados de capitais. Se o primeiro trimestre do ano ficou ainda marcado por alguma queda da generalidade das cotações, a partir de Março, com o acentuar de alguns sinais de recuperação da economia, registou-se uma clara inversão desta tendência.

Caracterização dos Títulos CIMPOR

Título	CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Negociação de acções	Euronext Lisboa
Negociação de futuros	Euronext Lisboa
Códigos	LISBON TRADING: CPR REUTERS: CMPR.IN BLOOMBERG: CIMP PL
Número de acções	Total – 672.000.000 Admitidas à cotação – 604.472.490
Valor nominal das acções	1 euro

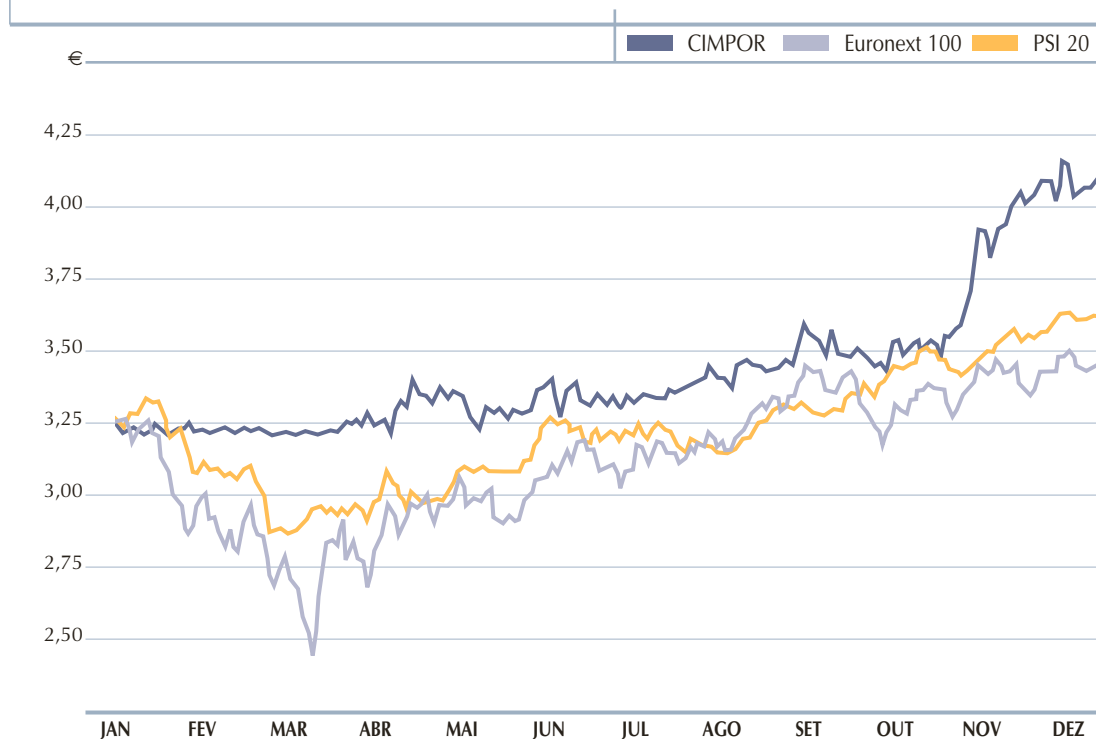
O comportamento das acções CIMPOR ao longo do ano pode considerar-se muito positivo, já que foi claramente mais favorável que o da média do mercado: oscilando entre um mínimo de 3,19 euros, verificado no dia 2 de Abril, e um máximo de 4,17 euros,

ocorrido no dia 2 de Dezembro, o título CIMPOR fechou o ano a valer 4,10 euros, mais 28,1% que no final de 2002 (tendo em atenção o *stock split* concretizado em 11 de Abril de 2003).

Já em termos de liquidez, embora as quantidades de títulos transaccionados tenham aumentado perto de 7% relativamente a 2002, em valor o movimento total da Euronext Lisboa acusou um decréscimo de cerca de 12%.

Apesar desta operação de redução do valor nominal das acções – de cinco euros para um euro – decidida em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de Janeiro de 2003, e na sequência da qual o capital social da CIMPOR passou a estar representado por 672.000.000 de acções, o respectivo volume de transacções na Euronext Lisboa baixou significativamente: foram movimentadas apenas cerca de 68 milhões de acções, num valor total de aproximadamente 238 milhões de euros (menos 65% que no ano anterior). No entanto, as acções CIMPOR continuaram a posicionar-se entre as mais transaccionadas naquele mercado, ocupando, em termos de valor, o 10º lugar no respectivo *ranking* (7º lugar entre as empresas não financeiras).

Evolução das Acções CIMPOR



Perante este decréscimo de liquidez, a CIMPOR, que em Fevereiro de 2002 passara a integrar o índice Euronext 100, acabou por ser excluída do mesmo em Agosto de 2003, aquando da revisão do referido índice, em virtude de o seu *Trade Velocity Ratio* (acções transaccionadas / acções admitidas) ter baixado do mínimo exigido de 20%.

No dia 12 de Junho de 2003, foram postos a pagamento os dividendos relativos ao exercício anterior. O valor bruto do dividendo distribuído, 0,16 euros por acção (em termos líquidos, 0,14 euros para accionistas residentes em Portugal e 0,132 euros para investidores não residentes), correspondeu a um aumento de 14,3% em relação ao dividendo atribuído em 2002 e à obtenção, por parte dos accionistas, de um rendimento bruto por acção de cerca de 4,7%. Considerando a valorização do título e a totalidade dos dividendos distribuídos desde a data da sua admissão à cotação, a rentabilidade média anual das acções CIMPOR atingia, no final de 2003, os 14,8%.

PRINCIPAIS MARCOS SOCIETÁRIOS DO EXERCÍCIO DE 2003

- **31 de Janeiro** – Assembleia Geral Extraordinária para alteração dos Estatutos.
- **13 de Fevereiro** – Alienação, ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de 185.000 acções próprias, ao preço unitário de 16,15 euros (correspondentes, considerando o *stock split* entretanto efectuado, a 925.000 acções, ao preço unitário de 3,23 euros).
- **24 de Março** – Divulgação dos resultados do exercício de 2002.
- **11 de Abril** – *Stock split* das acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (alteração do respectivo valor nominal, de cinco euros para um euro, com a consequente passagem do número total de acções de 134.400.000 para 672.000.000).
- **29 de Abril** – Divulgação dos resultados do 1º trimestre.
- **14 de Maio** – Assembleia Geral Anual.
- **12 de Junho** – Pagamento dos dividendos.
- **9 de Julho** – Celebração, pela Hormigones Hércules, S.L., de um contrato promessa de compra de activos (uma pedreira e sete centrais de betão) na região espanhola da Andaluzia.
- **31 de Julho** – Assembleia Geral Extraordinária.
- **6 de Agosto** – Formalização da compra, pela Hormigones Hércules, S.L., dos referidos activos na região da Andaluzia.
- **22 de Setembro** – Divulgação dos resultados do 1º semestre.
- **29 de Outubro** – Divulgação dos resultados do 3º trimestre.
- **7 de Novembro** – Anúncio das operações de fusão, por incorporação, da Betourém – Indústria e Comércio de Betão, Lda., na Betabeiras – Betões da Beira, S.A., e da Jofebetão, Lda., na Cimpobetão, SGPS, S.A..

Num esforço de melhoria contínua das suas relações com os investidores, a CIMPOR manteve-se empenhada em assegurar uma estreita ligação a todos os intervenientes no mercado, procurando sempre transmitir, de forma clara, rigorosa, objectiva e transparente, toda a informação relevante sobre a realidade da Empresa e a evolução dos seus negócios.

Esta preocupação permanente em aderir às melhores práticas de Governo das Sociedades valeu à CIMPOR, em 2003 e pelo terceiro ano consecutivo, a conquista do prémio para o melhor Relatório e Contas entre as empresas não financeiras, atribuído pela Deloitte & Touche, em parceria com o Semanário Económico.

	2003	2002	2001
Em 31 de Dezembro:			
Capital Social (10 ³ euros)	672.000	672.000	672.000
Número de acções	672.000.000	134.400.000	134.400.000
Cotação (euros) (1)	4,10	16,00	19,70
Capitalização bolsista (10 ³ euros)	2.755.200	2.150.400	2.647.680
Dividendos brutos (euros) (1) (2)	0,17	0,80	0,70
<i>Dividend yield</i> (3)	4,15 %	5,00 %	3,55 %
Resultados líquidos após I.M. (10 ³ euros)	185.883	176.563	137.829
<i>Payout ratio</i>	61,5 %	60,9 %	68,3 %
Resultados correntes liq. impostos (10 ³ euros)	189.090	170.336	143.300
<i>Payout ratio</i>	60,4 %	63,1 %	65,7 %
Transacções			
Em volume (1.000 acções) (1)	67.724	34.611	28.205
Em valor (10 ⁶ euros)	238	686	731
Quota de mercado	1,3 %	3,2 %	2,4 %
Valorização anual			
Euronext 100	+ 12,7 %	- 32,5 %	- 19,7 %
PSI 20	+ 15,8 %	- 17,6 %	- 24,7 %
Acção CIMPOR	+ 28,1 %	- 18,8 %	- 25,9 %

(1) Em 2001 e 2002: acções do valor nominal de cinco euros; em 2003: acções do valor nominal de um euro.

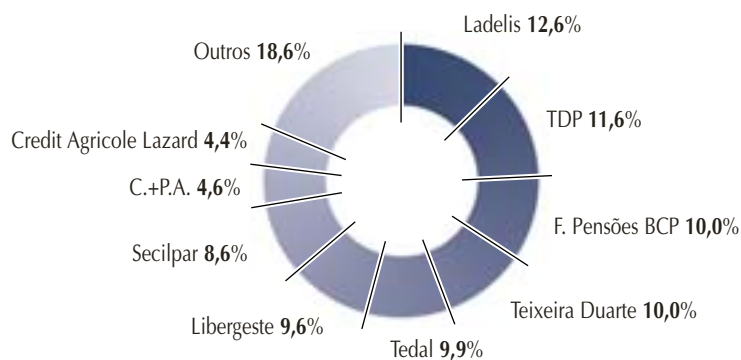
(2) Em 2003: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral.

(3) Relativamente à cotação de final de ano.

1.4.2. Estrutura Accionista

Resumo da Estrutura Accionista

Participações Sociais conforme comunicadas à Sociedade até 2 de Janeiro de 2004



1.4.3. Acções Próprias

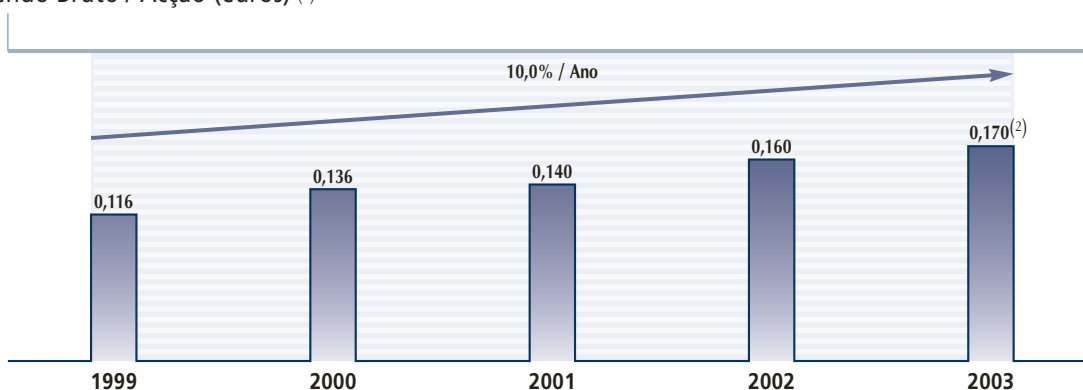
Iniciando o exercício com 1.196.911 acções próprias do valor nominal de cinco euros, a CIMPOR alienou ao longo do ano o equivalente a 1.361.920 acções do valor nominal de um euro: 925.000 ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., ao preço unitário de 3,23 euros, e as restantes 436.920 a colaboradores do Grupo, a um preço médio de 2,94 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. *infra*. Por outro lado, e conforme mencionado no mesmo ponto, a CIMPOR readquiriu a diversos colaboradores um total de 241.410 acções, a um preço médio de 3,61 euros, o que, em conjunto com as compras efectuadas no âmbito da gestão corrente da sua carteira – 476.520 acções, ao preço médio de 3,21 euros – fez um total de 717.930 acções adquiridas em 2003.

Assim, no final do ano, a CIMPOR detinha em carteira 5.340.565 acções próprias, representativas de 0,79% do seu capital social.

1.5. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pretende manter uma política de distribuição de dividendos que pondere (a) a desejável estabilidade do *payout ratio*; (b) a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional; e (c) as perspectivas de investimento futuro do Grupo, analisadas à luz das respectivas necessidades de financiamento por capitais próprios e da capacidade de libertação de meios das diferentes actividades desenvolvidas.

Dividendo Bruto / Acção (euros) ⁽¹⁾



(1) Ajustado Geral.

(2) Conforme proposta a apresentar em Assembleia.

A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão referente à actividade individual da CIMPOR segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto, no valor unitário de 0,17 euros, a cerca de 62,8% do resultado corrente líquido de impostos (após interesses minoritários) e a 61,5% do resultado líquido do Grupo.

1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções

No âmbito da política de remunerações e incentivos aos colaboradores do Grupo, e visando uma maior identificação dos respectivos interesses com os objectivos de criação de valor para o accionista, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada em Maio de 2002, aprovou a venda de acções próprias no âmbito da execução de um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* (definido pelo Conselho de Administração para o referido ano de 2002) e de um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo* (regulamentado pela Comissão de Fixação de Remunerações).

Essa aprovação pela assembleia geral fez expressa referência à justificação para a adopção dos planos, estando igualmente contida na deliberação tomada uma síntese das características essenciais dos planos aprovados, entre as quais as condições de atribuição, os critérios relativos aos preços das acções ou de exercício das opções, definidos em relação às cotações de bolsa em momentos determinados, os períodos durante os quais as opções poderão ser exercidas e a atribuição de competências ao órgão de administração para a respectiva execução ou modificação.

PLANO DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PELOS COLABORADORES PARA O ANO DE 2002

Conforme mencionado no relatório do ano transacto, aderiram ao primeiro dos referidos planos – dirigido à generalidade dos colaboradores das empresas do Grupo com sede em Portugal, incluindo os membros dos respectivos órgãos de administração – 332 colaboradores, os quais viriam a adquirir, a 17 de Maio do mesmo ano, ao preço unitário de 17,5 euros, um total de 28.555 acções (do antigo valor nominal de cinco euros).

No início de 2003, foi adicionalmente atribuída aos beneficiários do plano a possibilidade de:

- a) revenderem, àquele mesmo preço (17,5 euros), parte ou a totalidade das referidas acções; e/ou
- b) adquirirem, ao preço unitário de 14,5 euros, um número de acções que, adicionado ao daquelas por cuja venda haviam eventualmente optado, não poderia ultrapassar tanto o número de acções adquiridas em 2002 ao abrigo do plano em questão como o número de acções por si detidas no final do ano.

Posteriormente, foi-lhes ainda concedida a faculdade, susceptível de ser conjugada com a venda das acções a 17,5 euros, de adquirirem, ao preço unitário de 16,00 euros (valor aproximado da cotação da altura), um número igual, ou inferior, ao dobro das acções adquiridas em 2002 e mantidas na sua posse no final do ano.

Do universo de colaboradores abrangidos: 234 viriam a alienar, no dia 6 de Março de 2003, um total de 21.910 acções, ao referido preço unitário de 17,5 euros; 3 viriam a adquirir, no dia 26 de Março, 105 acções a 14,50 euros; e, por último, no dia 10 de Abril, 154 colaboradores adquiriram um total de 27.647 acções, a 16,00 euros/acção.

PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES DA CIMPOR PARA ADMINISTRADORES E QUADROS DIRIGENTES DO GRUPO – SÉRIE 2002

Pela mesma ordem de razões – fundamentalmente a constatação de que a evolução da cotação do título CIMPOR não traduzia o bom desempenho do Grupo no seu conjunto – a Comissão de Fixação de Remunerações veio também a deliberar que, a todos os administradores e quadros dirigentes que, em 2002, haviam adquirido acções ao abrigo do Plano de Atribuição de Opções *supra* referido, fosse dada a possibilidade de as alienar ao mesmo preço da aquisição (18,50 euros), renunciando simultaneamente ao exercício das opções vincendas nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Registou-se uma adesão a esta faculdade adicional de 82 dos 98 administradores e quadros dirigentes do Grupo a que a mesma se destinava, o que deu origem à recompra – no dia 24 de Março e ao referido preço unitário de 18,50 euros – de um total de 26.372 acções próprias, com o conseqüente cancelamento de 79.116 opções de compra de acções, vincendas nos anos de 2003 a 2005.

PLANO DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PELOS COLABORADORES PARA O ANO DE 2003 E PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES DA CIMPOR PARA ADMINISTRADORES E QUADROS DIRIGENTES DO GRUPO – SÉRIE 2003

O objectivo de proporcionar aos colaboradores do Grupo a possibilidade de, em condições favoráveis, efectuarem um investimento que contribua para o alinhamento dos respectivos interesses com os objectivos de longo prazo da sociedade e dos seus accionistas não foi, no entanto, abandonado. Assim, por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR, realizada a 14 de Maio de 2003, voltou a aprovar a venda de acções próprias no âmbito da execução de um novo *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e da "Série 2003" do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, regulamentado em 2002 pela Comissão de Fixação de Remunerações.

A exemplo da anterior, esta aprovação pela assembleia geral fez também expressa referência à justificação para a adopção dos planos, estando contida na deliberação tomada uma síntese das características essenciais dos planos aprovados, entre as quais as condições de atribuição, os critérios relativos aos preços das acções ou de exercício das opções, definidos em relação às cotações de bolsa em momentos determinados, os períodos durante os quais as opções poderão ser exercidas e a atribuição de competências ao órgão de administração para a respectiva execução ou modificação.

Destinado aos administradores e quadros dirigentes, bem como à generalidade dos colaboradores com vínculo estável às sociedades do Grupo com sede em Portugal e Espanha, o *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores (Ano de 2003)* consistiu na atribuição a cada beneficiário – conforme deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, no respeitante aos administradores da sociedade, e do Conselho de Administração, nos restantes casos – do direito a adquirir, a um preço correspondente a 85% do valor da

cotação de fecho do dia da transacção (com arredondamento por excesso), um determinado número de acções da própria CIMPOR, definido de acordo com a seguinte regra:

$$\text{Quantidade máxima de acções a adquirir} = \frac{\text{Remuneração base mensal ilíquida} / 2}{85\% \text{ da cotação de fecho do dia da transacção}}$$

com arredondamento, por defeito, para um múltiplo de cinco ou de dez acções, consoante a aplicação da referida fórmula resultasse num valor inferior ou superior a 100, respectivamente.

De um conjunto de 2.390 colaboradores a quem, de acordo com aquela regra, foi dada a possibilidade de adquirirem acções CIMPOR, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (em Portugal, de 22 de Abril a 10 de Maio e, em Espanha, de 28 de Maio a 10 de Junho), um total de 210 colaboradores (164 em Portugal e 46 em Espanha), os quais viriam a adquirir o seguinte número de acções (do novo valor nominal de um euro):

Data	Preço Unitário	Nº Acções
16 de Maio	2,78 euros	85.360
18 de Junho	2,82 euros	18.490

Quanto ao *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções*, teve como destinatários os administradores da sociedade que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros do Grupo que, para o mesmo efeito, foram designados pela Comissão Executiva.

Tal como referido no Relatório de 2002 e na deliberação da assembleia geral de 14 de Maio de 2003, as características essenciais deste Plano são as seguintes:

- Anualmente, é atribuída a cada beneficiário a faculdade de adquirir um determinado número de acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações (dentro dos trinta dias seguintes à data da reunião da Assembleia Geral Anual de aprovação das contas), o qual não deverá ser inferior a oitenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data;
- Por cada opção inicial efectivamente exercida, é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir, ao mesmo preço unitário, e em cada um dos três anos seguintes, uma nova acção (opções derivadas); o conjunto formado pelas acções adquiridas no exercício das opções iniciais e pelas correspondentes opções derivadas constitui uma série;
- O número de opções iniciais atribuídas a cada beneficiário é definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, no caso dos membros do Conselho de Administração da *holding*, e por este último (ou pela Comissão Executiva), nos restantes casos;
- O número de opções derivadas a exercer anualmente por cada beneficiário não poderá exceder, no seu conjunto, o número de acções por ele detidas em 28 de

Fevereiro do ano em causa, independentemente de as mesmas terem sido ou não adquiridas ao abrigo do Plano.

- O período durante o qual podem ser exercidas as opções iniciais é fixado pelo Conselho de Administração (ou pela Comissão Executiva) da *holding*; o período para o exercício das opções derivadas é o mês de Março de cada ano;
- As acções assim adquiridas não estão sujeitas a qualquer cláusula de inalienabilidade, ao contrário das opções, as quais não podem ser transmitidas por negócio entre vivos (em caso de morte do beneficiário, apenas é transmitido aos herdeiros o direito de libertação das respectivas opções, o qual se traduz no direito ao recebimento do valor da diferença entre o preço de exercício das mesmas e o preço de mercado das acções à data do óbito);
- O Plano e respectivo Regulamento podem ser revogados ou alterados a qualquer momento, por decisão do Conselho de Administração (ou da Comissão Executiva) da *holding*, ou ainda por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações (no âmbito das suas competências específicas nesta matéria), sem prejuízo da manutenção das opções já atribuídas.

Em 2003, no âmbito deste Plano, com um período de exercício que decorreu entre os dias 7 e 31 de Julho, foram atribuídas 261.000 opções iniciais, contemplando 211 administradores e quadros do Grupo. Destes, 131 exerceram parte ou a totalidade dos seus direitos de opção, ao preço unitário de 2,84 euros, num total de 194.310 acções (do novo valor nominal de um euro). Assim, nos anos de 2004 a 2006, inclusive, e relativamente a esta série, poderão vir a ser exercidas, àquele mesmo preço, um máximo de 582.930 opções derivadas.

OPÇÕES ATRIBUÍDAS, EXERCITÁVEIS E EXTINTAS

Relativamente à Série 2002, todas as opções derivadas que poderiam ter sido exercidas em 2003 ou não o foram ou, conforme referido, os respectivos titulares renunciaram às mesmas. Remanescem, dessa série, com um preço de exercício de 3,70 euros/acção, um conjunto de opções derivadas, passíveis de serem exercidas em 2004 e 2005, equivalente a um total de 43.450 acções.

Em resumo, e com referência ao ano de 2003 (opções correspondentes a acções do valor nominal de um euro):

Série	Opções Atribuídas		Opções Exercitáveis	Opções Exercidas	Outros Opções Extintas	
	Iniciais	Derivadas			Iniciais	Derivadas
2002	–	–	153.585	–	–	417.305 ⁽¹⁾
2003	261.000	783.000	261.000	194.310	66.690 ⁽²⁾	200.070 ⁽²⁾
Total			414.585	194.310	66.690	617.375

(1) Por não exercício das opções vencidas em 2003 / renúncia às opções exercitáveis em 2003, 2004 e 2005.

(2) Por não exercício das opções iniciais atribuídas em 2003.

Assim, enquanto o número total de acções necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas em 2002, era de 460.755 (das quais um terço exercitáveis em 2003), o número de acções necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era o seguinte:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2004	2005	2006	
2002	21.725	21.725	–	43.450
2003	194.310	194.310	194.310	582.930
Total	216.035	216.035	194.310	626.380

1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se Encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo

A sociedade e sociedades dependentes celebraram, durante o exercício de 2003, três operações contratuais com a accionista titular de participações qualificadas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e sociedades participadas por esta, a saber:

- a) Em 29 de Maio de 2003, considerando (i) que as sociedades CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., (CIMPOR Indústria) e TDCIM – Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimentos, S.A., (à data detida maioritariamente pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.) eram ambas titulares de concessões de uso privativo de parcelas de terreno contíguas, sitas junto ao Terminal *Multipurpose* do Porto de Sines, ambas afectas à construção de instalações destinadas à movimentação e armazenagem de cimento, clínquer, pozolanas e gesso, e (ii) que a CIMPOR Indústria pretendia construir, naquelas duas parcelas de terreno, uma instalação destinada ao exercício das referidas actividades, foi celebrado entre as duas sociedades um contrato de que foi igualmente parte a Administração do Porto de Sines (APS), mediante o qual a TDCIM cedeu á CIMPOR Indústria, com o acordo da referida APS, a sua posição contratual no contrato de concessão que celebrara com esta última. O preço estabelecido para a referida cessão foi de 1.128.531,27 euros, correspondente ao valor dos custos comprovadamente suportados pela TDCIM na execução daquele contrato.
- b) Em Julho, atendendo a que (i) a TDCIM tinha em construção uma moagem de clínquer em terrenos pertencentes ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), objecto de um contrato promessa de constituição de direito de superfície, e (ii) a CIMPOR Indústria, através da sua participada Estabelecimentos Scial do Norte, S.A., (SCIAL), tinha interesse na respectiva aquisição, a primeira cedeu à segunda – com o consentimento do IAPMEI/PGS – Sociedade de Promoção e Gestão de Áreas Industriais e Serviços, S.A. – a posição contratual no mencionado contrato promessa de constituição de direito de superfície e prometeu vender a referida moagem de clínquer, logo que concluída a sua construção, por preço correspondente aos custos suportados na realização do investimento.

- c) Ainda em Julho, tendo presente a interligação entre a exploração das instalações de armazenagem e movimentação de cimento, a operação da moagem de clínquer e a actividade da TDCIM, a CIMPOR Indústria adquiriu à Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., um lote de 105.000 acções daquela sociedade, representativas de 21% do respectivo capital, pelo preço global de 220.000 euros.

Para além destas operações, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou qualquer das empresas por si controladas, não realizou qualquer outro negócio ou operação com membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que, com estes, se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à excepção de algumas transacções sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da actividade corrente do Grupo.

1.8. Gabinete de Relações com Investidores

Procurando assegurar um relacionamento estreito com o mercado de capitais, a CIMPOR dispõe, desde o primeiro ano da sua admissão à cotação (1994), de um Gabinete de Relações com Investidores, ao qual compete manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da actividade do Grupo e apoiar os Accionistas da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tanto actuais como potenciais, na sua relação com a Empresa.

O contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais é mantido através de apresentações (ao vivo ou na *Internet*), reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, *e-mail* ou correio tradicional. Paralelamente, os comunicados de factos relevantes e outras informações de interesse relacionadas com a actividade do Grupo, as convocatórias para as assembleias gerais, os Relatórios e Contas e a evolução da cotação das acções CIMPOR na Euronext são divulgados através do *site* www.cimpor.pt.

O Dr. Raúl Tito Rodrigues Caldeira, responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores e pela Direcção de Estudos e Desenvolvimento Estratégico é também, desde 1994, o Representante para as Relações com o Mercado de Capitais, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários.

Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores:

Morada Gabinete de Relações com Investidores CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa PORTUGAL	Telefones 21 311 81 00 21 311 88 89 Fax 21 311 88 67	E-Mail gri@cimpor.pt Internet www.cimpor.pt
Contactos Pessoais Dr. Raúl Caldeira Dra. Filipa Mendes		

1.9. Comissão de Fixação de Remunerações

A Assembleia Geral realizada em 31 de Julho de 2001 elegeu, para o quadriénio de 2001 a 2004, uma Comissão de Fixação de Remunerações da qual apenas tomaram posse e se encontram em funções os seguintes dois elementos:

- Banco Comercial Português, representado por Dr. Filipe de Jesus Pinhal
- Eng. António Carlos Caláinho de Azevedo Teixeira Duarte

Ambos estes membros da Comissão de Fixação de Remunerações são independentes em relação à administração da sociedade, conforme definição constante do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003).

Também em relação a esta Comissão, a sociedade proporciona, a expensas suas, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

1.10. Remuneração do Auditor

Em 2003, o custo global dos serviços prestados ao Grupo CIMPOR pelo seu auditor externo (Deloitte & Touche), incluindo todas as pessoas singulares ou colectivas pertencentes à respectiva "rede", foi de 1.342.782,82 euros, com a seguinte distribuição percentual:

a)	serviços de revisão legal de contas	23,95 %
b)	outros serviços de garantia de fiabilidade	58,19 %
c)	serviços de consultoria fiscal	15,04 %
d)	outros serviços que não de revisão legal de contas	2,81 %

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços susceptível de pôr em causa tal independência. Designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
- A concepção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- Serviços de avaliação de elementos activos ou passivos que possam vir a ser inscritos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
- Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas do Grupo na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
- Serviços de recrutamento e selecção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respectiva "rede", tanto em Portugal como nos diferentes países em que o Grupo opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas do Grupo. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços *supra* referidos, importa realçar que:

- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respectiva adjudicação.

2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A CIMPOR tem seguido uma política continuada de incentivo ao exercício activo dos direitos de voto, quer facilitando o voto por correspondência por parte dos seus accionistas, quer estimulando a sua participação nas reuniões da Assembleia Geral.

No que se refere ao voto por correspondência, a CIMPOR tem vindo a disponibilizar, através da *Internet*, um modelo para o exercício dos referidos direitos, aceitando, no entanto, qualquer declaração de voto que manifeste clara e inequivocamente a vontade do accionista. Para este efeito, os procedimentos a adoptar e os prazos a respeitar – a declaração de voto deverá chegar ao Presidente da Mesa até ao segundo dia útil anterior à data da Assembleia Geral – têm sido claramente definidos em todas as convocatórias de Assembleias Gerais.

Com vista a estimular a participação dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, são igualmente inseridas no texto das respectivas convocatórias as diversas regras, constantes da lei ou do contrato de sociedade, relativas a tal participação e ao exercício do direito de voto. Designadamente:

- Podem assistir à reunião da Assembleia Geral os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada quinhentas acções (podendo agrupar-se os titulares de participações inferiores a este mínimo).
- Os accionistas podem fazer-se representar.
- Podem fazer parte da Assembleia Geral, e podem votar por correspondência, os accionistas que detenham pelo menos quinhentas acções, as quais devem estar inscritas em seu nome até quinze dias antes da data da realização da Assembleia Geral e manter-se inscritas nesse mesmo nome até ao respectivo encerramento. Para este efeito, os accionistas deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa, até oito dias antes daquela data, a declaração emitida pelo respectivo intermediário financeiro.

— Nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades que, para esse efeito, lhe são legalmente equiparadas, pode emitir votos contáveis, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Conforme já referido, com a esperada aprovação da proposta de alteração estatutária apresentada à assembleia geral anual de 2004, os prazos de bloqueio das acções e de apresentação da declaração respectiva ficam reduzidos para, respectivamente, cinco e três dias úteis.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral, são colocadas à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e durante as horas de expediente, as informações referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, facto que tem sido igualmente mencionado na respectiva convocatória.

Dado a actual situação de concentração da estrutura accionista da CIMPOR, não se tem mostrado necessário o recurso à utilização de outros meios electrónicos, para além dos mecanismos disponibilizados via *Internet*, para votação nas Assembleias Gerais.

3. Regras Societárias

3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade

Além das disposições legais aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, existe uma cultura e prática da Empresa que dá ênfase às regras de boa conduta nas situações de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade e às principais obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade e confidencialidade dos membros do órgão de administração, nomeadamente no que toca à prevenção da utilização indevida de bens societários e de oportunidades de negócio.

O Conselho de Administração tem igualmente velado pela aplicação destes princípios em todas as sociedades do Grupo.

O regime que decorre da lei e das referidas cultura e prática da Empresa tem-se revelado adequado para contemplar a matéria relativa a conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, pelo que não se tem mostrado necessário, para além da constituição da já mencionada Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração sobre Governo da Sociedade (vd. ponto 1.2. *supra*), adoptar outro tipo de instrumentos destinados a complementar a disciplina de tais matérias.

3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade

Ao nível da *holding*, e para além do Centro Corporativo – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira e patrimonial (descritos no ponto 6.2. do capítulo II do presente relatório) – o Grupo dispõe igualmente de um Gabinete de

Auditoria Interna incumbido de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São funções deste Gabinete, designadamente:

- Realizar os trabalhos de auditoria financeira, administrativa e patrimonial,
 - certificando os resultados em função da estratégia e dos objectivos fixados;
 - examinando e assegurando o cumprimento das políticas definidas, dos planos estabelecidos e dos procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
 - verificando os poderes e responsabilidades estabelecidos no Grupo e o respectivo grau de formalização;
 - acompanhando o desenvolvimento ou alteração de operações, programas, sistemas e controlos; e
 - verificando a custódia, existência física e valorimetria dos activos;
- Executar as tarefas de auditoria operacional (em particular nas áreas de comercialização, produção, investimentos, conservação e pessoal),
 - avaliando o nível do respectivo controlo de gestão;
 - recomendando as medidas de correcção julgadas convenientes; e
 - verificando se as deficiências reportadas anteriormente foram devidamente corrigidas;
- Efectuar os trabalhos de auditoria informática,
 - avaliando a fiabilidade e integridade da informação e os diversos meios utilizados para a identificar, tratar e divulgar; e
 - analisando os sistemas de informação existentes, designadamente nos aspectos de segurança, controlos básicos programados e actualidade dos manuais dos utilizadores.

3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição

Conforme referido no ponto 2. *supra*, "nenhum Accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social" (n.º 5 do artigo 7.º do Contrato de Sociedade).

Nos últimos anos, os accionistas da CIMPOR tiveram a oportunidade de rejeitar por três vezes – a última das quais em Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003, com uma maioria clara de 65% dos votos expressos – propostas de eliminação do referido limite estatutário de contagem de votos.

Embora muitas vezes apontada como uma medida que dificultaria o lançamento de Ofertas Públicas de Aquisição, a verdade é que a norma em questão (comum em muitas sociedades cotadas em diversos países da União Europeia), para além de constituir um importante mecanismo de ampliação da democracia accionista, se traduz, também, e independentemente de juízos especulativos e abstractos sobre o maior ou menor interesse dos potenciais oferentes, num forte incentivo a que eventuais operações tendentes à aquisição de controlo tenham de reunir condições de muito ampla e generalizada atractividade junto do corpo accionista.

Não se trata, por conseguinte, de uma medida que seja, em si, destinada a dificultar o êxito de Ofertas Públicas de Aquisição ou que se mostre susceptível de lesar os interesses dos sócios e da sociedade.

As únicas restrições à transmissibilidade de acções, são as que impendem sobre as acções detidas pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., na sequência do concurso público relativo à última fase de privatização da CIMPOR e que se traduzem na impossibilidade da sua transmissão antes de decorridos três anos desde a data em que teve lugar o referido concurso (Agosto de 2001).

Por último, refira-se que nenhum accionista detém direitos especiais e que não se conhecem quaisquer acordos parassociais entre os accionistas da CIMPOR.

4. Órgão de Administração

4.1. Caracterização do Órgão de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze administradores, sendo um presidente e os restantes vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu presidente. À semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de quatro anos, podendo ser reeleito.

Considerando a conveniência para o interesse social em instituir um sistema estatutário próprio de designação de administrador por iniciativa de minorias, a Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003 deliberou remover a aplicabilidade do mecanismo supletivo previsto no n.º 6 do artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais – o qual é estritamente baseado num processo de divergência e conflito, absolutamente dependente de ter existido oposição à lista maioritariamente sufragada – substituindo-o por um sistema próprio alternativo (novo artigo 12.º-A dos estatutos), com as seguintes regras, estabelecidas de acordo com o disposto nos n.ºs 1 a 5 do mesmo artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais:

- Independentemente de ter ou não sido emitido voto contra a lista que fez vencimento, um dos administradores terá sempre de ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por um grupo de accionistas, desde que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e menos de 10% do capital social, salvo se tais listas não forem apresentadas;
- Esta eleição, caso seja apresentada proposta nesse sentido, será efectuada isoladamente e antes da eleição dos demais administradores;
- O mesmo accionista não poderá subscrever mais de uma lista e cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o cargo a preencher;
- Se forem apresentadas listas por mais do que um grupo, a votação incide sobre o conjunto das listas.

O Conselho de Administração que se encontrava em funções no início de 2003, eleito para o quadriénio de 2001 a 2004, era integrado pelos seguintes elementos:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Manuel Ferreira
- Dr. José Alfredo de Almeida Honório, nomeado para o exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L..

Na Assembleia Geral anual realizada em 14 de Maio de 2003, no ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, foi rejeitado pelos accionistas o voto de confiança no administrador Dr. José Alfredo de Almeida Honório e aprovada proposta consequente de declaração de destituição da Secilpar, S.L. (para a hipótese de se entender ter alguma vez adquirido a qualidade de administradora) e da pessoa por esta designada para o exercício em nome próprio do cargo de administrador.

A Secilpar, S.L., viria, em 16 de Maio de 2003, a requerer procedimento cautelar de suspensão das deliberações tomadas na referida Assembleia Geral, exclusivamente no respeitante a si própria (não impugnando a destituição do Dr. José Alfredo de Almeida Honório), bem como acção de anulação das mesmas deliberações.

Em 13 de Novembro de 2003, realizada a audiência de julgamento do referido procedimento cautelar, foi proferida sentença favorável à CIMPOR, julgando-o improcedente.

Entretanto, em 31 de Julho de 2003, realizou-se uma nova Assembleia Geral de accionistas, onde, tendo sido reiterada e renovada, a título cautelar, a deliberação anterior relativa à Secilpar, S.L., foi eleito para o exercício do cargo de administrador da CIMPOR, por proposta de accionistas minoritários e ao abrigo das regras constantes do artigo 12.º-A dos estatutos da sociedade, o Dr. Vicente Árias Mosquera.

Estas deliberações viriam também a ser objecto, por parte da Secilpar, S.L., de requerimento de procedimento cautelar de suspensão e de acção de anulação, que se encontram pendentes.

Por força da citação da sociedade para este último procedimento cautelar requerido pela Secilpar, S.L., e da disposição do n.º 3 do artigo 397º do Código do Processo Civil – que veda a execução das deliberações objecto de procedimento cautelar desde a citação até decisão da primeira instância – o administrador eleito por iniciativa de accionistas minoritários Dr. Vicente Árias Mosquera tem, até à data, permanecido impedido do exercício efectivo das funções para que foi eleito. A sociedade está inteiramente confiante quanto à ausência de fundamento do referido procedimento cautelar e, consequentemente, em decisão judicial favorável que permita àquele administrador o exercício normal de funções a breve prazo.

Tal como recomendado pelas modernas orientações internacionais sobre *corporate governance*, a maioria dos actuais membros do Conselho de Administração (seis num total de onze), incluindo o respectivo Presidente, é composta por administradores não executivos. São eles:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Manuel Ferreira
- Dr. Vicente Árias Mosquera

Constituem a Comissão Executiva os restantes cinco administradores, a saber:

- Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte – Presidente
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

De acordo com o critério estabelecido no Regulamento n.º 11/2003, da CMVM, um administrador não é considerado independente se estiver associado a grupos de interesses específicos na sociedade. Para este efeito, o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento enumera as situações de administradores que:

- a) Sejam membros do órgão de administração de sociedade que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, exerça domínio sobre a sociedade;
- b) Sejam titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da sociedade, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- c) Exerçam funções de administração ou tenham um vínculo contratual com empresa concorrente;
- d) Aufiram qualquer remuneração da sociedade, ou de outras sociedades que com aquela estejam em relação de domínio ou de grupo, excepto a retribuição pelo exercício das funções de administração;
- e) Sejam cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau, inclusive, das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Para além das circunstâncias acima enunciadas, conforme o Regulamento, o órgão de administração deve ainda ajuizar, em termos fundamentados, da independência dos seus membros perante outras circunstâncias concretas a eles atinentes, isto é, de outros tipos de associação a grupos de interesse específicos.

Tendo em conta o estabelecido no referido n.º 2 do artigo 1.º, os administradores Dr. Jacques Lefèvre e Eng. Jean Carlos Angulo, a considerar-se relevante o exercício de funções de administração em empresas concorrentes da CIMPOR em alguns dos mercados em que o Grupo está presente (muito embora não seja o caso de Portugal, principal mercado

do Grupo), não poderão, eventualmente, ser considerados como independentes, não obstante haverem sido propostos e eleitos em assembleia geral a título individual, não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular.

Por outro lado, deverá também mencionar-se, por razões de transparência de informação, que os administradores Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte, Dr. Manuel Ferreira e Dr. João Salvador dos Santos Matias, apesar de não abrangidos por qualquer das situações previstas na referida disposição do Regulamento n.º 11/2003, da CMVM, e de haverem, também, sido propostos e eleitos em Assembleia Geral a título individual (não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular), poderão ser igualmente tidos como não independentes, por exercerem funções de administração num accionista com participação superior a 10% no capital social da CIMPOR (a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

Todos os restantes administradores são independentes, por qualquer critério, pelo que, tanto no Conselho de Administração como na Comissão Executiva, se verifica uma maioria clara de membros qualificados como independentes.

CARGOS EXERCIDOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As funções exercidas pelos membros do órgão de administração noutras sociedades são as seguintes:

— **Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta**

Presidente do Conselho de Administração da CIRES, S.A.;
 Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português, S.A.;
 Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Atlansider, SGPS, S.A..

— **Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa**

Presidente do Conselho de Administração da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
 Mandatário Geral da agência, em Portugal, da Abeille Vie – Société Anonyme d’Assurances Vie et Capitalisation;
 Presidente do Conselho de Administração da ADI – Administração de Investimentos, S.A.;
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bayer Portugal, S.A.;
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APA – Associação Parque Atlântico;
 Gerente da Silva & Barbosa – Consultores Internacionais de Gestão, Lda.;
 Presidente do Instituto Humanismo e Desenvolvimento;
 Director da Fundação Amélia da Silva de Mello;
 Administrador da Fundação Oliveira Martins;
 Administrador da Fundação Portugal África;
 Consultor do Grupo Somelos – Indústrias Têxteis.

— **Dr. Jacques Lefèvre**

Presidente do Conselho de Supervisão da Compagnie Fives Lille;
 Vice-Presidente não executivo do Grupo Lafarge;
 Administrador da Cementia Holding A.G.;
 Administrador da Lafarge Asland, S.A.;

Administrador da Cementos Molins, S.A.;
 Administrador da Société Nationale d'Investissements au Maroc;
 Administrador da Petrokazakhstan Inc.;
 Co-Presidente do France – Philippines Business Council;
 Co-Presidente do France – Morocco Business Council.

— **Eng. Jean Carlos Angulo**

Director Geral Adjunto do Grupo Lafarge;
 Vice-Presidente da Lafarge Ciments;
 Administrador da Lafarge Asland, S.A.;
 Administrador da Readymix Asland, S.A.;
 Vice-Presidente da Lafarge Maroc;
 Administrador da Lafarge Adriasebina;
 Administrador da Cementos Molins, S.A.;
 Presidente das organizações profissionais Syndicat Français de l'Industrie Cimentière, ATILH e Cimbéton;
 Administrador do CEMBUREAU.

— **Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura**

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.L.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamento, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Imobiliária, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração dos Estabelecimentos Scial do Norte, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Mossines – Cimentos de Sines, S.A.;
 Gerente da MECAN – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.;
 Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;
 Presidente do Conselho de Administração da SACOPOR – Sociedade de Embalagens de Sacos de Papel, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.;
 Gerente da Vilaje – Vigas e Lajes Pré-Esforçadas, Lda.;
 Presidente do Conselho de Administração da Prediana – Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Asment de Témara, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração da Betocim, S.A.;
 Administrador da CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A.;
 Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.;
 Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.;
 Administrador da Cement Services Company, S.A.E.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento.

— **Eng. Luís Filipe Sequeira Martins**

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.L.;
 Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Betão Liz, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Betão, SGPS, S.A.;

Gerente da Vermofeira – Extracção e Comércio de Areias, Lda.;

Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;

Administrador da Corporación Noroeste, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Cementos de Andalucía, S.L.;

Administrador da Asment de Témar, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CJO – Sociéte des Ciments de Jbel Oust, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Amreyah Cement Company, S.A.E.;

Presidente do Conselho de Administração da Amreyah Cimpore Cement Company, S.A.E.;

Presidente do Conselho de Administração da Cement Services Company, S.A.E..

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

— **Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc**

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.L.;

Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.;

Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;

Administrador da Asment de Témar, S.A.;

Administrador da CJO – Sociéte des Ciments de Jbel Oust, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CEC – Cimpore Egypt for Cement, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cimpore Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Cement Services Company, S.A.E.;

Administrador da Companhia de Cimentos do Brasil;

Presidente do Conselho de Administração da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.;

Presidente do Conselho de Administração da Imopar – Imobiliária de Moçambique, S.A.R.L.;

Presidente do Conselho de Administração da Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Reinsurance, S.A.;

Administrador da CIMPOR Finance, Ltd.;

Administrador da Penrod Investments Limited.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

— **Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte**

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Macau), Lda.;

Administrador da PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.;

Gerente da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.;

Gerente da F+P – Imobiliária, Lda.;

Gerente da Hipus – Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.;

Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.;

Membro do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A..

— Dr. João Salvador dos Santos Matias

Administrador da Tedal, SGPS, S.A.;

Administrador da ESTA – Gestão de Hóteis, S.A.;

Administrador da Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;

Administrador da CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.;

Administrador da EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.;

Administrador da Mercapetro – Produtos Petrolíferos, S.A.;

Administrador da Petras – Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.;

Administrador da Petrin – Petróleos e Investimentos, S.A.;

Administrador da Petrobeiras – Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.;

Administrador da S. Luís de Maranhão – Gestão Imobiliária, S.A.;

Administrador da Sinerama – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.;

Administrador da SM – Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.;

Administrador da Soprocine – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da SPI – Sociedade de Petróleos Independentes, S.A.;

Administrador da Tratado – Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.;

Administrador da TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.;

Administrador da TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.;

Administrador da VTD – Veículos Automóveis, S.A..

— Dr. Manuel Ferreira

Administrador da Mercapetro – Produtos Petrolíferos, S.A.;

Administrador da Petras – Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.;

Administrador da Petrin – Petróleos e Investimentos, S.A.;

Administrador da Petrobeiras – Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.;

Administrador da SM – Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte, SGPS, S.A.;

Administrador da Tedal, SGPS, S.A.;

Administrador da TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da SPI – Sociedade de Petróleos Independentes, S.A.;

Administrador da V8 – Gestão Imobiliária, S.A.;

Administrador único da TOPSPIN – Centro Desportivo de Ténis Internacional, S.A., da TOPSPIN – Investimentos Imobiliários, S.A., e da TOPSPIN, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da PTG – Sociedade Gestora de Participações, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da VTD – Veículos Automóveis, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Tratado – Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da EUROGTD – Sistemas de Informação, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.;

Gerente da Angoímo – Empreendimentos e Construções, Lda.;

Gerente da Comércio de Automóveis, Lda.;

Gerente da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Angola), Lda.;

Gerente da Imoafro – Empreendimentos Imobiliários, Lda.;

Gerente da Afrimo – Empreendimentos Imobiliários, Lda.;

Gerente do Lisboa Ténis Clube, Lda..

— **Dr. Vicente Árias Mosquera ***

Presidente do Conselho de Administração do Grupo de Empresas do Banco Pastor;
 Presidente do Conselho de Administração do Grupo La Toja Hoteles, S.L.;
 Presidente do Conselho de Administração da Inversiones Ibersuizas, S.A.;
 Presidente do Conselho de Administração do Patronato de La Escuela de Enseñanza Social de Galicia;
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Union Electrica-Fenosa, S.A.;
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundacion Galicia-Europa, S.A.;
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Asociacion de Amigos del Centro Galego de Arte Contemporanea S.A..

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções

4.2. Comissão Executiva

Em 2001, foi deliberado pelo Conselho de Administração manter a tradição de existência de uma Comissão Executiva, elegendo uma comissão composta por cinco elementos, na qual foram delegados todos os poderes relativos à gestão corrente da sociedade, com excepção apenas das matérias legalmente definidas como não passíveis de delegação, enumeradas no ponto 4.3. *infra*.

Conforme anteriormente referido, a Comissão Executiva é composta pelos seguintes cinco administradores:

- Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Os três últimos administradores são independentes por qualquer critério, aplicando-se aos dois primeiros as considerações acima expostos (*vd.* ponto 4.1. *supra*).

A Comissão Executiva – presidida pelo Dr. Pedro Teixeira Duarte, substituído quando necessário pelo Eng. Jorge Salavessa Moura – não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação de mais do que um administrador em cada reunião. As deliberações são tomadas por maioria dos presentes. Durante o ano de 2003, a Comissão Executiva reuniu 38 vezes.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, conforme seguidamente indicado:

- Relações Externas e Comunicação, Recursos Humanos, Auditoria Interna e Assuntos Jurídicos – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;

— Centro Corporativo, Consolidação e Planeamento e Sistemas de Informação – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

No que respeita à ligação às entidades externas abaixo indicadas, foi definida a seguinte distribuição:

— Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC) e outras Associações Sectoriais – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;

— CEMBUREAU, "World Business Council for Sustainable Development" (WBCSD) e Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto (APEB) – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;

— Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Euronext Lisboa e Conselho Fiscal – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, sem prejuízo da realização de outras reuniões intercalares sempre que se torne necessário. Não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Durante o ano de 2003, o Conselho de Administração reuniu por 6 vezes.

Conforme anteriormente referido, à Comissão Executiva encontram-se vedadas todas as matérias qualificadas por lei como não delegáveis. A saber, nos termos do artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais:

- Escolha do Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável;
- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de assembleias gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Prestação de caucções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Mudança de sede e aumentos de capital;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Além destas matérias, que, nos termos da lei, constituem competências não delegáveis pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva entendeu, ainda, por sua iniciativa, em 3 de Agosto de 2001, reservar para o plenário do Conselho de Administração as deliberações finais sobre quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com accionistas detentores de 2% ou mais do capital social da CIMPOR, sempre que, pela sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados de especial relevância.

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva, encontram-se criados os seguintes procedimentos:

- Distribuição aos membros do Conselho de Administração das actas das reuniões da Comissão Executiva;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz regularmente um sumário dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida desde a última reunião, facultando aos administradores os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados;
- Encontra-se ainda regulamentada a possibilidade de solicitação, por parte dos administradores, de elementos ou informações à Comissão Executiva, fora das reuniões do Conselho.

4.4. Remunerações

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da sociedade, bem como as modalidades e prestações do respectivo esquema complementar de reforma ou de invalidez, são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações, composta por accionistas eleitos em assembleia geral, podendo tal remuneração incluir uma componente variável, estabelecida em função dos resultados do exercício (nos termos do artigo 16º do contrato de sociedade, a referida componente não poderá, globalmente, exceder 1% dos resultados líquidos, deduzidos da importância destinada à reserva legal).

Na definição da referida componente variável, os interesses dos administradores estão inteiramente alinhados com o interesse da sociedade, já que a mesma depende dos respectivos resultados e da criação de valor para o accionista.

O montante total de remunerações, prestações para o esquema complementar de reforma ou de invalidez e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais
Administradores Executivos	1.101.127,46	1.101.291,23	2.202.418,69
Administradores Não Executivos	523.752,80	0,00	523.752,80
Total	1.624.880,26	1.101.291,23	2.726.171,49





CIMPOR

Relatório e Contas Consolidados

II. Actividade do Grupo

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Evolução da Economia Mundial

Tal como já sucedera no ano anterior, o comportamento da economia mundial, em 2003, ficou bastante aquém das expectativas que se desenhavam no início do ano. A incerteza associada ao conflito iraquiano, a enorme volatilidade dos mercados financeiros e a persistência de um clima generalizado de estagnação económica marcaram a primeira metade de 2003. No segundo semestre, com a rápida resolução da Guerra no Iraque e a manutenção do carácter expansionista das políticas macroeconómicas seguidas pelos principais países industrializados, a par com a implementação de importantes reformas estruturais, assistiu-se a alguma estabilização das economias da Zona Euro, à consolidação da retoma da economia norte-americana, a um crescimento do Japão superior ao esperado e à melhoria das condições económicas nos países emergentes.

Globalmente, o crescimento da economia mundial, em 2003, terá sido de aproximadamente 2,8%, beneficiando, sobretudo, da evolução verificada nas economias emergentes, já que, no conjunto dos países industrializados, a taxa de crescimento do produto não terá ido além de 2,1%.

As taxas de juro de curto prazo nos EUA e na UEM, após as reduções das taxas directoras, no decurso do primeiro semestre, para níveis anormalmente baixos, mantiveram-se relativamente estáveis durante a segunda metade de 2003. Já as taxas de longo prazo registaram, nos últimos meses do ano, uma clara tendência de subida, impulsionadas pelos sinais de aceleração da economia, pelo acentuar dos desequilíbrios orçamentais e pela maior apetência dos investidores pelas aplicações de risco, o que viria a influenciar muito favoravelmente os mercados accionistas.

Na *União Europeia*, depois de dois trimestres de estagnação (o primeiro) e de contracção (o segundo), assistiu-se a partir do Verão a uma certa recuperação do nível da actividade, insuficiente, no entanto, para elevar a respectiva taxa de crescimento, no conjunto do ano, acima de uns modestos 0,8%. Nas duas principais economias da Zona Euro, Alemanha e França, o crescimento do PIB acabou mesmo por ser praticamente nulo (França) ou até ligeiramente negativo (Alemanha), colocando ambos os países em situação de não cumprimento dos limites do défice orçamental impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A taxa de desemprego aumentou, em 2003, para cerca de 8,8% e a taxa de inflação, beneficiando da desvalorização do dólar norte-americano, não terá ultrapassado em muito os 2,0%. Com a inflação relativamente controlada, o Banco Central Europeu efectuou, durante o primeiro semestre, duas importantes reduções da sua taxa directora, num total de 0,75 p.p., fixando-a no nível mais baixo (2,0%) dos últimos quase 60 anos.

Nos *Estados Unidos*, o crescimento do PIB, apesar de haver ultrapassado os 3,0%, ficou aquém das expectativas. Nem o corte da taxa de referência da Reserva Federal para apenas 1,0% nem a política fiscal de cariz expansionista prosseguida pelo Governo constituíram estímulos suficientes para reanimar decisivamente a economia e incutir sustentabilidade ao mercado de emprego.

A co-existência de défices elevados nos planos orçamental e externo, o facto de os diferenciais de taxas de juro serem muito desfavoráveis aos EUA (a par de alguma saturação na detenção de activos denominados em dólares por parte dos bancos centrais asiáticos), a ocorrência de importantes escândalos financeiros em grandes empresas norte-americanas e os sucessivos receios de atentados terroristas, entre outros factores, conduziram o dólar – que, no ano anterior, já havia desvalorizado cerca de 15,5% face ao euro – a uma depreciação adicional, em 2003, de quase 17%. Em termos efectivos, relativamente a um conjunto de moedas ponderadas pelo seu peso no comércio externo dos EUA, o valor do dólar reduziu-se, neste ano, em mais de 14%.

No *Japão*, a economia começou, finalmente, a dar sinais de recuperação: o PIB terá crescido um pouco acima dos 2,0% (após uma contracção de 0,4% em 2002), com o sector exportador a constituir o principal motor da retoma, impulsionado pela procura proveniente dos EUA e de alguns países asiáticos, nomeadamente da China.

No conjunto da *América Latina*, o crescimento do produto, segundo o FMI, terá sido de aproximadamente 1,1%, quando, em 2002, havia sido ligeiramente negativo. O comportamento das diferentes economias foi, no entanto, bastante díspar: enquanto a Argentina começou a sair da crise em que mergulhara em 2001, apresentando uma taxa de crescimento do PIB próxima dos 7%, o Brasil praticamente estagnou, apesar do aumento das exportações e da queda significativa da principal taxa de referência do Banco Central.

1.2. Evolvente Económica dos Países onde o Grupo Opera

1.2.1. Portugal

Em Portugal, a diminuição do consumo privado em cerca de 0,7%, a forte contracção do investimento (com a FBCF a registar uma queda de 9,5%) e os esforços de contenção dos gastos públicos determinaram uma redução significativa da procura interna (- 2,9%), o que, apesar do crescimento das exportações de bens e serviços em perto de 4%, provocou uma contracção do PIB, em 2003, da ordem dos 1,3%.

A aposta do Governo no cumprimento da meta do défice orçamental prevista no Pacto de Estabilidade e Crescimento, embora correspondendo a uma necessidade inadiável de consolidação orçamental, conduziu a cortes significativos no investimento público, com efeitos bastante penalizadores em diversos sectores de actividade, designadamente no sector da construção. Por outro lado, os níveis de endividamento das empresas e dos particulares continuaram a colocar fortes restrições à expansão do investimento e do consumo privados.

Nesta conjuntura fortemente recessiva, a taxa de desemprego aumentou para quase 7% no final de 2003 e a inflação, em termos de média anual, diminuiu 0,4 p.p., fixando-se em 3,3%.

1.2.2. Espanha

A economia espanhola, ao apresentar, em 2003, uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 2,4% (acima dos 2,0% registados no ano anterior), evidenciou um comportamento francamente positivo quando comparado com o da média da União Europeia.

Tal crescimento assentou, essencialmente, no aumento do consumo privado – fruto da evolução do rendimento disponível e da criação de novos empregos – e do dinamismo do sector da construção, tanto na vertente habitacional como no subsector das obras públicas. De salientar, também, o aumento do investimento em bens de equipamento, que, ao atingir 1,9%, foi o mais elevado dos últimos três anos.

O grande dinamismo da procura interna conduziu, no entanto, a um crescimento algo excessivo das importações, com a conseqüente deterioração do défice da Balança de Transacções Correntes, o qual passou a representar 3,6% do PIB (contra apenas 2,4%, em 2002). Por outro lado, tanto a taxa de desemprego (superior a 11%) como a taxa de inflação (acima dos 3,5%) mantiveram-se em níveis elevados.

1.2.3. Marrocos

Em Marrocos, fruto da melhoria sensível de importantes sectores como a agricultura, a construção civil, a produção de energia e o turismo, o ritmo de crescimento da actividade económica terá atingido os 5,5% (mais 1 p.p. que em 2002).

Embora, ao contrário do ano anterior, se tenha verificado um aumento das importações (3,7%) muito superior ao das exportações (apenas 1,5%), a balança de pagamentos manteve um saldo largamente positivo, graças ao incremento das remessas dos emigrantes e ao bom nível de captação de investimento directo estrangeiro.

A taxa de inflação, beneficiando de um nível de poupança que atinge 26,5% do PIB, não terá sido superior a 1%, baixando quase 2 p.p. em relação à média de 2002.

1.2.4. Tunísia

O bom desempenho dos sectores agrícola e industrial (este último, sobretudo, na sua vertente exportadora) permitiu, apesar da queda verificada nas receitas do turismo, que a Tunísia voltasse a apresentar, em 2003, uma taxa de crescimento do produto idêntica à registada dois anos antes (acima dos 5%).

O aumento das exportações, aliado ao crescimento das remessas dos emigrantes, conduziram a uma redução do défice externo de cerca de 3% do PIB, em 2002, para apenas 2,4%, em 2003.

Tanto a taxa de inflação (2,7%) como o défice do sector público (que passou de 3,8% do PIB, em 2002, para 2,7%, em 2003) permaneceram controlados.

1.2.5. Egipto

A economia egípcia – cujo nível de actividade, em 2003, se terá reduzido em cerca de 1%, com a produção industrial a crescer apenas marginalmente – continua a sofrer de alguns constrangimentos que têm vindo a inibir o seu relançamento de forma sustentada: uma taxa de inflação relativamente elevada (acima dos 5%), altas taxas de juro e défices público e externo significativos.

Igualmente preocupante é a persistente falta de liquidez da economia, fruto, em grande parte, de um mercado cambial pouco profundo e cujos preços não reflectem adequadamente a oferta e a procura. Neste contexto, a libra egípcia, entre o início e o final de 2003, desvalorizou cerca de 25% face ao dólar e mais de 37% face ao euro.

O clima de permanente conflito que se vive no Médio Oriente não deixa também de afectar negativamente o país, contribuindo para o adiamento das reformas económicas, nomeadamente a tomada de medidas de liberalização da economia e o prosseguimento do programa de privatizações.

1.2.6. Brasil

Apesar de a economia brasileira, em 2003, ter registado uma contracção de 0,2% (registando o mais baixo nível de crescimento da última década), o ano pode acabar por considerar-se como globalmente positivo para o país, sobretudo pela credibilidade internacional granjeada pela política económica do novo governo e pelo sentimento de confiança incutido aos investidores, o que, em termos de futuro, constitui um trunfo de capital importância.

A evolução da economia, em 2003, conheceu duas fases bastante distintas. Na primeira metade do ano, o nível de actividade sofreu claramente uma retracção, com as taxas de juro a manterem-se em níveis elevados, visando o controlo da espiral inflacionista iniciada em 2002. No segundo semestre, com a progressiva moderação do aumento dos preços, o Banco Central foi reduzindo as suas taxas directoras e começaram a observar-se os primeiros sinais de retoma da economia.

Em resultado desta política restritiva, a taxa de inflação (IPCA) caiu dos 12,5% registados em 2002 para menos de 10%, em 2003. Porém, e simultaneamente, assistiu-se a uma forte contracção tanto do consumo como do investimento, quer públicos quer privados. Nesta conjuntura, a redução do PIB só não foi mais acentuada devido ao excelente comportamento do sector agro-pecuário e da generalidade das exportações, com altas de 5,0% e 14,2%, respectivamente.

Relativamente ao dólar norte-americano, a moeda brasileira apreciou-se em cerca de 22% entre os dois finais de ano, embora, em termos de média anual, se tenha registado ainda uma ligeira depreciação (4%).

1.2.7. Moçambique

O desempenho da economia moçambicana, em 2003, caracterizou-se por uma clara expansão, expressa num crescimento real do PIB de aproximadamente 8% e numa subida da taxa de inflação em cerca de 5 p.p., para um nível próximo dos 14%.

Este agravamento da taxa de inflação é em grande parte explicado pela valorização do rand (quase 40%, em termos de média anual, relativamente ao metical), dado o enorme peso das importações provenientes da África do Sul em toda a economia de Moçambique.

As taxas de juro, embora se mantenham ainda em níveis excessivamente elevados, apresentaram uma ligeira tendência descendente, respondendo às indicações do Banco Central nesse sentido.

De registar, também, a melhoria do saldo global da balança de pagamentos, em resultado não só da redução do défice da conta de transacções correntes, mas também do desempenho positivo da balança de capitais, fruto da captação de investimentos estrangeiros e do fluxo favorável de empréstimos do exterior.

1.2.8. África do Sul

A evolução da economia sul-africana durante o ano de 2003 foi particularmente marcada por um forte movimento de apreciação do rand, traduzido, no final do ano, por uma valorização da moeda local em mais de 30% face ao dólar e de cerca de 9% relativamente ao euro. Este movimento, de certa forma inesperado, radicou, em grande parte, na evolução do preço das *commodities*, sobretudo do ouro, e no nível relativamente elevado, no contexto internacional, das taxas de juro do país.

Apesar do dinamismo evidenciado tanto pelo consumo como pelo investimento (com a FBCF a registar um aumento de 5,5%), a taxa de crescimento do PIB não terá ido além de 1,5%, em consequência de uma redução assinalável das exportações, fortemente prejudicadas pela valorização do rand.

Por outro lado, a taxa de inflação, beneficiando da referida valorização e da consequente queda dos preços dos bens e serviços importados, deverá ter baixado 3,3 p.p. relativamente ao valor registado em 2002, fixando-se em 5,8%. Este abrandamento da inflação permitiu ao Banco Central ir reduzindo gradualmente, ao longo do ano, as suas taxas directoras – de 17,0% para 11,5% – numa tentativa de estimular a actividade económica e de defender o aparelho produtivo nacional da ameaça representada pela maior competitividade das importações.

1.3. Evolução do Sector Cimenteiro

O consumo mundial de cimento terá atingido, em 2003, cerca de 1.800 milhões de toneladas, com a tendência decrescente que se vem observando na maioria dos países desenvolvidos a ser mais do que compensada pelo aumento do consumo noutros mercados, principalmente na Ásia e nos países da Europa Central e de Leste.

Nos mercados mais desenvolvidos, o contexto de desaceleração da actividade económica e os baixos níveis de confiança dos particulares e das empresas tiveram, inevitavelmente, reflexos negativos no investimento privado. Quanto ao investimento público, foi também objecto de cortes significativos, ressentindo-se do esforço dos governos ocidentais para equilibrar as contas dos respectivos Estados. O sector da construção, directamente relacionado com os investimentos em habitação e em infraestruturas, terá sido, nesta conjuntura, o mais prejudicado, com a consequente redução do consumo de cimento.

Ainda assim – e em sentido inverso ao da grande maioria dos países da Europa Ocidental – Reino Unido, Espanha e Grécia conseguiram apresentar crescimentos mais ou menos significativos nos respectivos consumos. Na América do Norte, enquanto o Canadá registou um aumento próximo dos 4%, os Estados Unidos, apesar da forte descida das taxas de juro, permaneceu com a actividade de construção praticamente estagnada.

Ao nível dos preços, pese embora o abrandamento da procura, verificou-se alguma resistência à respectiva queda, com a importante excepção da Alemanha, onde, em termos de variação média anual, se registou uma diminuição da ordem dos 15%, reflexo, ainda, dos problemas que afectaram o sector em 2002 e da guerra de preços que se lhes seguiu.

Nos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento, o comportamento da procura foi, de uma forma geral, mais positivo. Na América Latina, com os preços a evoluírem favoravelmente em moeda local, o Brasil e a Venezuela registaram fortes quebras no consumo de cimento, em contraste com os aumentos observados no México, Chile, Peru e Argentina. Quanto aos países da Europa Central e de Leste, candidatos à adesão à União Europeia, apresentaram, à excepção da Polónia, importantes aumentos de consumo, beneficiando do bom comportamento do sector da construção, tanto na vertente do investimento público como em resultado do dinamismo da iniciativa privada. Também no continente africano, sobretudo na África Austral, a procura evoluiu favoravelmente, estimando-se que haja aumentado a uma taxa próxima dos 4%.

Mas é na zona Ásia-Pacífico, responsável por mais de metade do consumo mundial de cimento (com a China a representar, por si só, cerca de 40%), que o crescimento da procura – sobretudo em países como a Índia, Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia (para além da própria China) – continua a ser particularmente significativo, com variações anuais da ordem dos 5 a 10%.

Em matéria de movimentos de fusões e aquisições, estima-se que, no total, as transacções realizadas tenham envolvido uma capacidade de produção de cimento de perto de 46 milhões de toneladas/ano, cerca do dobro das capacidades adquiridas em 2002, mas muito longe do máximo de 130 milhões de toneladas/ano atingido em 1999. Entre as principais transacções de que se tem conhecimento, realizadas em 2003, destacam-se as seguintes:

- As aquisições, pela Holcim, da Cementos Hispânia e da Plevenski Cement, efectuadas em Espanha (à Dyckerhoff) e na Bulgária (à Titan);
- As compras realizadas pela Heidelberg – Anneliese, Buderus e Bosenberg (na Alemanha), Iceland Cement (na Islândia) e Slantsy (na ex-URSS);
- As aquisições, pela Lafarge, da ChongQuing (na China), da Beocinska (na Sérvia), da Cementarna Trboulge (na Eslovénia) e da Uralcement (na ex-URSS);
- As aquisições, pela Titan, da Zlatna Panega (à Heidelberg) e da Cementarnica Usje (à Holcim), ambas na Bulgária;
- A *joint venture* celebrada pela Votorantim para a compra da Suwanee, na Florida (EUA); e
- A compra, à RMC, por parte da Boral, de uma participação adicional de 20% na Adelaide Brighton (Austrália), estando em curso uma OPA para a aquisição da totalidade da empresa.

Relativamente aos preços praticados, nomeadamente em termos de *Enterprise Value*, torna-se difícil ter um padrão de comparação com o ano anterior, dado que parte destas transacções obedeceu a interesses estratégicos particulares, concretizando-se muitas delas através da troca de activos entre os principais grupos cimenteiros. Para estes últimos, aliás, a prioridade continuou a ser a diminuição dos respectivos níveis de endividamento, com a adopção de medidas mais ou menos drásticas: cortes no *capex*, grandes aumentos de capital (Lafarge) e pagamento de dividendos mediante a entrega de acções (Heidelberg).

2. Análise dos Resultados do Grupo

2.1. Síntese da Actividade Global

Para a CIMPOR, 2003 foi sobretudo um ano de consolidação, com a gestão do Grupo centrada, essencialmente, na integração das novas unidades adquiridas no final de 2002 (uma empresa na África do Sul e três unidades fabris em Espanha), na reestruturação da sua dívida financeira (com um alongamento significativo da respectiva maturidade) e na realização de importantes investimentos em duas novas linhas de produção (uma no Brasil, terminada em meados do ano, e outra no Egito, concluída já em 2004). Com a entrada em exploração destas novas linhas, o Grupo CIMPOR eleva a sua capacidade total de produção de cimento com clínquer próprio para cerca de 23,4 milhões de toneladas/ano, mantendo a décima posição no *ranking* mundial das empresas do sector.

Com o alargamento do perímetro de consolidação, e apesar da queda abrupta de alguns mercados onde o Grupo está presente (em particular, os mercados português e brasileiro) e da forte apreciação do euro (que, relativamente às moedas brasileira e egípcia, atingiu, em termos de câmbios médios anuais, quase 25% e mais de 52%, respectivamente), os Resultados Líquidos consolidados, após Interesses Minoritários, cifraram-se em 185,9 milhões de euros, ultrapassando em 9,3 milhões de euros (5,3%) os resultados do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO GRUPO

(milhões de euros)	2003	2002	Var.	2001
Volume de Negócios	1.360,9	1.317,2	3,3 %	1.385,7
Cash Costs Operacionais	848,4	805,8	5,3 %	880,9
Cash Flow Operacional (EBITDA)	512,5	511,4	0,2 %	504,8
Amortizações e Provisões	223,5	227,6	- 1,8 %	235,0
Resultados Operacionais (EBIT)	289,0	283,8	1,8 %	269,8
Resultados Financeiros	- 35,5	- 23,3	52,2 %	- 56,3
Resultados Correntes	253,4	260,5	- 2,7 %	213,6
Resultados Extraordinários	12,3	- 38,2	s.s.	- 5,2
Resultados antes de Impostos	265,7	222,3	19,6 %	208,4
Impostos sobre o Rendimento	72,6	40,6	78,7 %	63,6
Resultados antes de Int. Minoritários	193,1	181,6	6,3 %	144,8
Interesses Minoritários	7,2	5,1	42,5 %	6,9
Resultado Líquido do Grupo	185,9	176,6	5,3 %	137,8

As vendas de cimento e clínquer, em quantidades, totalizaram quase 18,3 milhões de toneladas, registando um aumento de mais de 11% em relação ao ano anterior. As novas unidades adquiridas na África do Sul e na região espanhola da Andaluzia contribuíram decisivamente para esta evolução, já que, sem as mesmas, e excluindo também as vendas efectuadas pelas fábricas do Grupo, em Portugal e na Galiza, às referidas unidades, ter-se-ia verificado, relativamente a 2002, um decréscimo no volume de vendas de perto de 1,2 milhões de toneladas.

Enquanto em Espanha, na África do Sul e, sobretudo, em Marrocos e Moçambique os mercados evoluíram favoravelmente, com os dois últimos a apresentarem taxas de crescimento de cerca de 9% e 17%, respectivamente, nos restantes países onde o Grupo opera verificaram-se quedas mais ou menos significativas no consumo de cimento, com particular destaque para Portugal (-16%) e Brasil (-11%).

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

(em milhares de toneladas)			
Áreas de Negócio	2003	2002	Var.
Portugal	5.849	6.073	- 3,7 %
Espanha	3.742	1.548	141,8 %
Marrocos	822	739	11,2 %
Tunísia	1.498	1.471	1,8 %
Egipto	2.108	2.203	- 4,3 %
Brasil	3.242	3.693	- 12,2 %
Moçambique	595	486	22,3 %
África do Sul	1.033	271*	281,1 %
Total (consolidado)	18.286	16.464	11,1 %

(*) No 4º Trimestre.

Em termos globais, o Volume de Negócios do Grupo cifrou-se em 1.360,9 milhões de euros – um aumento de 43,7 milhões de euros (3,3%) relativamente a 2002 – com o alargamento do perímetro de consolidação (Espanha e África do Sul) a mais do que compensar as diminuições verificadas nos Volumes de Negócios de Portugal e, quando medidos na moeda europeia, dos restantes países onde o Grupo está presente (à excepção de Marrocos e Moçambique).

CONTRIBUTOS PARA O VOLUME DE NEGÓCIOS*

(valores em milhões de euros)						
Áreas de Negócio	2003		2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	554,6	40,7	651,3	49,4	- 96,7	- 14,9
Espanha	299,3	22,0	168,5	12,8	130,8	77,6
Marrocos	56,1	4,1	49,3	3,7	6,8	13,8
Tunísia	54,9	4,0	57,6	4,4	- 2,7	- 4,6
Egipto	55,3	4,1	73,8	5,6	- 18,5	- 25,1
Brasil	223,5	16,4	255,4	19,4	- 31,8	- 12,5
Moçambique	42,5	3,1	37,2	2,8	5,2	14,1
África do Sul	69,1	5,1	13,5	1,0	55,6	s.s.
Outras Actividades	5,6	0,4	10,6	0,8	- 5,0	- 47,1
Total (consolidado)	1.360,9	100,0	1.317,2	100,0	43,7	3,3

(*) Excluindo as transacções intra-Grupo.

Só em Portugal, fruto da evolução do mercado da construção (com uma quebra no volume de produção da ordem dos 8%), e pese embora o significativo contributo das ven-

das efectuadas para as novas unidades adquiridas em Espanha, a redução do Volume de Negócios atingiu cerca de 56 milhões de euros. Em consequência, a importância relativa desta Área de Negócios no valor total (consolidado) do referido indicador diminuiu de quase 50% em 2002 para menos de 41% em 2003 (excluindo as referidas vendas intra-Grupo).

Quanto às reduções verificadas na Tunísia, Egipto e Brasil, resultaram essencialmente do efeito conjunto da queda dos respectivos mercados e da forte apreciação do euro relativamente às moedas daqueles países. Só no caso do Brasil, a não ter havido variação cambial, o respectivo Volume de Negócios ter-se-ia cifrado em mais 54 milhões de euros, ultrapassando o valor de 2002 em cerca de 8,8%.

De salientar o comportamento de Marrocos e Moçambique, que, apesar das respectivas moedas se terem igualmente desvalorizado face ao euro, sobretudo no último caso, registaram importantes aumentos dos seus Volumes de Negócios, mesmo quando medidos na moeda europeia.

A África do Sul, também com excelente desempenho (os valores de 2003 não são comparáveis com os do ano anterior, já que estes incluem apenas o último trimestre), representa já mais de 5% do Volume de Negócios consolidado do Grupo, ao passo que a Espanha, beneficiando do alargamento do seu perímetro de consolidação, é agora, em termos daquele indicador, a segunda maior Área de Negócio da CIMPOR.

Contrariamente ao que se verificava no final do primeiro semestre, tanto o *Cash Flow* da Exploração como os Resultados Operacionais acabaram por registar, no conjunto do ano, ligeiros aumentos (0,2% e 1,8%, respectivamente) em relação a 2002. No entanto, dado o decréscimo do nível de actividade em Portugal e no Brasil, aliado ao facto de as novas fábricas adquiridas em Espanha terem margens muito inferiores às das unidades que o Grupo já detinha neste mercado, quer a margem *EBITDA* quer a margem *EBIT* acusaram uma pequena quebra relativamente ao ano anterior (de 38,8% para 37,7% e de 21,5% para 21,2%, respectivamente).

CASH FLOW OPERACIONAL (EBITDA)

(valores em milhões de euros)						
Áreas de Negócio	2003		2002		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	211,4	35,4 %	256,8	39,3 %	- 45,5	- 17,7
Espanha	84,2	28,1 %	55,4	32,5 %	28,8	52,0
Marrocos	25,4	45,3 %	22,5	45,6 %	2,9	12,8
Tunísia	13,3	24,3 %	10,5	18,3 %	2,8	26,9
Egipto	21,3	38,4 %	16,9	22,9 %	4,4	25,8
Brasil	115,5	51,7 %	130,8	51,2 %	- 15,3	- 11,7
Moçambique	11,7	27,4 %	7,3	19,5 %	4,3	58,7
África do Sul	31,2	45,1 %	5,6	41,3 %	25,6	s.s.
Outras Actividades	- 1,4	-	5,6	-	- 6,9	s.s.
Total	512,5	37,7 %	511,4	38,8 %	1,1	0,2

Portugal – com uma diminuição de mais de 45 milhões de euros no seu *Cash Flow* Operacional e a respectiva margem a cair perto de 4 p.p., fruto do já referido decréscimo do nível de actividade e do peso relativo atingido pelas vendas de clínquer (cujo valor acrescentado é substancialmente inferior) – foi a Área de Negócio mais afectada em termos destes indicadores, pelo que a sua importância relativa no *Cash Flow* total do Grupo passou de mais de 50%, em 2002, para cerca de 41%, em 2003.

Também o Brasil, por força da queda das respectivas vendas e da desvalorização do real, sofreu uma diminuição significativa do seu *Cash Flow* Operacional, embora mantendo uma margem *EBITDA* sensivelmente idêntica à registada no ano anterior.

Em Espanha, a redução da referida margem é facilmente explicada pelo menor preço de venda do cimento na região da Andaluzia (comparativamente à Galiza, onde, em 2002, se concentravam todas as vendas do Grupo) e, sobretudo, pelo facto de as novas unidades adquiridas naquela região não terem suficiente capacidade de produção de clínquer, necessitando de o adquirir a terceiros ou a outras unidades do Grupo.

Todas as restantes Áreas de Negócio registaram importantes aumentos dos respectivos *Cash Flows* Operacionais, quer em valor absoluto (apesar da desvalorização das moedas dos países em causa, à excepção da África do Sul) quer, sobretudo, em termos de margem (excepto em Marrocos, onde a mesma acusou uma pequena baixa).

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2003	2002	2001
Volume de Negócios / Colaborador (10 ³ euros)	227,8	224,2	207,3
Valor Acrescentado / Colaborador (10 ³ euros)	111,4	113,0	98,0
Custos com o Pessoal / Volume de Negócios	11,2%	11,6%	10,8%
Margens s/ Volume de Negócios			
<i>Cash Flow</i> Operacional (Margem <i>EBITDA</i>)	37,7%	38,8%	36,4%
Resultados Operacionais (Margem <i>EBIT</i>)			
Antes de Amortizações do <i>Goodwill</i>	26,1%	26,0%	23,0%
Após Amortizações do <i>Goodwill</i>	21,2%	21,5%	19,5%
Resultado Líquido antes de Int. Minoritários	14,2%	13,8%	10,4%
Amortizações (1) / Volume de Negócios	10,2%	11,4%	12,3%
Investimento Líquido (2) / Volume de Negócios	10,9%	30,5%	14,6%
Existências (3) / Volume de Negócios	9,9%	10,5%	10,4%
Capital Circulante (liq.) (3) / Volume de Negócios	13,4%	14,2%	14,0%
Result. Operacionais / Custos Financeiros (liq.)	8,1	12,2	4,8
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues	48,2%	46,6%	43,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>)	19,5%	17,3%	12,4%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (<i>ROCE</i>) (4)	10,0%	10,1%	9,9%

(1) Excepto amortizações do *goodwill*.

(2) Em activo fixo corpóreo.

(3) Saldo médio do ano.

(4) Depois de impostos.

Atribuindo a cada Área de Negócio as amortizações do *goodwill* pago na aquisição das respectivas empresas, constata-se que, à excepção de Portugal e do Brasil (pelas razões já assinaladas), em todos os outros países se verificaram aumentos mais ou menos significa-

tivos das correspondentes contribuições para o Resultado Operacional do Grupo. Em 2003, apenas a Área de Negócio do Egipto apresentou ainda um contributo ligeiramente negativo, apesar de este último, relativamente ao ano anterior, haver registado um incremento de cerca de 12,5 milhões de euros.

Os Resultados Financeiros sofreram, relativamente a 2002, uma diminuição de perto de 12 milhões de euros, totalmente justificada pela realização de perdas cambiais em operações de *hedging*, já que os juros associados à Dívida Financeira, apesar do aumento desta última, praticamente não se alteraram.

Já os Resultados Extraordinários, que, no ano anterior, haviam registado um valor fortemente negativo (em virtude da contabilização de uma amortização extraordinária de *goodwill* e da constituição/reforço de um conjunto de provisões), aumentaram em aproximadamente 50 milhões de euros, atingindo, em 2003, um valor positivo de cerca de 12 milhões de euros.

Os Impostos sobre o Rendimento sofreram igualmente uma variação significativa, aumentando 32 milhões de euros, dado que o valor registado em 2002 beneficiou de importantes poupanças fiscais, obtidas no âmbito da reestruturação do Grupo.

CAPITAIS EMPREGUES (GRUPO)

(milhões de euros)	2003	2002	2001
Activos Correntes	419,8	440,9	447,7
(Passivo Corrente não Financeiro)	(237,0)	(258,8)	(250,6)
Capital Circulante (liq.)	182,8	182,1	197,1
<i>Goodwill</i> (bruto)	1.250,7	1.256,5	995,6
Imobilizado Corpóreo (liq.)	1.193,6	1.300,1	1.279,7
Outros Activos (liq.)	(55,7)	(273,1)	(29,9)
Capitais Empregues	2.571,3	2.465,5	2.442,5
Passivo de Financiamento	1.531,4	1.520,9	1.239,1
(Emprést. Concedidos / Disponibilidades)	(292,9)	(372,0)	(181,7)
Dívida Financeira Líquida	1.238,5	1.148,9	1.057,3
Provisões p/Riscos e Encargos	127,9	118,7	55,8
Interesses Minoritários	78,3	88,5	111,5
Impostos Diferidos Passivos (liq.)	(22,7)	(25,3)	32,9
Amortiz. Acumuladas do <i>Goodwill</i>	365,8	300,1	230,7
Capitais Próprios	960,6	949,6	1.091,1
Subtotal	2.748,5	2.580,5	2.579,3
(Activos não Afectos à Exploração)	(177,2)	(115,0)	(136,8)
Capitais Empregues	2.571,3	2.465,5	2.442,5

Com o crescimento dos Resultados Líquidos Consolidados, após Interesses Minoritários, a Rentabilidade dos Capitais Próprios (*ROE*) passou de 17,3%, em 2002, para 19,5%, em 2003, enquanto a Rentabilidade dos Capitais Empregues (*ROCE*) praticamente

não se alterou, mantendo-se em torno dos 10% (pese embora o aumento, em termos de média anual, do valor dos activos, líquidos, afectos à exploração em perto de 175 milhões de euros).

Relativamente ao final de 2002, os Capitais Empregues registaram uma subida de pouco mais de 100 milhões de euros (cerca de 4,3%), com o volume de investimentos em activo fixo, incluindo o *goodwill* pago nas aquisições efectuadas, a ultrapassar os 165 milhões de euros.

ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

(milhões de euros)	2003	2002	2001
Resultados Operacionais ⁽¹⁾	207,2	187,1	191,0
Amortizações do Exercício	205,1	209,7	219,1
Provisões do Exercício	18,4	17,8	15,8
<i>Cash Flow</i> Operacional ⁽¹⁾	430,8	414,6	425,9
Resultados Financeiros ⁽¹⁾	(22,9)	(14,9)	(40,6)
Outros Fundos Libertos ⁽¹⁾	(0,8)	50,1	(16,5)
Total dos Fundos Libertos ⁽¹⁾	407,0	449,8	368,8
Venda/(Compra) de Acções Próprias	1,8	(2,4)	11,0
Aum./ (Dim.) Interesses Minoritários	(17,4)	(28,1)	3,9
Aum./ (Dim.) Dívida Financeira Líquida	89,1	90,4	10,0
Varição de Impostos Diferidos	2,6	(58,2)	84,0
Origens de Fundos	483,2	451,6	477,7
Resultados Distribuídos	108,3	98,7	99,8
Investimentos (liq.) em <i>Goodwill</i>	5,7	303,4	8,4
Investimentos (liq.) em Imobilizado Corpóreo			
Via Aquisições	(0,7)	213,5	4,3
Outros	148,9	187,7	198,5
Aum./ (Dim.) Capital Circulante (liq.)	1,0	(25,0)	5,4
Aum./ (Di m.) Out. Activos (liq. Out. Passivos) ⁽²⁾	220,0	(326,7)	161,2
Aplicações de Fundos	483,2	451,6	477,7

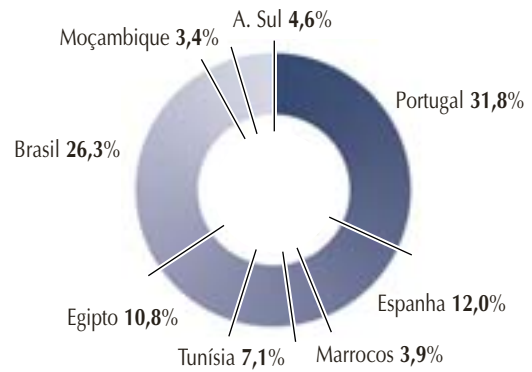
⁽¹⁾ Depois de impostos.

⁽²⁾ Incluindo o efeito de variações cambiais.

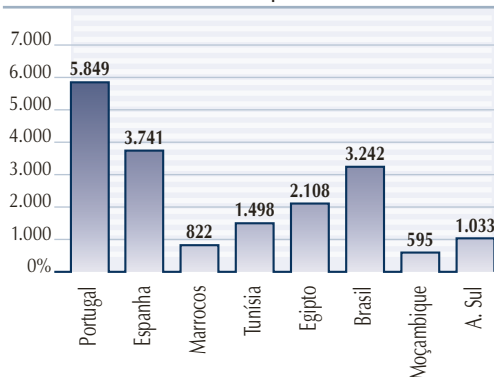
Apesar deste volume de investimentos, do elevado montante de dividendos distribuídos (mais de 100 milhões de euros) e do facto de grande parte do pagamento dos activos adquiridos em Espanha, em Dezembro de 2002, apenas ter ocorrido em 2003, no final deste ano a Dívida Financeira Líquida havia aumentado em apenas 90 milhões de euros, continuando a representar menos de 50% do total dos Capitais Empregues. O respectivo custo, em termos líquidos, manteve-se a um nível perfeitamente controlável, equivalente a cerca de 10% do Resultado Operacional.

CONTRIBUIÇÕES E POSIÇÃO RELATIVA DAS DIFERENTES ÁREAS DE NEGÓCIO (2003)

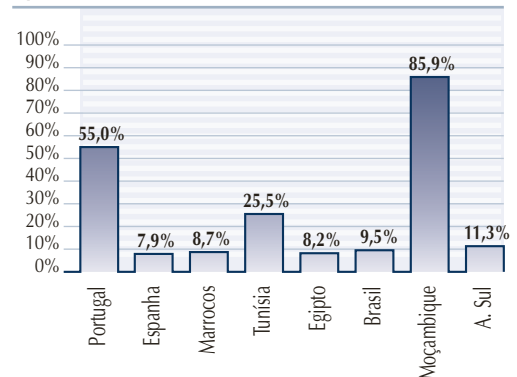
Repartição da Capacidade Instalada de Cimento



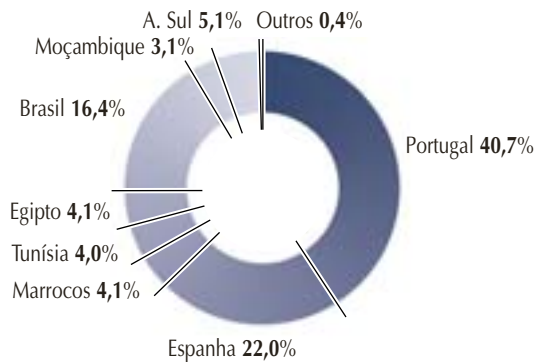
Vendas de Cimento e Clínquer

10³ ton

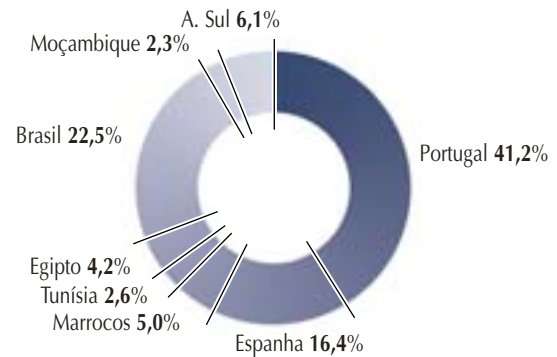
Quota de Mercado de Cimento



Contribuições para o Volume de Negócios *

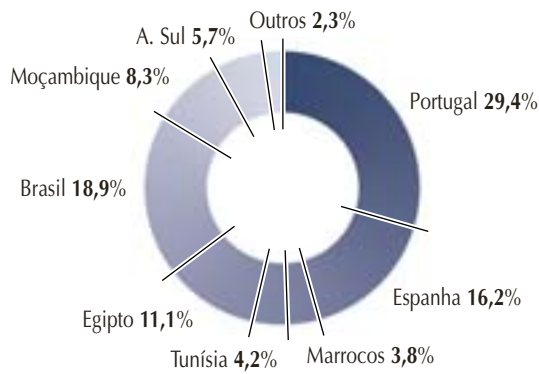


Contribuições para o Cash Flow Operacional

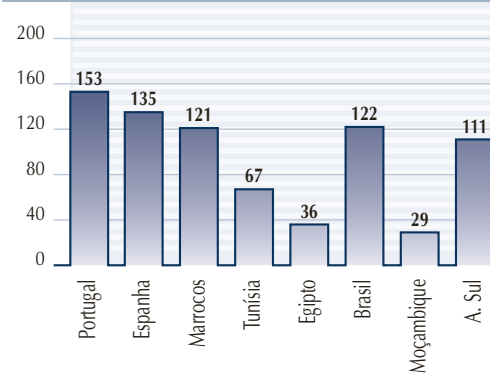


* Excluindo transacções intra-grupo

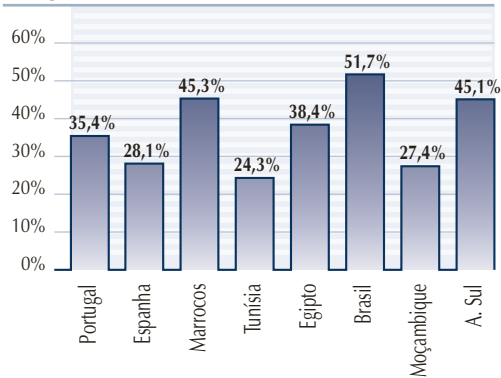
Distribuição do Número de Effectivos



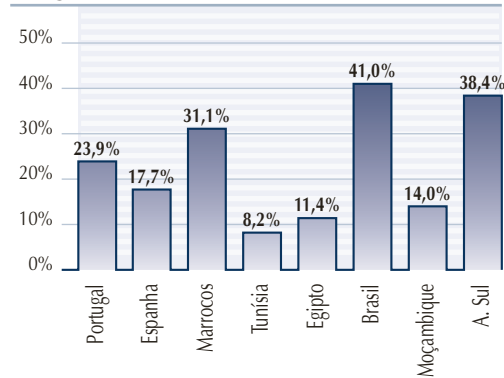
Valor Acrescentado / Colaborador 10³ euros



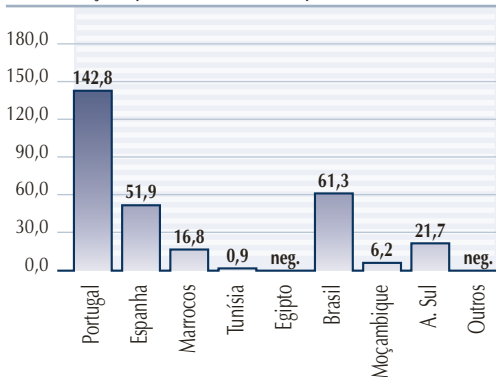
Margem EBITDA



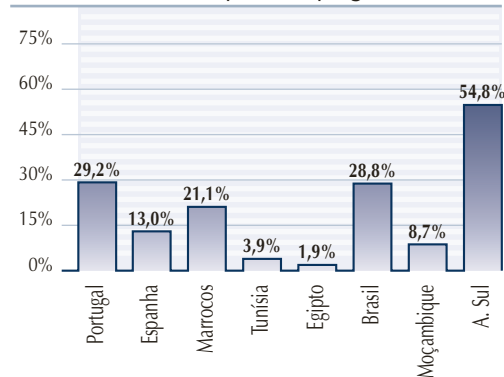
Margem EBIT



Contribuições para o Resultado Operacional 10⁶ euros



Rentabilidade dos Capitais Empregues



2.2. Portugal

Em Portugal, o sector da construção e obras públicas foi dos mais afectados pela conjuntura de recessão vivida ao longo de todo o ano de 2003, registando uma quebra de produção que se terá situado em cerca de 11% (depois de, no ano anterior, já se haver verificado uma redução de 1,3%). A referida quebra atingiu ambos os segmentos da construção, mas mais o das obras de engenharia, cujo volume de produção caiu 10,6%, que o da construção de edifícios, onde a diminuição foi da ordem dos 7%.

A contracção do mercado nacional do cimento foi ainda mais significativa, com o consumo a baixar perto de 16%, correspondentes a menos 1,7 milhões de toneladas vendidas. Ainda assim, Portugal, com um mercado de 9,3 milhões de toneladas, mantém-se como um dos países com maior consumo *per capita* de cimento (em torno dos 930 kg), só ultrapassado, neste indicador e no âmbito da *Cembureau* (Associação Europeia da Indústria do Cimento) pela Espanha, pelo Luxemburgo e, em 2003, pela Grécia.

Apesar das importações de cimento terem registado um decréscimo de apenas 6%, inferior ao da média do mercado, a CIMPOR, com um volume de vendas, em Portugal, de aproximadamente 5,1 milhões de toneladas, conseguiu manter inalterada a sua quota de participação no mercado nacional (55,0%). Às referidas vendas acresceram ainda cerca de 490 mil toneladas de clínquer e 270 mil toneladas de cimento exportadas para diferentes países, sobretudo (quase 80%) para Espanha, com destino às unidades de produção e comercialização adquiridas, no final de 2002, na região da Andaluzia.

No Grupo CIMPOR, Portugal continua a ser o país com maior importância relativa, embora a mesma tenha diminuído significativamente de 2002 para 2003: em termos de Volume de Negócios (excluindo as transacções intra-Grupo), de 49,4% para 40,7%; em *Cash Flow* Operacional, de 50,2% para 41,2%; e em contributo para o Resultado Operacional do Grupo, de 61,4 % para 49,4%.

No exercício de 2003, o Volume de Negócios cifrou-se em 597 milhões de euros, menos 8,6% que no ano anterior, dado o impacto da quebra do sector da construção nas vendas não só de cimento mas também de betões e agregados. A conseqüente diminuição do nível de actividade, aliada ao menor valor acrescentado das exportações (comparativamente às vendas no mercado interno), determinaram, apesar das poupanças alcançadas ao nível das despesas com pessoal, uma redução em cerca de 18% tanto do *Cash Flow* da Exploração como dos Resultados Operacionais.

As margens *EBITDA* (35,4%) e *EBIT* (23,9%) registaram, por isso, quedas da ordem dos 3,9 p.p. e 2,8 p.p., respectivamente, mantendo-se, ainda assim, em níveis considerados, internacionalmente, como muito satisfatórios.

Pesem embora a diminuição dos Resultados Operacionais e o ajustamento contabilístico dos Impostos sobre o Rendimento (derivado da alteração da respectiva taxa, a partir de 2004), a melhoria dos Resultados Financeiros e Extraordinários acabou por conduzir a uma redução de apenas 2,8 milhões de euros no Resultado Líquido consolidado de toda a Área de Negócios (antes de interesses minoritários), fixando-o em quase 113 milhões de euros.

ÁREA DE NEGÓCIO PORTUGAL

	Unidade	2003	2002	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	596,8	652,8	- 8,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	61,8	78,4	- 21,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	211,4	256,8	- 17,7%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	142,8	174,3	- 18,1%
Resultados Líquidos *	10 ⁶ euros	112,9	115,7	- 2,5%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	365,9	325,3	12,5%
Investimento (líq.) em Activo Fixo				
Via Aquisições / Alienações	10 ⁶ euros	0,0	81,1	- 100,0%
Investimentos Directos	10 ⁶ euros	39,6	54,7	- 27,7%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.695	1.868	- 9,3%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	335	344	- 2,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	153	176	- 13,2%
Margem EBITDA		35,4%	39,3%	
Margem EBIT		23,9%	26,7%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		29,2%	37,9%	

* Antes de Interesses Minoritários.

Neste ano, a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., constituiu uma nova empresa, denominada Mossines – Cimentos de Sines, S.A., com um capital social de 5 milhões de euros, a qual irá explorar as instalações de moagem, armazenamento e movimentação de cimento actualmente em construção no Porto de Sines pela CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., e pela C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A. (sociedade em cujo capital o Grupo adquiriu, ainda em 2003, uma participação de 48%). Na área dos betões, deu-se continuidade à reestruturação interna iniciada em 2001, envolvendo diversos processos de fusão e de transferência de participações dentro do Grupo.

Cimento

- 3 Fábricas de Cimento
- 1 Moagem de Cimento
- 1 Fábrica de Cal Hidráulica
- 1 Entrepasto Industrial
- 12 Entrepastos Comerciais

As vendas totais de cimento e clínquer, depois de já haverem diminuído cerca de 6,5% em 2002, caíram mais 3,7% em 2003, fixando-se em 5,85 milhões de toneladas.

No mercado interno, a redução das quantidades vendidas foi, em termos relativos, sensivelmente idêntica à quebra registada pelo consumo global de cimento (15,7%), pelo que só foi possível atingir o referido volume de vendas graças à exportação (quase inexistente em 2002) de aproximadamente 760 mil toneladas de cimento e clínquer, destinadas, sobretudo, à região espanhola da Andaluzia.

Sendo os preços de exportação muito inferiores aos praticados no mercado interno e tendo estes últimos (*ex-works* e líquidos de descontos) descido, em média, mais de 3%, o Volume de Negócios acabou por cair cerca de 13%, correspondentes a um decréscimo, relativamente ao ano anterior, de quase 60 milhões de euros.

A grande redução dos custos com o pessoal – que, em 2002, haviam sido fortemente onerados com dotações extraordinárias para o Fundo de Pensões da CIMPOR Indústria – permitiu que o *Cash Flow* Operacional desta actividade não baixasse mais de 44 milhões de euros, o que, ainda assim, se traduziu numa quebra de 4 p.p. da respectiva margem. A menor diluição dos custos fixos foi ainda compensada pela diminuição do custo unitário da energia eléctrica, aliado a uma gestão mais eficiente desta última, pela redução dos custos com combustíveis sólidos (decorrente de uma maior utilização de petcoque) e pelo decréscimo dos consumos específicos de refractários e corpos moentes.

Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	7.000	6.980	0,3%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		82,7%	88,9%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	5.849	6.073	- 3,7%
Quota de Mercado		55,0%	55,0%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	391,4	450,8	- 13,2%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	33,4	49,4	- 32,4%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	171,6	215,5	- 20,4%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	130,4	161,8	- 19,4%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	34,3	38,9	- 11,8%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	809	857	- 5,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	470	517	- 9,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	246	304	- 19,0%
Margem <i>EBITDA</i>		43,8%	47,8%	
Margem <i>EBIT</i>		33,3%	35,9%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Em 2003, os investimentos realizados na área industrial (mais de 34 milhões de euros) respeitaram essencialmente à aquisição/construção de instalações de armazenagem e movimentação de cimento e a diversas acções de melhoria das condições de protecção do ambiente, de aumento da fiabilidade dos equipamentos e de redução de custos.

De assinalar, ainda, a obtenção, pela CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., das certificações de gestão ambiental e de qualidade das suas três fábricas (Souselas, Alhandra e Loulé) segundo os requisitos das normas ISO 14001:1999 e ISO 9001:2000, respectivamente.

Betão

— 65 Centrais de Betão

Em 2003, os níveis de produção de betão pronto industrial terão baixado, em Portugal, para perto de 11 milhões de metros cúbicos, diminuindo cerca de 10% relativamente ao valor registado em 2002. No Grupo CIMPOR, o volume de vendas de betão situou-se ligeiramente acima dos 3,7 milhões de metros cúbicos, pelo que a quebra, embora importante (8,4%), não foi tão acentuada.

A descida dos preços médios de venda em mais de 7% – fruto da escassez da procura e do acréscimo de concorrência daí derivado – determinou, no entanto, uma redução do Volume de Negócios em 14,7% e, apesar das poupanças realizadas ao nível dos custos com pessoal, uma diminuição do *Cash Flow* Operacional em 4,8 milhões de euros, com a respectiva margem a baixar para menos de 10%.

Betão

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	3.716	4.058	- 8,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	194,1	227,6	- 14,7%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	15,9	17,5	- 9,3%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	18,8	23,6	- 20,3%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	8,2	9,6	- 14,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	2,2	11,5	- 80,7%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	434	525	- 17,3%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	405	412	- 1,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	72	74	- 2,7%
Margem <i>EBITDA</i>		9,7%	10,4%	
Margem <i>EBIT</i>		4,2%	4,2%	

Já em termos de Resultados Operacionais, o decréscimo do total das amortizações e provisões, relativamente ao valor registado em 2002, permitiu que aqueles não diminuíssem mais de 1,4 milhões de euros e que a margem *EBIT* se mantivesse em 4,2%.

Com o objectivo de manter actualizado o Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Cimpor Betão Indústria e na Betão Liz, concluiu-se, em 2003, a adaptação do mesmo à norma ISO 9001:2000, através da aplicação de um modelo de abordagem por processos, auditado e aprovado pela entidade certificadora (APCER).

Agregados

— 12 Centros de Exploração

Apesar da inexistência de indicadores standardizados para o sector de agregados/inertes em Portugal, estima-se que o mercado do Continente, em 2003, depois de

no ano anterior já haver regredido perto de 9%, tenha registado um decréscimo adicional de cerca de 10%, para aproximadamente 90 milhões de toneladas.

Esta desaceleração do nível de actividade foi igualmente evidente ao nível do Grupo, onde as vendas de agregados caíram mais de 12%, tanto em quantidades como em termos de Volume de Negócios, e o *Cash Flow* Operacional diminuiu 2,5 milhões de euros (com a respectiva margem a baixar de 21,5%, em 2002, para 18,8%, em 2003).

Agregados

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas de Agregados	10 ³ ton	8.687	9.881	- 12,1%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	43,7	49,7	- 12,2%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	5,2	5,6	- 6,3%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	8,2	10,7	- 23,0%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	2,9	3,4	- 14,2%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,2	4,9	- 75,4%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	228	254	- 10,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	180	192	- 6,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	55	63	- 11,6%
Margem <i>EBITDA</i>		18,8%	21,5%	
Margem <i>EBIT</i>		6,7%	6,8%	

A redução dos Resultados Operacionais, à semelhança da actividade de produção e comercialização de betão pronto, foi bastante menos acentuada (apenas 500 mil euros), pelo que, também aqui, a margem *EBIT*, relativamente a 2002, praticamente não se alterou.

Argamassas

— 2 Fábricas de Argamassas

Em 2003, apesar das limitações derivadas do abrandamento geral da economia, o mercado nacional de argamassas secas manteve alguma tendência de crescimento, sustentada, sobretudo, pela procura das pequenas e médias empresas de construção, com particular incidência no produto ensacado.

As vendas do Grupo, concentradas na Ciarga, aumentaram 10,3% em quantidades e 6,8% em Volume de Negócios, com o *Cash Flow* da Exploração a subir cerca de 5% para um valor que não atinge ainda 1 milhão de euros. Os Resultados Operacionais, embora registando uma pequena melhoria, continuam negativos, dado o peso das amortizações dos grandes investimentos realizados nos últimos anos.

No final de 2003, a certificação do produto "argamassa de assentamento" encontrava-se já em fase de conclusão, estando também em curso os processos destinados à obtenção da

marca CE, segundo a norma EN 998, em todos os tipos de argamassas e da tripla certificação da Ciarga em Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001) e Higiene e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001).

Argamassas

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas	10 ³ ton	146	132	10,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	5,9	5,5	6,8%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	0,8	0,8	2,9%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	0,9	0,9	5,0%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	- 1,3	- 1,4	s.s.
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,0	4,3	- 75,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	28	30	- 6,7%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	208	197	5,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	62	60	2,9%
Margem EBITDA		15,4%	15,7%	
Margem EBIT		neg.	neg.	

Outras Actividades

A classificação "Outras Actividades" agrupa empresas de apoio às actividades principais – casos da CTA, no *trading*, da Transviária, nos transportes, da Sacopor, no fabrico de sacos de papel para cimento e cal, da Celfa, na produção e venda de gesso, e da Cimadjuvantes e Vermofeira, na comercialização de adjuvantes e aditivos destinados à produção de betão – e empresas com actividades relacionadas com o consumo de cimento, mas de carácter estratégico, como sejam as empresas de préfabricados.

O *Cash Flow* e os Resultados Operacionais deste conjunto de empresas foram, em 2003, de 11,6 e 8,4 milhões de euros, respectivamente.

2.3. Espanha

O sector da construção, cuja actividade registou, em 2003, um aumento da ordem dos 3,6%, continua a constituir um dos pilares essenciais do crescimento da economia espanhola. Os principais contributos para o referido aumento vieram, sobretudo, do segmento da construção de moradias (com o número de fogos licenciados a subir 6,7% relativamente a 2002) e dos grandes investimentos em infraestruturas (designadamente ferroviárias), cujo volume de obra civil foi superior ao daquele ano em perto de 6%.

Nesta conjuntura, e segundo os últimos dados disponibilizados pela *Oficemen* (associação profissional da indústria cimenteira espanhola), o mercado de cimento atingiu, em 2003, um consumo aparente de 46,1 milhões de toneladas, mais 4,4% que no ano anterior.

Este crescimento não foi, no entanto, generalizado: enquanto algumas regiões, principalmente aquelas onde estão a ser construídas importantes infraestruturas ferroviárias e hidráulicas (casos de Murcia, Andaluzia e Castilla La Mancha) ultrapassaram largamente a média nacional, outras apresentaram mesmo variações negativas (sobretudo as Canárias e, pelo segundo ano consecutivo, as Baleares).

ÁREA DE NEGÓCIO ESPANHA

	Unidade	2003	2002	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	300,1	170,2	76,3%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	41,2	27,6	49,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	84,2	55,4	52,0%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	53,2	40,2	32,2%
Resultados Líquidos *	10 ⁶ euros	30,5	28,2	8,1%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	402,9	177,4	127,1%
Investimento (líq.) em Activo Fixo				
Via Aquisições / Alienações	10 ⁶ euros	4,0	220,0	- 98,2%
Investimentos Directos	10 ⁶ euros	23,4	15,4	52,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	940	718	30,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	323	235	37,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	135	114	18,0%
Margem EBITDA		28,1%	32,5%	
Margem EBIT		17,7%	23,6%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		13,0%	21,7%	

* Antes de Interesses Minoritários.

Os mercados onde o Grupo está presente – Galiza (2,9 milhões de toneladas) e Andaluzia (9,1 milhões de toneladas) – tiveram uma evolução muito positiva, com taxas de crescimento de 5,7% e 9,1%, respectivamente.

Com o alargamento da actividade do Grupo à região da Andaluzia, o Volume de Negócios gerado em Espanha ultrapassou, em termos consolidados, os 300 milhões de euros, aumentando mais de 76% em relação ao ano anterior. No entanto, na medida em que, por um lado, os preços de venda de cimento naquela região são inferiores aos praticados na Galiza e, por outro lado, as fábricas de Córdova e Niebla, além, naturalmente, da moagem de Huelva, necessitam de adquirir grandes quantidades de clínquer para produzir todo o cimento que comercializam, o crescimento do Cash Flow Operacional (ainda assim superior a 50%) não foi tão significativo, com a consequente diminuição da respectiva margem em 4,4 p.p..

Dado o acréscimo de amortizações resultante das aquisições efectuadas, o aumento dos Resultados Operacionais ficou igualmente aquém do crescimento do Volume de Negócios, pelo que a margem EBIT desceu de 23,6%, em 2002, para 17,7%, em 2003, ao mesmo tempo que a Rentabilidade dos Capitais Empregues, fruto dos investimentos realizados, caía para 13% (menos 8,7 p.p. que no ano anterior).

Cimento

- 4 Fábricas de Cimento
- 1 Moagem de Cimento
- 9 Entrepósitos Comerciais

Na Galiza, em virtude do aparecimento de um novo operador, o crescimento das vendas da Corporación Noroeste (4,3%) não foi tão expressivo como o aumento do consumo na região, pelo que a respectiva quota de mercado diminuiu mais de 2 p.p., para cerca de 46,4%. Na Andaluzia, ao atingir um volume de vendas de aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, o Grupo CIMPOR alcançou uma quota de mercado de 23,1%, o que lhe permitiu ascender ao quinto lugar do *ranking* nacional das empresas cimenteiras a operar em Espanha, com uma quota, ao nível de todo o país, próxima dos 8%.

O alargamento do perímetro de consolidação determinou o crescimento do Volume de Negócios para um valor de mais de 230 milhões de euros (superior ao dobro do valor do ano anterior), com a parcela correspondente à Galiza (cerca de 108 milhões de euros) a acusar um ligeiro decréscimo em relação a 2002, dada alguma deterioração dos preços de venda, provocada pela alteração do *mix* de produtos e por uma maior pressão concorrencial.

Este facto, aliado às outras razões anteriormente apontadas, conduziu a que tanto o *Cash Flow* da Exploração como os Resultados Operacionais não aumentassem de forma tão significativa, com a conseqüente queda das respectivas margens, que, por essas mesmas razões, não são directamente comparáveis com as obtidas em 2002, quando o Grupo operava apenas na Galiza, com duas fábricas de cimento auto-suficientes em termos de clínquer.

Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	2.640	1.600	65,0%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		99,5%	96,4%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3.742	1.548	141,8%
Quota de Mercado		7,9%	3,4%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	231,6	109,0	112,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	26,3	13,6	94,0%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	77,2	50,2	53,7%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	54,4	42,7	27,4%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	9,9	10,4	- 4,7%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	515	317	62,5%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	447	339	31,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	200	199	0,6%
Margem <i>EBITDA</i>		33,3%	46,1%	
Margem <i>EBIT</i>		23,5%	39,2%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

De entre os diversos investimentos realizados em 2003, há a salientar: a construção de um novo silo de cimento de 6.000 toneladas, totalmente automatizado, na fábrica de Oural; os trabalhos, efectuados em Córdoba, de recuperação das pedreiras e de insonorização dos moinhos de cimento; e a substituição dos antigos electrofiltros do forno de Niebla por um filtro de mangas de última geração, o que permitiu reduzir as emissões de partículas dos 150mg/Nm³ registados em 2002 para menos de 10 mg/Nm³, em 2003.

Em Córdoba, está actualmente em curso a implementação de um sistema de gestão ambiental segundo a norma ISO 14000, o mesmo devendo acontecer em Niebla, a partir de 2004.

Betão

— 51 Centrais de Betão

As vendas de betão atingiram, em volume, um crescimento de cerca de 19%, devido, em grande parte, ao contributo das novas centrais adquiridas na Andaluzia (em número de sete). Sem estas, e sem as centrais que o Grupo já possuía em Badajoz (três), o crescimento (correspondente às unidades da Galiza) teria sido, ainda assim, da ordem dos 9,4%.

Sendo os preços de venda praticados na Andaluzia muito inferiores aos da Galiza, e tendo estes últimos acusado um pequeno decréscimo relativamente a 2002, os aumentos tanto do Volume de Negócios (16,3%) como do *Cash Flow* Operacional (13,7%) foram um pouco mais baixos do que o verificado nas quantidades produzidas. Apesar disso, a margem *EBITDA* praticamente não se alterou, mantendo-se em 2,9%, enquanto a margem *EBIT*, embora registando uma ligeira melhoria, continua a ser apenas marginalmente positiva.

De salientar, nesta actividade, o desenvolvimento, em colaboração com o governo autónomo da Galiza, de um projecto de investigação sobre a eventual reciclagem dos resíduos da construção, com vista ao seu possível aproveitamento no fabrico de betão.

Betão

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1.897	1.591	19,2%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	94,6	81,3	16,3%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	7,6	6,9	9,0%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	2,7	2,4	13,7%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	0,3	0,1	486,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	12,3	3,0	308,5%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	245	228	7,5%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	410	355	15,3%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	45	41	9,2%
Margem <i>EBITDA</i>		2,9%	2,9%	
Margem <i>EBIT</i>		0,3%	0,1%	

De registar, também, os investimentos que vêm sendo efectuados na instalação de recicladores em todas as centrais de betão (uma em cada três centrais já dispõem desse equipamento).

Agregados

— 11 Centros de Exploração

As vendas de agregados, em quantidades, apresentaram igualmente um crescimento significativo (16,7%), ultrapassando as 3,5 milhões de toneladas. Mesmo excluindo a nova pedreira adquirida na Andaluzia, o aumento foi superior a 10%, em contraste com a diminuição, aproximadamente da mesma ordem, registada em 2002.

Agregados

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas de Agregados	10 ³ ton	3.504	3.002	16,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	15,9	13,1	21,8%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,2	3,1	4,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	3,8	2,7	38,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	2,3	1,3	74,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	3,1	1,4	119,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	120	113	6,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	133	115	15,4%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	58	51	14,0%
Margem EBITDA		23,6%	20,7%	
Margem EBIT		14,3%	10,0%	

Ao contrário das outras actividades, a venda de agregados beneficiou ainda de uma subida de preços na região da Galiza (superior, em média, a 4%), o que permitiu o aumento do respectivo Volume de Negócios em 21,8%, o crescimento do Cash Flow da Exploração em 38,5% e o aumento dos Resultados Operacionais em quase 75%.

Argamassas

— 1 Fábrica de Argamassas

As vendas de argamassas mantiveram a tendência de crescimento evidenciada nos últimos anos, aumentando 15,4% em volume e, dado o maior peso das vendas em saco, 22,4% em valor.

O Cash Flow Operacional ultrapassou os 2 milhões de euros, com a respectiva margem a baixar ligeiramente, dos 27,6% registados em 2002 para 27,0%, em 2003. No entanto, dado o decréscimo das amortizações, o Resultado da Exploração aumentou tanto em valor absoluto (quase 400 mil euros) como em percentagem do Volume de Negócios (1,6 p.p.).

Argamassas

	Unidade	2003	2002	Var.
Vendas	10 ³ ton	150	130	15,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	7,9	6,4	22,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	0,5	0,4	15,9%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	2,1	1,8	19,9%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	1,5	1,1	33,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,6	0,2	846,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	15	15	0,0%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	524	469	11,5%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	172	158	8,6%
Margem EBITDA		27,0%	27,6%	
Margem EBIT		19,3%	17,7%	

2.4. Marrocos

O prosseguimento dos programas de edificação de infraestruturas de base e de recuperação de habitações degradadas, o reforço da rede viária, o lançamento dos trabalhos de construção do novo porto de Tanger e os investimentos em novas zonas turísticas conduziram a um crescimento do produto do sector da construção e obras públicas em mais de 4%, depois de uma quase estagnação em 2002. Consequentemente, as vendas nacionais de cimento atingiram praticamente as 9,3 milhões de toneladas, registando um aumento de 9,3% em relação ao ano anterior.

ÁREA DE NEGÓCIO MARROCOS

	Unidade	2003	2002	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	56,1	49,3	13,8%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,7	4,7	0,8%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	25,4	22,5	12,8%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	17,5	13,1	33,7%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	11,1	10,2	9,3%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	57,6	59,6	- 3,4%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	8,2	4,3	89,5%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	219	262	- 16,4%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	225	190	18,4%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	121	105	15,2%
Margem EBITDA		45,3%	45,6%	
Margem EBIT		31,1%	26,5%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		21,1%	14,0%	

O ano de 2003 voltou a ser muito positivo para a Área de Negócio Marrocos, cuja rentabilidade se mantém crescente, com os Resultados Líquidos consolidados das actividades aí desenvolvidas (cimento, betões e agregados) a ultrapassar os 11 milhões de euros (mais 9,3% que em 2002).

Cimento

— 1 Fábrica de Cimento

As vendas da Asment de Témara cresceram ligeiramente acima do mercado (9,8%), situando-se em cerca de 810 mil toneladas, o que corresponde a uma quota de aproximadamente 8,7%. Apesar desse crescimento e do aumento do preço médio de venda, em moeda local, em quase 3%, a valorização do euro face ao dirham determinou que o Volume de Negócios, quando medido na moeda europeia (52,5 milhões de euros), não tenha aumentado mais de 8,4%.

Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	870	890	- 2,2%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		86,9%	91,1%	- 4,6%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	822	739	11,2%
Quota de Mercado		8,7%	8,7%	0,5%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	52,5	48,4	8,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,5	4,5	- 0,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	24,5	22,2	10,3%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	17,2	13,4	28,7%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	7,8	2,7	192,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	200	244	- 18,0%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	227	197	15,0%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	126	109	15,2%
Margem EBITDA		46,7%	45,9%	
Margem EBIT		32,8%	27,6%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Tanto o Cash Flow da Exploração como os Resultados Operacionais, pese embora a necessidade de compra de clínquer para fazer face à procura, registaram aumentos significativos, com as correspondentes margens a subirem 0,8 e 5,2 p.p., respectivamente, para níveis que, em termos do Grupo, são dos mais elevados. A optimização do quadro de pessoal, reduzido em 18% entre os meses de Dezembro de 2002 e 2003, foi decisiva não só para esta melhoria de resultados como também para o incremento de todos os indicadores de desempenho da Asment de Témara.

De entre os investimentos realizados, salientam-se a conclusão dos trabalhos de optimização do moinho de cimento 1, a alteração do silo de homogeneização para exploração em contínuo, o início da construção de um novo silo de clínquer de 30.000 toneladas e a adjudicação de uma nova ampliação da linha de produção de clínquer (em 800 toneladas/dia), a efectuar em 2004.

De registar, também, a transição do sistema de certificação de qualidade da fábrica da Asment de Témara para a norma ISO 9001:2000.

Betão e Agregados

- 2 Centrais de Betão
- 1 Exploração de Agregados

Com a nova central de betão de Casablanca, as vendas deste produto aumentaram para quase 100 mil metros cúbicos, ao mesmo tempo que a produção de agregados se manteve estável em cerca de 200 mil toneladas. No total, o Volume de Negócios da Betocim atingiu perto de 6 milhões de euros.

Este crescimento do nível de actividade permitiu mais do que triplicar o *Cash Flow* Operacional, com a margem *EBITDA* a subir de 10,8%, em 2002, para 14,5%, em 2003, e, pela primeira vez, gerar um Resultado da Exploração de sinal positivo.

2.5. Tunísia

Em 2003, as vendas de ligantes (cimento e cal hidráulica) no mercado da Tunísia totalizaram 5,6 milhões de toneladas, menos 3,3% que no ano anterior. As quantidades dos referidos produtos vendidas pela Ciments de Jbel Oust (CJO) caíram um pouco mais (3,6%), pelo que a respectiva quota de mercado, situando-se em 25,5%, diminuiu ligeiramente. No entanto, o aproveitamento de uma boa oportunidade de colocação de cerca de 80.000 toneladas de clínquer permitiu que, globalmente, as vendas da CJO atingissem praticamente 1,5 milhões de toneladas, aumentando, relativamente a 2002, perto de 2%.

Em matéria de preços de venda, há a registar, mais uma vez, o adiamento da respectiva liberalização, com o governo a optar, tal como no ano anterior, pela sua actualização administrativa em 6% (ao mesmo tempo que eliminava a anterior taxa sobre o consumo de 1,2 dinares/tonelada).

Cimento

- 1 Fábrica de Cimento

A desvalorização da moeda local, face ao euro, em mais de 10% (em termos de câmbios médios anuais) determinou a diminuição do Volume de Negócios, quando medido na moeda europeia, para um valor ligeiramente inferior a 55 milhões de euros (uma redução de 4,6%).

No entanto, o bom desempenho de todo o aparelho produtivo permitiu, ao dispensar a compra de clínquer a terceiros, que o *Cash Flow* Operacional registasse um aumento de

quase 27%, com a respectiva margem a subir de 18,3%, em 2002, para 24,3%, em 2003. Pela mesma ordem de razões, tanto os Resultados Operacionais como a Rentabilidade dos Capitais Empregues apresentaram, pela primeira vez, valores positivos, enquanto os Resultados Líquidos, atingindo 6,3 milhões de euros, aumentaram mais de 150%.

ÁREA DE NEGÓCIO TUNÍSIA — Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.570	1.550	1,3%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		86,2%	77,5%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.498	1.471	1,8%
Quota de Mercado		25,5%	25,6%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	54,9	57,6	- 4,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,3	3,3	- 1,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	13,3	10,5	26,9%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	4,5	- 0,7	s.s.
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	6,3	2,5	156,9%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	115	119	- 3,2%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	13,3	13,3	0,0%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	245	249	- 1,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	221	242	- 8,8%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	67	58	14,9%
Margem EBITDA		24,3%	18,3%	
Margem EBIT		8,2%	neg.	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		3,9%	neg.	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Os principais investimentos realizados em 2003 consistiram na substituição do sistema de accionamento do forno, na instalação de um carregador mecânico "autopack" e no início da construção de uma moagem de carvão e de uma instalação de paletização de sacos.

Entretanto, foi renovada a certificação de qualidade da fábrica da CJO segundo a norma ISO 9001:2000.

2.6. Egipto

De acordo com os números fornecidos pela organização local de fabricantes de cimento, as respectivas vendas no Egipto sofreram, em 2003, uma quebra de 4,8%, correspondente a uma redução do consumo de aproximadamente 1,6 milhões de toneladas. Dados o excesso de capacidade instalada e o facto de os custos de produção serem altamente competitivos, verificou-se um forte crescimento da actividade exportadora (tanto de clínquer como de cimento), com o conseqüente abrandamento da pressão que vinha sendo exercida sobre os preços de venda no mercado interno.

Estes últimos, apesar de, em moeda local, terem aumentado, em média, cerca de 18%, quando expressos em euros – dada a fortíssima desvalorização da libra egípcia – acabaram por registar uma queda superior a 20%.

ÁREA DE NEGÓCIO EGÍPTO — Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	2.390	2.390	0,0%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		86,4%	74,1%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	2.108	2.203	- 4,3%
Quota de Mercado		8,2%	8,2%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	55,4	73,8	- 25,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,9	5,3	- 27,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	21,3	16,9	25,8%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	6,3	- 6,6	s.s.
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	- 3,9	- 5,8	s.s.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	198	283	- 30,1%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	40,9	44,5	- 8,1%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	642	833	- 22,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	80	79	0,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	36	24	51,7%
Margem EBITDA		38,4%	22,9%	
Margem EBIT		11,4%	neg.	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		1,9%	neg.	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Cimento

1 Fábrica de Cimento

Em 2003, as vendas da Amreyah Cement Company situaram-se em aproximadamente 2,1 milhões de toneladas (menos 4,3% que no ano anterior), correspondentes a uma quota de mercado de 8,2%.

A já referida depreciação da libra egípcia (superior a 30%, face ao euro, em termos de câmbio médio anual) determinou a redução do Volume de Negócios, quando expresso na moeda europeia, em cerca de 25%, equivalentes a um decréscimo de mais de 18 milhões de euros. No entanto, o recurso, quase exclusivo, a clínquer próprio e o prosseguimento do esforço de optimização do quadro de pessoal permitiram reduzir de tal forma os custos de exploração que o *Cash Flow Operacional*, mesmo medido em euros, acabou por registar um aumento de 25,8%, com a respectiva margem a subir de 22,9%, em 2002, para 38,4%, em 2003.

Os Resultados Operacionais – que, no ano anterior, haviam sido negativos – cifraram-se em 6,3 milhões de euros, correspondentes a uma margem *EBIT* de 11,4% e a uma Rentabi-

lidade dos Capitais Empregues que, apesar de positiva, é ainda claramente insuficiente (1,9%). Quanto aos Resultados Líquidos, por força dos encargos financeiros suportados com o financiamento da nova linha e dos custos derivados da redução do quadro de pessoal, mantiveram-se, apesar de alguma melhoria, em valores negativos.

Os investimentos efectuados consistiram, essencialmente, no prosseguimento da construção e montagem da linha de produção da Amreyah Cimpor Cement Company (ACCC), concluída já em 2004, a qual, para além de garantir a satisfação das necessidades locais do Grupo, em termos de clínquer, vem também possibilitar a geração de importantes excedentes destinados à exportação.

Entretanto, concluíram-se igualmente os investimentos nas infraestruturas de gás natural destinadas a alimentar as duas empresas, celebrou-se o respectivo contrato de fornecimento (válido por 25 anos) e deu-se início aos trabalhos de instalação de um novo *software* de gestão (SAP).

2.7. Brasil

No Brasil, o sector da construção civil registou, pelo terceiro ano consecutivo, uma importante contracção do seu volume de actividade, a qual, em 2003, atingiu os 8,6%. Reflexo da diminuição do rendimento das famílias e dos cortes orçamentais sobre o investimento público, a dimensão da crise que o sector atravessa está bem patente na redução do seu peso relativo na formação do PIB brasileiro: no espaço de cinco anos, caiu de 10,1% para apenas 7,0%.

Nesta conjuntura, o consumo aparente de cimento não foi além das 33,8 milhões de toneladas, correspondentes a uma variação negativa de 11% relativamente a 2002 e de 16% face a 1999 (último ano em que o consumo do produto registou algum crescimento). Em termos *per capita*, constata-se uma redução de 246 kg/habitante, em 1998, para somente 191 kg/habitante, em 2003. As regiões norte e sul, com quebras da ordem dos 4%, foram as únicas em que, comparativamente a 2002, o decréscimo do consumo de cimento foi inferior a 10%, destacando-se, pela negativa, a região nordeste, onde o mesmo atingiu os 16,5%.

Apesar da desvalorização do real, face ao euro, em quase 25% (em termos de câmbios médios anuais), o Volume de Negócios gerado no Brasil, dado o bom comportamento dos preços de venda do cimento, não diminuiu mais de 12,5%, fixando-se em perto de 225 milhões de euros. Tanto o *Cash Flow* da Exploração como os Resultados Operacionais registaram diminuições próximas dos 12% – com as respectivas margens a aumentarem ligeiramente em relação a 2002 – enquanto os Resultados Líquidos (78,4 milhões de euros) apresentaram mesmo uma pequena subida.

De qualquer forma, é notória a perda de importância relativa desta Área de Negócio dentro do Grupo: de 2002 para 2003, diminuiu, em termos de Volume de Negócios (excluindo as transacções intra-Grupo), de 19,4% para 16,4%; em termos de *Cash Flow* Operacional, de 25,6% para 22,5%; e em contributo para o Resultado Operacional do Grupo, de 26,0 % para 21,2%.

ÁREA DE NEGÓCIO BRASIL

	Unidade	2003	2002	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	223,5	255,4	- 12,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	17,2	17,5	- 1,8%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	115,5	130,8	- 11,7%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	91,7	104,0	- 11,8%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	78,4	76,4	2,6%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	262	254	3,2%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	22,0	45,8	- 52,0%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.096	1.095	0,1%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	206	250	- 17,8%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	122	145	- 16,0%
Margem EBITDA		51,7%	51,2%	
Margem EBIT		41,0%	40,7%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		28,8%	25,2%	

Cimento

- 6 Fábricas de Cimento
- 2 Moagens de Cimento

Em 2003, as vendas de cimento do Grupo no mercado brasileiro totalizaram cerca de 3,2 milhões de toneladas (menos 13,1% que no ano anterior), correspondentes a uma quota de participação naquele mercado de 9,5% (9,7%, em 2002). Com a exportação de perto de 33 mil toneladas, destinadas à Nigéria, o decréscimo global das quantidades vendidas acabou por ser menos acentuado, fixando-se em pouco mais de 12%.

O aumento dos preços médios de venda, anulando a desvalorização do real face ao euro, permitiu que tanto o Volume de Negócios como os Resultados Operacionais, passando pelo *Cash Flow* da Exploração, registassem, em termos relativos, decréscimos aproximadamente da mesma ordem (entre 10,8% e 12,6%), com as margens *EBITDA* e *EBIT* a subirem para 55,5% e 44,6%, respectivamente.

Em Julho de 2003, entrou em exploração a nova linha de produção de clínquer de Campo Formoso, o que, em conjunto com os investimentos efectuados na fábrica de João Pessoa, permitiu ao Grupo aumentar a sua capacidade de produção de cimento com clínquer próprio, no Brasil, em cerca de 900 mil toneladas/ano.

Em todas as fábricas foi actualizada a certificação de qualidade para a norma ISO 9001:2000, ao mesmo tempo que a Cimepar (João Pessoa) via confirmada a certificação de gestão ambiental segundo a norma ISO 14001 e se iniciavam os trabalhos conducentes à obtenção das certificações OHSAS 18001 (Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional) e do Sistema de Qualidade Total.

Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	5.100	4.890	4,3%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		66,8%	74,2%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	3.242	3.692	- 12,2%
Quota de Mercado		9,5%	9,7%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	209,8	240,0	- 12,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	14,6	15,6	- 6,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	116,4	130,9	- 11,1%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	93,6	104,9	- 10,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	21,2	44,4	- 52,3%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	866	880	- 1,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	242	282	- 13,9%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	151	172	- 12,0%
Margem EBITDA		55,5%	54,6%	
Margem EBIT		44,6%	43,7%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Betão e Argamassas

- 19 Centrais de Betão
- 2 Fábricas de Argamassas

A compra de 15 centrais de betão, em meados do ano anterior, conduziu a que, em 2003, as quantidades vendidas deste produto tenham aumentado em 25%, atingindo cerca de 325 mil metros cúbicos. No entanto, a circunstância de os preços de venda não terem acompanhado a evolução dos preços do cimento levou não só a que o crescimento do Volume de Negócios, quando expresso em euros, não tenha ido além de 9,9%, como também ao acentuar da tendência negativa dos resultados desta actividade.

No que se refere ao fabrico e venda de argamassas, há apenas a registar um decréscimo de 8,6% nas quantidades vendidas e o facto de os respectivos Resultados Operacionais permanecerem negativos.

2.8. Moçambique

O consumo de cimento, em todo o território moçambicano, deverá ter aumentado, em 2003, perto de 17,5%, para uma quantidade que se estima em 675 mil toneladas. Este crescimento foi particularmente notório na zona sul, onde se terá aproximado dos 40%.

O Volume de Negócios do Grupo, apesar da desvalorização do metical (16,5% face ao euro, em termos de câmbio médio anual), subiu 12,7%, situando-se em 42,5 milhões de

euros. O aumento do nível de actividade, aliado às melhorias introduzidas na actividade operacional ao longo dos últimos dois anos, permitiram o incremento do *Cash Flow Operacional* em quase 60% e a conseqüente subida da respectiva margem em praticamente 8 p.p. (de 19,5%, em 2002, para 27,4%, em 2003).

ÁREA DE NEGÓCIO MOÇAMBIQUE

	Unidade	2003	2002	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	42,5	37,7	12,7%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,6	3,7	- 3,3%
<i>Cash Flow Operacional (EBITDA)</i>	10 ⁶ euros	11,7	7,3	58,7%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	5,9	0,4	s.s.
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	1,0	- 4,2	s.s.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	60,2	76,0	- 20,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,4	3,2	- 54,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	483	567	- 14,8%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	82	65	26,9%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	29	19	55,5%
Margem <i>EBITDA</i>		27,4%	19,5%	
Margem <i>EBIT</i>		14,0%	1,0%	
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		8,7%	0,5%	

Os Resultados Operacionais, que, no ano anterior, haviam sido apenas marginalmente positivos, atingiram um valor de perto de 6 milhões de euros, com a margem *EBIT* e a Rentabilidade dos Capitais Empregues a aumentarem para 14,0% e 8,7%, respectivamente. Pesem embora os elevados encargos financeiros ainda suportados por esta Área de Negócios, os respectivos Resultados Líquidos registaram, pela primeira vez, um valor positivo.

Cimento

- 1 Fábrica de Cimento
- 2 Moagens de Cimento

Em 2003, as vendas da Cimentos de Moçambique totalizaram 595 mil toneladas, mais 22,3% que no ano anterior, o que lhe permitiu aumentar a respectiva quota de mercado de 84,5% para 88,1%. O Volume de Negócios, ultrapassando os 40 milhões de euros, registou um crescimento de 16,3%.

No plano industrial, a empresa prosseguiu o seu esforço de actualização tecnológica, com a realização de alguns investimentos que permitiram estabilizar a capacidade de produção de cimento. Apesar da persistência de certas situações que continuam a prejudicar o seu desempenho (em particular a irregularidade com que os caminhos de ferro satisfazem os seus compromissos de transporte de calcário), as poupanças obtidas com a redução da taxa de incorporação de clínquer e ao nível dos consumos de energia, em conjunto com as medidas tomadas em matéria de controlo de custos e de optimização do quadro de pessoal, per-

mitiram aumentar o *Cash Flow* Operacional em 4,5 milhões de euros (um incremento de mais de 65% relativamente ao ano anterior).

Com os Resultados Operacionais a passarem de um valor quase inexpressivo, em 2002, para perto de 6 milhões de euros, em 2003, a margem *EBIT* subiu, neste espaço de um ano, de apenas 0,9% para 14,7%.

Cimento

	Unidade	2003	2002	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	760	730	4,1%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		47,6%	39,0%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	595	486	22,3%
Quota de Mercado		88,1%	84,5%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	40,2	34,6	16,3%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,0	3,2	- 7,1%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	11,4	6,9	65,2%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	5,9	0,3	s.s.
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,4	3,2	- 54,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	394	468	- 15,8%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	95	72	32,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	34	21	62,0%
Margem <i>EBITDA</i>		28,4%	20,0%	
Margem <i>EBIT</i>		14,7%	0,9%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

De salientar, ainda, o aumento de capital efectuado na Cimentos de Moçambique (no montante de 320 mil milhões de meticais), o qual permitiu ao Grupo aumentar a sua participação na empresa para 65,4%, e a aquisição de uma importante área adicional de reservas de calcário.

Betão e Préfabricados

Em 2003, fruto do início tardio de algumas obras e da pressão da concorrência, a produção de betão pronto não foi além de 35 mil metros cúbicos, acusando um decréscimo superior a 30% relativamente ao ano anterior. O *Cash Flow* Operacional, dada a redução do Volume de Negócios em mais de 40% (quando expresso em euros), registou uma diminuição de cerca de 67%, com a respectiva margem a cair para apenas 6,8% (contra 11,5%, em 2002). Neste contexto, e perante o peso das amortizações, os Resultados da Exploração acabaram mesmo por ser, ainda que marginalmente, negativos.

Já a actividade de préfabricados apresentou um crescimento de 50% no seu Volume de Negócios, em consequência de uma maior produção e venda de postes e colunas de

transporte de energia eléctrica, produtos estes de maior valor acrescentado que os tradicionais blocos de cimento, o que permitiu à Premap registar, pela primeira vez, Resultados Líquidos positivos.

2.9. África do Sul

Em 2003, o mercado sul-africano de cimento apresentou, pelo segundo ano consecutivo, uma taxa de crescimento assinalável, repetindo os cerca de 6% alcançados em 2002. Mais uma vez, também, o aumento do consumo na província de KwaZulu-Natal – onde, através da Natal Portland Cement (NPC), se concentra a actividade do Grupo – ultrapassou a média do mercado, ao atingir um volume de 1,4 milhões de toneladas, superior em 11,3% ao registado no ano anterior.

ÁREA DE NEGÓCIO ÁFRICA DO SUL — Cimento

	Unidade	2003	2002*	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	1.010	1.010	0,0%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		92,4%	88,5%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.033	890	16,0%
Quota de Mercado		11,4%	10,4%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	69,2	45,2	53,1%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	5,8	5,2	11,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	31,2	16,6	87,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	26,5	14,7	80,2%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	19,1	10,0	90,5%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	33,5	33,4	0,5%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,8	0,7	153,5%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	332	340	- 2,4%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	207	132	57,0%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	111	64	73,6%
Margem EBITDA		45,1%	36,8%	
Margem EBIT		38,4%	32,6%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		54,8%	30,2%	

* Apesar da integração no Grupo CIMPOR apenas ter ocorrido no final do 3º trimestre, estes valores, para efeitos comparativos, referem-se à totalidade do ano.

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

A construção de novas infraestruturas turísticas, o alargamento e beneficiação do porto de Durban, a edificação de hospitais e escolas, a repavimentação de estradas com o recurso a betão pronto e o aumento da procura de habitação na zona costeira foram os factores que, naquela região, mais impulsionaram o referido crescimento, permitindo à NPC aumentar o seu volume de vendas de cimento para mais de 1 milhão de toneladas. Correspondendo este último a um incremento de 16% relativamente a 2002, a quota de mercado da NPC passou

de 10,4%, naquele ano, para 11,4%, em 2003, atingindo, em termos regionais (no conjunto da província de KwaZulu-Natal), os 73,0% (mais 3 p.p. que no ano anterior).

Cimento

- 1 Fábrica de Clínquer
- 1 Moagem de Cimento
- 1 Moagem de Escórias

Em 2003, por força do aumento das quantidades vendidas, da subida dos preços de venda em moeda local e da forte valorização do rand face ao euro (superior a 16%, em termos de média anual), o Volume de Negócios da NPC registou um crescimento de mais de 50% em relação a 2002 (ano em que a empresa foi adquirida, só tendo passado a fazer parte do perímetro de consolidação a partir do final do 3º trimestre).

Com a capacidade instalada a ser utilizada em mais de 90%, o Cash Flow Operacional ultrapassou os 30 milhões de euros, aumentando 87,5% relativamente ao valor registado no ano anterior. A melhoria da margem *EBITDA* – de 36,8%, em 2002, para 45,1%, em 2003 – reflecte bem o crescimento da rentabilidade desta Área de Negócios, igualmente patente na quase duplicação dos respectivos Resultados Líquidos (para o que também contribuiu a forte subida dos proveitos derivados de aplicações financeiras).

Entretanto, está a decorrer um projecto destinado a avaliar da possibilidade de utilização de combustíveis alternativos e outros materiais, para o que foi já efectuado o necessário estudo de impacto ambiental. De salientar, também, a obtenção, pelas três unidades fabris da NPC, da certificação de qualidade de acordo com a norma ISO 9001:2000.

3. Inovação e Desenvolvimento

3.1. Política de I&D

O processo de produção de cimento, embora estabilizado e maduro, tem vindo a evoluir no sentido de uma cada vez maior sofisticação das tecnologias utilizadas. O Grupo CIMPOR adquiriu e desenvolveu ao longo dos anos um nível de conhecimentos que lhe tem permitido fazer progredir continuamente a *performance* das suas unidades industriais em termos de produtividade, desempenho operacional e ambiental e da qualidade dos seus produtos.

Graças a este nível de conhecimentos, o Grupo, através do CEDI – Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial, e com o apoio das diferentes Áreas de Negócio, procede regularmente à modernização e renovação das suas fábricas, bem como daquelas que tem vindo a adquirir, introduzindo nas mesmas, sempre que tal se justifica, as mais recentes inovações tecnológicas e as melhores técnicas e práticas disponíveis.

Com esse objectivo, consolidou-se, durante o ano de 2003, e abrangendo todas as fábricas da CIMPOR, uma metodologia de *benchmarking* que, permitindo a comparação do

respectivo desempenho operacional (não só a nível interno, mas também externamente, com unidades de outras empresas consideradas *best-in-class*), constituirá um importante instrumento de melhoria da *performance* do Grupo.

Por outro lado, a CIMPOR prosseguiu na sua política de aumento da produção e comercialização de cimentos compostos, especialmente em Portugal e Espanha, face à entrada em vigor de um novo regime de "*cap and trade*" a ser aplicado, a partir de 2005, às emissões de CO₂ de um conjunto de indústrias europeias, nas quais se inclui o sector cimenteiro. A utilização generalizada deste tipo de produtos permite, por via da redução do rácio clínquer/cimento, diminuir não só as emissões de um gás com efeito de estufa (como é o caso do CO₂) como também o consumo de matérias-primas e combustíveis, com todas as vantagens técnicas e económicas daí decorrentes. Trata-se de incorporar no cimento produzido, para além do clínquer, adições de constituintes menores, tais como escórias de alto-forno e cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, libertando simultaneamente estas indústrias das referidas matérias. Além disso, a porosidade dos betões preparados com cimento desta natureza é substancialmente reduzida, tornando-os particularmente recomendáveis em aplicações junto de ambientes marítimos ou em obras hidráulicas. Factores de mercado, tradição, requisitos técnicos ou determinadas normas locais constituirão, na maioria dos casos, a única limitação à capacidade do Grupo para continuar a intensificar a produção e comercialização deste tipo de cimentos.

A incorporação, no cimento, de pozolanas naturais e artificiais é, igualmente, um tema que – após a conclusão, em 2002, dos ensaios para a produção de pozolanas artificiais (argilas calcinadas) e a montagem de instalações específicas para o efeito (em Cajati e João Pessoa, no Brasil) – continuou, em 2003, a ser objecto de investigação no seio do Grupo.

Um outro assunto que tem vindo, também, a merecer atenção por parte da CIMPOR é o da reciclagem dos resíduos de construção e demolição de edifícios, por via da sua utilização como inertes na produção de betão e como matéria-prima para a produção de clínquer, tendo sido já efectuadas algumas experiências preliminares (designadamente em Alhandra, onde foi de novo desenvolvido um projecto de aproveitamento dos resíduos provenientes da demolição de silos e edifícios de uma zona antiga da fábrica).

Para além da procura de novas formulações, o Grupo continuou, igualmente, a desenvolver ferramentas destinadas a satisfazer diferentes grupos de clientes, com o objectivo de facilitar o trabalho de escolha e de aplicação dos seus produtos. O apoio prestado ao cliente, no local da obra, pelos serviços técnico-comerciais, bem como o fornecimento de fichas técnicas pormenorizadas e outro tipo de informação útil, são fundamentais para o acompanhamento permanente que se pretende levar a cabo. Também nesse sentido, o *site* do Grupo, na *Internet*, possibilita a selecção dos produtos adequados aos tipos de aplicações mais comuns.

3.2. Gestão da Qualidade

Num processo de melhoria contínua – visando o aumento da competitividade da empresa e a satisfação das expectativas dos seus clientes, colaboradores e accionistas – a CIMPOR Indústria (Portugal) dispõe, desde 2001, de um sistema de Gestão pela Qualidade Total segundo o modelo da *EFQM – European Foundation for Quality Management*. Este

processo – iniciado, em Portugal, em Janeiro de 1999 – irá ser, futuramente, alargado a todo o Grupo. Entretanto, começou já a preparar-se a apresentação, eventualmente no corrente ano, da candidatura da CIMPOR Indústria ao "Prémio de Excelência" atribuído pelo Sistema Português da Qualidade.

Em 2003, todas as unidades industriais do Grupo ligadas à produção de cimento e cal hidráulica (à excepção das localizadas em Moçambique) procederam à adaptação dos respectivos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) à norma ISO 9001:2000, tendo obtido, todas elas (no caso de Portugal, em termos conjuntos), a correspondente certificação de acordo com a nova versão da norma. O mesmo aconteceu, em Portugal, às empresas de betão pronto CIMPOR Betão Indústria, Betão Liz e Jomatel.

De referir o papel do Gabinete de Gestão da Qualidade (GGQ) – responsável pela coordenação da actividade do Laboratório Central – no desenvolvimento e optimização, a pedido dos seus clientes ou por recomendação dos serviços técnicos, de alguns tipos de cimento, designadamente cimentos compostos, com o objectivo de responder adequada e economicamente às mais variadas necessidades do mercado. Localizado em Lisboa, o Laboratório Central tem empreendido diversas actividades destinadas a desenvolver e a melhorar os produtos do Grupo, realizando ensaios de aptidão e aferição dos métodos de fabrico, numa postura de laboratório de referência e procurando obter sinergias com os serviços congéneres das diferentes Áreas de Negócio, responsáveis pelas necessárias adaptações dos respectivos produtos às disponibilidades de matérias-primas e às condições de mercado locais.

4. Desenvolvimento Sustentável

Na sociedade de hoje, os resultados económicos e financeiros das empresas justificam apenas uma parte, embora importante, do seu valor. Neste último, é notório o peso crescente do património intangível das empresas, onde se incluem aspectos tão diversos como o seu capital intelectual, a transparência do seu sistema de governo e a sua responsabilidade social e ambiental.

A compatibilização, de um modo equilibrado, do desejável nível de excelência do seu desempenho técnico, económico e financeiro com um grau de responsabilidade social e ambiental de grande exigência constitui não só um dos pilares da cultura corporativa da CIMPOR, como também uma prioridade e condição fundamental do desenvolvimento futuro do Grupo, afirmando-o, em Portugal e nos países onde se encontra representado, como pioneiro na adopção do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

4.1. Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI)

A CIMPOR apoia o conceito de Desenvolvimento Sustentável como forma de atender, em pé de igualdade, a preocupações de âmbito económico, ambiental e social no exercício da sua actividade. A adesão do Grupo, em 1997, ao *WBCSD – World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável) é bem uma manifestação desse apoio.

Iniciado em 1999, o projecto designado por "Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento" (*CSI – Cement Sustainability Initiative*) constitui um contributo de dez das principais cimenteiras mundiais, entre as quais a CIMPOR, para a aplicação do referido conceito, sob a égide do WBCSD, ao sector do cimento.

Embora todas essas empresas tenham vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos, projectos neste domínio, a "Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento" representa a oportunidade de, pela primeira vez, reunirem esforços no sentido de, em conjunto, enfrentarem desafios comuns a todo o sector e à sociedade em geral. Após haverem executado um programa de investigação independente e de consulta das partes interessadas, as referidas empresas subscreveram e lançaram, em Julho de 2002, um "Plano de Acção" a que chamaram *Our Agenda for Action*, onde se encontram identificadas seis áreas-chave para o progresso rumo a uma sociedade mais sustentável: Protecção Climática, Combustíveis e Matérias-Primas, Saúde e Segurança dos Colaboradores, Redução de Emissões, Impactos a Nível Local e Sistemas de Gestão Internos.

Relativamente a cada uma destas áreas, para as quais foram constituídos grupos de trabalho específicos, envolvendo especialistas do sector e individualidades exteriores ao mesmo, foram desenvolvidos por aquele conjunto de empresas, em 2003, diversos projectos conjuntos e acções individuais de implementação, de acordo com a enumeração de temas constante do "Plano de Acção". Entre outros, destacam-se o Protocolo de CO₂ e as directrizes relativas à utilização de Combustíveis e Matérias-Primas, à Saúde e Segurança, à avaliação dos Impactos Ambiental e Social e ao desenvolvimento de Indicadores de Desempenho (*KPI's*).

Em Novembro de 2003, teve lugar em Bruxelas, no âmbito da *CSI*, uma sessão de trabalho, de dois dias, com um conjunto alargado de *stakeholders* internacionais da indústria cimenteira, onde se aproveitou para fazer um ponto de situação do projecto e recolher sugestões para futura consideração pelas equipas de trabalho das várias empresas envolvidas.

Em 2007, a *CSI* deverá produzir um relatório global sobre o avanço de cada um dos projectos, bem como um plano de trabalho para os cinco anos seguintes, documento este que será precedido, em 2005, de um relatório intercalar.

Ao publicar, em 2003, o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, a CIMPOR procurou ir ao encontro destas preocupações, visando não só contribuir para um melhor conhecimento do Grupo e das suas estratégia e filosofia de gestão, como também mobilizar todos quantos nele trabalham em torno de uma matéria que terá consequências decisivas no seu futuro, ajudando a criar um maior espírito de coesão e determinação internas na prossecução dos objectivos do Grupo.

Reconhecendo o interesse deste tipo de iniciativas, consentâneas com os princípios e os objectivos do Desenvolvimento Sustentável, as Nações Unidas, na Cimeira da Terra de Joanesburgo, atribuiu à *CSI*, a qual ocupa oito das secções da chamada Agenda 21, a classificação de Parceria de Tipo II, incluindo no respectivo site (www.johannesburgsummit.org) um resumo do projecto.

A iniciativa irá prosseguir sob a égide do *WBCSD*, em cujo site (www.wbcscement.org) poderá continuar a obter-se informação permanentemente actualizada sobre o progresso dos trabalhos.

RESUMO DO PLANO DE ACÇÃO

Projectos conjuntos	Acções individuais das empresas
A Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI) visa o desenvolvimento de projectos conjuntos destinados a:	Como parte do compromisso de assegurar boas práticas e a inovação na área do desenvolvimento sustentável, as empresas, através de acções individuais, concordam em:
Protecção Climática	
<ul style="list-style-type: none"> — Desenvolver um Protocolo de Emissões de Dióxido de Carbono (Protocolo de CO₂) para a indústria cimenteira (projecto já concluído). — Trabalhar com o <i>WBCSD</i>, o <i>World Resources Institute (WRI)</i> e outras organizações para analisar políticas públicas e mecanismos de mercado destinadas a reduzir emissões de CO₂. 	<ul style="list-style-type: none"> — Utilizar as metodologias estabelecidas no Protocolo CO₂ para definir e tornar públicas as respectivas bases de referência das emissões. — Desenvolver uma estratégia para mitigar as alterações climáticas e publicar os objectivos e os progressos atingidos até 2006. — Elaborar relatórios anuais sobre as emissões de CO₂, de acordo com o protocolo.
Combustíveis e Matérias-Primas	
<ul style="list-style-type: none"> — Desenvolver um conjunto de directrizes para a utilização responsável de combustíveis convencionais e alternativos e de matérias-primas nos fornos de cimento. 	<ul style="list-style-type: none"> — Aplicar as directrizes relativas à utilização de combustíveis e de matérias-primas.
Saúde e Segurança dos Trabalhadores	
<ul style="list-style-type: none"> — Criar uma <i>Task Force</i> na área da Saúde e Segurança (projecto já concluído). — Criar uma rede de troca de informações relativas à Saúde e Segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> — Cumprir as recomendações da <i>Task Force</i> da área de Saúde e Segurança, relativas a sistemas, medições e divulgação pública das informações.
Redução de Emissões	
<ul style="list-style-type: none"> — Elaborar um protocolo da indústria relativo à medição, monitorização e divulgação das emissões, bem como encontrar soluções para determinar mais rapidamente as emissões de outras substâncias, tais como dioxinas e compostos orgânicos voláteis (COVs). 	<ul style="list-style-type: none"> — Aplicar o protocolo relativo à medição, controlo e divulgação das emissões. — Tornar os dados relativos às emissões disponíveis e acessíveis aos <i>stakeholders</i> até 2006. — Estabelecer metas relativas a emissões para as substâncias relevantes e elaborar relatórios públicos sobre os progressos alcançados.
Impactos a Nível Local	
<ul style="list-style-type: none"> — Elaborar directrizes para um processo de Avaliação do Impacto Ambiental e Social (ESIA) que possa ser usado em todas as fábricas cimenteiras e pedreiras associadas. 	<ul style="list-style-type: none"> — Aplicar as directrizes ESIA e desenvolver metodologias que as integrem nos processos de tomada de decisão. — Elaborar planos de reabilitação destinados às pedreiras e fábricas em funcionamento e comunicar esses planos aos <i>stakeholders</i> locais até 2006.
Sistemas de Gestão Internos	
<ul style="list-style-type: none"> — Analisar métodos que permitam acompanhar o desempenho da indústria cimenteira, incluindo o desenvolvimento e utilização de indicadores-chave de desempenho (KPIs). — Elaborar um relatório completo dos progressos alcançados após 5 anos, antecedido por um relatório intercalar ao fim de 3 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Integrar os programas de desenvolvimento sustentável nos sistemas de administração, controlo e divulgação existentes. — Publicar uma declaração de ética empresarial até 2006. — Estabelecer um processo de diálogo sistemático com <i>stakeholders</i>, de modo a identificar e ter em atenção as suas expectativas. — Relatar os progressos alcançados ao nível dos programas destinados a fomentar a participação dos <i>stakeholders</i>. — Criar em todas as fábricas sistemas de gestão ambiental documentados susceptíveis de serem auditados.

4.2. Gestão Ambiental

Consciente dos aspectos menos positivos que caracterizam o seu sector, a CIMPOR tem vindo a empreender – e continuará a fazê-lo – diversas acções no sentido de reduzir o impacto da sua actividade e, em particular, das suas fábricas e pedreiras, visando transformar aquilo que são legítimas preocupações ambientais num factor estratégico de competitividade

do negócio. Adoptando uma atitude claramente proactiva, a CIMPOR procura antecipar, sempre que possível, o cumprimento dos requisitos legais mínimos nesta matéria, sem esquecer, no entanto, o prosseguimento dos seus objectivos de rentabilidade.

MARCOS PRINCIPAIS DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GRUPO CIMPOR

- **1995** – Lançamento da Política Ambiental da CIMPOR Indústria – os princípios de acção e os objectivos estratégicos ambientais, conducentes ao registo no EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria), foram estabelecidos e anunciados publicamente.
- **1996** – Criação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da CIMPOR Indústria e da sua estrutura organizacional.
- **1997** – A CIMPOR torna-se membro do *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, com o objectivo de compreender e incorporar gradualmente na sua estratégia de negócio os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
- **1998** – Definição de um conjunto de indicadores, particularmente de eco-eficiência, destinados ao Relatório Ambiental da CIMPOR Indústria.
- **1999** – Assinatura, com o Governo Português, do "Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro".
- **1999** – Publicação do primeiro Relatório Ambiental (Portugal).
- **1999** – A CIMPOR torna-se num dos membros fundadores da *Cement Sustainability Initiative (CSI)*, conduzida sob a égide do *WBCSD*.
- **2001** – Criação, por iniciativa da CIMPOR e de outras 35 empresas portuguesas ou a operar em Portugal, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*BCSD Portugal*), o qual passa a integrar a vasta rede regional do *WBCSD*.
- **2002** – A CIMPOR, conjuntamente com outras nove empresas internacionais do sector cimenteiro, subscreve e lança o plano de acção a cinco anos designado por *Our Agenda for Action*, no âmbito da *Cement Sustainability Initiative*.
- **2002** – Arranque dos trabalhos destinados à criação e aprovação de um conjunto de indicadores destinados ao Relatório de Desenvolvimento Sustentável do Grupo CIMPOR.
- **2002** – Monitorização das emissões de CO₂ das fábricas do Grupo, em Portugal, de acordo com o *Protocolo de CO₂*, desenvolvido como parte da *CSI* – em conjunto com o *WBCSD* e o *World Resources Institute (WRI)* – e no âmbito do *GHG Protocol Initiative*, trabalho este que começou a ser alargado às restantes fábricas do Grupo.
- **2003** – Certificação do sistema de gestão ambiental das fábricas de Alhandra, Souselas e Loulé, em Portugal, segundo a norma ISO 14001:1996.
- **2003** – Publicação do primeiro *Relatório de Sustentabilidade* do Grupo CIMPOR.
- **2003** – Avaliação do impacto económico, nas empresas do Grupo (Portugal e Espanha), da entrada em vigor, em 2005, do mercado europeu de licenças de emissão de CO₂.

Subjacente à estratégia geral do Grupo está o facto de a política de desenvolvimento dos seus produtos e serviços, bem como dos respectivos métodos de produção, a observar por todas as Áreas de Negócio, dever ter em consideração as preocupações de natureza

ambiental. A inovação em matéria de produtos e processos veio tornar possível o acautelar destes aspectos desde a fase inicial de implementação dos diferentes projectos de desenvolvimento, evitando, assim, o investimento, *a posteriori*, em medidas de eliminação da poluição que, normalmente, conduzem a aumentos significativos dos custos operacionais e, por conseguinte, do preço global a pagar pela empresa e pela comunidade.

Em associação com empresas detentoras de *know-how* específico nesta matéria, a CIMPOR irá continuar a desempenhar um importante papel no aumento do conhecimento científico sobre o impacto das suas actividades, produtos e processos, tanto no aproveitamento eficiente e económico da energia e das matérias-primas, como no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o tratamento, reciclagem e valorização de resíduos.

Preocupação permanente do Grupo é, igualmente, a rápida introdução, nas unidades recém-adquiridas, dos princípios que norteiam a sua política ambiental. Um Grupo como a CIMPOR não pode conceber o seu desenvolvimento a longo prazo, nas diversas regiões onde se encontra representado, sem perspectivar a conjugação do mesmo com os aspectos de natureza ambiental e social. Por conseguinte, a CIMPOR aposta no desenvolvimento de uma política interna de *benchmarking* que se traduza não só em melhorias de desempenho operacional, como também na transferência de experiências e de melhores práticas ambientais no seio do Grupo.

A CIMPOR Indústria tem funcionado, até esta data, como rampa de lançamento da maioria das iniciativas do Grupo neste domínio, procurando-se a extensão gradual das práticas actualmente adoptadas, em Portugal, às restantes Áreas de Negócio.

SITUAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL DO GRUPO

Fábricas e Moagens de Cimento	
Alhandra (Portugal)	ISO 14001:1996 + EMAS (em curso)
Souselas (Portugal)	ISO 14001:1996 + EMAS (em curso)
Loulé (Portugal)	ISO 14001:1996 + EMAS (em curso)
Córdoba (Espanha)	ISO 14001:1996
Niebla (Espanha)	ISO 14001:1996 (em curso)
Jbel Oust (Tunísia)	ISO 14001:1996 (em curso)
Amreyah Cement Company (Egipto)	ISO 14001:1996
João Pessoa (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
Cajati (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
Nova Santa Rita / Moagem (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
Simuma (África do Sul)	ISO 14001:1996 (em curso)
Durban / Moagem (África do Sul)	ISO 14001:1996 (em curso)
Newcastle / Moagem (África do Sul)	ISO 14001:1996 (em curso)

Neste sentido, o Grupo continuou a manter uma aposta firme na certificação de todas as suas unidades fabris segundo normas de referência internacionais. A implementação de sistemas de gestão de qualidade, de gestão ambiental e de segurança e saúde ocupacional

nas referidas unidades e a certificação das mesmas de acordo com as normas ISO 9001:2000, ISO 14001:1996 e OHSAS 18001:1999, respectivamente, constituem uma prioridade a nível corporativo e têm representado um importante instrumento ao serviço do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, o ano de 2003 – com o prosseguimento da execução de um conjunto de investimentos previstos no Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro, assinado com o Governo Português em 1999 – ficou marcado pela certificação, segundo a norma ISO 14001:1996, das fábricas de Alhandra, Souselas e Loulé, o que constitui uma importante etapa de um projecto mais vasto e ambicioso, que deverá culminar com o registo em EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) dos referidos Centros de Produção até ao final de 2004.

Este programa de requalificação, onde já foram aplicados mais de 40 milhões de euros, representa um esforço de investimento significativo – e publicamente reconhecido (conforme tem vindo a ser constatado através de inquéritos de opinião) – em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades adjacentes às fábricas.

A fábrica de João Pessoa, no Brasil, e as unidades industriais de Simuma, Durban e Newcastle, na África do Sul, ultimaram, também em 2003, os respectivos processos tendentes à sua certificação segundo a norma ISO 14001. Idênticos processos foram igualmente iniciados na fábrica de Jbel Oust, na Tunísia, e nas unidades de Cajati e Nova Santa Rita, no Brasil.

Os investimentos ambientais do Grupo CIMPOR (devidamente detalhados no Relatório de Sustentabilidade) têm vindo a ser orientados para as seguintes áreas prioritárias:

- **Economia dos recursos naturais e utilização racional da energia** – através da instalação de novos equipamentos e da adopção continuada de programas de redução do consumo de energia eléctrica e térmica, mediante a optimização dos processos de moagem e cozedura, a reciclagem de resíduos por via da utilização de matérias-primas alternativas e a aplicação de cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, bem como de escórias de siderurgia, como aditivos do cimento. Em 2003, a fábrica de Alhandra continuou a proceder à valorização, como matéria-prima, de lamas provenientes de estações de tratamento de águas. Dentro desta linha, e dada a importância vital da disponibilidade de recursos naturais para o desenvolvimento da sua actividade, o Grupo procurará também, através de uma política de longo prazo na gestão das suas pedreiras, acompanhar as tendências que apontam no sentido da crescente reciclagem de resíduos da construção – utilizando-os como matéria-prima para o fabrico de cimento ou como inertes para o betão – assim como do próprio betão e dos resíduos necessários à sua produção, com a separação destes nos seus elementos constitutivos e sua posterior reutilização (a fábrica de Alhandra continuou, em 2003, a proceder ao aproveitamento, como matéria-prima para a produção de clínquer, de resíduos de demolição de edifícios industriais antigos).
- **Redução das emissões de CO₂** – mediante a construção de novas linhas de produção, mais modernas e eficientes, a remodelação de linhas antigas e o desenvolvimento crescente de novos tipos de cimentos compostos, com menor incorporação de clínquer (substituído por cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, escórias de siderurgia e todo um conjunto de outros aditivos). A conversão dos sistemas de

combustão para a utilização de matérias com factores de emissão de CO₂ mais reduzidos (e.g., a passagem de fuel-óleo a gás natural, no Egipto, ou a possível utilização futura de biomassa como combustível alternativo) é um dos caminhos que está a ser seguido. Também a substituição gradual dos combustíveis fósseis não-renováveis por combustíveis secundários constitui uma aposta decisiva na redução das emissões de CO₂, com todos os benefícios económicos daí decorrentes e cujo potencial não foi ainda suficientemente explorado nos diversos países onde a CIMPOR está presente. A optimização da recuperação de calor nos arrefecedores de clínquer e o aumento da eficiência dos arrefecedores de grelhas são outros exemplos da resposta que o Grupo tem vindo a dar a este enorme desafio que está colocado à indústria cimenteira.

- **Redução da emissão de partículas sólidas através das chaminés e de poeiras difusas e pontuais** – através da conclusão da instalação de filtros de mangas de alta tecnologia nos fornos e do despoeiramento dos respectivos arrefecedores, assim como dos diversos pontos de carga e descarga de matérias-primas, combustíveis e outros produtos intermédios e finais. A instalação de tanques ou lagos artificiais para abastecimento do sistema de aspersão automática de água (futuramente com ligação à rede de recuperação de águas pluviais de algumas das fábricas) nos circuitos principais de passagem de veículos nas pedreiras e no interior do perímetro fabril, a execução de diversas pavimentações e a instalação de portões de fecho automático nos pontos de descarga de clínquer e matérias-primas completam o conjunto de medidas que têm vindo a ser adoptadas para a redução das emissões difusas de poeiras. Na fábrica de Alhandra, foi criada uma instalação específica para a recepção do clínquer proveniente do exterior e irá proceder-se à transferência para um outro local, em condições ideais de manuseamento, da operação de descarga e movimentação de carvão e de coque de petróleo. A formação contínua dos colaboradores e a sua consciencialização em torno de um conjunto de preocupações a ter em matéria de emissão de poeiras representam outro dos pilares desta política de redução da emissão de partículas.
- **Redução das emissões de SO_x e de NO_x através das chaminés dos fornos** – mediante um conjunto de ensaios técnicos e a posterior montagem de instalações fixas com o objectivo de promover a limpeza dos gases provenientes da combustão e evoluir para melhores práticas em termos de tecnologia de processo. Após a conclusão, em 2002, com resultados muito positivos, de diversos ensaios visando a redução das emissões de NO_x nas chaminés dos fornos, deu-se continuidade, em 2003, aos investimentos nesta área: em Alhandra, começou a ser instalado equipamento fixo para injeção de amónia nas câmaras de fumos dos fornos existentes; em Souselas, na sequência dos ensaios realizados em anos anteriores e da implementação de medidas adicionais de controlo do processo, visando baixar as emissões de SO₂, passou a injectar-se regularmente hidróxido de cálcio na torre de ciclones do forno 3.
- **Limitação do ruído e das vibrações provenientes dos equipamentos** – através da instalação de barreiras acústicas naturais e artificiais ao longo dos perímetros fabris, do isolamento dos edifícios de moagem com painéis acústicos, da instalação de silenciadores em ventiladores e de canópias em equipamentos diversos e da transformação de arrefecedores de satélites em arrefecedores de grelha, nos casos em que, do ponto de vista económico, tal se justifica. Dentro deste princípio, o Grupo tem vindo a utilizar, para desmonte das frentes das pedreiras, sistemas de explosão baseados em

detonadores com "micro-retardo", no sentido de atenuar os níveis de vibrações e de ruído resultantes da exploração. No caso particular da Mina da Graça (em João Pessoa, no Brasil), está mesmo a ser utilizado um método alternativo aos explosivos, inovador no seio do Grupo, que consiste em proceder ao desmonte mecânico do calcário das frentes de exploração através de um minerador contínuo.

- **Melhor integração/recuperação paisagística e arranjos interiores** – através do recurso à plantação de écrans arbóreos nos perímetros fabris e à criação de zonas ajardinadas no interior e exterior das fábricas, bem como de novos enquadramentos arquitectónicos e pinturas, susceptíveis de contribuir para uma melhor integração dos edifícios e unidades fabris no seu meio envolvente. Em Portugal, em 2003, prosseguiu, a ritmo acelerado, a adaptação da exploração das pedreiras ao novo regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (Decreto-Lei n.º 270/2001), mediante a regularização das bancadas exploradas, a plantação de espécies adaptadas às condições do solo e do clima locais e a criação de condições que favoreçam a recolonização espontânea da terra por espécies autóctones. Pretende-se, desta forma, recriar, na medida do possível, o coberto vegetal anteriormente existente nestes locais, de modo a poder vir a atrair, no futuro, alguma da fauna originalmente existente na região.
- **Monitorização ambiental** – através da instalação de diversos equipamentos de amostragem integrados na Rede da Qualidade do Ar das fábricas e de medidores *on-line* destinados à monitorização, em contínuo, da concentração de partículas totais na atmosfera, no interior do perímetro fabril. A partir de 2003, mais de 90% das fontes fixas de emissão das três fábricas de cimento, em Portugal, passaram a dispor dos referidos medidores. Também neste ano, procedeu-se à actualização dos mapas de ruído daquelas três fábricas, o que permitiu avaliar a eficácia das medidas já implementadas e eleger um novo leque de possíveis soluções com vista à minimização da poluição sonora.

Em 2003, o montante global investido pelo Grupo na melhoria ambiental das suas fábricas e pedreiras (a acrescer aos cerca de 10,4 milhões de euros de custos suportados, neste exercício, com esse mesmo objectivo) ascendeu a 13,9 milhões de euros, equivalentes a perto de 9% do valor total dos investimentos industriais realizados no ano.

4.3. Responsabilidade Social

A CIMPOR, consciente da necessidade de ligação ao meio social onde se insere e das responsabilidades para com as populações com que diariamente se relaciona, tem vindo a intensificar, ao longo dos anos, uma relação privilegiada com as comunidades envolventes das suas instalações, desenvolvendo um conjunto de acções de significativa importância.

Em Portugal, a CIMPOR Indústria – no âmbito do seu modelo EFQM de Gestão pela Qualidade Total – realiza anualmente um inquérito ao "Impacto da Empresa na Sociedade", dirigido às referidas comunidades (e.g., cidadãos, empresas industriais e de serviços, empreiteiros, fornecedores, clientes, bombeiros, polícia, comércio, escolas, universidades, municípios e juntas de freguesia, clubes desportivos e outras instituições públicas e privadas), o qual constitui um dos seus principais instrumentos para melhor conhecer o efeito sobre as mesmas da sua actividade, permitindo-lhe monitorar de forma contínua a respectiva evolução.

Esta responsabilidade social do Grupo manifesta-se em diferentes domínios, de que se dão alguns exemplos:

APOIO SOCIAL

- Contribuições sócio-económicas anuais destinadas às mais diversas entidades e instituições (caso de escolas, lares de pessoas idosas, hospitais, igrejas e bombeiros), inseridas nas comunidades envolventes das fábricas do Grupo;
- Financiamento (num montante de 50.000 euros) das obras de remodelação e conservação do Mercado da Vila, em Souselas (em 2002/2003);
- Doação, através da empresa de desenvolvimento informático *Afrisoft*, de mais de 50 computadores usados da Natal Portland Cement (África do Sul) a algumas escolas de ensino especial; esta parceria, que se irá manter nos próximos anos, mereceu uma distinção especial do departamento governamental para a Educação e Cultura, como reconhecimento do papel desempenhado pela NPC na introdução das tecnologias de informação em comunidades carenciadas;
- Doação, também pela NPC, de 50.000 rands à organização ecuménica cristã *Habitat for Humanity South Africa (HfHSA)*, em resposta ao compromisso da empresa de contribuir para a disponibilização de soluções sustentáveis de alojamento na região de KwaZulu-Natal.

DIÁLOGO COM A COMUNIDADE ENVOLVENTE

- Apoio da Natal Portland Cement, desde há já sete anos, ao projecto educacional *Natal Schools Project*, cujo objectivo principal é o de melhorar os rácios aluno/professor e as condições de trabalho de docentes e discentes, mediante a construção e remodelação de salas de aula, escritórios e instalações sanitárias (os donativos para este fim são entendidos num contexto de criação futura de emprego e do lançamento de pequenas empresas);
- Organização, também pela NPC, de um programa de qualificação profissional de 80 membros da comunidade de *Ncgwayi* (localizada junto à pedreira da fábrica de Simuma), com um nível de instrução muito reduzido, visando a respectiva preparação para poderem vir a tomar parte activa no processo de desenvolvimento da infraestrutura turística da região;
- Preservação das zonas de reserva natural adjacentes à fábrica de Simuma (*Oribi Conservancy e Idwala*), ricas em espécies animais, incluindo a disponibilização mensal, a grupos de jovens da vizinhança, de um autocarro para visitas guiadas;
- Manutenção, ainda pela NPC, de duas "janelas" destinadas a mostrar a todos os interessados as características geológicas ímpares do *Oribi Gorge Marble Delta*, junto à referida fábrica, e a informá-los sobre o programa de reabilitação, em curso, da respectiva pedreira;
- Apoio da NPC, através de diversas iniciativas, e na sua qualidade de membro da organização *Business Against Crime (BAC)*, às autoridades policiais da região;

- Apoio à revitalização da Ilha do Bispo, pequena povoação carente e com um índice de marginalidade relativamente elevado, situada junto à fábrica de João Pessoa, no Brasil, através de um ambicioso projecto de índole social designado por "Comunidade Promovendo a Vida", que oferece assistência a 320 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos; o referido apoio traduziu-se na doação de terrenos e na reabilitação e construção de edifícios com finalidades tão variadas como a habitação, o ensino e o acolhimento de crianças, tendo dado igualmente origem a uma parceria com a "Amazona" (ONG que actua no domínio da prevenção da SIDA e de outras doenças sexualmente transmissíveis);
- Desenvolvimento, também no Brasil, de um projecto plurianual de recuperação de uma Área de Preservação Permanente ("zona de mangue", rica em espécies animais e vegetais), conhecida como a Fazenda da Graça, e que se traduziu na restauração de uma capela secular e de diversas vivendas coloniais, na catalogação das espécies vegetais existentes (com o apoio de biólogos da universidade local), na criação de viveiros para as espécies vegetais mais raras e na plantação de flora variada da região;
- No cumprimento do protocolo assinado, no Brasil, entre a CIMPOR e a UNICEF, continuação das acções de inserção, nos sacos de cimento e argamassas secas, de mensagens (escolhidas por aquela Instituição) relacionadas com a defesa dos direitos das crianças e dos jovens ("Criança tem que estar na escola");
- Promoção regular de visitas de alunos às áreas de reflorestação da pedreira da fábrica de Candiota, no Rio Grande do Sul (Brasil), envolvendo uma componente de formação sobre as características das espécies locais;
- Estabelecimento de uma parceria com o Exército brasileiro, e com o apoio da comunidade, designada por "Programa Pelotão Esperança", destinada a apoiar as crianças mais carentes;
- Participação regular dos colaboradores da CIMPOR Brasil em diversas acções de voluntariado junto das comunidades locais: campanhas para a arrecadação de brinquedos, agasalhos e mantimentos para crianças e idosos; promoção de festas de Natal e do Dia da Criança; prestação de serviços voluntários em escolas públicas e na construção e limpeza de instituições religiosas e escolas municipais; participação na preparação e distribuição de cabazes de bens essenciais a comunidades carenciadas, bem como na promoção de eventos destinados à recolha de fundos com idêntico objectivo, etc.;
- Adopção generalizada de uma política de "Porta Aberta", com a promoção de visitas, guiadas e em grupo, aos Centros de Produção, com o objectivo de melhor dar a conhecer ao público interessado (e.g., escolas, liceus, universidades, organizações locais, grupos de cidadãos, instituições militares e paramilitares e ONG's) a forma como a empresa desenvolve a sua actividade diária, com especial relevo para os aspectos ambientais e de higiene e segurança;
- Promoção da facilidade de acesso, por parte de jovens das comunidades locais, às instalações dos clubes desportivos criados para os colaboradores do Grupo (dentro desta mesma política, concluiu-se, em 2003, a remodelação completa das piscinas do Alhandra Sporting Club);

- Disponibilização, através da Colónia de Férias da CIMPOR (São Martinho do Porto), de um período anual de duas semanas de férias de Verão aos filhos dos colaboradores (a Colónia de Férias encontra-se igualmente aberta, ao longo do ano, a jovens de escolas, colectividades e escuteiros de todo o país).

APOIO NA ÁREA DA FORMAÇÃO DE JOVENS E RECÉM-LICENCIADOS

- Concessão de estágios remunerados a universitários e a jovens residentes nas zonas de implantação das fábricas;
- Presença em Feiras de Emprego, destinadas a apresentar o Grupo e as oportunidades de emprego existentes;
- Patrocínio, desde há mais de dez anos, da Natal Portland Cement ao programa anual *Junior Achievement*, destinado a estudantes do último ciclo do liceu das escolas das comunidades envolventes, cujo objectivo é promover o desenvolvimento da capacidade empreendedora de um grupo de 40 jovens, dando-lhes a oportunidade de criar, gerir e vender uma "mini-empresa" durante um período de 11 meses.

RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E APOIO MECENÁTICO

- Contribuição para o restauro do tecto da Igreja da Encarnação, no Largo do Chiado, em Lisboa (2003/2004);
- Participação em diversas acções de filantropia e mecenato, contribuindo para o restauro de alguns dos mais importantes monumentos do património histórico e cultural português, como foram os casos da Torre de Belém (1996/97), do claustro do Mosteiro dos Jerónimos (1999/2001), do carrilhão do Convento de Mafra (1993), da Igreja da Madre de Deus (1999/2001) e dos jardins envolventes da Fundação de Serralves (2000/01), da qual a CIMPOR é Membro Fundador (1994);
- Apoio à Fundação Portugal – África (2002/2003);
- Patrocínio da edição "Arquitectos Portugueses Contemporâneos", destinada a divulgar o trabalho dos arquitectos nacionais (2003/2004);
- Patrocínio, segundo critérios de proximidade às instalações do Grupo, de alguns eventos de interesse cultural (concertos, exposições e acontecimentos desportivos) ou de natureza técnica e ambiental (conferências e seminários);
- Apoio a diversas iniciativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das zonas envolventes das fábricas do Grupo.

COLABORAÇÃO COM UNIVERSIDADES E OUTRAS ENTIDADES CIENTÍFICAS

- Contribuição para o seminário "Educação da Juventude: Carácter, Liderança e Cidadania", promovido pelo Instituto de Defesa Nacional, em Portugal (2003);
- Apoio financeiro, através da Natal Portland Cement, ao programa *Collaborative Research* da fundação sul-africana *Industry Foundation for Research Development*,

cujo objectivo consiste no desenvolvimento de técnicas que, tornando a construção em betão mais económica e durável, contribuam para a sustentabilidade deste material;

- Contribuição anual da Natal Portland Cement para os departamentos de engenharia civil de diversas universidades e institutos sul-africanos da região de Durban: The University of Natal, University of Zululand, Natal Technikon, Durban Institute of Technology (DIT) e Mangosuthu Technikon;
- Contribuições para a comunidade científica, designadamente universidades e outras instituições de ensino, dos outros países onde o Grupo opera, através de apoio financeiro a alguns dos seus programas, cursos de pós-graduação, estudos específicos e seminários diversos.

5. Recursos Humanos

A estratégia de internacionalização e o crescimento da capacidade instalada do Grupo através da aquisição de novas unidades produtivas em diferentes países tornam a gestão dos Recursos Humanos uma alavanca indispensável ao sucesso empresarial que, de forma sustentada, se pretende atingir.

Neste sentido, consciente das exigências do mercado, dos clientes e da pressão da concorrência ao nível de cada país, a gestão dos Recursos Humanos do Grupo assenta, essencialmente, na definição de políticas que permitam o desenvolvimento da sua estratégia e na adequação de práticas que, respeitando a especificidade e cultura locais, viabilizem a prossecução dos objectivos visados.

A reorganização dos processos de trabalho, com total aproveitamento das sinergias disponíveis, o alargamento das competências individuais dos colaboradores através da sua responsabilização (aliada à definição de objectivos) e o investimento na área da formação (ao nível geral das novas tecnologias, da área comportamental e das exigências técnicas da actividade) têm vindo a constituir as bases essenciais dessa gestão. A utilização, neste âmbito, de metodologias de *benchmarking* tem sido um instrumento fundamental para manter a competitividade e os níveis de produtividade e eficiência adequados.

Por outro lado, o aumento da dimensão do Grupo, com as consequentes dispersão geográfica e diversidade linguística, tem tido um impacto assinalável no número, composição e nacionalidade dos seus efectivos, exigindo da organização e, em particular, da gestão dos Recursos Humanos, a aplicação de uma política de movimentação de pessoal entre os diferentes países que promova a divulgação e partilha dos valores e da cultura CIMPOR e, em simultâneo, proporcione novas oportunidades de carreira internacional. Em consequência desta crescente mobilidade dos quadros do Grupo, a experiência internacional passou a constituir um dos principais factores incentivadores da sua evolução profissional e um eficiente meio de aproveitamento das competências e talentos individuais dos colaboradores de maior potencial.

NÚMERO DE COLABORADORES POR ÁREAS DE NEGÓCIO (31 DEZ)

	2003	2002	Var.
Serviços Centrais	133	129	3,1 %
Portugal	1.695	1.868	- 9,3 %
Espanha	940	718	30,9 %
Marrocos	219	262	- 16,4 %
Tunísia	245	249	- 1,6 %
Egipto	642	833	- 22,9 %
Brasil	1.096	1.095	0,1 %
Moçambique	483	567	- 14,8 %
África do Sul	332	340	- 2,4 %
Total	5.785	6.061	- 4,6 %

Em Dezembro de 2003, a CIMPOR contava com um total de 5.785 colaboradores (incluindo eventuais), dos quais mais de dois terços fora de Portugal. Relativamente à situação de há um ano atrás, constata-se uma diminuição de 276 colaboradores (- 4,6%), apesar da expansão do Grupo para a região espanhola da Andaluzia (responsável, só por si, pela entrada de 200 novos efectivos). Excluindo estes últimos, verifica-se que, em base comparável, a redução do quadro de pessoal foi, ao nível de todo o Grupo, da ordem dos 8%.

À excepção do Brasil e, principalmente, da Espanha (pelo efeito conjunto do alargamento do perímetro de consolidação e da aquisição de novas centrais de betão, para além de uma pedreira), todas as restantes Áreas de Negócio diminuíram o respectivo número de colaboradores, salientando-se os casos de Portugal (- 9,3%, com uma redução assinalável na actividade de betões e agregados), de Moçambique (- 14,8%), de Marrocos (- 16,4%) e, sobretudo, do Egipto (- 22,9%, correspondentes à saída de mais de 190 efectivos).

Por actividades, constata-se que cerca de dois terços dos colaboradores estão afectos à produção e comercialização de cimento e perto de um sexto à actividade de betão pronto. As únicas excepções à redução do número de efectivos foram, em 2003, a actividade de argamassas (embora sem expressão) e, dada a crescente centralização de diversas funções de apoio, principalmente em Portugal, os chamados "serviços comuns".

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES POR ACTIVIDADE (31 DEZ)

	2003		2002		Var.
	Número	%	Número	%	
Cimento	3.935	68,0	4.129	68,1	- 4,7 %
Betões	931	16,1	998	16,5	- 6,7 %
Agregados	348	6,0	367	6,1	- 5,2 %
Argamassas	64	1,1	57	0,9	12,3 %
Outras Actividades	217	3,8	234	3,9	- 7,3 %
Serviços Comuns	290	5,0	276	4,6	5,1 %
Total	5.785	100,0	6.061	100,0	- 4,6 %

6. Política Financeira e de Gestão de Riscos

6.1. Gestão da Dívida Financeira

Em 2003, a gestão da dívida financeira do Grupo elegeu, como principais objectivos, os seguintes:

- Refinanciar a dívida vincenda no prazo de um ano;
- Contratar operações que permitissem aumentar o prazo médio de maturidade do conjunto da dívida consolidada e, simultaneamente, diversificar as fontes de financiamento;
- Assegurar os meios financeiros necessários à realização dos investimentos efectuados nos diferentes países onde o Grupo está presente, obtendo financiamentos em moeda local e, dessa forma, criando situações de *hedging* natural.

Neste contexto, foram contratadas, durante o mês de Junho, duas operações particularmente relevantes:

- Um *Syndicated Loan*, no montante de 300 milhões de euros, tomado em conjunto pela CIMPOR Inversiones, S.L., e pela Corporación Noroeste, S.A., aplicado na reestruturação dos respectivos passivos financeiros;
- Uma emissão de *U.S. Private Placements*, pela CIMPOR Financial Operations, B.V., dividida em duas tranches, uma de 150 milhões de dólares e outra de 254 milhões de dólares, com prazos de 10 anos e 12 anos, respectivamente.

Esta última operação – que constituiu a primeira colocação privada de dívida, nos Estados Unidos, por parte de um grupo português – visou essencialmente o pagamento dos compromissos financeiros vincendos em 2003 e a reestruturação de parte do passivo bancário do Grupo.

No âmbito da gestão do referido passivo, foram ainda contratadas outras operações que, apesar da sua menor dimensão, merecem referência. Assim:

- Em Portugal, a CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., obteve do BEI (Banco Europeu de Investimento) um crédito de médio/longo prazo, com garantia bancária, no montante de 60 milhões de euros, destinado ao financiamento dos trabalhos de modernização e renovação das suas fábricas de cimento;
- No Egipto, foi contratada uma operação, igualmente de médio/longo prazo, no valor de 25 milhões de euros, destinada ao financiamento da última fase do projecto de construção da nova linha de produção de clínquer e cimento;
- Por intermédio da CIMPOR Inversiones, foram contratadas duas linhas de *back-up*, pelo prazo de um ano, renovável, no montante total de 100 milhões de euros, que tanto poderão ser utilizadas para suportar, temporariamente, operações de aquisição de activos como para solver os compromissos inerentes ao plano de amortização da dívida financeira do Grupo.

No final de 2003, e a exemplo de anos anteriores, encontrava-se igualmente em curso o processo de actualização do Programa de *Medium Term Notes*, de forma a manter viva a capacidade de obtenção de fundos de médio/longo prazo no mercado internacional, particularmente na Europa, em condições de rapidez e eficiência compatíveis com as necessidades do Grupo.

No âmbito da gestão da dívida de curto prazo, foram renovados os programas de Papel Comercial da CIMPOR *Holding* e da CIMPOR Indústria, ajustando-se o seu montante global para 300 milhões de euros. Estes Programas, conjuntamente com o sistema de *cash-pooling*, continuam a funcionar como instrumentos fundamentais no financiamento de curto prazo de todas as empresas do Grupo que actuam em Portugal, tendo-se assegurado a continuidade da respectiva notação (A-2) junto da Companhia Portuguesa de Rating.

No final do ano, o montante da dívida financeira líquida, consolidada, era de cerca de 1.250 milhões de euros, o que traduz um aumento de perto de 100 milhões de euros relativamente ao valor registado no final de 2002, explicado, em grande parte, pelo facto de o pagamento das fábricas de Córdoba e Niebla só se ter verificado no início de 2003.

A gestão dos veículos financeiros do Grupo no exterior – a CIMPOR Financial Operations, B.V. (Holanda) e a CIMPOR Finance Limited (Irlanda) – prosseguiu nos moldes habituais, continuando as duas empresas a desempenhar um importante papel na captação de fundos no mercado internacional e na sua eficiente alocação às empresas que deles necessitam para prosseguir as suas actividades correntes ou de investimento.

As condições obtidas nas operações *supra* referidas, em termos de taxa de juro e de maturidade da dívida, aliadas ao bom desempenho operacional do Grupo, permitiram o cumprimento de todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos em vigor, assim como a manutenção, durante o ano de 2003, da notação de *rating* de longo prazo de BBB+ atribuída pela Standard&Poor's. No entanto, em meados de Dezembro, esta última, embora reconhecendo como pontos fortes do Grupo a sua grande capacidade de geração de *cash flow*, o seu sólido perfil financeiro e as importantes quotas de mercado detidas nos diversos países em que o Grupo opera, decidiu, face à evolução do mercado português e à exposição da CIMPOR ao mesmo, alterar o *outlook* da referida notação de "*stable*" para "*negative*".

Segue-se um quadro-resumo com os dados relativos às principais operações financeiras registadas no passivo consolidado do Grupo:

DÍVIDA FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMPOR HOLDING					
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	623	Nov 1999	Nov 2004	Euribor + 0,325%
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	12.500	Jun 2002	Jun 2005	Euribor + 0,675%
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	5.000	Jun 2002	Jun 2005	Euribor + 0,600%
Financiamento Bonificado	EUR	748	Out 2002	Jul 2006	–
Total	EUR	18.872			
CIMPOR INVERSIONES					
Syndicated Loan	EUR	283.510	Jun 2000	Jun 2005	Euribor + 0,400%
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	45.000	Jun 2002	Jun 2005	Euribor + 0,600%
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	237.500	Jun 2002	Jun 2005	Euribor + 0,675%
Syndicated Loan	EUR	106.400	Jun 2003	Jun 2008	Euribor + 0,500%
Descobertos Bancários	EUR	50.000	–	–	–
Total	EUR	722.410			

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMPOR BV					
Syndicated Loan	USD	75.000	Jun 2000	Jun 2005	Libor + 0,400%
US Private Placement – 10y	USD	150.000	Jun 2003	Jun 2013	4,90%
US Private Placement – 12y	USD	254.000	Jun 2003	Jun 2015	4,75%
Outros	EUR	266	–	–	–
Total	EUR	404.359			
Portugal					
CIMPOR INDÚSTRIA					
Financiamento Bonificado	EUR	8.862	Out 2001	Out 2007	–
EIB Loan	EUR	60.000	Set 2003	Set 2015	EIB Basic Rate
Total	EUR	68.862			
OUTRAS EMPRESAS					
Financiamentos Diversos	EUR	17.288	–	–	–
Total	EUR	17.288			
Total Portugal	EUR	86.150			
Espanha					
CORPORACIÓN NOROESTE					
Syndicated Loan	EUR	193.600	Jun 2003	Jun 2008	Euribor + 0,50%
Descobertos Bancários	EUR	21.387	–	–	–
Total	EUR	214.987			
OUTRAS EMPRESAS					
Financiamentos Diversos	EUR	7.923	–	–	–
Total	EUR	7.923			
Total Espanha	EUR	222.910			
Brasil					
C. CIMENTOS DO BRASIL					
Financiamentos Diversos	BRL	38.578	Diversos	Diversas	Diversas
Benefício Fiscal Fomentar	BRL	2.771	Diversos	Diversas	2,40%
Total	EUR	11.283			
ATOL					
Financiamentos Diversos	BRL	2.254	Diversos	Diversas	Diversas
Total	EUR	615			
Total Brasil	EUR	11.898			
Egipto					
AMREYAH					
Emp. Bancário (Bilateral)	EGP	11.933	Jun 1988	Jun 2005	9,50%
Emp. Bancário (Bilateral)	EGP	180.000	Dez 2002	Dez 2009	Caibor + 1,125%
Descobertos Bancários	EGP	86.323	–	–	12,50%
Total	EUR	35.706			
AMREYAH CIMPOR					
Emp. Bancário (Bilateral)	EUR	4.009	Set 2003	Set 2008	Euribor + 1,5%
Total	EUR	4.009			
CIMPOR EGYPT FOR CEMENT					
Descobertos Bancários	EGP	8.459	–	–	–
Total	EUR	1.085			
Total Egipto	EUR	40.801			

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
Moçambique					
CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE					
Emp. Bancário (Bilateral)	USD	9.146	Set 2000	Set 2005	Libor + 1,0%
Empréstimo Obrigacionista	MZM	238.000.000	Jun 2002	Dez 2006	Maibor + 2,0%
Total	EUR	15.398			
OUTRAS EMPRESAS					
Financiamentos Diversos	USD	72	–	–	–
Total	EUR	57			
Total Moçambique	EUR	15.455			
OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO					
Marrocos	MAD	79.463			
Tunísia	TND	1.873			
África do Sul	ZAR	1.218			
Total Outras	EUR	8.557			
TOTAL	EUR	1.531.412			

6.2. Política de Gestão de Riscos

Os anteriores Relatórios de Gestão do Grupo CIMPOR têm evidenciado de forma clara os grandes princípios da política de cobertura dos riscos de carácter financeiro e patrimonial susceptíveis de afectar o bom desempenho das empresas do Grupo.

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

No âmbito da gestão dos riscos financeiros, mantiveram-se os princípios e orientações definidos no passado, designadamente: prioridade na gestão dos riscos com impacto nos resultados; procura de situações de *hedging* natural (de que é exemplo a contratação, nos diversos países onde o Grupo está presente, de dívida financeira na moeda local); cobertura dos fluxos de curto prazo em moeda estrangeira; e controlo do risco de taxa de juro associado à dívida financeira.

Em 2003, a enorme volatilidade que caracterizou o comportamento dos mercados financeiros, associada à redução das taxas de juro para mínimos históricos, condicionou fortemente a gestão das posições da CIMPOR em matéria de exposição às curvas de taxas de juro, tanto do euro como do dólar norte-americano. Por outro lado, algumas das principais moedas a cujo risco de câmbio o Grupo está sujeito, casos do real brasileiro e do rand sul-africano, registaram ao longo do ano, relativamente ao dólar, uma tendência de apreciação bastante acentuada, só comparável com o movimento de valorização do euro na parte final de 2003, o que obrigou a alguns reajustamentos pontuais na política de gestão deste tipo de riscos.

Assim, e apesar da prioridade que continuou a ser atribuída à consideração dos respectivos efeitos nos resultados líquidos do Grupo, foi também prestada especial atenção ao impacto potencial do risco de taxa de câmbio no valor contabilístico da situação líquida consolidada. Neste sentido, executaram-se ao longo do ano algumas operações de cobertura, visando imunizar o valor dos investimentos efectuados no Brasil e na África do Sul, as quais, no entanto, nunca ultrapassaram o correspondente a metade do valor da situação líquida das empresas em causa.

De entre as operações de cobertura do risco cambial realizadas durante o ano, destacam-se as seguintes:

- A contratação de dois *cross-currency swaps* (USD/EUR), em simultâneo com a colocação, em Junho, dos *Private Placements* emitidos no mercado norte-americano, num total de 404 milhões de dólares;
- A cobertura *off-shore* (EUR/TND) de 50% do risco de taxa de câmbio subjacente ao pagamento a um fornecedor estrangeiro de um conjunto de investimentos realizados na Tunísia, no montante aproximado de 6 milhões de euros;
- A cobertura integral, através da compra de *forwards* cambiais, do valor (25 milhões de dólares) correspondente à amortização de Dezembro de 2003 do Empréstimo Sindicado contratado em Junho de 2000;
- A contratação de operações estruturadas, visando a cobertura parcial do risco de taxa de câmbio inerente às restantes amortizações do referido empréstimo (vencidas em Junho e Dezembro de 2004 e em Junho de 2005).

No âmbito do risco de taxa de juro, deu-se continuidade à gestão dinâmica da carteira de derivados, tendo por objectivos a manutenção de um nível confortável de repartição da dívida entre taxa fixa e taxa variável e o equilíbrio do binómio *cash flow/market value*.

Ao longo do ano, foram igualmente tomadas diversas iniciativas no sentido da clarificação dos possíveis efeitos sobre a conta de resultados da adopção (em Janeiro de 2005) de novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros (IAS 39). Na previsão da respectiva implementação, e de forma a controlar os impactos daí decorrentes, realizaram-se já alguns ajustamentos na carteira de derivados e adquiriu-se um *software* apropriado, capaz de responder às necessidades de informação permanente exigidas pelas novas regras.

GESTÃO DOS RISCOS PATRIMONIAIS

No final de 2002, as principais companhias envolvidas no processo de renegociação das apólices de seguro que integram os programas globais do Grupo exigiram, para a sua manutenção nos mesmos, e no caso específico dos seguros de responsabilidade civil, importantes aumentos dos respectivos prémios e franquias. Esta situação obrigou o Grupo – relativamente às apólices de seguro de produtos e de responsabilidade civil geral, colocadas no mercado internacional – a reequacionar a forma de cobertura dos referidos riscos, conduzindo-o a optar por diferentes alternativas, baseadas no aumento dos níveis de auto-seguro e na colocação, junto de seguradoras internacionais, mediante o estabelecimento de franquias mais elevadas, apenas dos grandes riscos.

Neste contexto, a CIMPOR Reinsurance – uma "cativa" de resseguro, com sede no Luxemburgo e participada a 100% pelo Grupo CIMPOR – passou a assumir, directamente, para além dos riscos de danos materiais e de avaria de máquinas, com limites de indemnização até dois milhões de euros, os riscos de produtos e de responsabilidade civil geral, com limites de indemnização até trezentos mil euros. Acima destes montantes, as coberturas respectivas foram colocadas no mercado internacional de resseguro.

A existência de uma "cativa" de resseguro no Grupo CIMPOR representa um avanço significativo no processo de racionalização da gestão dos riscos operacionais e patrimoniais, com o objectivo de minimização dos correspondentes encargos, entendidos estes como a soma de todos os custos necessários para se evitar ou reduzir as consequências económicas do risco. A "cativa" constitui ainda um importante centro gerador de benefícios financeiros, em resultado da aplicação dos prémios que recebe das diferentes Áreas de Negócio e dos financiamentos que pode conceder às empresas do Grupo.

Apesar das difíceis condições do mercado, foi também renegociado, em 2003, o seguro global de responsabilidade civil de administradores e directores do Grupo, com a redução do capital seguro, o ajustamento de algumas coberturas e a diminuição do respectivo prémio.

Nas diferentes Áreas de Negócio, dada a especificidade da legislação dos países em causa e das condições contratuais dos respectivos trabalhadores, manteve-se a colocação em companhias locais dos seguros de natureza pessoal, dos seguros de viaturas e de outros de natureza diversa.

Ao nível da *Holding*, prosseguiram os esforços de optimização do programa de gestão dos riscos de carácter operacional e patrimonial, incluindo a identificação dos recursos materiais, técnicos e humanos sujeitos a risco, a análise e avaliação do grau de exposição a que está submetido cada recurso empresarial, a valorização das perdas previsíveis em caso de sinistro e a ponderação das diferentes alternativas que, em cada momento, sejam consideradas as mais indicadas à cobertura dos riscos.

7. Tecnologias de Informação

Ao longo do ano de 2003, a Direcção Central de Planeamento e Sistemas de Informação da CIMPOR *Holding*, prosseguindo na implementação do respectivo Plano Estratégico, desenvolveu diversas acções de inovação, optimização e renovação dos sistemas existentes em quase todas as Áreas de Negócio do Grupo, nomeadamente em Portugal, Espanha, Moçambique, Egipto e África do Sul, abrangendo mais de 2.000 postos de trabalho, 70 servidores e 35 LAN's.

A actividade da Área de Projectos e Desenvolvimento continuou a centrar-se na implementação de novos projectos SAP, quer através do *roll-out*, para outras empresas do Grupo, de soluções já instaladas em Portugal e Espanha, quer mediante a introdução de novas funcionalidades, numa óptica de aproveitamento de sinergias e de oportunidades de melhoria. Em 2003, tiveram especial relevância os seguintes projectos e actividades:

- Conclusão e arranque dos processos *Intercompany* da CIMPOR Betão Indústria e da Jomatel, abrangendo as respectivas operações com todos os fornecedores internos do

Grupo, o que permitiu reduzir substancialmente os tempos dedicados pelas empresas em causa a tarefas de registo, validação e conferência manual de informação (numa proporção de quatro dias, na solução anterior, para apenas duas horas, actualmente);

- Conclusão e arranque dos projectos de implementação do SAP nas empresas dos Açores (Cimentaçor e Betaçor) e de Moçambique (Cimentos de Moçambique, Cimbetão e Premap), abrangendo as áreas financeira, logística e de manutenção fabril;
- Início do projecto de instalação do SAP nas empresas do Grupo sediadas no Egipto, com o arranque da exploração das áreas de logística e distribuição em Janeiro de 2004 e das áreas financeira e de manutenção, previsivelmente, no final de Abril;
- Conclusão e início de exploração do projecto SISO, lançado pela Direcção de Pessoal da CIMPOR Indústria, no âmbito da sua política de prevenção de acidentes e doenças profissionais, integrando os domínios da saúde, higiene e segurança no trabalho;
- Lançamento, ainda na área dos Recursos Humanos, de um projecto de planeamento, em SAP, de custos com o pessoal, a concluir em meados de 2004;
- Implementação de uma nova aplicação de Gestão e Administração de Recursos Humanos nas empresas do Grupo sediadas em Moçambique;
- Automatização da ligação da Estatística Fabril ao SAP;
- Desenvolvimento de um Sistema de Informação Comercial para a obtenção de indicadores, rácios e relatórios de gestão, no âmbito da Direcção Comercial da CIMPOR Indústria;
- Implementação de uma nova aplicação de expedição na pedreira de Óbidos (Alempedras);
- Instalação dos módulos SAP das áreas financeira, logística e de distribuição nas empresas Ecoresíduos, Cecisa, Scial e CTA;
- Desenvolvimento, na CIMPOR Indústria, dos projectos SIPET (Sistema Integrado de Planificação, Expedição e Transportes) e *Self-Service* Total, estando já instalados todos os equipamentos necessários ao respectivo arranque no Centro de Produção de Souselas e no Entrepasto da Maia.

Quanto à Área de Administração de Sistemas, Infraestruturas e Comunicações, realizou, em 2003, um conjunto de importantes projectos que vieram aumentar significativamente a capacidade de resposta dos sistemas instalados, dotando a CIMPOR das condições tecnológicas necessárias à concretização da estratégia de crescimento e internacionalização do Grupo. Salientam-se, pela importância das soluções adoptadas, e pelos aumentos de produtividade daí resultantes:

- A conclusão da migração da topologia de rede em toda a WAN do Grupo (Portugal e Espanha), com a respectiva alteração, de *Token Ring* (16MB) para *Fast Ethernet* (100MB), nos Centros de Produção de Alhandra e Souselas, no Entrepasto da Maia e na Portela de Sintra;
- A renovação de toda a infra-estrutura da SAN (*Storage e Backup*), de forma a suportar o crescimento das bases de dados existentes (de 3TB para 7TB) e aumentar os níveis de desempenho dos processos de *backup e restore*;

- A instalação de uma consola central de gestão de *backups*, visando o respectivo controlo em todos os servidores remotos, incluindo os localizados em Moçambique e no Egipto;
- A renovação dos servidores existentes no centro de dados da Sede;
- Os *upgrades* do *Windows NT* para *Windows 2000*, do *MSSQL 7.0* para *MSSQL 2000* e do *BW 2.1C* para a versão *BW 3.10* no *landscape SAP R/3* de Portugal e Espanha;
- A conclusão da implementação da solução de *Disaster & Recovery*, de forma a prevenir que eventuais descontinuidades na operacionalidade dos sistemas, provocadas por acidentes graves, não tenham qualquer impacto na organização;
- O suporte e apoio dados à instalação do correio electrónico e ao desenho e implementação das redes locais em Moçambique e no Egipto, incluindo as respectivas ligações à *Internet* e à rede corporativa;
- A construção de dois novos *landscapes SAP* (Produtivo, Qualidade e Desenvolvimento) para as Áreas de Negócio de Moçambique e do Egipto; e
- A colaboração dada no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, segundo a Norma NP EN ISO 9001:2000.

8. Eventos Posteriores

Merecem relevo os seguintes factos passados após o termo do exercício de 2003:

- Incorporação da Betejo – Sociedade de Betões, S.A., na Ibera – Indústria de Betão, S.A.;
- Aumento, para 100%, das participações da Cimpor Betão, SGPS, S.A., no capital social das empresas Vermoifeira – Extracção e Comércio de Areias, Lda., e Betrans – Sociedade Produtora e Distribuidora de Betão Transmontano, S.A., através, em ambos os casos, da aquisição de 50% do referido capital, pelos valores de 50,6 mil euros e 1,08 milhões de euros, respectivamente;
- Celebração, pela Agrepor Agregados – Extracção de Inertes, S.A., de um contrato promessa de compra e venda da totalidade das acções representativas do capital social da Inergranitos, S.A., pelo valor de 4,6 milhões de euros;
- Celebração, através da Corporación Noroeste, S.A., de um contrato de opção de compra de um conjunto de dezoito centrais de betão detidas pela Readymix Asland, S.A., sobretudo nas regiões espanholas da Andaluzia e da Extremadura, pelo montante global de 11,4 milhões de euros (ajustável de acordo com os acertos que venham eventualmente a ser efectuados em contratos com terceiros, apurados à data da transacção);
- Aquisição, pela Corporación Noroeste, S.A., e pelo valor de 888.800 euros, da totalidade das participações representativas do capital social da empresa espanhola Áridos Donoso del Rio, S.L., detentora de uma central de betão em Badajoz (Extremadura);
- Aumento da participação da Prebetong Galicia, S.A., no capital social da Prebetong Lugo, S.A., de cerca de 75,3% para aproximadamente 82,9%.

9. Perspectivas para 2004

Para 2004, parecem estar criadas as condições para a consolidação do processo de recuperação da economia iniciado na segunda metade de 2003.

Nos EUA, as despesas de capital revelam já algum dinamismo, o que, a par da melhoria dos resultados das empresas, o aumento da actividade e a permanência de condições financeiras muito favoráveis, deverão possibilitar uma retoma sustentada do investimento e o crescimento do nível de emprego. Este último, aliado ao aumento do rendimento disponível – potenciado pela baixa taxa de inflação, a redução da carga fiscal e a subida dos mercados accionistas – apontam, por seu turno, para um crescimento acentuado do consumo privado.

Também na União Europeia se deverá assistir a um fortalecimento da procura interna, a par de um aumento significativo das exportações, embora este último se encontre seriamente ameaçado pela contínua apreciação do euro. A taxa de inflação, beneficiando da queda dos preços dos produtos importados e da rigidez que caracteriza o comportamento dos preços dos serviços, deverá manter-se estável em torno dos 2%.

No Japão, as perspectivas para 2004 mantêm-se favoráveis, assentes num desempenho positivo do investimento e das exportações.

Na América Latina, e ao contrário de 2003, não deverão verificar-se grandes disparidades entre as taxas de crescimento dos principais países da zona, admitindo-se que, globalmente, o aumento do produto atinja os 3,6% (quando, em 2003, foi de apenas 1,1%). O risco político e a necessidade de importantes reformas estruturais mantêm-se, no entanto, presentes.

Quanto ao consumo de cimento, não se espera que, a nível da União Europeia, se verifiquem incrementos significativos. Em países como a França, Irlanda e Portugal, a procura deverá mesmo registar alguma queda, estagnando na Alemanha e no Reino Unido. Já nos EUA, é provável que o consumo aumente ligeiramente, em consequência da retoma do sector não-residencial, e que os preços evoluam em sentido positivo, dado o impacto dos recentes aumentos dos custos de frete sobre o preço do cimento importado (responsável por cerca de 20% do consumo global). Nos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento, as condições do mercado deverão manter-se favoráveis, em particular na Ásia e na Europa de Leste, esperando-se também crescimentos da procura em todo o Norte de África.

Portugal

Em Portugal, o comportamento algo hesitante quer das últimas estatísticas disponíveis quer dos indicadores de sentimento mais recentes apontam no sentido de uma recuperação lenta e moderada da actividade económica, fortemente condicionada pelo prosseguimento do esforço de correcção dos desequilíbrios existentes e pela evolução do enquadramento externo.

Nesta conjuntura, o crescimento real do PIB dificilmente será superior a 1%, ficando, mais uma vez, aquém do crescimento médio da União Europeia. A necessidade de consolidação orçamental, obrigando à contenção do investimento público, e os actuais níveis de endividamento dos particulares e das empresas, limitando o aumento da procura interna, deverão continuar a penalizar, em especial, o sector da construção, prevendo-se uma queda do mesmo na ordem dos 5% .

No tocante ao consumo de cimento, as últimas estimativas apontam para um decréscimo de 3 a 5% relativamente a 2003, o que situará o respectivo volume entre 8,8 e 9,0 milhões de toneladas. Com a subida dos fretes marítimos a criar algumas dificuldades à importação de cimento, é no entanto possível que a CIMPOR não venha a registar uma redução significativa das suas vendas em Portugal, aumentando ligeiramente a sua quota de mercado. Por outro lado, as fábricas nacionais continuarão a satisfazer os défices em clínquer e cimento das unidades do Grupo na Andaluzia, o que permitirá contrabalançar, pelo menos em parte, a eventual queda do mercado interno.

Espanha

Com um crescimento do PIB que se prevê da ordem dos 2,8 a 3,0%, sustentado pelo investimento em bens de equipamento e pelo aumento das exportações, a economia espanhola deverá continuar a apresentar um nível de desempenho claramente superior à média da União Europeia.

Para o sector da construção, estima-se uma taxa de crescimento próxima da registada em 2003 (3,6%), apesar de algum abrandamento no ritmo de edificação de novas moradias (menos notório nas regiões do Levante e da Andaluzia). As últimas projecções apontam para um consumo total de cimento, em 2004, de cerca de 48 milhões de toneladas (o que pressupõe um crescimento de mais de 4%), com as províncias da Galiza e da Andaluzia – onde se concentra a actividade do Grupo – a registarem, previsivelmente, variações (positivas) de 3,5% e 5,3%, respectivamente.

As perspectivas para 2004 são, por conseguinte, bastante favoráveis, tanto mais que a Corporación Noroeste reforçou consideravelmente, ainda em 2003 e já no corrente ano, a sua presença na actividade de produção e comercialização de betões.

Norte de África

Nos países do Norte de África onde o Grupo está presente, o consumo de cimento deverá aumentar, em 2004, entre 2,6% (no Egipto) e 5,0% (em Marrocos). No entanto, ou pelo abaixamento dos preços de venda (neste último caso) ou pela depreciação (em termos de média anual) das moedas locais face ao euro, os Volumes de Negócios de Marrocos e da Tunísia, quando expressos na moeda europeia, não deverão sofrer grandes alterações em relação a 2003. Já no Egipto, a manter-se a tendência de aumento dos preços e com as possibilidades de exportação (e de redução dos custos de produção) abertas pela entrada em

exploração da nova linha, tanto o Volume de Negócios como o *Cash Flow* Operacional deverão registar aumentos significativos.

Também na Tunísia, por força dos menores custos de combustível que se espera alcançar com a substituição do fuel por petcoque, os Resultados da Exploração deverão melhorar, contribuindo para o aumento da importância relativa destas três Áreas de Negócio no seio do Grupo CIMPOR.

Brasil

Apesar de alguns indicadores claramente positivos – a taxa de desemprego, finalmente, em queda, a balança corrente a apresentar o primeiro *superavit* dos últimos onze anos e as contas do Estado a registarem um excedente primário superior ao exigido pelo FMI – o comportamento das vendas a retalho e da produção industrial é ainda bastante instável. Enquanto na primeira metade do ano a descida das taxas de juro deverá favorecer, sobretudo, os sectores mais sensíveis ao crédito, suportando a retoma do investimento, é de esperar que, mais perto do final de 2004, com a queda da inflação (estimada em perto de 9 p.p.), a subida do rendimento real das famílias conduza a uma recuperação gradual do consumo privado.

No quadro de um crescimento do PIB na ordem dos 3 a 4%, prevê-se que a actividade do sector da construção registe um incremento de aproximadamente 4,5%, o que, a verificar-se, se traduzirá num aumento do consumo de cimento de cerca de 4%. No entanto, o acréscimo de concorrência no mercado brasileiro deverá determinar uma ligeira descida dos preços médios de venda, pelo que, tanto em termos de Volume de Negócios como de *Cash Flow* Operacional, não se esperam progressos significativos na *performance* do Grupo, quando avaliada em moeda local, sendo mesmo previsível alguma quebra dos referidos indicadores, quando expressos em euros.

Sul de África

Em 2004, as economias moçambicana e sul-africana deverão registar taxas de crescimento do PIB em torno dos 8% e 3%, respectivamente, impulsionadas, em ambos os casos, pela componente investimento, favorecida pela recente baixa das taxas de juro. No caso específico da África do Sul, com a inflação em queda e a necessidade de contrariar os efeitos negativos da forte valorização do rand, é provável que esta tendência de baixa se mantenha, o que, aliado ao facto de 2004 ser um ano de eleições, permite perspectivar um crescimento do investimento na ordem dos 8%.

O consumo de cimento, em Moçambique, deverá continuar a aumentar a um ritmo significativo, enquanto na África do Sul se prevê um incremento de cerca de 4%. Neste caso, as limitações impostas pela capacidade de produção da NPC deverão conduzir à realização de importantes investimentos de aumento da capacidade de moagem e, eventualmente, de produção de clínquer, estando igualmente prevista a aquisição de uma empresa de betões e agregados.

10. Nota Final

A CIMPOR iniciou, em 2003, um trabalho de análise das diversas alterações que a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's) poderá implicar em termos contabilísticos, quer ao nível do relato da informação financeira quer no tocante aos sistemas de informação do Grupo.

Numa primeira fase, ainda em curso, a referida análise assenta num processo de diagnóstico, destinado a identificar, para cada uma das NIC's, as diferenças entre as mesmas e os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos actualmente aplicados. Para além da verificação dos impactos da adopção do novo normativo em termos de apresentação, mensuração, reconhecimento e divulgação das contas do Grupo, esta fase envolverá igualmente, nas situações em que são permitidos tratamentos alternativos, um processo de decisão sobre as políticas a adoptar.

Numa segunda fase, serão analisados os efeitos que as alterações decorrentes da adopção das NIC's irão produzir ao nível dos sistemas de informação das empresas e dos respectivos modelos de reporte, tanto para o processo de consolidação como para o sistema de informação de gestão do Grupo. Esta fase irá decorrer, sempre que possível, em paralelo com a primeira, de forma a que os ajustamentos a efectuar sejam planeados e executados, gradualmente, ao longo de 2004.

A fase final, correspondente à implementação, deverá estar concluída até ao final do corrente ano.

Lisboa, 13 de Abril de 2004

O Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera *

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.





CINPOR

Relatório e Contas Consolidados

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

Balanços Consolidados

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(milhares de euros)		2003			2002
	Notas	Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	27	10.167,7	(7.757,3)	2.410,4	1.813,9
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	16.998,8	(16.675,6)	323,2	435,4
Propriedade industrial e outros direitos	27	8.238,0	(4.110,5)	4.127,5	3.870,1
Imobilizações em curso	27	184,6	-	184,6	81,1
Diferenças de consolidação	10 e 27	1.250.722,0	(365.849,1)	884.872,9	956.335,0
		1.286.311,1	(394.392,5)	891.918,6	962.535,5
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	207.272,0	(32.957,9)	174.314,1	182.333,5
Edifícios e outras construções	27 e 42	1.088.715,8	(787.788,5)	300.927,3	318.581,4
Equipamento básico	27 e 42	2.579.912,2	(2.033.579,3)	546.332,9	621.290,3
Equipamento de transporte	27 e 42	64.790,9	(56.681,2)	8.109,7	11.872,1
Ferramentas e utensílios	27 e 42	6.901,0	(5.608,4)	1.292,6	1.539,7
Equipamento administrativo	27 e 42	44.861,4	(35.128,1)	9.733,3	10.583,0
Taras e vasilhame	27 e 42	132,3	(116,5)	15,8	18,0
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	8.834,4	(5.936,1)	2.898,3	2.396,9
Imobilizações em curso	27	141.091,5	-	141.091,5	103.832,4
Adiant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	8.841,5	-	8.841,5	47.683,7
		4.151.353,0	(2.957.796,0)	1.193.557,0	1.300.131,0
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes capital empresas associadas	18, 27 e 36	77.198,7	-	77.198,7	54.124,5
Partes capital em outras emp. participadas	27, 46	63.891,9	(3.417,9)	60.474,0	54.259,2
Empréstimos a outras emp. participadas	27, 46	885,9	(772,4)	113,5	89,7
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46	12.306,2	(4.985,6)	7.320,6	8.130,7
Outros empréstimos concedidos	27	98,5	-	98,5	169,8
Imobilizações em curso	27	4.005,7	-	4.005,7	-
Adiant. p/conta de invest. financeiros	27	2.694,9	-	2.694,9	-
		161.081,8	(9.175,9)	151.905,9	116.773,9
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa		14.478,4	(14.352,9)	125,5	253,8
Empresas associadas		33.069,6	(5.710,3)	27.359,3	420,7
Empresas participadas e participantes		934,9	-	934,9	977,2
Outros accionistas		289,7	(282,9)	6,8	-
Estado e outros entes públicos	52	2.236,5	-	2.236,5	1.895,6
Outros devedores	46	3.482,0	(489,2)	2.992,8	5.114,5
		54.491,1	(20.835,3)	33.655,8	8.661,8
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, subsid., e de consumo		93.245,0	(6.607,2)	86.637,8	84.804,0
Produtos e trabalhos em curso		33.418,4	(1.114,9)	32.303,5	29.587,8
Subprod., desperdícios, etc.		63,4	(14,9)	48,5	45,0
Produtos acabados e intermédios		9.674,4	(1.467,5)	8.206,9	15.684,1
Mercadorias		9.041,2	(1.707,0)	7.334,2	4.360,9
Adiantamentos p/conta de compras	46	796,4	-	796,4	463,3
		146.238,8	(10.911,5)	135.327,3	134.945,1
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Clientes, conta corrente		212.940,6	(297,6)	212.643,0	187.539,6
Clientes - Títulos a receber		1.780,0	-	1.780,0	1.670,4
Clientes de cobrança duvidosa		41.083,7	(39.051,0)	2.032,7	2.926,9
Empresas associadas		2.132,9	-	2.132,9	377,2
Empresas participadas e participantes		191,1	-	191,1	1.623,3
Adiantamentos a fornecedores		1.773,3	-	1.773,3	3.067,4
Adiantam. forneced. imobilizado		20,4	-	20,4	297,9
Estado e outros entes públicos	52	21.313,2	-	21.313,2	54.759,3
Outros devedores	46	35.956,3	(276,4)	35.679,9	46.887,9
		317.191,5	(39.625,0)	277.566,5	299.149,9
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
Outros títulos negociáveis	46	124.913,6	(2.339,0)	122.574,6	243.257,2
Outras aplicações tesouraria	54	95.879,9	-	95.879,9	81.425,9
		220.793,5	(2.339,0)	218.454,5	324.683,1
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		73.950,1	-	73.950,1	43.003,4
Caixa		330,1	-	330,1	4.092,4
		74.280,2		74.280,2	47.095,8
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos		134,6	-	134,6	249,8
Custos diferidos	53	7.239,9	-	7.239,9	1.582,7
Activo por impostos diferidos	38	105.131,7	-	105.131,7	142.050,6
		112.506,2		112.506,2	143.883,1
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			(3.352.188,5)		
TOTAL DE PROVISÕES			(82.886,7)		
TOTAL DO ACTIVO		6.524.247,2	(3.435.075,2)	3.089.172,0	3.337.859,2

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	50, 51	672.000,0	672.000,0
Acções próprias:			
Valor nominal	51	(5.340,6)	(5.984,6)
Descontos e prémios	51	(12.062,4)	(13.259,9)
Diferenças de consolidação	51	(13.541,4)	(13.541,4)
Ajust. de part. de capit. em filiais e assoc.	18, 51	(29,6)	1.199,7
Reservas de reavaliação	42, 51	64.530,7	73.587,3
Reserva legal	51	67.200,0	58.300,0
Reserva de conversão cambial	51	(419.733,5)	(353.603,3)
Outras reservas	51	173.910,3	173.944,2
Resultados transitados	51	247.769,3	180.371,6
Resultado Líquido do Exercício	51	185.883,2	176.563,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		960.586,0	949.576,8
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	78.329,3	88.450,2
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	46	127.949,4	118.733,3
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	6.797,0	9.849,1
Dívidas a instituições de crédito	56	1.182.630,2	949.084,9
Fornecedores, conta corrente		-	10,9
Empresas participadas e participantes		-	1.775,4
Outros accionistas		200,0	12,2
Outros empréstimos obtidos	56	8.383,4	9.630,8
Fornecedores de imobilizado, c/c		15.052,2	18.446,7
Estado e outros entes públicos	52	169,5	-
Outros credores		387,7	623,6
		1.213.620,0	989.433,6
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	1.359,4	-
Dívidas a instituições de crédito	56	329.710,5	552.072,1
Adiantamentos p/c de vendas		3.342,5	1.769,8
Fornecedores, conta corrente		90.471,9	97.518,1
Fornecedores-fact. em recep.e conferência		6.532,0	1.754,3
Fornecedores - títulos a pagar		29.721,1	20.604,0
Fornecedores de imobilizado - tit.a pagar		5.734,3	225.373,3
Empresas associadas		1.086,3	251,2
Empresas participadas e participantes		-	296,9
Outros accionistas		3.421,3	1.889,3
Adiantamentos de clientes		1.241,7	1.857,0
Outros empréstimos obtidos	56	2.531,1	304,8
Fornecedores de imobilizado c/c		42.012,6	51.767,5
Estado e outros entes públicos	52	32.782,6	36.696,5
Outros credores		20.965,6	15.500,2
		570.912,9	1.007.655,0
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de custos	53	34.485,1	59.679,7
Proveitos diferidos	53	20.859,0	7.566,0
Passivo por impostos diferidos	38	82.430,3	116.764,6
		137.774,4	184.010,3
TOTAL DO PASSIVO		2.050.256,7	2.299.832,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		3.089.172,0	3.337.859,2

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera*

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.

Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(milhares de euros)		2003		2002	
	Notas				
CUSTOS E PERDAS					
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS					
E MATÉRIAS CONSUMIDAS					
		54.430,4		99.131,4	
Mercadorias		262.500,3	316.930,7	214.995,4	314.126,8
Matérias					
Fornecimentos e serviços externos			380.654,7		356.202,1
Custos com o pessoal					
Remunerações		107.585,7		93.890,1	
Encargos sociais:					
Pensões	21	2.739,4		18.324,7	
Outros		42.640,4	152.965,5	40.026,1	152.240,9
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	205.106,3		209.718,1	
Provisões	36 e 46	18.432,6	223.538,9	17.842,6	227.560,7
Impostos		5.313,2		11.440,0	
Outros custos e perdas operacionais		1.940,7	7.253,9	2.309,4	13.749,4
(A)			1.081.343,7		1.063.879,9
Perdas relativas a empresas associadas	44	1.205,6		714,5	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	40,5		1.877,4	
Juros e custos similares	44	117.726,3	118.972,4	89.273,0	91.864,9
(C)			1.200.316,1		1.155.744,8
Custos e perdas extraordinários	36 e 45		27.055,6		99.427,9
(E)			1.227.371,7		1.255.172,7
Imposto s/rendimento do exercício	36, 38 e 58		72.633,0		40.646,2
Interesses minoritários	36 e 55		7.230,3		5.073,7
(G)			1.307.235,0		1.300.892,6
Resultado líquido do exercício	36		185.883,2		176.563,2
			1.493.118,2		1.477.455,8
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS					
		13.172,3		21.879,0	
Mercadorias		1.306.976,6		1.241.757,8	
Produtos					
		1.320.148,9		1.263.636,8	
Prestações de serviços	36	40.751,1	1.360.900,0	53.569,7	1.317.206,5
Variação da produção			(2.566,5)		12.681,7
Trabalhos para a própria empresa			681,4		970,8
Proveitos suplementares		10.930,2		12.972,4	
Subsídios a exploração		71,4		-	
Outros proveitos e ganhos operacionais		281,5	11.283,1	3.893,8	16.866,2
(B)			1.370.298,0		1.347.725,2
Ganhos de participações de capital:					
Relativos a empresas associadas	44	8.256,6		4.474,8	
Relativos a outras empresas	44	3.045,2		2.908,7	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44	259,2		317,7	
Outros juros e proveitos similares	44	71.896,3	83.457,3	60.834,0	68.535,2
(D)			1.453.755,3		1.416.260,4
Proveitos e ganhos extraordinários	36 e 45		39.362,9		61.195,4
(F)			1.493.118,2		1.477.455,8
RESULTADOS OPERACIONAIS:	(B)-(A) =		288.954,3		283.845,3
RESULTADOS FINANCEIROS:	(D)-(C-A) =		(35.515,1)		(23.329,7)
RESULTADOS CORRENTES:	(D)-(C) =		253.439,2		260.515,6
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS:	(F)-(E) =		265.746,5		222.283,1
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(F)-(G) =		185.883,2		176.563,3

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
Vendas e prestações de serviços	36	1.360.900,0	1.317.206,5
Custos das vendas e prestações de serviços		(817.501,8)	(778.252,4)
RESULTADOS BRUTOS		543.398,2	538.954,1
Outros proveitos e ganhos operacionais		31.999,7	17.837,0
Custos de distribuição		(145.274,0)	(130.824,6)
Custos administrativos		(99.189,3)	(117.284,9)
Outros custos e perdas operacionais		(29.673,0)	(63.068,9)
RESULTADOS OPERACIONAIS		301.261,7	245.612,7
Custo líquido de financiamento		(45.830,0)	(28.438,9)
Ganho (perdas) em filiais e associadas	44	7.051,0	3.760,3
Ganho (perdas) em outros investimentos		3.263,8	1.349,0
RESULTADOS CORRENTES		265.746,6	222.283,1
Impostos sobre os resultados correntes	36, 38 e 58	(72.633,0)	(40.646,2)
RESULTADOS LÍQUIDOS ANTES DE INT. MINORITÁRIOS		193.113,6	181.636,9
INTERESSES MINORITÁRIOS	36 e 55	(7.230,3)	(5.073,7)
RESULTADOS LÍQUIDOS		185.883,2	176.563,2
RESULTADOS POR ACÇÃO (euros)		0,28	1,32^(a)

a) Considerando a operação de alteração do valor nominal das acções de cinco Euros para um Euro, os resultados por acção em 31 de Dezembro de 2002 seriam de 0,27 Euros.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera*

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.

Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	a)	1.603.450,6	1.330.464,8
Pagamentos a fornecedores	a)	(801.592,7)	(661.114,7)
Pagamentos ao pessoal		(158.782,1)	(170.910,2)
Fluxo gerado pelas operações		643.075,8	498.439,9
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(36.175,1)	(16.885,9)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	a)	(126.864,6)	(7.668,8)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		480.036,1	473.885,2
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		2.598,1	12.190,9
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(7.615,1)	(7.924,8)
Fluxos das actividades operacionais (1)		475.019,1	478.151,3
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro	14	600,0	540,7
Investimentos financeiros		8.594,9	1.063,7
Imobilizações corpóreas		4.269,1	26.309,2
Imobilizações incorpóreas		3,4	30,5
Subsídios de investimento		2.354,9	42,5
Juros e proveitos similares		38.222,0	44.601,9
Dividendos		4.732,4	3.308,9
Outros		414,1	2.213,6
		59.190,8	78.111,0
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro		(222.120,0)	(275.997,0)
Investimentos financeiros	14	(34.278,7)	(5.166,7)
Imobilizações corpóreas		(155.061,9)	(182.591,8)
Imobilizações incorpóreas		(2.309,3)	(13.568,2)
Outros		(29.027,6)	(860,6)
		(442.797,6)	(478.184,3)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(383.606,8)	(400.073,3)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		1.053.494,5	776.410,6
Venda de acções próprias		4.356,4	2.712,3
Outros		2.034,8	-
		1.059.885,7	779.122,9
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(1.055.784,1)	(486.143,5)
Juros e custos similares	44	(114.160,2)	(76.840,5)
Dividendos	51	(104.568,2)	(86.807,6)
Pagamento IRC/ISD s/dividendos	51	(2.095,1)	(6.579,0)
Aquisição de acções próprias		(2.492,2)	(5.336,4)
Outros		(9.573,6)	-
		(1.288.673,4)	(661.707,0)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		228.787,7	117.415,9
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		137.375,4	195.493,9
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		(3.586,6)	(32.165,6)
Caixa e seus equivalentes no início do período		344.926,2	181.597,9
Caixa e seus equivalentes no fim do período		211.137,4	344.926,2

a) Em 31 de Dezembro de 2003 estas rubricas passaram a incluir os impostos indirectos recebidos e pagos, cuja liquidação está apresentada em Outros pagamentos relativos à actividade operacional.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

1. Aquisição/alienação de partes de capital

As aquisições ou alienações de filiais e outras actividades empresariais materialmente significativas encontram-se relevadas na Nota 14 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

Os pagamentos por variação de perímetro incluem ainda o montante de 220.400 milhares de Euros, que respeita à liquidação da dívida pela aquisição, em 2002, dos activos cimenteiros em Córdova, Niebla e Sevilha ("Andaluzia").

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2003	2002
Numerário	330,1	4.092,4
Depósitos bancários	73.950,1	43.003,4
Títulos negociáveis	218.454,5	325.870,5
Descobertos bancários	(81.597,3)	(28.040,1)
Caixa e seus equivalentes constantes no balanço	211.137,4	344.926,2

3. Créditos bancários não sacados

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam aproximadamente 397,8 milhões de Euros de créditos bancários concedidos às empresas do grupo e não sacados.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros.)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor").

O Grupo Cimpor, em resultado da reorganização efectuada em 2002, detém as suas participações distribuídas pelas seguintes *Sub-Holdings*; (i) Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; (ii) Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações nas sociedades sediadas no estrangeiro; (iii) Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., que concentra as participações não relacionadas com a actividade cimenteira; e, (iv) Cimpor Internacional, SGPS, S.A., a qual após a alienação à Natal Portland Cement Company das participações que detinha nas sociedades sediadas em Moçambique, ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ficou apenas a deter participações minoritárias nalgumas empresas do Grupo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

Nota 1 Empresas Incluídas na Consolidação

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (à excepção das referidas na Nota 2.) e as associadas em que se exerce uma influência dominante.

HOLDING E SUB-HOLDINGS

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00

ÁREA DE CIMENTO

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte – S.Pedro Fins – Maia 4449 - 909 Ermesinde	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	89,00
MOSSINES	MOSSINES – CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 LISBOA	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, Lda. Canada das Murtas, Pico da pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00

ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos – Beljardim 9760 – 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR-AGREGADOS E EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão – Furadouro 3150 – 999 Condeixa-a-Nova	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima – Est. de Albarraque – Linhó 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 LISBOA	89,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. R Qtª Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2º 2790 – 237 Carnaxide	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, Lda. R Qtª Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2º 2790 – 237 Carnaxide	50,00
JOBRITA	JOBRITA - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, S.A. R. Vaz Monteiro, 192 – r/c Esq 2580 – 505 Carregado	66,44
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 – r/c Esq. 2580 - 505 Carregado	66,44

M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Travessa do Alecrim, 1 – 2º 1200 - 019 Lisboa	66,44
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	50,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qtº da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7000 - 505 Évora	50,00
BETEJO	BETEJO - SOCIEDADE DE BETÕES, S.A. Av. do Bocage, nº 21, 8º Esqº 2830 Barreiro	50,00
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
BARBETÃO	BARBETÃO – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BETÃO, S.A. Matas, Gamelinhas, Apartado 219 3780 - 401 Avelãs de Cima, Anadia	100,00

ÁREA DE PRÉFABRICADOS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, Lda. Feiteira – Seixezelo - V. N. Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
T.P.A.	T.P.A. - TRANSPORTES STº. ANDRÉ, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRATER	TRATER - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Edifício Ulisses, r/c Esq. – Almoinha – Castelo 2970 - 135 Sesimbra	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, Lda. Casal da Luz – Bairro – Óbidos 2510 Óbidos	100,00

CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ADJUVANTES PARA CIMENTO, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 – 551 Soure	100,00
KANDMAD	KANDMAD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, Lda. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º sala 103, Sé 9000 – 060 Funchal	99,93

ÁREA INTERNACIONAL

Espanha

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
C.N. HORMIGONES Y ARIDOS	CORPORACION NOROESTE DE HORMIGONES Y ARIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
ANDALUCIA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCIA, S.A. Av. De la agrupación de Córdoba, 15 14 014 Cordoba	99,51
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,51
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,51
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,49
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,23
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	90,29
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	74,10
HORMIGONES MARIÑA	HORMIGONES MARIÑA, S.L. Carretera Santander – Ferrol. Lugar de Camba Município de Xove 27 870 Lugo	69,77

HORMINGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ARIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,76
ARICOSA	ARIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,19
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	37,04

Marrocos

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. AIN Attig – Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00

Tunísia

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CEMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère, Tunisie	100,00

Brasil

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
C.C.B.	COMPANHIA DE CIMENTOS DO BRASIL, S.A. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	99,63
ATOL	COMPANHIA DE CIMENTO ATOL, S.A. Fazenda S. Sebastião Alagoas-S. Miguel dos Campos	100,00
CIMEPAR	COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND, S.A. Fazenda da Graça – Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraiba – Brasil	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL, Lda. Av. Mª Coelho Aguiar, 215 Bl E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00

Moçambique

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2º, nº1 Maputo – Caixa Postal 270	65,41
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	65,41

PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Av.º 24 de Julho, 2096, 4.º Andar Maputo	53,11
--------	--	-------

Egipto

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.º Box 21511 Alexandria	96,39
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.º Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,29
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.º Box 21511 Alexandria	98,37

África do Sul

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South África	99,80
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South África	99,80
SRT	THE SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South África	99,80
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) – CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South África	99,80

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 LISBOA	100,00
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED IFSC House, Custom House Quincy – Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Drentestraat, 24 1083 HR Amesterdam	100,00
PENROD	PENROD INVESTMENTS LIMITED Suite 9.4.1.B – Europort – Gibraltar	100,00

CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
FIVACAR	97 2000 FIVACAR, S.L. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 - 1º 36201 Vigo	84,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. - SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00

Nota 2 Empresas Excluídas da Consolidação

As filiais excluídas da consolidação por se encontrarem inactivas ou por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Moçambique

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
C.C. MOÇAMBIQUE	COMPANHIA DOS CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	86,02
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Avª 24 de Julho, 2096, 4º Andar Maputo	95,00

Os investimentos financeiros nestas entidades encontram-se registados ao custo deduzido de uma provisão para as perdas estimadas na sua realização.

Nota 3 Empresas Associadas

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2003, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23 c)), são as seguintes:

ÁREA DE CIMENTO

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
SEMAPA	SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. Av. das Forças Armadas, 125 - 7º 1600-079 Lisboa	20,02

CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, Lda. Estrada Monumental, 433 – São Martinho 9000-236 Funchal	42,86
C + P.A.	C + P.A. – CIMENTO E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 LISBOA	48,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, Lda. Aldeia de Paio Pires – Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 – 1.º 2900 – 459 Setúbal	25,00

ÁREA INTERNACIONAL

Espanha

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Malaga	20,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 – Portola British Virgin Island	34,71
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00

A Cimentos Madeira detém participações nas seguintes entidades da área de betão preparado e agregados, as quais se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial:

BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, Lda. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	21,86
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
SANIMAR – MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

Nota 4 Empresas Associadas Contabilizadas ao Custo

As empresas associadas registadas ao custo, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

ÁREA INTERNACIONAL

Espanha

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
HORMIGONES CELANOVA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Crta. de Casasoá, km. 0,1 – La Caseta - Celanova Orense	39,35

ÁREA INTERNACIONAL

Egipto

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
ERMCC	EXPRESS READY MIX CONCRETE COMPANY 23, Talat Harb ST. - Cairo	28,91

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
ETG	ETG - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Rua Corpo Santo, nº 6 – 2º 1200 Lisboa	44,90
SGS	SGS - INDÚSTRIAS DE MADEIRA, S.A. Pico do Cardo – S. António 9000 Funchal	35,00

Nota 5 Empresas Consolidadas pelo Método de Consolidação Proporcional

As seguintes empresas participadas estão consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com a Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.:

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	50,00

Nota 6 Empresas Participadas

As seguintes empresas em que o Grupo detém uma participação inferior a 20% ou onde não exerce uma influência significativa na gestão, não são incluídas no perímetro de consolidação, estando valorizadas conforme descrito na Nota 23 c):

ÁREA DE CIMENTO

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A. R. Cintura do Porto de Lisboa, Armazém 21 Topo Norte 1900 – 649 LISBOA	20,0

ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
CEVALOR	CEVALOR - CENTRO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS Estrada Nacional 4, Km 158 7150 - 208 Lisboa	9,95

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS

Portugal

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
ECOMETAIS	SOCIEDADE DE TRATAMENTO E RECICLAGEM, S.A. Av. Siderurgia Nacional, nº 1, Edifício S.N. 2840 Seixal	2,50

ÁREA INTERNACIONAL

Espanha

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
AMINSA	APLICACIONES MINERALES, S.A. Ayto. de Valle de Oca, Camino Fuente Herrero, s/n 09 258 Cuevacardiel – Burgos	11,94
CEMENTOS LEMONA	CEMENTOS LEMONA, S.A. Alameda de Urquijo, 10 – 2º 48 008 Bilbao	19,47
CEMENTOS PORTLAND	CEMENTOS PORTLAND, S.A Pamplona	0,36

ÁREA INTERNACIONAL

Egipto

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
UCF	United Company For Foundries 20, EL – Gazayer Street New Naadi - Cairo	13,49

ASCOM	ASCOM 26, Road 265 New Maadi - Cairo	9,64
ASEMPRO	ASEMPRO 5, Street 260 New Maadi - Cairo	9,64

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma/Sede	Percentagem/Participação Efectiva
NEFELE	COMPANHIA INDUSTRIAL DE SIENITOS NEFELÍNICOS, S.A. Serro da Cabeça Alta - Apartado 45 8101 Loulé Codex	10,00

Nota 7 Número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

Número médio de empregados por áreas de negócio	2003	2002
SERVIÇOS CENTRAIS	130	131
Portugal	1.784	1.900
Holding	43	35
Cimento	833	872
Betões	479	553
Agregados	243	259
Argamassas e gessos	28	28
Outras actividades	158	153
Internacional	4.059	3.843
Espanha	929	726
Marrocos	249	259
Tunísia	249	238
Egipto	695	933
Brasil	1.086	1.020
Moçambique	516	581
África do Sul	335	86
OUTRAS ACTIVIDADES	-	1
Total	5.973	5.875

Nota: Nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2002, esta Nota reflectia o número médio de empregados ao serviço das empresas, ao invés do número médio de empregados ao serviço do Grupo, razão pela qual o número apresentado na Área de Negócio África do Sul baixou de 297, para 86. Adicionalmente, em relação ao número médio de empregados afectos aos Serviços Centrais e às Áreas de Negócio Tunísia e Egipto, foram feitas correcções por uniformização de critérios, passando de 139, 237 e 932 para 131, 238 e 933, respectivamente.

Nota 10 Diferenças de Consolidação

O saldo desta rubrica representa as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas (ajustados pelos valores atribuídos aos activos e passivos adquiridos), na data da sua aquisição. As diferenças provenientes da primeira consolidação encontram-se relevadas nos capitais próprios.

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 na rubrica "Diferenças de consolidação", foram como segue:

Movimentos/filiais	Diferenças de consolidação (Nota 27)
Saldo inicial	1.256.458,4
Aumentos	
CCB	622,0
Cementos el Monte	107,0
Celfa	191,4
Activos adquiridos pela Hormigones Hércules	3.923,3
C+ P.A.	1.598,4
	6.442,1
Diminuições	
Cimentos de Moçambique (registo de Goodwill negativo)	(2.484,1)
Setefrete, SGPS	(922,0)
NPC	(8.772,4)
	(12.178,5)
Saldo final	1.250.722,0

O aumento ocorrido nas diferenças de consolidação associadas à CCB corresponde: (i) ao efeito da desvalorização do Real Brasileiro sobre as diferenças de aquisição registadas nas respectivas demonstrações financeiras, relacionadas, essencialmente, com a aquisição no exercício de 2002 da participação na Cimentos Brumado; (ii) à diferença apurada na aquisição adicional de 1,23% do respectivo capital e a correcções aos valores apurados; e, (iii) à correcção do custo de aquisição inicial da Brumado.

O aumento do *goodwill* na Cimentos El Monte resultou de correcções ao custo de aquisição e na Celfa decorreu de atribuição de justos valores.

Em 28 de Julho de 2003 a sociedade Hormigones Hércules, S.L. adquiriu ao Grupo Financiera Y Minera sete centrais de betão e uma pedreira na Andaluzia, pelo montante de 11.800 mil euros, de que resultou um *goodwill* de 3.923,3 milhares de Euros, decorrente da avaliação desses activos ao justo valor.

Em 23 de Julho de 2003 a Cimpor Indústria adquiriu 48% do capital na C+P.A., pelo montante de 1.720,0 milhares de Euros de que resultou um *goodwill* de 1.598,4 milhares de Euros.

O registo de *goodwill* negativo em relação à Cimentos de Moçambique deriva do incremento da participação em 14,41 %, decorrente de um aumento de capital não subscrito pelos accionistas minoritários, cujo custo ascendeu a 11.664,2 milhares de Euros. A redução do *goodwill* na Setefrete, SGPS resulta da alienação de 10,08 % do respectivo capital, por 1.580,0 milhares de Euros.

A diminuição verificada no *goodwill* da NPC decorreu da atribuição definitiva de justos valores ao património adquirido, e de uma correcção ao custo de aquisição no montante de 323,5 mil Euros.

Amortizações do *goodwill*

O *goodwill* decorrente da aquisição de partes sociais em empresas do grupo e associadas é amortizado no período estimado de recuperação dos investimentos realizados, o qual varia entre cinco e vinte anos.

O *goodwill* negativo na Cimentos de Moçambique é amortizado em dez anos, que se estima corresponder ao período de vida útil médio das imobilizações corpóreas dessa filial.

Nota 14 Alterações no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as alterações mais significativas no perímetro de consolidação respeitaram ao seguinte:

- Aquisição de 48% do capital da C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A. pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.;
- Alienação da participação de 50% que a Cimpor Betão, SGPS, S.A., detinha na Betaneros – Sociedade de Fabrico e Comercialização de Betões, S.A..

Os efeitos destas alterações no perímetro de consolidação, foram os seguintes:

Rubricas	C + P.A.	Betaneros	Total
Imobilizações corpóreas	-	(684,3)	(684,3)
Investimentos financeiros	121,6	-	121,6
Existências	-	(26,9)	(26,9)
Dívidas de terceiros	-	(1.126,1)	(1.126,1)
Dívidas a terceiros	-	1.431,1	1.431,1
Interesses minoritários	-	223,5	223,5
Valor líquido	121,6	(182,8)	(61,2)
Diferença de aquisição	1.598,4	-	1.598,4
Mais valia obtida	-	(376,5)	(376,5)
Valor líquido pago / (recebido)	1.720,0	(559,3)	1.160,7
Caixa e equivalentes	-	(40,7)	(40,7)
Património líquido adquirido / (alienado)	1.720,0	(600,0)	1.120,0

Nota 15 Consistência na Aplicação de Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo (Nota 23) foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação. Nos casos em que estas últimas utilizam critérios diferentes dos do Grupo, com efeitos materialmente relevantes, foram feitos os necessários ajustamentos de uniformização.

Nota 18 Método de Relevação das Participações em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas, excepto as referidas na Nota 4, estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o valor contabilístico (custo de aquisição) mencionadas em rubricas apropriadas, como a seguir se discrimina:

Associadas	Custo de aquisição	Diferença de aquisição	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 44)	Ajustamentos de partes capital (Nota 51)	Resultados transitados	Valor de balanço (Nota 27)
Grupo Cimentos Madeira	748,2	-	1.015,4	1.739,8	1.695,9	5.144,1
Prescor	257,2	-	130,5	(0,8)	(102,8)	284,1
Setefrete	4.753,2	(3.209,8)	278,2	310,3	(443,3)	1.688,6
Cortezo	1,8	-	0,1	5,0	6,8	13,7
Keefers	1.003,4	-	0,2	(602,6)	(376,9)	24,1
Semapa	116.879,7	(73.336,9)	6.832,2	(1.482,7)	(276,3)	48.616,0
Cementos Antequera	6.161,1	(4.816,6)	-	-	526,2	1.870,7
C + P.A.	22.360,0	(1.598,4)	(1.205,6)	1,4	-	19.557,4
Total	152.164,6	(82.961,7)	7.051,0	(29,6)	1.029,6	77.198,7

Nota 21 Compromissos Financeiros

CIMPOR Indústria – Fundo de Pensões

Decorrente da aprovação, pelo Instituto de Seguros de Portugal, de um pedido de alteração ao plano de pensões complementares de reforma e sobrevivência de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados da Cimpor Indústria, passaram a coexistir dois planos de pensões aplicáveis aos respectivos empregados, em função da sua data de admissão para o quadro efectivo, conforme se indica:

- Os empregados com data de admissão no quadro efectivo anterior a 31 de Dezembro de 1998 estão abrangidos por um plano de pensões não contributivo de benefício definido (a menos que tenham optado, até 31 de Dezembro de 2002, por transitar para o outro plano);
- Os empregados admitidos no quadro efectivo após 1 de Janeiro de 1999 estão abrangidos por um plano de contribuição definida, com possibilidade de contribuição por parte dos participantes.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos foram transferidas para o Fundo de Pensões CIMPOR, cuja entidade gestora é uma entidade independente e especializada, sendo apuradas semestralmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes (o último estudo disponível reporta-se a 31 de Dezembro de 2003).

Os estudos reportados a 31 de Dezembro de 2003 e 2002 utilizaram a metodologia denominada por "Projected Unit Credit" e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa técnica actuarial	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV80

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 podem ser detalhados como segue:

	2003	2002
Custo dos serviços correntes	610,3	636,9
Custo dos juros sobre o passivo	3.803,7	3.255,1
Retorno real dos activos do plano	(5.577,1)	1.658,0
Ganhos e perdas actuariais	(10.464,2)	11.236,8
Total do agregado	(11.627,3)	16.786,8

O valor dos ganhos e perdas actuariais está influenciado por uma rectificação à avaliação das responsabilidades actuariais dos empregados reformados em 31 de Dezembro de 2002, de 11.292,9 milhares de Euros (Nota 45).

Conforme referido anteriormente, as responsabilidades pelo pagamento dos benefícios sociais supra descritos foi transferida para um fundo de pensões autónomo, para o qual a Cimpor Indústria (e, indirectamente, as empresas relacionadas com empregados vinculados) faz contribuições regulares, tendentes a cobrir essas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o diferencial entre o respectivo valor actual e o valor de mercado dos activos do fundo era o seguinte:

	2003	2002
EMPREGADOS REFORMADOS		
Valor actual das pensões em pagamento	49.973,1	61.923,6
EMPREGADOS NO ACTIVO		
Valor actual das responsabilidades com serviços passados	15.875,6	14.865,1
	65.848,7	76.788,7
Valor de mercado dos activos do fundo	64.005,3	51.177,2
Responsabilidades não financiadas	1.843,4	25.611,5

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades não cobertas pelos activos do Fundo de Pensões CIMPOR, de 1.843,4 milhares de Euros, encontram-se evidenciadas em rubrica específica de "Acréscimos de custos" (Nota 53).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram registados custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida, no montante de 706,4 milhares de Euros.

Cimpor Indústria - Benefícios complementares (Assistência na doença)

A Cimpor Indústria mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e de Segurança Social, participando, ao abrigo do disposto no respectivo regulamento de Benefícios Complementares em vigor desde 1 de Outubro de 1995, nas despesas de saúde dos empregados a ela vinculados.

Este regulamento abrange os trabalhadores vinculados à Cimpor por contrato de trabalho sem termo, os titulares das prestações de pré-reforma, os titulares de complementos de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como os respectivos familiares elegíveis. O referido regulamento configura um plano de benefícios definidos, para o qual não se encontra constituído qualquer fundo destinado a financiar as referidas responsabilidades.

A gestão dos cuidados de saúde contemplados no regulamento assenta num esquema de adiantamentos e reembolsos geridos pela própria Empresa.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos, são apurados com base em estudos actuariais elaborados por peritos independentes.

O estudo reportado a 31 de Dezembro de 2003 assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de desconto	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos	5,00%
Idade normal de reforma	65 anos
Agregado familiar médio:	
Activos	2
Não activos	2
Custo per capita	283 Euros

Em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se constituída uma provisão para outros riscos e encargos, de 11.239,9 milhares de Euros (Nota 46), composta como segue:

- Responsabilidades com serviços passados dos empregados já reformados, de 6.236,1 milhares de Euros;
- Responsabilidades com serviços passados dos empregados no activo, de 5.003,8 milhares de Euros.

De acordo com o referido estudo actuarial, o custo com assistência na doença relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 pode ser detalhado como segue:

Custo dos serviços correntes	253,8
Custo dos juros	536,6
Ganhos e perdas actuariais	55,2
	845,6
Benefícios pagos durante o exercício	(420,6)
	425,0

Responsabilidades por pensões e benefícios complementares em outras empresas

Existem noutras empresas do Grupo planos de benefícios de reforma, relativos a complemento de pensões e benefícios complementares de assistência na doença. As responsabilidades inerentes a estes planos são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no período o custo determinado por esses estudos.

Em 31 de Dezembro de 2003, a situação agregada destes planos pode ser apresentada do seguinte modo:

Valor actual das responsabilidades projectadas	10.651,6
Responsabilidades não financiadas	5.156,9
Proveito líquido do exercício	(1.796,9)

O proveito líquido do exercício inclui o custo de 1.521,8 mil Euros registado na rubrica de Custos com o pessoal, e proveito de 3.318,7 na rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários, por alteração da forma de cálculo das responsabilidades.

As responsabilidades não financiadas encontram-se registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Outros compromissos

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal, 30.327,9 milhares de Euros, Egipto, 4.442,4 milhares de Euros, Espanha, 2.369,1 milhares de Euros e, Marrocos 14.713,5 milhares de Euros.

Todos os compromissos financeiros, incluindo as letras descontadas e não vencidas, estão relevados no balanço em rubricas apropriadas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

Nota 22 Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros fianças e garantias bancárias no montante de 177.304,9 milhares de Euros. Destas, 56.525,6 milhares de Euros, respeitam a

garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face a correcções às liquidações de impostos dos exercícios de 1996 a 1999 (Nota 58), cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos (Nota 46).

Nota 23 Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação das empresas do Grupo referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de "Interesses Minoritários" (Nota 55).

A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método, foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções na referida proporção.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) **Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as diferenças de consolidação, as quais são amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos realizados (que varia entre cinco e vinte anos), e as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas em três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os subsídios ao investimento são apresentados em proveitos diferidos e reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada excepto no que respeita a determinados equipamentos básicos relacionados com a actividade cimenteira em Portugal, adquiridos após 31 de Dezembro de 1988, aos quais se aplicam taxas degressivas. Em ambos os métodos são calculadas dotações anuais no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento.

As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outras imobilizações corpóreas	2 - 10

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são amortizados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações a bens de várias categorias são amortizadas de acordo com o acréscimo de vida útil que se estima venha a decorrer das referidas benfeitorias e beneficiações.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 3 e 18) encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 44), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de ajustamentos de partes de capital (Nota 51). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros (Notas 4 e 6) são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, excepto os títulos de dívida pública e outros cotados na Bolsa de Valores, os quais se encontram registados ao valor de mercado.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea b) acima, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

e) Existências

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção. O critério de movimentação das saídas é o do custo médio.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à constituição de uma provisão para depreciação de existências, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

f) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

g) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial":

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

h) Conversão das demonstrações financeiras

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De forma consistente com exercícios anteriores, na área de negócios de Moçambique os saldos das rubricas de imobilizado e de capital próprio são mantidos ao câmbio histórico em dólares americanos, sendo as diferenças cambiais apuradas na conversão dos activos e passivos monetários registadas como resultado financeiro do período.

i) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, excepto os títulos cotados na Bolsa de Valores, os quais se encontram registados ao valor de mercado.

j) Responsabilidades por complemento de pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica "Custos com o pessoal – Encargos sociais", conforme previsto pela referida directriz, com base nos valores determinados pelo estudo actuarial (Nota 21).

k) Assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº19. Atendendo ao facto de não se encontrar constituído qualquer fundo para o efeito, o valor presente das obrigações de benefícios definidos encontra-se, na sua totalidade, expresso na rubrica de "Provisões para riscos e encargos".

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

Os custos com assistência na doença são registados na rubrica de Custos com o pessoal e encargos sociais, conforme previsto na referida directriz (Nota 21).

l) Imposto sobre o rendimento

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

m) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados na medida em que os activos reavaliados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, estes valores não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

n) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio do Grupo, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, têm vindo a ser constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões dos estudos de recuperação paisagística.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas ou, caso as mesmas não sejam suficientes, ao reconhecimento nesse mesmo período dos custos incorridos.

o) **Especialização de exercícios**

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

p) **Subsídios obtidos**

Os subsídios atribuídos à Empresa por investimentos efectuados, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos nas demonstrações de resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados quando recebidos.

Nota 24 Cotações

As cotações utilizadas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (Nota 23, alíneas g) e h)), foram as seguintes:

Divisas	Câmbio fecho		Câmbio médio	
	2003	2002	2003	2002
USD	1,2630	1,0487	1,1321	0,9459
MAD	11,0614	10,6705	10,9499	10,4478
BRL	3,6646	3,7124	3,5184	2,8304
TND	1,5272	1,4003	1,5067	1,3494
MZM	29.179,7	24.164,6	26.541,5	22.153,2
EGP	7,7929	4,8555	6,7079	4,4060
ZAR	8,3276	9,0094	8,5367	9,6542

Nota 25 Despesas de Instalação e de Investigação e de Desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento respeitam essencialmente aos custos incorridos com a elaboração de estudos relacionados com o desenvolvimento de novos mercados. São amortizadas em três anos, pelo método de quotas constantes, com início no ano da sua efectivação.

Nota 27 **Activo Imobilizado**

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, tais como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, podem ser resumidos do seguinte modo:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Variações perímetro (Nota 14)	Efeito cambial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
Despesas de instalação	8.225,4	-	(154,4)	-	1.958,5	-	138,2	10.167,7
Despesas de investimento e desenvolvimento	27.069,8	-	(606,7)	-	583,7	-	(10.048,0)	16.998,8
Propriedade industrial e outros direitos	7.111,8	-	3,3	-	1.071,1	(62,6)	114,4	8.238,0
Imobilizações em curso	81,1	-	-	-	333,4	(4,5)	(225,4)	184,6
Diferenças de consolidação (Nota 10)	1.256.458,4	1.598,4	640,6	(12.080,7)	5.027,4	(922,1)	-	1.250.722,0
Total	1.298.946,5	1.598,4	(117,2)	(12.080,7)	8.974,1	(989,2)	(10.020,8)	1.286.311,1
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Terrenos e recursos naturais	212.774,7	(41,0)	(12.061,6)	2.089,6	4.368,0	(360,7)	503,0	207.272,0
Edifícios e outras construções	1.095.975,8	(387,0)	(34.711,1)	(3.056,5)	13.477,4	(1.944,3)	19.361,5	1.088.715,8
Equipamento básico	2.631.993,8	(1.788,7)	(123.547,8)	14.117,0	25.169,5	(10.039,4)	44.007,8	2.579.912,2
Equipamento de transporte	72.873,1	(57,4)	(3.690,4)	(40,2)	776,0	(5.360,9)	290,7	64.790,9
Ferramentas e utensílios	6.918,4	(38,0)	(607,7)	-	257,3	(34,2)	405,2	6.901,0
Equipamento administrativo	42.593,0	(53,9)	(742,9)	(41,3)	2.396,5	(300,5)	1.010,5	44.861,4
Taras e vasilhame	134,2	-	-	-	-	-	(1,9)	132,3
Outras imobilizações corpóreas	8.391,4	(4,5)	(149,9)	-	383,6	(504,2)	718,0	8.834,4
Imobilizações em curso	103.832,4	-	(25.837,3)	-	90.718,8	(2.820,0)	(24.802,4)	141.091,5
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	47.683,7	-	(12.277,2)	-	18.511,5	(18,6)	(45.057,9)	8.841,5
Total	4.223.170,5	(2.370,5)	(213.625,9)	13.068,6	156.058,6	(21.382,8)	(3.565,5)	4.151.353,0
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital em empresas associadas (Nota 18)	54.124,5	121,6	-	2.311,8	21.084,2	(443,4)	-	77.198,7
Partes de capital em outras empresas participadas	58.313,2	-	-	10.489,6	974,8	(5.923,5)	37,8	63.891,9
Empréstimos outras empresas participadas	426,3	-	(13,3)	-	472,9	-	-	885,9
Títulos e outras aplicações financeiras	13.309,9	-	(1.014,4)	(126,6)	881,2	(727,1)	(16,8)	12.306,2
Outros empréstimos concedidos	169,8	-	-	-	-	(71,3)	-	98,5
Imobilizações em curso	-	-	-	-	4.005,7	-	-	4.005,7
Adiantamentos p/ capital p/conta de investimentos financeiros	-	-	-	-	2.694,9	-	-	2.694,9
Total	126.343,7	121,6	(1.027,7)	12.674,8	30.113,7	(7.165,3)	21,0	161.081,8

Na coluna "Reavaliação/ajustamento", os montantes das Imobilizações corpóreas respeitam, essencialmente, à atribuição de justos valores a activos adquiridos, cujo efeito está registado por contrapartida da rubrica de Diferenças de consolidação.

O aumento de partes de capital em empresas associadas inclui 20.640 milhares de Euros, correspondente à participação no aumento de capital da C+P.A..

O aumento de partes de capital em outras empresas participadas diz respeito à aquisição de 20% do capital da Cecime. Adicionalmente no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi celebrado um controlo de opções de compra de acções representativas dos restantes 80% do capital da Cecime ao abrigo do qual foi pago um valor de 2.694,9 milhares de Euros. A concretização deste contrato de compra encontra-se dependente da aprovação da operação pela Direcção Geral da Concorrência, pelo que o valor pago foi registado como adiantamento por contas de investimentos financeiros.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Variações perímetro	Efeito cambial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
Despesas de instalação	6.411,5	-	(123,6)	-	1.827,0	-	(357,6)	7.757,3
Despesas de investimento e desenvolvimento	26.634,4	-	(563,2)	-	507,3	-	(9.902,9)	16.675,6
Propriedade industrial e outros direitos	3.241,7	-	(9,2)	-	997,2	(59,2)	(60,0)	4.110,5
Diferenças de consolidação	300.123,4	-	(68,2)	(54,4)	65.848,3	-	-	365.849,1
Total	336.411,0	-	(764,2)	(54,4)	69.179,8	(59,2)	(10.320,5)	394.392,5
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Terrenos e recursos naturais	30.441,2	-	(454,6)	-	2.971,3	-	-	32.957,9
Edifícios e outras construções	777.394,4	(206,3)	(14.459,1)	-	27.139,6	(1.636,9)	(443,2)	787.788,5
Equipamento básico	2.010.703,5	(1.348,8)	(62.652,6)	-	96.285,7	(8.261,7)	(1.146,8)	2.033.579,3
Equipamento de transporte	61.001,0	(51,0)	(3.352,9)	-	4.718,5	(4.819,5)	(814,9)	56.681,2
Ferramentas e utensílios	5.378,7	(25,9)	(425,0)	-	561,4	(28,6)	147,8	5.608,4
Equipamento administrativo	32.010,0	(50,5)	(580,4)	-	4.058,1	(240,5)	(68,6)	35.128,1
Taras e vasilhame	116,2	-	-	-	0,3	-	-	116,5
Outras imobilizações corpóreas	5.994,5	(3,7)	(115,8)	-	664,5	(488,7)	(114,7)	5.936,1
Total	2.923.039,5	(1.686,2)	(82.040,4)	-	136.399,4	(15.475,9)	(2.440,4)	2.957.796,0
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital em empresas associadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas participadas	4.054,0	-	-	-	-	(636,1)	-	3.417,9
Empréstimos a outras empresas participadas	336,6	-	(13,5)	-	449,3	-	-	772,4
Títulos e outras aplicações financeiras	5.179,2	-	(29,6)	-	40,5	(204,5)	-	4.985,6
Total	9.569,8	-	(43,1)	-	489,8	(840,6)	-	9.175,9

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram efectuadas amortizações extraordinárias de terrenos na área de negócio de Espanha, de 472,9 milhares de Euros, registadas como custo extraordinário (Nota 45).

Nota 33 Dívidas a Terceiros a Longo Prazo

Para além das evidenciadas na Nota 56, existem noutras rubricas do passivo, dívidas a terceiros com prazo de vencimento superior a cinco anos no montante de, aproximadamente, 5.400,0 milhares de Euros, as quais estão relacionadas com a aquisição na área de negócios do Brasil de um conjunto de activos cimenteiros.

Nota 36 **Relato por Segmentos****SEGMENTOS GEOGRÁFICOS**

O Grupo Cimpor desenvolve a sua actividade em diversos mercados geográficos. A principal informação, em 31 de Dezembro de 2003, relativa a cada um destes mercados é a seguinte:

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros	Eliminações	Consolidado
RÉDITOS										
Vendas externas	554.550,7	304.923,5	223.539,1	55.301,7	54.918,2	56.081,5	69.119,5	42.465,8	-	1.360.900,0
Vendas inter-segmentais	46.152,9	1.287,6	-	-	-	-	32,3	3.345,2	(50.818,0)	-
Réditos totais	600.703,6	306.211,1	223.539,1	55.301,7	54.918,2	56.081,5	69.151,8	45.811,0	(50.818,0)	1.360.900,0
Resultados operacionais										
externos	87.698,9	90.351,5	61.331,0	(2.318,8)	2.738,1	18.286,8	22.693,5	8.173,3	-	288.954,4
inter-segmentais	43.626,2	(38.302,2)	-	(276,9)	(1.856,1)	(1.532,9)	(980,2)	(677,9)	-	-
Resultados operacionais totais	131.325,1	52.049,3	61.331,0	(2.595,7)	882,0	16.753,9	21.713,3	7.495,4	-	288.954,4
Resultados financeiros										
externos	2.363,8	(26.522,0)	3.320,1	(4.968,4)	(731,1)	418,0	1.403,9	(17.850,4)	-	(42.566,1)
inter-segmentais	(735,7)	(14.570,6)	(2.149,3)	-	-	-	(44,5)	17.500,1	-	-
Resultados financeiros totais	1.628,1	(41.092,6)	1.170,8	(4.968,4)	(731,1)	418,0	1.359,4	(350,3)	-	(42.566,1)
Ganhos-perdas em associadas	7.050,9	0,1	-	-	-	-	-	-	-	7.051,0
Impostos s/ os lucros	(53.037,9)	5.283,2	(13.776,3)	1.590,0	1.419,1	(4.574,0)	(8.587,3)	(949,8)	-	(72.633,0)
Resultados de actividades ordinárias	86.966,2	16.240,0	48.725,5	(5.974,1)	1.570,0	12.597,9	14.485,4	6.195,4	-	180.806,2
Resultados extraordinários externos	19.744,7	736,6	(644,3)	(6.810,7)	1.137,7	(2.152,4)	(179,3)	475,0	-	12.307,3
Resultados extraordinários totais	19.744,7	736,6	(644,3)	(6.810,7)	1.137,7	(2.152,4)	(179,3)	475,0	-	12.307,3
Interesses minoritários	2.443,0	318,0	131,4	(193,9)	-	4.134,2	-	397,6	-	7.230,3
Resultado líquido	104.267,9	16.658,6	47.949,8	(12.591,0)	2.707,7	6.311,3	14.306,1	6.272,8	-	185.883,2
OUTRAS INFORMAÇÕES										
Activos do segmento	782.368,0	569.249,9	856.036,2	383.276,6	186.496,3	92.902,4	142.534,8	76.307,8	-	3.089.172,0
Activos inter-segmentais	925.364,0	584,4	-	494,9	-	62,7	230,2	484.165,4	(1.410.901,6)	-
Investimento em associadas	75.314,3	1.884,4	-	-	-	-	-	-	-	77.198,7
Passivos do segmento	328.850,4	1.022.349,9	70.247,1	115.477,4	40.214,0	22.614,1	22.292,2	428.211,6	-	2.050.256,7
Passivos inter-segmentais	(839.711,2)	(489.517,1)	(29.262,7)	(68.937,7)	(1.048,7)	714,0	19.050,2	(2.188,4)	1.410.901,6	-
Dispêndios de capital										
fixo	43.214,2	28.728,9	23.280,6	41.497,2	17.195,1	8.513,0	346,1	1.485,5	-	164.260,6
Amortizações	63.612,9	30.585,5	53.412,3	23.210,9	11.834,0	8.500,1	9.039,0	4.911,6	-	205.106,3
Outros gastos não desembolsados (provisões)	11.367,7	2.885,7	721,1	662,5	625,8	124,5	425,2	1.620,1	-	18.432,6

Na generalidade dos mercados geográficos, a actividade desenvolvida enquadra-se, essencialmente, em três áreas de negócio. Por segmento de negócio, a principal informação, em 31 de Dezembro de 2003, é a seguinte:

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Segmentos de negócio	Vendas externas	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	984.664,1	2.374.980,6	137.431,1
Betões e agregados	337.342,6	264.654,1	20.550,7
Outros	38.893,3	449.537,3	6.278,8
Total	1.360.900,0	3.089.172,0	164.260,6

Nota 38 Impostos Diferidos

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento (Nota 23, alínea I)).

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentado do seguinte modo:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	265.746,6	
Diferenças permanentes	56.781,6	
	322.528,2	
Encargo normal de imposto		106.434,3
Benefícios fiscais, diferenças de taxas e outros		(31.363,3)
Contingências fiscais		1.189,3
Imposto diferido – Efeito de alteração de taxas e de regras de tributação		(1.348,0)
Regularizações diversas		(2.279,3)
Encargo do período		72.633,0

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a amortização de *goodwill*, proveitos em investimentos financeiros e acréscimo de provisões com carácter de diferenças permanentes.

A composição do encargo de imposto do período pode ser apresentada do seguinte modo:

Imposto corrente	35.373,5
Imposto diferido	38.349,5
Regularizações diversas	(2.279,3)
Contingências fiscais (Notas 46 e 58)	1.189,3
Encargo do período	72.633,0

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Imposto s/rendimento	Varição perímetro	Efeito cambial	Atribuição justo valor	Saldo final
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Reavaliações e ajustes às imobilizações	54.348,4	(15.036,3)	(8,6)	165,7	-	39.469,2
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	8.337,5	(5.321,3)	-	(4,5)	-	3.011,7
Provisões para riscos e encargos	8.586,5	(347,5)	-	(463,4)	-	7.775,6
Provisões para depreciação de existências	3.035,0	(361,3)	-	(284,4)	-	2.389,3
Outras provisões	2.759,8	(218,9)	-	0,1	-	2.541,0
Outros	11.472,5	(7.114,0)	-	22,5	-	4.381,0
Prejuízos reportáveis	53.510,9	(27.820,9)	111,1	19.762,7	-	45.563,8
	142.050,6	(56.220,2)	102,5	19.198,8	-	105.131,7
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Reavaliações e ajustes às imobilizações	102.825,7	(10.921,3)	(1,9)	(21.235,0)	4.772,0	75.439,5
Investimentos financeiros	9.997,8	(9.241,0)	-	-	-	756,8
Reinvestimento de mais-valias	962,0	(300,1)	-	-	-	661,9
Outros	2.979,1	2.591,7	-	1,3	-	5.572,1
	116.764,6	(17.870,7)	(1,9)	(21.233,7)	4.772,0	82.430,3
Impostos diferidos líquidos	25.286,0	(38.349,5)	104,4	40.432,5	(4.772,0)	22.701,4

Os activos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam da existência de activos fixos cuja base tributável é superior ao respectivo valor contabilístico, decorrente da existência de reavaliações a nível das demonstrações financeiras individuais, as quais foram anuladas para efeitos de consolidação.

Os passivos por impostos diferidos resultam da existência de activos fixos cujo valor contabilístico é superior à respectiva base tributável decorrente, essencialmente, da atribuição de justos valores em processos de aquisição.

Estima-se que os impostos diferidos que irão ser revertidos a médio e longo prazo, ascendam a, aproximadamente, 63.800,0 milhares de Euros de impostos diferidos activos e a 73.000,0 milhares de Euros de impostos diferidos passivos.

Nota 39 Órgãos Sociais

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram, em milhares de Euros:

	Remunerações
Conselho de Administração	1.624,9
Conselho Fiscal	51,4
Total	1.676,3

Nota 41 Reavaliações - Diplomas Legais

As imobilizações corpóreas das empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, foram reavaliadas, ao longo de vários exercícios, ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;

- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

Nota 42 Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas, e correspondente reavaliação em 31 Dezembro de 2003, líquido de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	157.741,1	16.573,0	174.314,1
Edifícios e outras construções	249.496,7	51.430,6	300.927,3
Equipamento básico	545.609,7	723,2	546.332,9
Equipamento de transporte	8.109,7	-	8.109,7
Ferramentas e utensílios	1.292,6	-	1.292,6
Equipamento administrativo	9.702,8	30,5	9.733,3
Taras e vasilhame	15,8	-	15,8
Outras imobilizações corpóreas	2.898,3	-	2.898,3
Total	974.866,7	68.757,3	1.043.624,0

A diferença entre o saldo da rubrica "Reservas de reavaliação" (Nota 51) e o valor supra indicado (4.226,6 milhares de Euros) corresponde à parcela daquele valor entretanto incorporada em capital.

Nota 44 Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2003	2002
Juros suportados	61.069,5	60.206,1
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	1.205,6	714,5
Amortizações de investimentos em imóveis	40,1	40,1
Provisões para aplicações financeiras	0,4	1.837,3
Diferenças de câmbio desfavoráveis	35.866,2	14.082,9
Descontos de pronto pagamento concedidos	4.614,0	3.192,3
Perdas na alienação de aplicações tesouraria	-	39,6
Outros custos e perdas financeiros	16.176,6	11.752,1
	118.972,4	91.864,9
Resultados financeiros	(35.515,1)	(23.329,7)
Total	83.457,3	68.535,2

Proveitos e ganhos	2003	2002
Juros obtidos	31.912,0	19.527,3
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	8.256,6	4.474,8
Rendimentos de imóveis	259,2	317,7
Rendimentos de participações de capital	3.045,2	2.908,7
Diferenças de câmbio favoráveis	16.726,1	20.137,5
Descontos de pronto pagamento obtidos	864,5	1.085,9
Ganhos na alienação de aplicações tesouraria	522,6	12.196,7
Outros proveitos e ganhos financeiros	21.871,1	7.886,6
Total	83.457,3	68.535,2

Nota 45 Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2003	2002
Donativos	608,0	718,6
Dívidas incobráveis	1.681,9	1.003,2
Perdas em existências	164,0	58,5
Perdas em imobilizações	1.118,6	1.011,7
Multas e penalidades	270,6	107,7
Aumentos de amortizações e provisões (Notas 27 e 46)	12.506,0	73.634,9
Correcções relativas a exercícios anteriores	566,8	3.242,3
Outros custos e perdas extraordinários	10.139,7	19.651,0
	27.055,6	99.427,9
Resultados extraordinários	12.307,3	(38.232,5)
Total	39.362,9	61.195,4

Proveitos e ganhos	2003	2002
Restituição de impostos	-	1,9
Recuperação de dívidas	132,1	127,0
Ganhos em existências	775,2	89,0
Ganhos em imobilizações	5.289,7	9.771,0
Benefícios de penalidades contratuais	33,8	17,9
Reduções de amortizações e provisões	16.984,6	35.082,5
Correcções relativas a exercícios anteriores	283,2	1.883,5
Outros proveitos e ganhos extraordinários	15.864,3	14.222,6
Total	39.362,9	61.195,4

Os Outros proveitos e ganhos extraordinários incluem 11.292,9 milhares de Euros correspondentes à rectificação actuarial das responsabilidades com empregados reformados, conforme referido na Nota 21.

Nas reduções de amortizações e provisões estão registados os efeitos da utilização e redução de várias provisões que tinham sido constituídas em anos anteriores, para fazer face a responsabilidades com reestruturações, riscos de cobranças duvidosas, e outros riscos diversos.

Nota 46 Movimentos em Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Provisões	Saldo inicial	Varição perímetro	Efeito cambial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	1.187,4	-	-	1.151,6	-	-	2.339,0
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	66.270,8	(167,9)	(945,1)	5.914,4	(10.611,7)	(0,2)	60.460,3
Provisões para riscos e encargos	118.733,3	-	(5.187,1)	22.872,4	(8.382,1)	(87,1)	127.949,4
Provisões para depreciação de existências	11.940,5	-	(999,0)	1.692,6	(2.158,1)	435,6	10.911,5
Provisões para investimentos financeiros	9.569,8	-	(43,1)	489,8	(840,6)	-	9.175,9
Total	207.701,8	(167,9)	(7.174,3)	32.120,8	(21.992,5)	348,3	210.836,1

Na coluna de "Transferências" está reflectido o efeito de diversas transferências efectuadas entre as rubricas de provisões e outras rubricas do balanço.

A provisão para riscos e encargos é composta por:

Provisões para contingências legais e fiscais	90.353,1
Responsabilidades por benefícios complementares de reforma e de saúde (Nota 21)	16.396,8
Provisões para recuperação paisagística (Nota 61)	3.815,8
Provisões para outros riscos e encargos	17.383,7
	127.949,4

Os aumentos nas provisões foram efectuados por contrapartida de:

Provisões do exercício	18.432,6
Custos extraordinários - Aumento de amortizações e provisões (Nota 45)	12.033,1
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 38)	1.189,3
Custos com o pessoal (Nota 21)	425,0
Outros	40,8
	32.120,8

Nota 50 Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um Euro cada uma, divididas em duas categorias:

Categorias	%	Nº de Acções
Acções privatizadas não cotadas	10,05	67.527.510
Acções privatizadas e cotadas	89,95	604.472.490
		672.000.000

Nota 51 Movimento nas Rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aplicação resultados	Movimento acções próprias	Reserva conversão cambial	Reclass. reserva reavaliações	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000,0	-	-	-	-	-	-	672.000,0
Acç. próprias	(19.244,5)	-	1.841,5	-	-	-	-	(17.403,0)
Dif. de consolidação	(13.541,4)	-	-	-	-	-	-	(13.541,4)
Ajust. part. cap. f. assoc	1.199,7	-	-	-	-	(1.229,3)	-	(29,6)
Reservas reavaliação	73.587,3	-	-	-	(9.056,6)	-	-	64.530,7
Reserva legal	58.300,0	8.900,0	-	-	-	-	-	67.200,0
Res. convers. cambial	(353.603,3)	-	-	(66.130,2)	-	-	-	(419.733,5)
Outras reservas	173.944,2	-	(33,9)	-	-	-	-	173.910,3
Result. transitados	180.371,6	59.350,0	-	-	9.056,6	(1.008,9)	-	247.769,3
Res. líq.do exercício	176.563,2	(176.563,2)	-	-	-	-	185.883,2	185.883,2
Total	949.576,8	(108.313,2)	1.807,6	(66.130,2)	-	(2.238,2)	185.883,2	960.586,0

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

ACÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 925.000 acções ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., e de 436.920 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 4.272,9 milhares de Euros, de que resultou a diminuição em Outras reservas de 33,9 milhares de Euros, bem como a aquisição de 717.930 acções, no âmbito da gestão corrente da carteira de acções próprias e em cumprimento de uma decisão do Conselho de Administração de recompra, a diversos colaboradores, das acções que lhes haviam sido anteriormente atribuídas.

Nota: O movimento de acções próprias considerou a conversão do valor nominal de cinco Euros para um Euro quando aplicável.

A 31 de Dezembro de 2003, a Cimpor detinha um total de 5.340.565 acções próprias.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A parcela da reserva de reavaliação realizada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, por amortização ou alienação dos bens a que respeita, foi transferida para resultados transitados.

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

A reserva de conversão cambial resulta da conversão para Euros das demonstrações financeiras denominadas em moeda estrangeira das empresas participadas e, quando aplicável, das diferenças de câmbio referidas na Nota 23 g).

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002, foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	107.520,0
Gratificações a empregados	1.650,0
Resultados transitados	58.493,2
Reserva legal	8.900,0
	176.563,2

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 856,8 milhares de Euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Nota 52 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	11.500,1	7.530,5
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	488,1	4.693,3
Impostos sobre o Valor Acrescentado	10.298,6	12.550,3
Contribuições para a Segurança Social	-	2.948,5
Outros	1.262,9	5.229,5
	23.549,7	32.952,1

Nota 53 Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Custos diferidos	
Prémios pagos (a)	5.475,9
Outros	1.764,0
	7.239,9

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	10.099,1
Acréscimo de custos fiscais (b)	9.842,7
Encargos financeiros a liquidar	7.410,9
Benefícios da reforma a liquidar (Nota 21)	1.843,4
Outros acréscimos de custos	5.289,0
	34.485,1

Proveitos diferidos	
Prêmios recebidos (a)	15.085,3
Subsídios ao investimento	3.493,2
Outros	2.280,5
	20.859,0

- (a) Os custos e os proveitos diferidos indicados correspondem aos valores pagos e recebidos antecipadamente no âmbito da contratação de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Nota 59).
- (b) O normativo fiscal no Brasil inclui impostos que têm como base de incidência o valor da receita gerada em cada período. Uma das empresas participadas no Brasil está a questionar judicialmente a taxa de um dos referidos impostos, bem como a respectiva base de cálculo. O acréscimo de custos corresponde ao valor reclamado pelas autoridades fiscais desse país e que está a ser questionado por essa empresa.

Nota 54 Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Activo bruto	Provisões	Activo líquido
Aplicações de tesouraria em EUR	125.890,3	(2.339,0)	123.551,3
Aplicações de tesouraria em BRL	94.766,9	-	94.766,9
Aplicações de tesouraria em USD	136,3	-	136,3
	220.793,5	(2.339,0)	218.454,5

Nota 55 Interesses Minoritários

Os Interesses minoritários relevados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e na demonstração consolidada de resultados do exercício findo naquela data correspondem à participação de terceiros nos capitais e resultados das seguintes empresas:

	Balanço	Resultados
Grupo Cimentador	2.370,2	744,3
Grupo Cimpor Betão	17.906,2	1.113,8
Grupo Corporación Noroeste	11.338,1	314,8
Cement Trading Activities	985,4	588,0
Cimentos de Moçambique	16.149,4	361,2
Asment de Temara	24.518,7	4.134,2
Companhia de Cimentos Brasil	869,6	131,4
Amreyah Cement Company	3.982,8	(193,9)
Outros	208,9	36,5
Total	78.329,3	7.230,3

Nota 56 **Financiamentos**

Em 31 de Dezembro de 2003 os financiamentos por maturidades e tipos eram os seguintes:

	2003	2002
MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos por obrigações	6.797,0	9.849,1
Dívidas a instituições de crédito	1.182.630,2	949.084,9
Outros empréstimos obtidos	8.383,4	9.630,8
	1.197.810,6	968.564,8
CURTO PRAZO		
Empréstimos por obrigações	1.359,4	-
Dívidas a instituições de crédito	329.710,5	552.072,1
Outros empréstimos obtidos	2.531,1	304,8
	333.601,0	552.376,9
Total	1.531.411,6	1.520.941,7

A discriminação dos financiamentos em 31 de Dezembro de 2003 era a seguinte:

Tipo de Financiamento	Moeda	Taxa de Juro	Valor
MÉDIO E LONGO PRAZO			
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,50%	300.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	250.000,0
US Private Placements – 12 year	USD	4,75%	216.723,6
US Private Placements – 10 year	USD	4,90%	127.986,4
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	94.503,2
BEI Loan	EUR	EIB Basic Rate	60.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,60%	50.000,0
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	20.998,1
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	19.794,1
Industrial Investments	BRL	Várias	9.412,4
Crédito Bilateral	USD	Libor + 1%	4.750,6
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 1,5 %	3.508,2
Diversos	-	-	24.953,6
			1.182.630,2
CURTO PRAZO			
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	189.006,5
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	39.588,3
Crédito Bilateral	USD	Libor + 1%	2.491,0
Industrial Investments	BRL	Várias	2.486,0
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	2.099,9
Crédito Bilateral	EGP	9,50%	914,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	501,2
Diversos	EUR	-	11.026,3
Descobertos	-	-	81.597,3
			329.710,5

Em 31 de Dezembro de 2003, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valor em divisa	Valores em Euros
EUR	-	1.054.617,6
USD	488.146,1	411.390,8
EGP	286.714,6	36.791,8
MZM	238.000.000,0	8.156,4
BRL	43.602,8	11.898,4
ZAR	1.218,1	146,3
MAD	79.463,2	7.183,8
TND	1.873,2	1.226,5
		1.531.411,6

Em 31 de Dezembro de 2003, os financiamentos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso:

Ano	Montante
2005	456.143,7
2006	132.314,8
2007	136.565,9
2008	73.080,8
2009 e seguintes	399.705,4
	1.197.810,6

Os principais condicionalismos financeiros relacionados com os financiamentos existentes em 31 de Dezembro de 2003, são como segue:

NOTAÇÕES DE RATING

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão prevêem a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

CONTROLO DE EMPRESAS PARTICIPADAS

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à *Holding* para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

A 31 de Dezembro de 2003, as cartas de conforto prestadas pela *Holding* e outras filiais ascendiam a 478.165,4 milhares de Euros.

FINANCIAL COVENANTS

No mesmo tipo de operações de financiamento existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida Líquida / *EBITDA*
- *EBITDA* / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros)
- Dívida Líquida / Capitais permanentes
- *EBITDA* / (Encargos financeiros – Proveitos de operações de cobertura)

Em 31 de Dezembro de 2003, os referidos rácios encontravam-se na sua totalidade dentro dos compromissos estabelecidos.

NEGATIVE PLEDGE

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative Pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superior a 50 milhões de euros) prevêm normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

CROSS DEFAULT

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

Nota 58 **Imposto sobre o Rendimento**

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 30% (25% a partir do exercício de 2004), acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Notas 23, alínea l) e 38).

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos dos dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos, para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1999, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações de imobilizado corpóreo.

O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto (a ser devido) é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

A contingência associada a esta situação encontra-se provisionada em rubrica específica de "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Nota 59 Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 31 de Dezembro de 2003 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivativos destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

RISCOS DE TAXA DE JURO

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha contratados os seguintes derivados de taxa de juro com instituições financeiras, com o objectivo de controlar o nível dos encargos financeiros futuros, privilegiando estruturas que incorporem a componente de taxa fixa pura ou mista (taxa fixa/variável):

Montante	Tipo de Operação	Maturidade	Objectivo
EUR 250.000.000	Venda de Floor sobre 10Y USD CMS	2009	Cobertura de 53% da tranche EUR do Empréstimo Sindicado 2000-2005
EUR 250.000.000	Compra de taxa fixa com venda de swaption para taxa variável	2009	
USD 75.000.000	Compra de taxa fixa	2005	Cobertura de 100% da tranche em USD do Empréstimo Sindicado 2000-2005
EUR 50.000.000	Taxa fixa com venda de opção para taxa variável	2009	Cobertura de 17 % do Empréstimo Sindicado 2003-2008
EUR 50.000.000	Compra de taxa fixa	2008	Cobertura de 17 % do Empréstimo Sindicado 2003-2008
EUR 216.723.549	Taxa variável subsidiada	2015	Cobertura de 100 % da perna euro do swap para cobertura da tranche de 12 Y dos US Private Placements

RISCOS DE TAXA DE CÂMBIO

Por outro lado, existia um conjunto de operações destinadas à cobertura do risco de taxa de câmbio inerente a operações de serviço da dívida em moeda estrangeira e de fluxos financeiros no Grupo, conforme segue:

Montante	Tipo de Operação	Cobertura	Maturidade	Objectivo
EUR 11.055.832	Compra Forward EUR/ZAR	22%	31-Dez-04	Cobertura de capital da NPC
EUR 36.036.036	Compra NDF EUR/BRL	26%	31-Dez-04	Cobertura de capital da CCB
EUR 1.500.000	Compra NDF EUR/TND	50%	10-Fev-04	Cobertura parcial de investimento a pagar a fornecedor
USD 22.500.000	Fader com knock-out EUR/USD 1.1770 EUR/USD 1.1750 EUR/USD 1.1720	30%	30-Jun-04 30-Dez-04 30-Jun-05	Cobertura parcial do capital referente à tranche de dólar do Syndicated Loan 2000-2005
USD 22.500.000	Fader com knock-out EUR/USD 1.1650 EUR/USD 1.1620 EUR/USD 1.16	30%	30-Jun-04 30-Dez-04 30-Jun-05	Cobertura parcial do capital referente à tranche de dólar do Syndicated Loan 2000-2005
USD 185.185	Compra de Put e Venda de Call EUR/USD 1.1790	0.25%	30-Jun-04	Cobertura parcial do capital referente à tranche de dólar do Syndicated Loan 2000-2005
USD 185.185	Compra de Put e Venda de Call EUR/USD 1.1770	0.25%	30-Dez-04	Cobertura parcial do capital referente à tranche de dólar do Syndicated Loan 2000-2005
USD 185.185	Compra de Put e Venda de Call EUR/USD 1.1750	0.25%	30-Jun-05	Cobertura parcial do capital referente à tranche de dólar do Syndicated Loan 2000-2005
USD 150.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD	100%	27-Jun-13	Cobertura de capital e juros referentes tranche de 10Y dos US Private Placements
USD 254.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD com venda de Range Accrual	100%	27-Jun-15	Cobertura de capital e juros referentes tranche de 12Y dos US Private Placements
EUR 20.000.000	Cross-Currency Swap EUR/BRL	100%	17-Jun-05	Cobertura de capital e juros referentes ao 5º FRN concedido pela CFL
EUR 19.000.000	Cross-Currency Swap EUR/ZAR	100%	27-Nov-08	Cobertura de capital e juros referentes ao empréstimo intra-grupo concedido pela CIMPOR Inversiones

FAIR VALUE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2003, o *fair value* dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	<i>Fair value</i> (milhares de Euros)
Instrumentos financeiros de cobertura de risco	
Taxa de juro	(76.639,4)
Taxa de câmbio	(44.875,2)

Para os instrumentos de cobertura de taxa de câmbio efectuaram-se os registos contabilísticos de modo a que as demonstrações financeiras relevem os efeitos das diferenças entre as taxas em vigor em 31 de Dezembro de 2003 e as taxas contratadas.

Nos instrumentos de cobertura de taxa de juro, foram feitas as especializações do exercício dos juros decorridos desde os últimos vencimentos até 31 de Dezembro de 2003. Adicionalmente, estão relevados em rubricas de custos diferidos e proveitos diferidos (Nota 53) os prémios pagos e recebidos cujo reconhecimento em resultados ocorrerá em exercícios futuros.

Nota 60 Plano de Opções de Compra de Acções

A Empresa tem em vigor um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

No âmbito da execução do referido *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* foi aprovada na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2003, a venda de acções próprias a administradores e colaboradores do Grupo.

A atribuição aos beneficiários do referido Plano é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a oitenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida. As alienações efectuadas ao abrigo deste Plano no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 estão expostas na Nota 51 e no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

Na Assembleia Geral Anual foi igualmente aprovada a alienação de acções próprias para a execução do *Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpor*. Neste Plano, em que a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, é concedido aos beneficiários o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a oitenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

Em 31 de Julho de 2003, foram atribuídas ao abrigo deste Plano as primeiras opções, tendo sido exercidas 194.310 ao preço de 2,84 euros, das quais 66.500 por membros do Conselho de Administração.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

Nota 61 Informações sobre Matérias Ambientais

POLÍTICA AMBIENTAL

O Grupo Cimpor tem vindo a empreender políticas que permitam responder aos impactos ambientais que caracterizam o sector cimenteiro, em particular ao nível das fábricas e das pedreiras, tendo em vista evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrente da sua actividade e, respondendo às exigências crescentes em termos de enquadramento legal. As questões essenciais relacionadas com a concretização destas políticas, encontram-se detalhadamente expostas no Relatório de Gestão Consolidado.

DISPÊNDIOS DE CARÁCTER AMBIENTAL

Os dispêndios de carácter ambiental, realizados pelas empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, imputados directamente a resultados e capitalizados, atendendo aos diversos domínios de protecção ambiental, foram os seguintes:

	Custos	Investimentos
Emissões para a atmosfera	5.521,5	7.000,1
Gestão das águas residuais	684,7	2.125,7
Gestão dos resíduos	2.792,1	73,4
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	135,8	999,5
Ruído e vibrações	11,6	1.448,4
Protecção da natureza	1.244,8	805,7
Outros	28,9	1.492,1
Total	10.419,4	13.944,9

Os custos imputados directamente a resultados, acima indicados, não incluem custos com o pessoal associados às diversas acções de protecção ambiental realizadas, bem como o efeito das amortizações do exercício relativas ao investimento realizado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 e em exercícios anteriores, relativo a dispêndios de carácter ambiental capitalizados.

INCENTIVOS RECEBIDOS

Em exercícios anteriores foram recebidos incentivos financeiros não reembolsáveis de 4.912,7 milhares de Euros destinados a subsidiar os investimentos em equipamentos industriais que visam a melhoria do desempenho ambiental, de entre os quais se destacam os investimentos realizados na instalação de filtros de mangas. Conforme mencionado na Nota 23 p), estes subsídios são registados como Proveitos diferidos (Nota 53) e reconhecidos em resultados à medida em que são amortizados os bens a que se destinaram. Em 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registados como proveitos diferidos 1.516,1 milhares de Euros a serem reconhecidos em resultados de exercícios futuros.

PASSIVOS DE CARÁCTER AMBIENTAL

Os passivos de carácter ambiental mais significativos no Grupo, prendem-se com a recuperação paisagística das pedreiras. Conforme referido na Nota 23 n), têm sido constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões de estudos técnicos realizados com o objectivo de determinar essas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2003, os custos totais estimados de recuperação paisagística das áreas de negócio de Portugal, Espanha, Marrocos e África do Sul, ascendem a 13.609,9 milhares de Euros, para os quais se encontram constituídas provisões, tendo em conta as áreas exploradas e os períodos previstos de exploração, no montante de 3.815,8 milhares de Euros.

O movimento ocorrido nestas provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi o seguinte (Nota 46):

	Saldo inicial	Dotações	Utilizações	Saldo final
Recuperação paisagística	3.131,5	1.151,8	(467,5)	3.815,8

Nas restantes áreas de negócio, o Grupo tem vindo a reconstituir progressivamente os espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nesse mesmo período os custos incorridos, estimando-se que, face às áreas em exploração, períodos de exploração previstos e reconstituições já efectuadas, não existam responsabilidades adicionais significativas.

Nota 62 Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2003 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Consolidado.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas conhecidas a 31 de Dezembro de 2003

Accionistas	Nº de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (1)
TEIXEIRA DUARTE, SGPS, S.A.(2)	215.570.230	32,08%	32,34%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.375	0,01%	0,01%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	134.339.370	19,99%	20,15%
Por si	67.527.510	10,05%	10,13%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	111.860	0,02%	0,02%
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S.A.	66.703.240	9,93%	10,01%
Por si	66.700.000	9,93%	10,01%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	3.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade por si dominada TDG	3.054.345	0,45%	0,46%
Por si	3.034.345	0,45%	0,46%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	20.000	0,00%	0,00%
TDP, SGPS, S.A.	78.235.000	11,64%	11,74%
Por si	78.225.000	11,64%	11,73%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	10.000	0,00%	0,00%
LAFARGE	84.908.825	12,64%	12,74%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.120	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda. dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A. por si controlada	84.907.705	12,64%	12,74%
FUNDO DE PENSÕES DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	67.200.000	10,00%	10,08%
CARTERA LUSITANIA, S.A.	64.623.890	9,62%	9,69%
Através da sociedade de si dependente Libergeste, SGPS, Lda	64.623.890	9,62%	9,69%
SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.	60.484.000	9,00%	9,07%
Através da sociedade integralmente por si detida Secilpar, SL Sociedad Unipersonal	57.972.750	8,63%	8,70%
Através de outras sociedades ou membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal não especificados à Cimpor	2.511.250	0,37%	0,38%
C+PA – CIMENTOS E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A.	30.589.753	4,55%	4,59%
Por si	30.578.753	4,55%	4,59%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	11.000	0,00%	0,00%
CREDIT AGRICOLE LAZARD FINANCIAL PRODUCTS BANK	29.332.295	4,36%	4,40%

(1) Considerando 5.340.565 acções próprias a 31/12/03.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

Nota: Participações Sociais Qualificadas apresentadas conforme comunicadas oficialmente à sociedade.

Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Accionistas	Título	Nº Títulos à data de 31-Dez-02	Nº Títulos à data de 31-Dez-03	Movimentos em 2003			
				Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Ricardo Manuel S. Bayão Horta (Prof.)	Acções	550	9.090		550	17,50	06-Mar-03
				5.500		3,20	10-Abr-03
				3.590		2,78	16-Mai-03
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	06-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Jacques Lefèvre (Dr.)	Acções	100	1.120	400		-	08-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Jean Carlos Angulo (Eng.)	Acções	290	3.240	1.160		-	08-Abr-03
				1.790		2,78	16-Mai-03
Jorge Manuel T. Salavessa Moura (Eng.)	Acções	3.350	30.750		490	17,50	06-Mar-03
					1.800	18,50	24-Mar-03
				4.240		-	08-Abr-03
				4.900		3,20	10-Abr-03
				3.050		2,78	16-Mai-03
				17.500		2,84	04-Ago-03
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	Acções	2.060	21.370		460	17,50	06-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				4.500		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
				14.000		2,84	04-Ago-03
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Acções	2.060	19.170		460	17,50	07-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				2.300		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
				14.000		2,84	04-Ago-03
Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Dr.)	Acções	9.120	60.240		500	17,50	07-Mar-03
					2.400	18,50	24-Mar-03
				24.880		-	08-Abr-03
				5.000		3,20	10-Abr-03
				3.140		2,78	16-Mai-03
				21.000		2,84	04-Ago-03
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	12-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Manuel Ferreira (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	06-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Título	Nº Títulos		Movimentos em 2003			
		à data de 31-Dez-02	à data de 31-Dez-03	Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Tedal, SGPS, S.A.	Acções	13.333.700	66.700.000	6.300		16,14	19-Fev-03
Atlansider, SGPS, S.A.	Acções	0	695.000	30.000		3,53	02-Set-03
				50.000		3,58	03-Set-03
				30.000		3,55	04-Set-03
				30.000		3,53	05-Set-03
				30.000		3,52	08-Set-03
				50.000		3,50	09-Set-03
				30.000		3,49	10-Set-03
				30.000		3,50	11-Set-03
				30.000		3,51	12-Set-03
				27.700		3,50	15-Set-03
				32.300		3,48	16-Set-03
				30.000		3,48	17-Set-03
				30.000		3,47	18-Set-03
				30.000		3,46	19-Set-03
				30.000		3,49	22-Set-03
				50.000		3,46	23-Set-03
				30.000		3,46	24-Set-03
				25.000		3,47	25-Set-03
				40.000		3,44	30-Set-03
				30.000		3,42	01-Out-03
				30.000		3,47	02-Out-03

- Notas: — Em 2003, o valor nominal das acções passou de cinco euros para um euro.
- As alienações realizadas nos dias 6, 7, 12 e 24 de Março de 2003 resultaram de propostas do Conselho de Administração, aprovadas pela Comissão de Fixação de Remunerações.
- As aquisições realizadas no dia 8 de Abril de 2003 referem-se à atribuição de cinco novas acções por cada acção detida, na sequência da alteração do valor nominal das acções de cinco euros para um euro.
- As aquisições realizadas nos dias 10 de Abril e 16 de Maio de 2003 foram efectuadas no âmbito dos Planos de "Aquisição de Acções pelos Colaboradores" relativos aos anos de 2002 e 2003.
- As aquisições realizadas no dia 4 de Agosto de 2003 foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo – Série 2003".





CINPORA

Relatório e Contas Consolidados

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Consolidadas do Exercício de 2003

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2003, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Actuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com a Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira, com especial ênfase na evolução das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, apreciámos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro apreciámos os relatórios dos seus auditores sobre a forma como foram efectuados os respectivos trabalhos de auditoria e as respectivas conclusões.

2. Relatório Consolidado de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos ao longo de 2003, bem como os principais acontecimentos posteriores, com relevância para a compreensão da situação actual da Empresa e suas participadas ("Grupo Cimpor") satisfazendo os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

A actividade do Grupo, centrada na produção e comercialização de cimento e desenvolvida em oito países, apesar da evolução desfavorável de alguns dos mercados e da desvalorização acentuada de algumas das moedas nacionais, saldou-se por um resultado líquido superior ao do exercício anterior, ainda que influenciado pelo alargamento do perímetro de consolidação.

Em termos de contributo dos diversos segmentos geográficos são de destacar a diminuição do peso relativo da área de negócios de Portugal e o aumento muito significativo da área de negócios de Espanha, para o que contribuiu a aquisição de três unidades fabris neste país, bem como na África do Sul.

O Relatório de Gestão evidencia uma melhoria de alguns indicadores de natureza económica e financeira, nomeadamente a nível da capacidade produtiva, *cash flow* de exploração, resultados operacionais e rendibilidade dos capitais próprios, apesar de uma ligeira diminuição nas margens. Acompanhando a tendência do mercado, acentuada no segundo semestre de 2002, assistiu-se a uma evolução negativa em termos de capitalização bolsista.

Relativamente às perspectivas para o ano de 2004, o Conselho de Administração manifesta algumas incertezas quanto à capacidade de manter os níveis de actividade, tendo em conta a conjuntura económica global, nomeadamente no que diz respeito ao sector da construção civil e obras públicas.

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notámos a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação com os geralmente aceites em Portugal, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

4. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos dos artigos 451º e 452º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas, também por ele emitido, com o qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve oportunidade de contactar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

Parecer

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2003, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Freire, Loureiro e Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 3.089.172 milhares de Euros e capitais próprios de 960.586 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 185.883 milhares Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das esti-

mativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Freire, Loureiro e Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

Relatório de Auditoria

Contas Consolidadas

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Deloitte & Touche





Relatório e Contas Consolidados

IV. Informação Complementar

Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese

Portugal



Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 500 782 946

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José Leonel da Silva Neto

Contacto

José Leonel da Silva Neto
E-mail – Sneto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, sacos de papel, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	127.053
Dívida Financeira	60.000
Capitais Empregues	20.254
Activo Fixo	157.492
Activo Circulante	-39.639
Volume de Negócios	376.562
Resultados Operacionais	127.635
Resultados Líquidos	80.269

Cimentaçor – Cimentos dos Açores, Lda.

Sede Social

Canada das Murtas
Pico da Pedra
RIBEIRA GRANDE
Telef: 296 201 730
Fax: 296 201 748
NIPC: 512 017 360

Gerência

José Leonel da Silva Neto
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
José Esteves de Melo Campos

Contacto

Francisco da Silva Fidalgo
E-mail – Ffidalgo@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Recepção de cimento, clínquer, gesso, moagem ensilagem, ensacamento e distribuição de cimento na Região Autónoma dos Açores.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	9.031
Dívida Financeira	42
Capitais Empregues	6.682
Activo Fixo	5.957
Activo Circulante	3.464
Volume de Negócios	28.227
Resultados Operacionais	3.280
Resultados Líquidos	2.985

Portugal



Cimpor Betão -Indústria de Betão Pronto, S.A.

Sede Social

Av. Almirante Gago Coutinho
Portela de Sintra
2710-418 SINTRA
Telef: 21 910 55 40
Fax: 21 924 38 56
NIPC: 503 095 850

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
Armindo Oliveira das Neves
Alfredo Manuel Ramos Vaz da Silva
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Joaquim Lino
E-mail - jlino@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Betão Liz, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho
Edifício Bepor
Bloco 2 -1º Esq.
2795-632 CARNAXIDE
Telef: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 99
NIPC: 500 045 267

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins - *Presidente*
Ernesto Loureiro Campos
José Augusto Brás Chaves
Joaquim Dias Cardoso
Gonçalo Allen Serras Pereira

Contacto

Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis
E-mail - JEReis@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	27.519
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	25.520
Activo Fixo	10.726
Activo Circulante	29.746
Volume de Negócios	77.722
Resultados Operacionais	4.307
Resultados Líquidos	4.383

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	39.977
Dívida Financeira	1.040
Capitais Empregues	22.951
Activo Fixo	9.871
Activo Circulante	29.199
Volume de Negócios	78.445
Resultados Operacionais	4.831
Resultados Líquidos	3.887

Portugal


Jomatel-Empresa de Materiais de Construção, S.A.
Sede Social

Tapada da Quinta de Cima
Estrada de Albarraque
Linhó
2710-297 SINTRA
Telef.: 21 923 90 00
Fax: 21 923 90 29
NIPC: 500 153 469

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos - *Presidente*
João Fernando Simões Mouro
José Augusto Brás Chaves
Armindo Oliveira das Neves
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

João Fernando Simões Mouro
E-mail - jmouro@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.
Sede Social

Rua Vaz Monteiro, 192 R/c Esq.
2580-505 CARREGADO
Telef: 263 858 400
Fax. 263 858 419
NIPC: 500 118 213

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos - *Presidente*
Armindo Oliveira das Neves
Gonçalo Allen Serras Pereira
Rui Nobre Rodrigues
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

Joaquim Bento Gonçalves
E-mail - jbgoncalves@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras, produção e comercialização de britas, areias e outros materiais de construção.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	8.056
Dívida Financeira	19
Capitais Empregues	8.491
Activo Fixo	3.882
Activo Circulante	8.203
Volume de Negócios	21.840
Resultados Operacionais	137
Resultados Líquidos	505

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	5.604
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	6.690
Activo Fixo	5.327
Activo Circulante	5.737
Volume de Negócios	16.851
Resultados Operacionais	220
Resultados Líquidos	277

Portugal



Agrepor Agregados Extração de Inertes, S.A.

Sede Social

Sangardão, Furadouro
Apartado 11
3151-999 CONDEIXA-A-NOVA
Telef.: 239 949 620
Fax. 239 941 009
NIPC: 501 755 098

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos - *Presidente*
Armindo Oliveira das Neves
José Augusto Brás Chaves
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras e extração e comercialização de britas.

Ciarga – Argamassas Secas, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 213 118 100
Fax. 213 561 381
NIPC: 503 418 706

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
José António Sócrates da Costa Mota Martins
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
Angel Longarela Peña

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de argamassas secas e distribuição de equipamentos próprios para a utilização e aplicação destes produtos.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	11.926
Dívida Financeira	8.501
Capitais Empregues	19.932
Activo Fixo	14.800
Activo Circulante	9.987
Volume de Negócios	26.824
Resultados Operacionais	3.324
Resultados Líquidos	2.559

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	2.122
Dívida Financeira	3.125
Capitais Empregues	8.374
Activo Fixo	7.837
Activo Circulante	3.008
Volume de Negócios	5.891
Resultados Operacionais	-1.326
Resultados Líquidos	-1.151

Portugal

Sacopor – Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.
Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 213 118 100
Fax. 213 561 381
NIPC: 502 642 459

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - *Presidente*
José Leonel da Silva Neto
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes

Contacto

José Carlos Costa Azevedo
E-mail – Cazevedo@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção e comercialização de sacos e outras embalagens de papel.

Transviária – Gestão de Transportes, S.A.
Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 219 408 600
Fax. 219 408 733
NIPC: 502 868 791

Conselho de Administração

José Leonel da Silva Neto - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

Ana Cristina Rosa Santos Ascenso
E-mail – Ascenso@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Transporte de mercadorias, aluguer de veículos e equipamentos de transporte.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	3.705
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	3.494
Activo Fixo	1.637
Activo Circulante	5.646
Volume de Negócios	14.228
Resultados Operacionais	2.975
Resultados Líquidos	1.998

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	1.182
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	550
Activo Fixo	822
Activo Circulante	5.383
Volume de Negócios	25.616
Resultados Operacionais	802
Resultados Líquidos	558

Espanha



Cementos Cosmos, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 47 39 51
NIPC: A-28.013.704

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes - *Presidente*
Angel Longarela Peña – *Administrador Delegado*
Antonio Vega Guerrero
Manuel Gómez Alvarez

Contacto

Angel Longarela Peña
E-mail - Alongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	88.759
Dívida Financeira	1.383
Capitais Empregues	75.736
Activo Fixo	66.111
Activo Circulante	24.017
Volume de Negócios	103.453
Resultados Operacionais	37.669
Resultados Líquidos	24.155

Prebetong Galicia, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 41 34 48
NIPC: A-36.605.616

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes - *Presidente*
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
Manuel Gómez Alvarez
Antonio Vega Guerrero
Angel Longarela Peña

Contacto

Julio César Paredes Seoane
E-mail - jparedes@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico, comercialização de betão pronto.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	13.167
Dívida Financeira	177
Capitais Empregues	16.921
Activo Fixo	7.385
Activo Circulante	14.484
Volume de Negócios	31.752
Resultados Operacionais	765
Resultados Líquidos	605

Espanha

**Hormigones Miño, S.L.****Sede Social**

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 21 97
NIPC: B-27.021.401

Conselho de Administração

— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Antonio Vega Guerrero – *Presidente*
— Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos,
S.L., representada por:
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Manuel Gómez Alvarez

Contacto

Julio César Paredes Seoane
E-mail - jparedes@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Industria e comércio de betão pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	12.596
Dívida Financeira	212
Capitais Empregues	11.312
Activo Fixo	3.855
Activo Circulante	13.351
Volume de Negócios	28.632
Resultados Operacionais	6
Resultados Líquidos	-685

Prebetong Lugo, S.A.**Sede Social**

Avenida Benigno Rivera s/n
Poligono del Ceao
27 003 LUGO
Telef: 34 982 20 91 21
Fax. 34 982 20 92 72
NIPC: A-27.003.250

Conselho de Administração

— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Antonio Vega Guerrero - *Presidente*
— Prebetong Galicia, S.A., representada por:
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Julio César Paredes Seoane
— Rafael Serrano García
— Sermaconsa, representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes

Contacto

Manuel Gómez Alvarez
E-mail - Mgomez@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto, agregados, argamassas e seus derivados.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	8.494
Dívida Financeira	101
Capitais Empregues	7.785
Activo Fixo	3.796
Activo Circulante	5.800
Volume de Negócios	11.858
Resultados Operacionais	670
Resultados Líquidos	785

Espanha



Canteras Prebetong, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 41 34 48
NIPC: B-36.816.163

Conselho de Administração

Ângelo Rocha Soares Gomes - *Presidente*
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
Angel Longarela Peña
Antonio Vega Guerrero

Contacto

Manuel Gómez Alvarez
E-mail - Mgomez@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Extracção e comercialização de calcário, granito e rochas afins.

Morteros Noroeste, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 47 39 51
NIPC: B-36.877.926

Administradores Gerais Solidários

— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Angel Longarela Peña

Contacto

Angel Longarela Peña
E-mail - Alongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de argamassas e seus derivados.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	4.900
Dívida Financeira	66
Capitais Empregues	2.045
Activo Fixo	1.972
Activo Circulante	1.153
Volume de Negócios	5.026
Resultados Operacionais	540
Resultados Líquidos	434

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	5.076
Dívida Financeira	41
Capitais Empregues	4.835
Activo Fixo	3.258
Activo Circulante	2.766
Volume de Negócios	7.853
Resultados Operacionais	1.518
Resultados Líquidos	1.009

Espanha


Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.
Sede Social

Agrupación Córdoba,15
14014 Córdoba
Telef: 34 957 013 000
Fax. 34 957 262 628
NIPC: ESA14635387

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins - *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
José Augusto Brás Chaves
António Vega Guerrero
José Leonel da Silva Neto
Ângelo Rocha Soares Gomes

Contacto

Eduardo Guedes Duarte
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabricação e comercialização de cimento.

Cementos El Monte, S.A.
Sede Social

Muelle Ingeniero Juan Gonzalo, s/n
21810 Palos de la Frontera - Huelva
Telef: 34 959 369 320
Fax. 34 959 369 837
NIPC: ESA21292271

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
Fernando Gonzalez Marañon

Contacto

Eduardo Guedes Duarte
E-mail - Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Moagem de clínquer para produção e comercialização de cimento.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	441
Dívida Financeira	603
Capitais Empregues	176.755
Activo Fixo	158.241
Activo Circulante	18.700
Volume de Negócios	98.960
Resultados Operacionais	11.679
Resultados Líquidos	3.491

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	20.011
Dívida Financeira	78
Capitais Empregues	19.934
Activo Fixo	15.430
Activo Circulante	7.810
Volume de Negócios	27.890
Resultados Operacionais	4.131
Resultados Líquidos	2.706

Espanha



Hormigones Hércules, S.L.

Sede Social

Polígono Industrial El Prado, Parcela 40
06800 Merida (Badajoz)
Telef: 34 959 28 24 71 (Sede Administrativa-Huelva)
Fax. 34 28 25 84 (Sede Administrativa-Huelva)
NIPC: ES B-82743717

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado (Administrador General Solidário)*
José Augusto Brás Chaves
(*Administrador General Solidário*)

Contacto

Eduardo Guedes Duarte
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de Betão Pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	776
Dívida Financeira	182
Capitais Empregues	19.879
Activo Fixo	8.723
Activo Circulante	12.399
Volume de Negócios	11.105
Resultados Operacionais	151
Resultados Líquidos	52

Marrocos



Asment de Temara, S.A.

Sede Social

Route Principale de Casablanca
AIN ATTIG
TEMARA
MARROCOS
Telef: 212 37 74 07 77
Fax. 212 37 74 15 70
NIPC: 03 375 420

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
— CIMPOR INVERSIONES, S.L., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins
— La Société des Ciments Français, representada por:
Mohamed Chaibi
— PROCIMAR, representada por:
Jean-Paul Méric

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail - SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	65.159
Dívida Financeira	3.808
Capitais Empregues	55.236
Activo Fixo	50.110
Activo Circulante	12.711
Volume de Negócios	52.478
Resultados Operacionais	17.203
Resultados Líquidos	11.054

Tunísia**C.J.O.-Société Les Ciments de Jbel Oust****Sede Social**

3, Rue de Touraine - Cité Jardins
Le Belvédère
Tunis 1082
TUNÍSIA
Telef.: 216 71 841 732
Fax. 216 71 783 094

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins - *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Eduardo Guedes Duarte
Abelkader N'Ciri - *Administrador Director Geral*

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail - SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	89.620
Dívida Financeira	1.227
Capitais Empregues	115.108
Activo Fixo	112.661
Activo Circulante	19.684
Volume de Negócios	54.918
Resultados Operacionais	4.516
Resultados Líquidos	6.342

Egipto**Amreyah Cement Company, S.A.E.****Sede Social**

El Gharbaneyat – Borg el Arab
ALEXANDRIA
EGIPTO
Telef.: 203 3741270
Fax: 203 3741275

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins - *Presidente*
— PENROD, representada por:
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Álvaro João Serra Nazaré
José António Teixeira de Freitas - *Administrador Residente*
Alexandre Garcez Lencastre
— CIMPOR INVERSIONES, S.L., representada por:
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Luís Filipe Sequeira Martins
— CEMENT SERVICE,Cº
Eduardo Guedes Duarte

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail - SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	124.328
Dívida Financeira	35.706
Capitais Empregues	129.390
Activo Fixo	122.715
Activo Circulante	19.934
Volume de Negócios	55.302
Resultados Operacionais	6.308
Resultados Líquidos	-5.366

Brasil



Companhia de Cimentos do Brasil

Sede Social

Av^a. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E, 8º andar
 Jardim São Luiz - CEP 05805-000
 São Paulo
 BRASIL
 Telef: 55 11 3741 3581
 Fax. 55 11 3741 3295
 CNPJ: 10.919.934/0001-85

Conselho de Administração

Eliezer Batista da Silva - *Presidente*
 Raphael Hermeto de Almeida Magalhães - *Vice-Presidente*
 Fernando dos Santos Plaza
 Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Direcção

Fernando dos Santos Plaza - *Director Superintendente*
 Luiz Carlos Romero Fernandes
 João Pedro Neto de Avelar Ghira
 José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
 E-mail - fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

A industrialização e comercialização de betão, cimentos, argamassas, cal, produtos calcários de qualquer natureza, seus decorrentes e quaisquer correlatos e artefactos de fibro-cimento e de materiais de construção; a extracção, beneficiamento, industrialização e comercialização de minerais; o fabrico e prestação de serviços de betonagem; a administração de bens próprios; a prestação de serviços de consultadoria gerencial; a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, como sócio ou accionista.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	165.595
Dívida Financeira	11.283
Capitais Empregues	145.606
Activo Fixo	146.925
Activo Circulante	40.467
Volume de Negócios	165.275
Resultados Operacionais	63.245
Resultados Líquidos	35.244

Companhia Paraíba de Cimento Portland – CIMEPAR

Sede Social

Fazenda da Graça, s/n
 Ilha do Bispo
 Cidade de João Pessoa
 CEP 58011-290
 Estado de Paraíba
 BRASIL
 Telf: 55 83 241 12 99
 Fax: 55 83 241 62 67
 CNPJ: 10.804.300/0001-87

Direcção

Fernando dos Santos Plaza - *Director Presidente*
 Luiz Carlos Romero Fernandes
 João Pedro Neto de Avelar Ghira
 José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
 E-mail - fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

Indústria e comércio de cimento, cal e seus sub-produtos; a exploração de indústrias mineiras e vegetais necessárias aos seus fins e a eles pertinentes; a exploração de actividade agrícolas; a importação e exportação; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou accionista.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	102.965
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	39.839
Activo Fixo	35.566
Activo Circulante	8.182
Volume de Negócios	35.574
Resultados Operacionais	18.626
Resultados Líquidos	26.979

Brasil**Companhia de Cimento ATOL****Sede Social**

Fazenda São Sebastião, s/n
Município de São Miguel dos Campos
Estado de Alagoas
CEP 57240-000
BRASIL
Telef: 55 82 271 12 05
Fax. 55 82 271 16 70
CNPJ: 09.934.407/0001-60

Direcção

Fernando dos Santos Plaza - *Director Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes
João Pedro Neto de Avelar Ghira
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
E-mail - fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

Mineração em geral, o beneficiamento e a industrialização de calcário, argila, caulino e associados, a fabricação e a comercialização de cimentos de qualquer tipo, podendo importar e exportar o que for necessário ou conveniente ao exercício ou expansão das suas actividades, assim como a participação em outras sociedades, qualquer que seja o seu objecto ou localização, no país ou no exterior.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	76.322
Dívida Financeira	615
Capitais Empregues	27.996
Activo Fixo	20.900
Activo Circulante	10.421
Volume de Negócios	22.689
Resultados Operacionais	9.825
Resultados Líquidos	16.819

Moçambique**Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.****Sede Social**

Av^a. Fernão Magalhães, 34-2^o, n^o1
MAPUTO
Telef: 258 1 307 440
Fax. 258 1 307 458

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc - *Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes
António Moreira dos Santos Andrade
Francisco Ilídio da Rocha Diniz
Piet Klaus Strauss
Vitória Dias Diogo
Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Contacto

Francisco Ilídio da Rocha Diniz
E-mail - IDiniz@mz.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	46.688
Dívida Financeira	15.398
Capitais Empregues	58.610
Activo Fixo	49.437
Activo Circulante	13.169
Volume de Negócios	40.206
Resultados Operacionais	5.923
Resultados Líquidos	1.044

África do Sul



NPC – Natal Portland Cement (Pty), Lda.

Sede Social

199 Coedmore Road, Bellair
 Durban
 South Africa
 Telef.: 27 31 450 44 11
 Fax: 27 31 451 90 10
 NIPC: 1960/001051/0

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
 Luis Carlos Romero Fernandes
 Fernando dos Santos Plaza
 António Moreira dos Santos Andrade
 Pieter Klaus Strauss

Contacto

Pieter Klaus Strauss
 E-mail – Pieter.strauss@npc.co.za

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer, escórias e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias primas na República da África do Sul ou no estrangeiro.

Principais Valores em 2003	(mEur)
Capitais Próprios	55.102
Dívida Financeira	146
Capitais Empregues	33.549
Activo Fixo	35.729
Activo Circulante	9.907
Volume de Negócios	69.152
Resultados Operacionais	26.547
Resultados Líquidos	19.140





Relatório e Contas Holding

I. Holding



Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

1. Síntese da Actividade

O Volume de Negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2003, em aproximadamente 10,5 milhões de euros (menos 7,7% que no ano anterior).

Os Resultados Líquidos do exercício elevaram-se a 185,9 milhões de euros, ultrapassando em 5,3% o valor registado em 2002.

2. Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social;
- No início do exercício, a CIMPOR detinha em carteira 1.196.911 acções próprias do valor nominal de cinco euros, tendo alienado, durante o ano, o equivalente a 1.361.920 acções do novo valor nominal de um euro: 925.000 ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., ao preço unitário de 3,23 euros, e as restantes 436.920 a colaboradores do Grupo, a um preço médio de 2,94 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. do capítulo I do Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo; por outro lado, e conforme mencionado no mesmo ponto, a CIMPOR readquiriu a diversos colaboradores um total de 241.410 acções, a um preço médio de 3,61 euros, o que, em conjunto com as compras efectuadas no âmbito da gestão corrente da sua carteira – 476.520 acções, ao preço médio de 3,21 euros – perfez um total de 717.930 acções adquiridas em 2003; assim, no final do ano, a CIMPOR detinha em carteira 5.340.565 acções próprias, representativas de 0,79% do seu capital social;
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

3. Eventos Subsequentes

Para além dos factos referidos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo CIMPOR, não se verificaram, após o termo do exercício de 2003, quaisquer outros eventos que justifiquem especial menção.

4. Perspectivas para 2004

Apesar das expectativas existentes para o mercado português não serem favoráveis, apontando no sentido da continuação da queda, ainda que a um ritmo mais moderado, do nível de actividade, a presença internacional da CIMPOR e a rentabilização dos importantes investimentos efectuados nos últimos anos permitem encarar o ano de 2004 com algum optimismo.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2003 cifrou-se em 185.883.206,26 euros.

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo, propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos:

- um montante de 9.300.000,00 euros, correspondente a 5% do resultado líquido, para reforço da Reserva Legal;
- mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 1.850.000 euros para atribuição de gratificações aos Colaboradores que, no final de Dezembro de 2003, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.;
- um total de 114.240.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,17 euros por acção (mais 6,3% que no ano transacto);
- a importância sobranete para Resultados Transitados.

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do artigo 20º dos Estatutos:

	(euros)
Reserva Legal (alínea c))	9.300.000,00
Remunerações e Gratificações (alínea d))	1.850.000,00
Dividendos (alínea f))	114.240.000,00
Resultados Transitados (alínea g))	60.493.206,26
Total	185.883.206,26

Lisboa, 13 de Abril de 2004

O Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera *

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.



MAIOR
MILITAO



CIMPOR

Relatório e Contas Holding

II. Documentos de Prestação de Contas

The image shows a large industrial building with a corrugated metal facade. On the side of the building, there is a logo for 'HERCULES' with a stylized 'H' and the word 'HERCULES' in bold capital letters. Below the name, there is a smaller logo and some text that is difficult to read. The building is part of a larger industrial complex with various structures and pipes visible in the background.

HERCULES

Balanços

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(milhares de euros)		2003			2002
	Notas	Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de investigação e desenvolvimento	10	12.801,2	(12.801,2)	-	-
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409,4	-	2.409,4	2.409,4
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.908,9	(4.698,0)	4.210,9	4.136,7
Equipamento básico	10 e 13	5.211,2	(5.055,1)	156,1	212,1
Equipamento de transporte	10 e 13	615,3	(593,2)	22,1	120,5
Equipamento administrativo	10 e 13	5.601,0	(5.187,6)	413,4	490,3
Imobilizações em curso	10	69,4	-	69,4	76,2
		22.815,2	(15.533,9)	7.281,3	7.445,2
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	724.137,2	-	724.137,2	697.668,7
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	337.839,3	-	337.839,3	406.863,8
Titulos e outras aplicações financeiras	10, 16 e 34	4.124,2	(4.050,9)	73,3	73,3
		1.066.100,7	(4.050,9)	1.062.049,8	1.104.605,8
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	6.089,2	(6.089,2)	-	-
Empresas do grupo		-	-	-	124.830,4
Outros devedores	23 e 34	610,6	(610,6)	-	425,3
		6.699,8	(6.699,8)	-	125.255,7
CIRCULANTE					
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Empresas do grupo	16	77.991,9	-	77.991,9	65.478,2
Adiantamentos a fornecedores		20,9	-	20,9	387,5
Adiantamentos a fornecedores imob.		2,7	-	2,7	2,6
Estado e outros entes públicos	48	2.226,3	-	2.226,3	1.069,8
Outros devedores		472,0	-	472,0	683.136,2
		80.713,8	-	80.713,8	750.074,3
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos bancários		1.782,6		1.782,6	1.344,7
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos		-		-	1.169,8
Custos diferidos		65,0		65,0	170,1
Activos por impostos diferidos	6	38.250,3		38.250,3	53.078,1
		38.315,3		38.315,3	54.418,0
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			(28.335,1)		
TOTAL DE PROVISÕES			(10.750,7)		
TOTAL DO ACTIVO		1.229.228,6	(39.085,8)	1.190.142,8	2.043.143,7

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	40	672.000,0	672.000,0
Acções próprias:			
Valor nominal	40	(5.340,5)	(5.984,6)
Descontos e prémios	40	(12.062,5)	(13.259,9)
Ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas	40	(101.338,9)	(109.510,8)
Reservas de reavaliação	40	1.979,8	2.021,9
Reserva legal	40	67.200,0	58.300,0
Outras reservas	40	173.910,3	173.944,2
Resultados transitados	40	(21.645,4)	(4.497,1)
Resultado líquido do exercício	40	185.883,2	176.563,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		960.586,0	949.576,9
PASSIVO			
PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS			
Provisões para impostos	34	62.458,0	55.902,4
Outras provisões para riscos e encargos	34	4.894,3	4.082,7
		67.352,3	59.985,1
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	50	17.500,0	23.123,5
Outros empréstimos obtidos	50	498,8	748,2
		17.998,8	23.871,7
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	50	60.006,2	948.289,8
Fornecedores conta corrente		1.861,0	903,2
Empresas do grupo	16	75.099,5	44.338,8
Outros accionistas		0,1	0,1
Outros empréstimos obtidos	50	249,4	-
Fornecedores do imobilizado - c/c		86,2	7,2
Estado e outros entes públicos	48	476,6	967,4
Outros credores		71,9	96,9
		137.850,9	994.603,4
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de custos	49	4.844,2	14.662,9
Proveitos diferidos		1.154,7	-
Passivos por impostos diferidos	6	355,9	443,7
		6.354,8	15.106,6
TOTAL DO PASSIVO		229.556,8	1.093.566,8
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.190.142,8	2.043.143,7

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera*

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.

Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(milhares de euros)		2003		2002	
	Notas				
CUSTOS E PERDAS					
Fornecimentos e serviços externos			7.393,2		7.103,7
Custos com o pessoal:					
Remunerações		7.837,2		7.114,7	
Encargos sociais:					
Pensões		874,8		119,8	
Outros		2.170,5	10.882,5	3.602,2	10.836,7
Amortizações do imob. corp. e incorpóreo	10	381,1		491,6	
Provisões		5.366,3	5.747,4	-	491,6
Impostos		288,1		487,2	
Outros custos e perdas operacionais		77,9	366,0	59,5	546,7
(A)			24.389,1		18.978,7
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	2.522,8		74.533,6	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		2.947,1		23.153,4	
Outros	45	31.208,6	36.678,5	29.008,5	126.695,5
(C)			61.067,6		145.674,2
Custos e perdas extraordinários	46		1.064,7		134.260,4
(E)			62.132,3		279.934,6
Imposto s/rendimento do exercício	6		(8.404,0)		(50.186,8)
(G)			53.728,3		229.747,8
Resultado líquido do exercício			185.883,2		176.563,2
			239.611,5		406.311,0
PROVEITOS E GANHOS					
Prestação de serviços	16 e 44		10.473,5		11.344,0
Proveitos suplementares	16		1.185,3		1.857,6
(B)			11.658,8		13.201,6
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	198.311,4		136.136,0	
Rendimentos de participação de capital		4.515,7		-	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo		10.017,1		3.425,8	
Outros	45	14.262,8	227.107,0	29.921,6	169.483,4
(D)			238.765,8		182.685,0
Proveitos e ganhos extraordinários	46		845,7		223.626,0
(F)			239.611,5		406.311,0
RESULTADOS OPERACIONAIS:	(B)-(A) =		(12.730,3)		(5.777,1)
RESULTADOS FINANCEIROS:	(D)-(C-A) =		190.428,5		42.787,9
RESULTADOS CORRENTES:	(D)-(C) =		177.698,2		37.010,8
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS:	(F)-(E) =		177.479,2		126.376,4
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(F)-(G) =		185.883,2		176.563,2

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
Vendas e prestações de serviços	44	10.473,6	11.344,0
RESULTADOS BRUTOS		10.473,6	11.344,0
Outros proveitos e ganhos operacionais		2.031,0	2.441,6
Custos administrativos		(18.656,7)	(18.432,0)
Outros custos e perdas operacionais		(5.903,8)	(16.791,0)
RESULTADOS OPERACIONAIS		(12.055,9)	(21.437,4)
Custo líquido de financiamento		(14.623,9)	(46.596,5)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	45	195.788,6	166.730,8
Ganhos/(perdas) em outros investimentos		15.872,2	16.538,9
Resultados financeiros não frequentes		(7.501,8)	11.140,6
RESULTADOS CORRENTES		177.479,2	126.376,4
Impostos sobre os resultados correntes	6	8.404,0	50.186,8
RESULTADOS LÍQUIDOS		185.883,2	176.563,2
RESULTADOS POR ACÇÃO (Euros)		0,28	1,32 a)

- a) Considerando a operação de alteração do valor nominal das acções de cinco Euros para um Euro, o resultado por acção em 31 de Dezembro de 2002 seria de 0,27 Euros.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Vicente Árias Mosquera*

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.

Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

		2003	2002
	Notas		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		104,7	116,8
Pagamentos a fornecedores		(6.066,1)	(6.411,4)
Pagamentos ao pessoal		(12.521,1)	(12.399,1)
Fluxo gerado pelas operações		(18.482,5)	(18.693,7)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		57.857,2	30.490,6
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		11.749,4	12.325,9
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		51.124,1	24.122,8
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		155,1	60,4
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(124,7)	(244,9)
Fluxos das actividades operacionais	(1)	51.154,5	23.938,3
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	1	748.872,0	108.819,7
Imobilizações corpóreas		33,2	9,7
Juros e proveitos similares		26.139,8	18.765,6
Dividendos	2	101.906,4	102.352,0
		876.951,4	229.947,0
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3	(4.000,0)	(598.714,9)
Imobilizações corpóreas		(241,7)	(49,9)
		(4.241,7)	(598.764,8)
Fluxos das actividades de investimento	(2)	872.709,7	(368.817,8)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos	4	161.800,0	1.042.236,2
Venda de acções próprias		4.356,4	2.712,3
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	513.800,0	205.804,4
		679.956,4	1.250.752,9
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos	4	(1.039.322,9)	(198.995,0)
Juros e custos similares		(57.030,1)	(40.910,3)
Dividendos		(104.568,2)	(86.807,6)
Pagamento IRC/ISD s/dividendos		(2.095,1)	(6.579,0)
Aquisição de acções próprias		(2.492,2)	(5.336,4)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	(398.489,2)	(566.582,0)
		(1.603.997,7)	(905.210,3)
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	(924.041,3)	345.542,6
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(177,0)	663,1
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.344,7	681,6
Efeito das diferenças de câmbio		614,9	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.782,6	1.344,7

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa	Dr. Jacques Lefèvre
Eng. Jean Carlos Angulo	Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins	Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte	Dr. João Salvador dos Santos Matias
Dr. Manuel Ferreira	Dr. Vicente Árias Mosquera*

* Eleito em Assembleia Geral de 31 de Julho de 2003 e ainda impedido de exercício de funções.

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

1. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

a) Reembolso de prestações acessórias de capital:

	Saldos em aberto	Valores recebidos no exercício
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	8.000,0	46.000,0
Cimpor Finance, Limited	34.854,7	10.633,6
		56.633,6

b) Alienações de filiais e outras participações financeiras

	Saldos em aberto	Valores recebidos no exercício
Société des Ciments de Jbel Oust (i)	95.487,4	91.127,2
Companhia de Cimento Atol, S. A. (i)	308.400,0	308.000,0
Companhia de Cimentos do Brasil, S.A.R. (i)	290.149,4	285.000,0
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	3.123,2	3.123,2
Corporación Noroeste (i)	8.978,4	4.988,0
		692.238,4
		748.872,0

(i): Estas alienações foram realizadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, no âmbito da operação de reestruturação e concentração das participações financeiras em empresas localizadas no estrangeiro na Cimpor Inversiones.

2. Dividendos recebidos

	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	94.000,0
Cimpor Brasil, S.A.	4.515,7
Cimpor Finance, Limited	3.390,7
	101.906,4

3. Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

a) Prestações acessórias de capital:

	Saldos em aberto	Valores pagos no exercício
Cimpor Finance, Limited	32.132,1	(4.000,0)

4. Empréstimos de financiamento

	Moeda	Valores dos empréstimos	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
CGD - Papel comercial	EUR	-	161.800,0	227.800,0
DBI - Papel comercial	USD	(a) 59.382,7	-	41.884,5
DBI - Papel comercial	EUR	-	-	752.000,0
BBPI	USD	-	-	10.014,8
BBPI	EUR	623,6	-	623,6
BTA	EUR	-	-	5.000,0
BPN	EUR	-	-	2.000,0
			161.800,0	1.039.322,9

(a) Conversão de 75.000 milhares de USD

5. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do grupo

	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor Financial Operations, B.V.	15.100,0	15.100,0
Cimpor Inversiones, S.L.	127.900,0	247.800,0
Corporación Noroeste	18.000,0	-
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	47.000,0	90.000,0
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	17.900,0	23.900,0
Cimpor Portugal, SGPS, S. A.	172.500,0	135.000,0
Cimpor Egypt for Cement	89,2	-
Cement Trading Activities, S. A.	-	2.000,0
	398.489,2	513.800,0

6. Outras informações

- Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efectuados por conta do grupo fiscal.
- Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da empresa.

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor").

O Grupo Cimpor, em resultado da reorganização efectuada em 2002, detém as suas participações distribuídas pelas seguintes Sub-Holdings; (i) Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; (ii) Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações nas sociedades sediadas no estrangeiro; (iii) Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., que concentra as participações não relacionadas com a actividade cimenteira; e, (iv) Cimpor Internacional, SGPS, S.A., a qual após a alienação à Natal Portland Cement Company das participações que detinha nas sociedades sediadas em Moçambique, ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ficou apenas a deter participações minoritárias nalgumas empresas do Grupo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

3. Principais Critérios Contabilísticos e Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (incluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 1.900.000 milhares de Euros e os proveitos em, aproximadamente, 1.254.000 milhares de Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas são os a seguir discriminados.

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram

reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	7-16
Equipamento de transporte	4-5
Equipamento administrativo	3-14

c) Investimentos financeiros

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45), e por outras variações ocorridas nos capitais próprios por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem valores significativos são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

TRESPASSES (GOODWILL) DE AQUISIÇÃO

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespasses representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespasses apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespasses são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável.

d) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas" :

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;

— diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

e) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo têm assumidas responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta Directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos nas referidas empresas dessas responsabilidades e dos correspondentes custos encontram-se reflectidos na rubrica de "Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo", por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vinculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. ("Cimpor Indústria"), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos com pensões são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

f) Imposto sobre o rendimento

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

g) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificando até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

h) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

i) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o principio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

4. Câmbios

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foram as seguintes:

Divisa	2003	2002
USD	1,2630	1,0487
MAD	11,0614	10,6705
CHF	1,5579	1,4524
BRL	3,6646	3,7124
TND	1,5272	1,4003
MZM	29.179,70	24.164,60
GBP	0,7048	0,6505
EGP	7,7929	4,8555
ZAR	8,3276	9,0094

6. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente. As primeiras dão origem aos impostos diferidos conforme a seguir descrito.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de IRC, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção daquelas declarações de imposto por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1999, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam a contingência destas situações, a Empresa tem constituído uma provisão de 62.458,0 milhares de Euros, dos quais 41.154,7 milhares de Euros (Nota 34) correspondem à

correção dos referidos acréscimos, incluindo uma estimativa para os anos ainda não revistos, 2000 a 2003, correspondendo o restante a outras correções e juros.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	177.479,2	
Diferenças temporárias	1.646,6	
Diferenças permanentes	(194.295,5)	
	(15.169,7)	
Encargo normal de imposto		(5.006,1)
Dupla tributação internacional		(66,5)
Tributações autónomas		14,9
		(5.057,7)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		(543,4)
Contingências fiscais (Nota 34)		1.189,3
Alteração da taxa e do regime de tributação das SGPS's		2.873,8
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		(6.866,0)
		(8.404,0)

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial e da amortização de trespasses.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Resultados líquidos		Capitais próprios		Transferências de rubricas	Saldo final
		Constituição/reversão	Efeito da redução da taxa	Constituição/reversão	Efeito da redução da taxa		
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS							
Provisões p/cobrança duvidosa	598,1	(25,1)	(95,5)	-	-	-	477,5
Provisões p/outros riscos e encargos	387,2	(0,5)	(64,4)	-	-	-	322,3
Provisões p/investimentos financeiros	1.336,8	(1.336,8)	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	50.756,0	12.476,0	(1.448,2)	22.778,1	(5.881,1)	(41.230,3)	37.450,5
	53.078,1	11.113,6	(1.608,1)	22.778,1	(5.881,1)	(41.230,3)	38.250,3
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS							
Reavaliações de immobilizações corpóreas	443,7	(16,7)	(71,1)	-	-	-	355,9

O activo por impostos diferidos, registado em capitais próprios, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de "Ajustamentos de partes de capital" (Nota 40), no montante de 22.778,1 milhares de Euros, resulta das diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo, expressos em moeda estrangeira, e que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Nota 3d)).

A regularização de impostos diferidos no montante de 7.418,1 milhares de Euros resulta da redução da taxa agregada do imposto de 33% para 27,5%, decorrente da Lei nº 107 – B/2003 para alterar a taxa de IRC para 25%, a partir de 1 de Janeiro de 2004.

7. Número médio de Pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa teve ao seu serviço, em regime de cedência pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A., em média, 143 empregados.

10. Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
Despesas de instalação	155,5	-	-	-	(155,5)	-
Despesas de investigação e desenvolvimento	12.801,2	-	-	-	-	12.801,2
	12.956,7	-	-	-	(155,5)	12.801,2
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e recursos naturais	2.409,4	-	-	-	-	2.409,4
Edifícios e outras construções	8.657,6	-	-	-	251,3	8.908,9
Equipamento básico	5.211,2	-	-	-	-	5.211,2
Equipamento de transporte	688,0	-	-	(72,7)	-	615,3
Equipamento administrativo	5.601,1	-	-	(0,1)	-	5.601,0
Imobilizações em curso	76,2	-	244,5	-	(251,3)	69,4
	22.643,5	-	244,5	(72,8)	-	22.815,2
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	697.668,7	82.970,0	4.000,0	(3.467,0)	(57.034,5)	724.137,2
Empréstimos a empresas do grupo	406.863,8	(69.024,5)	-	-	-	337.839,3
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124,2	-	-	-	-	4.124,2
	1.108.656,7	13.945,5	4.000,0	(3.467,0)	(57.034,5)	1.066.100,7

Rubricas	Saldo inicial	Amortizações e provisões		Saldo final
		Reforço	Reduções	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de instalação	155,5	-	(155,5)	-
Despesas de investigação e desenvolvimento	12.801,2	-	-	12.801,2
	12.956,7	-	(155,5)	12.801,2
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Edifícios e outras construções	4.520,9	177,1	-	4.698,0
Equipamento básico	4.999,1	56,0	-	5.055,1
Equipamento de transporte	567,5	71,2	(45,5)	593,2
Equipamento administrativo	5.110,8	76,8	-	5.187,6
	15.198,3	381,1	(45,5)	15.533,9
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
Títulos e outras aplicações financeiras	4.050,9	-	-	4.050,9

As diminuições de partes de capital em empresas do grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, são explicados pelo seguinte:

- Alienação à Cimpor Portugal, SGPS, S.A. da participação na Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A., ("CTA") cujo valor contabilístico ascendia a 3.467,0 milhares de Euros;
- Devolução de prestações suplementares efectuadas pelas seguintes empresas participadas:

Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	46.000,0
Cimpor Finance Limited	11.034,5
	57.034,5

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2003, aos investimentos financeiros em empresas do Grupo tem o seguinte impacto:

	Ganhos/perdas em emp.grupo (Nota 45)	Ajustamentos de de partes capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Provisões (Nota 34)	Total
Cimpor Inversiones,S.L.	44.891,0	(8.141,8)	-	-	36.749,2
Cimpor Finance Limited	2.744,7	(2.822,1)	(3.390,7)	-	(3.468,1)
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.864,4	-	-	-	1.864,4
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	103.740,6	1.257,7	(94.000,0)	-	10.998,3
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	18.347,2	(2,7)	-	-	18.344,5
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	24.015,1	(4.653,1)	-	-	19.362,0
Kandmad - Prest. Serv. e Com. de Imp. e Exp., Lda.	(1.893,1)	(1.685,4)	-	-	(3.578,5)
Cimpor Egypt for Cement	(629,7)	(183,3)	-	813,0	-
Cimpor Financial Operations, B.V.	680,6	-	-	-	680,6
Cement Trading Activities - Comércio Internacional, S.A.	2.024,7	-	-	-	2.024,7
Cement Services Company	3,1	(10,2)	-	-	(7,1)
	195.788,6	(16.240,9)	(97.390,7)	813,0	82.970,0

Decorrente da alienação da CTA, os resultados apropriados nessas participações foram relevados, através da aplicação do método da equivalência patrimonial, na Cimpor Portugal. Adicionalmente, a menos-valia apurada na alienação, no valor de 343,9 milhares de Euros, encontra-se deduzida no resultado dessa participação (Nota 46).

O montante de 69.024,5 milhares de Euros, relativo a empréstimos a empresas do grupo (Nota 16), incluído na coluna de "Reavaliações e ajustamentos", corresponde ao efeito cambial na actualização do empréstimo à Cimpor Egypt for Cement, denominado em dólares americanos. Pelo facto deste empréstimo constituir uma extensão do investimento financeiro (Nota 3 d)), a referida diferença foi registada na rubrica de "Ajustamentos de partes de capital" (Nota 40).

12. Reavaliação do Activo Imobilizado Corpóreo e dos Investimentos Financeiros

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2003, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359,3	2.050,1	2.409,4
Edifícios e outras construções	1.006,5	3.204,4	4.210,9
Equipamento básico	144,8	11,3	156,1
Equipamento de transporte	22,1	-	22,1
Equipamento administrativo	393,4	20,1	413,4
	1.926,1	5.285,8	7.211,9

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 355,9 milhares de Euros (Nota 6).

16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do Grupo	Capital	% Participação	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor do balanço
PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO:					
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	87.500.000	100,00	97.272,0	18.423,3	69.924,6
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	75.318.860	100,00	97.534,2	18.329,2	98.887,3
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	125.000.000	100,00	355.188,6	104.673,1	359.066,0
Cimpor Finance Limited (USD)	2.000.000	100,00	39.970,6	7.687,3	39.970,6
Cimpor Financial Operations, B.V.	18.500	100,00	1.512,1	57,0	1.512,1
Cimpor Egypt For Cement (USD)	1.000.000	5,00	(119,6)	(216,7)	-
Kandmad - Prest. Serv. Comércio Importação Exportação, Lda.	5.000	85,00	10.954,2	98,1	3.245,8
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.225.000	95,00	6.667,7	3.401,0	4.229,6
Cimpor Inversiones, S.L.	350.000.000	85,00	373.353,6	24.607,4	147.283,9
Cement Services Company (EGP)	250.000	45,00	38,4	7,4	17,3
					724.137,2
EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO:					
Cimpor Egypt For Cement (EGP)					337.839,3
TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:					
Ambelis, S.A.	997.596	2,00			19,9
APOR – Agência p/Modernização do Porto, S.A.	997.596	2,00			12,0
Nefele – C ^o .Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.	4.988	10,00			0,6
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.	1.995.192	86,02			4.049,8
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.	59.856	0,99			0,6
Edel – Empresa Editorial Electrónica, Lda.	1.798	1,10			s/s
ICDS – Ind. Con. D. Services					41,3
					4.124,2
Total de investimentos financeiros					1.066.100,7

Nota: O capital social das empresas está expresso nas moedas dos países respectivos.

O capital próprio e o resultado do exercício correspondem aos valores evidenciados nas demonstrações financeiras das empresas.

O valor de balanço corresponde à parte proporcional detida nos patrimónios das empresas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespasses gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2003, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no exercício findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Empresas do grupo, saldos devedores	Empresas do grupo, saldos credores	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Agrepor Agregados, S.A.	1.287,2	0,2	-	101,1
Alempedras, Sociedade de Britas, Lda	53,7	-	-	2,5
Amreyah Cement Company, S.A.E.	11,4	-	-	11,4
Asment de Témará, S.A.	1.070,5	-	1.070,5	-
Betão Liz, S.A.	44,4	0,5	-	44,4
Bepronor - Soc.Betão Pronto Noroeste, S.A.	0,0	-	-	0,3
Betabeiras - Betões da Beira, S.A.	0,1	-	-	0,1
Barbetão - Comércio Distribuição Betão SA	0,2	-	-	0,3
Betaçor-Fab. Bet. Artef. Cimento,SA	4,6	-	-	4,6
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	37,5	413,0	-	37,5
Cimadjuvantes, Lda.	74,4	-	-	-
Estabelecimentos SCIAL do Norte, S.A.	-	57,0	-	-
Joferbetão, Lda.	-	-	-	0,4
Cimentos de Moçambique, SARL	68,4	-	-	78,2
Cimentaçor - Cimentos dos Açores,Lda.	95,7	-	-	101,4
Cimpor Betão, SGPS, S.A.	42,2	-	-	1,8
Cimpor Betão -Indústria Betão Pronto, S.A.	2.225,9	-	786,0	114,4
Cimpor Brasil, Lda	8,9	-	-	4,3
Cimpor Financial Operations, B.V.	-	389,7	-	-
Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.	78,7	-	-	-
Cimpor Finance Limited	44,6	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	26,2	474,1	-	35,1
Cimpor Indústria Cimentos, S.A.	37.977,1	371,6	7.555,2	230,9
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	183,5	43.000,0	59,9	6,3
Cimpor Inversiones, SL	-	5.049,2	-	30,0
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	53,3	23.900,0	29,9	15,7
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	31.698,7	1.271,3	972,0	7,9
Corporación Noroeste, S.A.	74,6	-	-	135,5
CTA - Comercio In., S.A.	26,1	-	-	26,1
Fornecedora de Britas do Carregado,SA	32,7	-	-	32,7
Geofer - Prod.Com.de Bens Equip.,SA	1.087,1	-	-	32,9
Imopar, SARL	10,1	-	-	-
Jomatel - Emp. Mat. Construção, S.A.	172,3	-	-	32,0
Precadar, S.A.	-	0,4	-	-
Prediana, S.A.	-	9,3	-	-
Mecan, Lda.	-	22,0	-	-
Premap - Préfabricados de Maputo,SARL	6,0	-	-	-
Sacopor - Soc Emb e Sacos de Papel,SA	1.013,1	-	-	29,4
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	304,8	-	-	18,5
Trater - Empresa Transportes e Gestão, S.A.	111,8	-	-	8,9
TPA - Transportes Stº André, Lda.	0,9	-	-	-
Vermofeira - Extract. Comércio de areias, Lda.	0,1	-	-	0,1
Vilaje, Lda.	-	3,2	-	-
Cecisa Comércio Internacional, SA	26,6	138,0	-	26,6
Société des Ciments de Jbel Oust	38,5	-	-	0,5
	77.991,9	75.099,5	10.473,5	1.171,7

O saldo a receber da Cimpor Portugal, SGPS, S.A., inclui 31.500,0 milhares de Euros relativos a um apoio de tesouraria.

Os saldos a pagar à Cimpor Internacional, SGPS, S.A. e à Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., correspondem a apoio de tesouraria daquelas participadas.

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, no montante de 6.699,8 milhares de Euros, as quais se encontravam totalmente provisionadas (Nota 34).

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2003, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 335,7 milhares de Euros relativos a empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 51,9 milhares de Euros.

31. Compromissos Financeiros

PENSÕES DE REFORMA E ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

Conforme mencionado na nota 3 e), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 87.740,2 milhares de euros, dos quais 69.500,0 milhares de Euros estão financiados em fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 18.240,2 milhares de Euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos investimentos financeiros.

OUTROS COMPROMISSOS - INVESTIMENTOS

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal, 30.327,9 milhares de Euros, Egipto, 4.442,4 milhares de Euros, Espanha, 2.369,1 milhares de Euros e 14.713,5 milhares de Euros na área de negócios de Marrocos.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

OUTROS COMPROMISSOS - CARTAS DE CONFORTO

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do grupo, são as seguintes:

Corporación Noroeste, S.A.	21.386,9
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	8.156,1
Ciarga – Argamassas Secas, S.A.	3.125,0
Companhia de Cimentos do Brasil	28.789,8
Imopar, SARL	4.580,9
Société les Ciments de Jbel Oust, S.A.	25,0
Companhia de Cimentos Atol	299,9
Cimpor Financial Operations, B.V.	344.709,9
Amreyah Cement Company, S.A.E.	34.552,8
Amreyah Cimpor Cement, S.A.E.	11.962,6
Cimpor Egypt Cement, S.A.E.	1.080,3
	458.669,2

32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2003, a responsabilidade da Empresa por garantias prestadas totaliza 126.229,9 milhares de Euros e referem-se a fianças e garantias bancárias.

34. Movimentos ocorridos nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Redução (Nota 46)	Saldo final
PROVISÕES PARA:				
Clientes de cobrança duvidosa	6.731,1	-	(641,9)	6.089,2
Outros devedores	610,6	-	-	610,6
Outros riscos e encargos (Nota 10)	4.082,7	813,0	(1,4)	4.894,3
Contingências fiscais (Nota 6)	55.902,4	6.555,6	-	62.458,0
Investimentos financeiros	4.050,9	-	-	4.050,9
	71.377,7	7.368,6	(643,3)	78.103,0

O aumento da provisão para outros riscos e encargos no montante de 813,0 milhares de Euros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10), reflectindo as responsabilidades da Empresa em participadas com capitais próprios negativos (Cimpor Egypt for Cement).

As provisões para contingências fiscais cuja natureza é explicada na Nota 6 tiveram os seguintes impactos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003:

Provisão do exercício	5.366,3
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.189,3
	6.555,6

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um Euro cada correspondendo a duas categorias de acções:

	%	Nº de acções
Acções privatizadas não cotadas	10,05	67.527.510
Acções privatizadas e cotadas	89,95	604.472.490
		672.000.000

37. Identificação das Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital Subscrito

Accionistas	Nº de acções	% do Capital	% dos direitos de voto (1)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (2)	215 570 230	32,08	32,34
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83 375	0,01	0,01
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	134 339 370	19,99	20,15
Por si	67 527 510	10,05	10,13
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	111 860	0,02	0,02
Através da sociedade de si dependente Tedal, SGPS, S.A.	66 703 240	9,93	10,01
Por si	66 700 000	9,93	10,01
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	3 240	0,00	0,00
Através da sociedade por si dominada TDG	3 054 345	0,45	0,46
Por si	3 054 345	0,45	0,46
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	20 000	0,00	0,00
TDP, SGPS, S.A.	78 235 000	11,64	11,74
Por si	78 235 000	11,64	11,73
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	10 000	0,00	0,00

(1) Considerando as 5.340.565 acções próprias em 31 de Dezembro de 2003.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

39. Reservas de Reavaliação

No exercício em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica "Resultados transitados" do valor correspondente aos bens alienados ou amortizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, no montante de 42,1 milhares de Euros (em termos acumulados: 2.681,4 milhares de Euros).

40. Movimentos ocorridos nas Rubricas de Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Movimento de acções próprias	Reclassificação reserva reavaliação	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000,0	-	-	-	-	-	672.000,0
Acções próprias	(19.244,5)	-	1.841,5	-	-	-	(17.403,0)
Ajust. part. de cap. emp. grupo	(109.510,8)	-	-	-	8.171,9	-	(101.338,9)
Reservas de reavaliação (Nota 13)	2.021,9	-	-	(42,1)	-	-	1.979,8
Reserva legal	58.300,0	8.900,0	-	-	-	-	67.200,0
Outras reservas	173.944,2	-	(33,9)	-	-	-	173.910,3
Resultados transitados	(4.497,1)	59.350,0	-	42,1	(76.540,4)	-	(21.645,4)
Resultados líquido do exercício	176.563,2	(176.563,2)	-	-	-	185.883,2	185.883,2
	949.576,9	(108.313,2)	1.807,6	-	(68.368,5)	185.883,2	960.586,0

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

As "Outras variações" incluem: (i) a transferência de "resultados transitados" para "ajustamentos de partes de capital" relativamente aos resultados atribuídos e não distribuídos pelas empresas participadas registadas pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a correcção ao valor dos investimentos financeiros decorrente de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10); e, (iii) diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Notas 3 d) e 6).

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	107.520,0
Gratificações a empregados	1.650,0
Resultados transitados	58.493,2
Reserva legal	8.900,0
	176.563,2

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 856,8 milhares de Euros, estão incluídos na rubrica de Resultados Transitados.

ACÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 925.000 acções ao Fundo de Pensões da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., e de 436.920 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 4.272,9 milhares de Euros, de que resultou a diminuição em Outras reservas de 33,9 milhares de Euros, bem como a aquisição de 717.930 acções, no âmbito da gestão corrente da carteira de acções próprias e em cumprimento de uma decisão do Conselho de Administração de recompra, a diversos colaboradores, das acções que lhes haviam sido anteriormente atribuídas.

A 31 de Dezembro de 2003, a Cimpor detinha um total de 5.340.565 acções próprias.

43. Órgãos Sociais – Remunerações

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foram como segue:

	Remunerações
Conselho de Administração	1.624,9
Conselho Fiscal	51,4
Total	1.676,3

44. Prestações de Serviços

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
CUSTOS E PERDAS:		
Juros suportados	13.977,7	45.313,2
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	2.522,8	74.533,6
Diferenças de câmbio desfavoráveis	19.531,8	5.565,4
Outros custos e perdas financeiros	646,2	1.283,3
	36.678,5	126.695,5
Resultados financeiros	190.428,5	42.787,9
	227.107,0	169.483,4
PROVEITOS E GANHOS:		
Juros obtidos	11.355,9	16.535,2
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	198.311,4	136.136,0
Rendimento de participação de capital	4.515,7	-
Diferenças de câmbio favoráveis	12.923,4	16.808,6
Outros proveitos e ganhos financeiros	0,6	3,6
	227.107,0	169.483,4

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	2003	2002
CUSTOS E PERDAS:		
Donativos	124,7	244,7
Dívidas incobráveis	531,4	87,2
Perdas em imobilizações	362,0	117.928,9
Multas e penalidades	0,2	0,2
Aumentos de amortizações e provisões	-	15.948,7
Correcções de exercícios anteriores	44,8	-
Outros custos e perdas extraordinários	1,6	50,7
	1.064,7	134.260,4
Resultados extraordinários	(219,0)	89.365,6
	845,7	223.626,0
PROVEITOS E GANHOS:		
Reduções de amortizações e provisões (Nota 34)	643,3	523,6
Recuperação de dívidas	-	2,1
Correcções relativas a exercícios anteriores	17,5	0,9
Ganhos em imobilizações	-	223.039,9
Outros proveitos e ganhos extraordinários	184,9	59,5
	845,7	223.626,0

48. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2.197,1	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	29,2	138,6
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	192,0
Contribuições para a Segurança Social	-	146,0
	2.226,3	476,6

49. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo da rubrica de acréscimos de custos apresentava a seguinte composição:

Remunerações a liquidar	1.323,9
Encargos financeiros a liquidar	3.019,7
Outros	500,6
	4.844,2

50. Financiamentos

Os financiamentos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 podem ser apresentados como segue:

	2003	2002
MÉDIO E LONGO PRAZO:		
Dívidas a instituições de crédito	17.500,0	23.123,5
Outros empréstimos obtidos	498,8	748,2
	17.998,8	23.871,7
CURTO PRAZO:		
Papel comercial	59.382,7	937.195,0
Dívidas a instituições de crédito	623,5	11.094,8
Outros empréstimos obtidos	249,4	-
	60.255,6	948.289,8
Total	78.254,4	972.161,5

As dívidas a instituições de crédito são compostas pelos seguintes empréstimos:

Tipo de empréstimo	Moeda	Taxa de juro	Valor
MÉDIO E LONGO PRAZO:			
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,675%	12.500,0
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,60%	5.000,0
			17.500,0
CURTO PRAZO:			
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,325%	623,5

O empréstimo sob a forma de papel comercial está denominado em USD, correspondendo a uma emissão colocada directamente junto da Cimpor Financial Operations BV.

Em 31 de Dezembro de 2003, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valores em divisas	Valores em Euros
EUR	-	18.871,7
USD	75.000,0	59.382,7
		78.254,4

Em 31 de Dezembro de 2003, os financiamentos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso definido:

2005	17.749,4
2006	249,4
	17.998,8

52. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 31 de Dezembro de 2003 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivativos destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

Decorrente da reorganização da estrutura de participações ocorrida no exercício de 2002, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os efeitos económicos da generalidade dos instrumentos de cobertura, passaram a estar reflectidos directamente nas demonstrações financeiras da Cimpor Inversiones.

A identificação dos instrumentos contratados no Grupo, os seus objectivos e respectivos *Fair Values* encontram-se expostos na Nota 59 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

53. Plano de Opções de Compra de Acções

A Empresa tem em vigor um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

No âmbito da execução do referido *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* foi aprovada na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2003, a venda de acções próprias a administradores e colaboradores do Grupo.

A atribuição aos beneficiários do referido Plano é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a oitenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida. As alienações efectuadas ao abrigo deste Plano no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 estão expostas na Nota 51 e no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

Na Assembleia Geral Anual foi igualmente aprovada a alienação de acções próprias para a execução do *Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpdor*. Neste Plano, em que a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, é concedido aos beneficiários o direito de adquirirem acções da Cimpdor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a oitenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

Em 31 de Julho de 2003, foram atribuídas ao abrigo deste Plano as primeiras opções, tendo sido exercidas 194.310 ao preço de 2,84 euros, das quais 66.500 por membros do Conselho de Administração.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

54. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2003 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão.

55. Informações exigidas por Diplomas Legais

55.1 Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Accionistas	Título	Nº Títulos à data de 31-Dez-02	Nº Títulos à data de 31-Dez-03	Movimentos em 2003			
				Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Ricardo Manuel S. Bayão Horta (Prof.)	Acções	550	9.090		550	17,50	06-Mar-03
				5.500		3,20	10-Abr-03
				3.590		2,78	16-Mai-03
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	06-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Jacques Lefèvre (Dr.)	Acções	100	1.120	400		-	08-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Jean Carlos Angulo (Eng.)	Acções	290	3.240	1.160		-	08-Abr-03
				1.790		2,78	16-Mai-03
Jorge Manuel T. Salavessa Moura (Eng.)	Acções	3.350	30.750		490	17,50	06-Mar-03
					1.800	18,50	24-Mar-03
				4.240		-	08-Abr-03
				4.900		3,20	10-Abr-03
				3.050		2,78	16-Mai-03
				17.500		2,84	04-Ago-03
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	Acções	2.060	21.370		460	17,50	06-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				4.500		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
				14.000		2,84	04-Ago-03
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Acções	2.060	19.170		460	17,50	07-Mar-03
					1.600	18,50	24-Mar-03
				2.300		3,20	10-Abr-03
				2.870		2,78	16-Mai-03
				14.000		2,84	04-Ago-03
Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Dr.)	Acções	9.120	60.240		500	17,50	07-Mar-03
					2.400	18,50	24-Mar-03
				24.880		-	08-Abr-03
				5.000		3,20	10-Abr-03
				3.140		2,78	16-Mai-03
21.000		2,84	04-Ago-03				
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	12-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03
Manuel Ferreira (Dr.)	Acções	100	1.620		100	17,50	06-Mar-03
				1.000		3,20	10-Abr-03
				620		2,78	16-Mai-03

SOCIEDADES (ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Accionistas	Título	Nº Títulos à data de 31-Dez-02	Nº Títulos à data de 31-Dez-03	Movimentos em 2003			
				Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Tedal, SGPS, S.A.	Acções	13.333.700	66.700.000	6.300		16,14	19-Fev-03
Atlansider, SGPS, S.A.	Acções	0	695.000	30.000		3,53	02-Set-03
				50.000		3,58	03-Set-03
				30.000		3,55	04-Set-03
				30.000		3,53	05-Set-03
				30.000		3,52	08-Set-03
				50.000		3,50	09-Set-03
				30.000		3,49	10-Set-03
				30.000		3,50	11-Set-03
				30.000		3,51	12-Set-03
				27.700		3,50	15-Set-03
				32.300		3,48	16-Set-03
				30.000		3,48	17-Set-03
				30.000		3,47	18-Set-03
				30.000		3,46	19-Set-03
				30.000		3,49	22-Set-03
				50.000		3,46	23-Set-03
				30.000		3,46	24-Set-03
				25.000		3,47	25-Set-03
				40.000		3,44	30-Set-03
				30.000		3,42	01-Out-03
				30.000		3,47	02-Out-03

- Notas: — Em 2003, o valor nominal das acções passou de cinco euros para um euro.
- As alienações realizadas nos dias 6, 7, 12 e 24 de Março de 2003 resultaram de propostas do Conselho de Administração, aprovadas pela Comissão de Fixação de Remunerações.
- As aquisições realizadas no dia 8 de Abril de 2003 referem-se à atribuição de cinco novas acções por cada acção detida, na sequência da alteração do valor nominal das acções de cinco euros para um euro.
- As aquisições realizadas nos dias 10 de Abril e 16 de Maio de 2003 foram efectuadas no âmbito dos Planos de "Aquisição de Acções pelos Colaboradores" relativos aos anos de 2002 e 2003.
- As aquisições realizadas no dia 4 de Agosto de 2003 foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo – Série 2003".



CIARGA

Argamassas Secas S. A .

Linha Verde **0800 202 717**

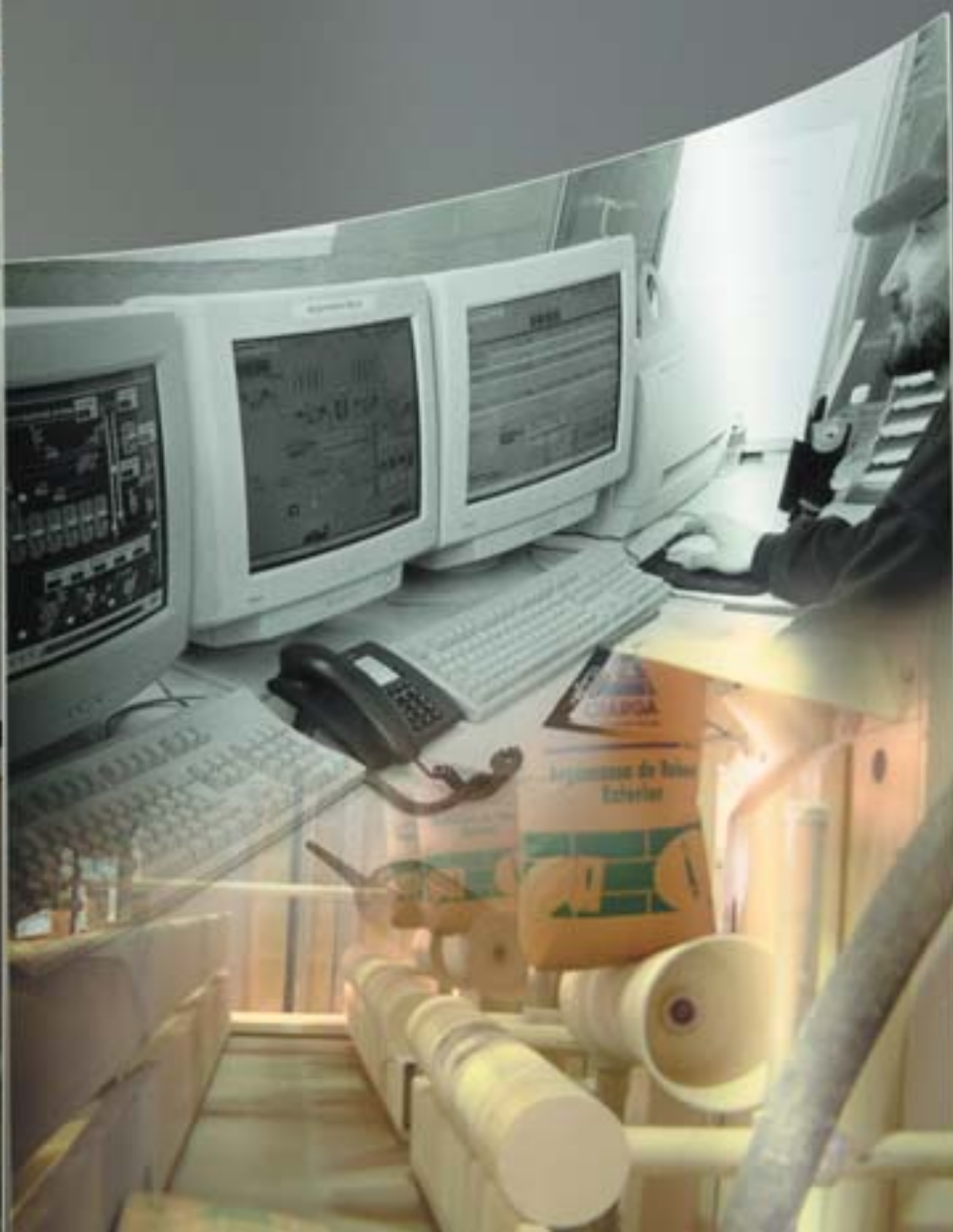
150



CIMPOR

Relatório e Contas Holding

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
Relatório de Auditoria



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Individuais do Exercício de 2003

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2003, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações consideradas necessárias.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e evidencia o montante disponível para distribuição.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do nº 2 do artigo 451º do código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pela disponibilidade manifestada.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Freire, Loureiro e Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 1.190.143 milhares de Euros e capitais próprios de 960.586 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 185.883 milhares de Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação

da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários em, aproximadamente, 1.900.000 milhares Euros e 1.821.000 milhares de Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 1.254.000 milhares de Euros.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Freire, Loureiro e Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

Relatório de Auditoria

Contas Individuais

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, para os fins descritos no parágrafo 4 infra, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e registo comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística n.º 9, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da con-

solidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos e passivos, proveitos e custos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos (excluindo os interesses minoritários) em, aproximadamente, 1.900.000 milhares de Euros e 1.821.000 milhares de Euros, respectivamente, e em aumentar os proveitos em, aproximadamente, 1.254.000 milhares de Euros.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

Deloitte & Touche

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

www.cimpor.pt

JORGE MANUEL DA COSTA FÉLIX OOM

Secretário da Sociedade CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Pessoa Colectiva n.º 500 722 900, com sede na Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

CERTIFICA

Que o extracto da acta junto a este documento foi conferido por mim e está conforme o original, ocupa 5 (cinco) folhas, por mim rubricadas e autenticadas com o selo branco da Sociedade.

Lisboa, 28 de Maio de 2004.

O SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Jorge Manuel da Costa Félix Oom

ACTA N.º 31

Aos catorze dias do mês de Maio do ano dois mil e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se no Auditório da Culturgest, edifício da Sede da Caixa Geral de Depósitos, na Rua do Arco do Cego, em Lisboa, a Assembleia Geral da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 722 900, com o capital social de seiscentos e setenta e dois milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 731. -----

Presidiu à reunião o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que foi assistido pelo Vice-Presidente Dr. José António Cobra Ferreira e secretariado pelo Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom, secretário da Mesa. -----

Encontravam-se presentes os membros do Conselho de Administração, Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Presidente), Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Jacques Lefèvre, Eng. Jean-Carlos Angulo, Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc, Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte, Dr. João Salvador dos Santos Matias, Dr. Manuel Ferreira e Dr. Vicente Arias Mosquera. -----

Estiveram igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal, Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe (Presidente), Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, em representação de Freire, Loureiro e Associados, SROC, e o Vogal Dr. José da Conceição da Silva Gaspar. -----

(...)

Seguidamente, consultada a Assembleia, esta anuiu a que fosse dispensada a leitura da Convocatória, de cuja Ordem de Trabalhos constavam os seguintes pontos: -----

PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2003; ---

PONTO DOIS: Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço e as contas consolidadas do exercício de 2003; -----

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a aplicação de resultados; -----

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----

PONTO CINCO: Deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade, designadamente dos seus arts. 3.º, 5.º, 6.º, 7.º (n.ºs. 2, 3 e 4), 11.º, 12.º, 13.º, 15.º e 16.º; -----

PONTO SEIS: Deliberar sobre a alienação de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, ao abrigo do Regulamento sobre Aquisições de Acções pelos Colaboradores – Ano de 2004; -----

PONTO SETE Deliberar sobre a alienação de acções próprias a quadros do Grupo e a membros dos órgãos de administração da sociedade e de sociedades participadas, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções; -----

PONTO OITO: Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias: -----

PONTO NOVE: Deliberar sobre a emissão de obrigações até ao montante de 1.000.000.000€ (mil milhões de euros). -----

Obtida igualmente a anuência da Assembleia para que a discussão dos dois primeiros pontos da Agenda fosse efectuada conjuntamente, sem prejuízo de a respectiva votação ser feita em separado, o Dr. Miguel Galvão Teles deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para que intervesse, no caso de o pretender fazer. -----

(...)

Ninguém mais querendo usar da palavra, foi pelo Presidente da Mesa decidido passar-se à votação dos pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos. Antes, porém, o Dr. Miguel Galvão Teles esclareceu que, face ao disposto nos números 5 e 6 do artigo 7º do Contrato de Sociedade, aplicaria à contagem de votos as seguintes limitações: -----

Os direitos de voto da LADELIS, SGPS, S.A., seriam limitados a 10% dos correspondentes à totalidade do capital social, o mesmo se passando relativamente aos votos imputáveis ao conjunto constituído pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., pela TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., e pelo Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte. -----

Outras possíveis questões de limitação de contagem, derivadas, nomeadamente, da detenção pela Empresa de acções próprias, em número de 5.151,715, só seriam consideradas se se mostrassem relevantes em face dos elementos das votações. -----

Seguidamente, foram os documentos referidos no ponto um da Ordem de Trabalhos sujeitos à votação, não se tendo verificado qualquer voto contra e havendo manifestado a sua abstenção os accionistas JP MORGAN CHASE BANK - CLIENTS OF THE CHASE MANHATTAN BANK e JP MORGAN CHASE BANK - CHASE NOMINEES RE BGI NON LENDING, titulares de 18 votos. -----

Assim, foram o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício de 2003 aprovadas por unanimidade dos votos emitidos, num total de 774.878, já com a aplicação das limitações estatutárias à respectiva contagem. -----

Passando-se à votação dos documentos referidos no ponto 2 da Ordem de Trabalho, manifestaram a sua abstenção os accionistas JP MORGAN CHASE BANK - CLIENTS OF THE CHASE MANHATTAN BANK e JP MORGAN CHASE BANK - CHASE NOMINEES RE BGI NON LENDING, titulares de 18 votos, não se tendo verificado qualquer voto contra. -----

Assim, foram o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço e as Contas Consolidadas do exercício de 2003 consideradas aprovadas por unanimidade dos votos emitidos, num total de 774.878, já com aplicação das limitações estatutárias à respectiva contagem. -----

Entrando-se na discussão do ponto três da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa referiu a proposta do Conselho de Administração sobre a Aplicação de Resultados do Exercício de 2003, que consta do Relatório e já era do conhecimento de todos os accionistas presentes, pelo que, com o consenso da Assembleia, dela apenas leu a sua parte final, transcrevendo-se, no entanto, o respectivo teor integral: -----

" Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2003 cifrou-se em 185.883.206,26 euros. -----

Assim, no respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos: -----

- *um montante de 9.300.000,00 euros, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, para reforço da Reserva Legal; -----*
- *mantendo critérios seguidos em anos anteriores e conforme previsto na alínea d) do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 1.850.000 euros para atribuição de gratificações aos Colaboradores que, no final de Dezembro de 2003, se encontravam ao serviço da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.; -----*
- *um total de 114.240.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,17 euros por acção (mais 6,3% que no ano transacto); -----*
- *a importância sobranete para Resultados Transitados. -----*

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do artigo 20º dos Estatutos: -----

	(euros)
<i>Reserva Legal (alínea c).</i>	9.300.000,00
<i>Remunerações e Gratificações (alínea d))</i>	1.850.000,00
<i>Dividendos (alínea f)).....</i>	114.240.000,00

Resultados Transitados(alínea g) 60.493.206,26
TOTAL 185.883.206,28 "

Ainda no âmbito deste ponto da Ordem de Trabalhos, foi apresentada pelo representante dos accionistas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a seguinte proposta que foi lida pelo Dr. Miguel Galvão Teles: -----

" A forma de proceder à atribuição da verba que, segundo a proposta de aplicação de resultados, se destina a remuneração e gratificação, previstas na alínea d), do nº 1 do artigo 20º., dos Estatutos, deve ser definida em Assembleia Geral. -----

Nesse sentido, propõe-se que a Comissão de Vencimentos fique encarregada de fixar qual o montante dessa verba que deverá ser destinado ao Conselho de Administração e qual a quantia que deverá ser atribuída a cada um dos seus membros. -----

Propõe-se, ainda, que o montante remanescente seja atribuído pelo Conselho de Administração aos trabalhadores segundo critérios a deliberar por este, tendo em conta, designadamente, a competência, produtividade e mérito que estes tenham demonstrado durante o ano de 2003"-----.

Após o Presidente da Mesa ter obtido o consenso unânime da Assembleia para que as duas propostas apresentadas fossem apreciadas conjuntamente, dada a sua interligação e complementaridade, foram as mesmas sujeitas à votação, não se tendo verificado qualquer voto contra e havendo manifestado a sua abstenção o accionista José Tomás F.J.A.Sousa, titular de cinco votos. -----

Assim, foram as propostas apresentadas no âmbito deste ponto consideradas aprovadas por unanimidade dos votos emitidos, num total de 774.891, já com aplicação das limitações estatutárias à respectiva contagem. -----

(...)

Antes de dar por findos os trabalhos da Assembleia, o Presidente declarou admitir que, num ou noutro caso, pudesse ter estado em causa o princípio da unidade de voto. Uma vez, porém, que o número de votos era muito diminuto, nunca poderia haver reflexo no resultado das votações que ocorreram, pelo que se dispensara de apreciar o ponto. -----

Após esta chamada de atenção, o Dr. Miguel Galvão Teles, depois de ter manifestado o seu agradecimento pela colaboração que havia recebido de todos os presentes, deu por encerrada a sessão, pelas doze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade. -----

Quando do encerramento dos trabalhos, estavam ainda presentes ou representados accionistas titulares de 472.258.594 acções, representativas de 70,28% do capital social, a que correspondiam 944.503 votos. -----